

**FACULDADES EST**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA**

JOSUÉ BERLESI

O ISRAEL ANTIGO EM DEBATE: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DE ISRAEL DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA AO ENSINO SUPERIOR

São Leopoldo

2017

JOSUÉ BERLESI

O ISRAEL ANTIGO EM DEBATE: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DE ISRAEL DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA AO ENSINO SUPERIOR

Tese de doutorado  
Para obtenção do grau de  
Doutor em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação em Teologia  
Área de concentração: Religião e Educação

Orientadora: Profa. Dra. Gisela Isolde Waechter Streck

São Leopoldo

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B514i Berlesi, Josué

O Israel antigo em debate: uma análise da história de Israel da educação básica ao ensino superior / Josué Berlesi; orientadora Gisela Isolde Waechter Streck. – São Leopoldo : EST/PPG, 2017.

236 p. : il. ; 31 cm

Tese (doutorado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Doutorado em Teologia. São Leopoldo, 2017.

1. Israel. 2. Judaísmo – História – Até 70 D.C. 3. Educação – História. 4. História – Estudo e ensino. 5. História antiga. I. Streck, Gisela I. W. (Gisela Isolde Waechter). II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

JOSUÉ BERLESI

**O ISRAEL ANTIGO EM DEBATE: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DE ISRAEL DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA AO ENSINO SUPERIOR**

Tese de Doutorado  
Para a obtenção do grau de  
Doutor em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação em Teologia  
Área de Concentração: Religião e Educação

Data de Aprovação: 14 de julho de 2017

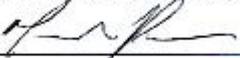
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gisela Isolde Waechter Streck (Presidente)

  
\_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Laude Erandi Brandenburg (EST)

  
\_\_\_\_\_

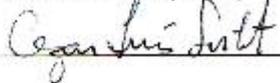
Prof. Dr. Iuri Andreas Reblin (EST)

  
\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Ariel Feldman (UFPA)

  
\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Cezar Luis Seibt (UFPA)

  
\_\_\_\_\_

*Coloquei todo o coração em compreender a sabedoria e o conhecimento, a tolice e a loucura, e compreendi que tudo isso é também procura do vento. Muita sabedoria, muito desgosto; quanto mais conhecimento, mais sofrimento.*

*(Bíblia de Jerusalém, Eclesiastes 1:17-18)*

## AGRADECIMENTOS

Não é tarefa fácil recordar de todos que merecem minha gratidão nesse momento, mas, mesmo correndo o risco de esquecer alguém, gostaria de citar alguns nomes que foram importantes no decorrer dessa jornada. Antes de tudo, porém, agradeço a escola pública na qual concluí meu ensino fundamental e médio e também a universidade pública na qual pude realizar minha graduação. Além disso, resta meu agradecimento pelas bolsas de estudo concedidas pelo CNPQ e pela Capes, que me possibilitaram cursar o doutorado, inclusive com um período sanduíche na Universidade Nova de Lisboa. Agradeço igualmente à UFPA — Campus Cametá, que consentiu na liberação das minhas atividades para a realização desta pesquisa.

Dos amigos da academia, preciso mencionar alguns colegas de longe e de perto que contribuíram com suas observações críticas e publicações para o fortalecimento da presente investigação. Da Argentina agradeço aos mestres Emanuel Pfoh e Marcelo Campagno, cuja contribuição para essa tese foi inestimável. De Israel agradeço ao mestre Israel Finkelstein, que sempre me recebeu de maneira muito acolhedora durante minhas participações nas escavações de Megiddo. De Portugal agradeço ao mestre Francisco Caramelo, que me acolheu durante a realização de meu período sanduíche, sempre contribuindo dedicadamente para a realização desta pesquisa.

Dos colegas de perto agradeço ao mestre Anderson Zalewski Vargas, que me acompanhou em meus primeiros passos no caminho da História Antiga. De igual modo, agradeço imensamente ao mestre e amigo Remí Klein, que me acompanhou o quanto sua saúde lhe permitiu na orientação desta tese. Assim, agradeço igualmente as docentes Laude Branderburg e Gisela Streck por todas as considerações apontadas na qualificação deste trabalho; além disso, meu agradecimento a Profa. Gisela se reforça por ter aceitado o desafio de orientar essa tese mesmo com um cronograma tão apertado. Agradeço ainda aos colegas Ariel Feldman, Cezar Seibt e Iuri Andréas Reblin que gentilmente aceitaram contribuir para a avaliação crítica desse trabalho.

Aos amigos de todas as horas não terei como nomear a todos, porém sintam-se representados no meu agradecimento à Horda da História, em especial aos três mosqueteiros, Sidarta, Beck e Quinsani, que, na medida do possível, mantiveram viva a chama da nossa amizade. Aos familiares dedico minha gratidão por terem sido meu esteio durante toda minha

existência. Seu Moeses, Dona Maria, Gislene e Gilvane, muito obrigado. Por fim, meu agradecimento especial a minha esposa, Míriam, que com todo seu amor e dedicação fez e faz os meus dias serem mais alegres.

## RESUMO

A presente tese visa problematizar a história antiga de Israel, recorrendo para tanto a uma análise de como a referida temática tem sido abordada no país na educação básica e, de igual modo, no ensino superior, notadamente nas licenciaturas em História. Trata-se de verificar o grau de atualização do tema em tela, comparando a abordagem levada a cabo no Brasil com a produção especializada produzida essencialmente no exterior. Nesse sentido, no âmbito historiográfico internacional, vigora uma percepção recente de que o texto bíblico não pode ser considerado fonte primária para o estudo da história antiga de Israel, especialmente por conta da larga distância temporal entre os eventos narrados no Antigo Testamento e o momento de sua fixação por escrito. Logo, a evidência arqueológica e epigráfica, por serem contemporâneas aos eventos, assumem a primazia na tentativa de reconstrução do passado do Antigo Levante, o que certamente contrasta com parcela majoritária da historiografia acerca do Israel antigo, a qual acompanhou, em grande medida, o relato presente no texto bíblico de modo que o testemunho religioso da Bíblia permaneceu como um referente histórico autêntico para interpretar o passado de Israel. Para uma análise efetiva do mencionado tema, faz-se necessário considerar a trajetória da pesquisa acadêmica sobre o Israel antigo em âmbito internacional e também no país, o que possibilita compreender como a citada temática manteve-se afastada da área de História Antiga, restando como um campo absolutamente dominado por profissionais da área de Teologia; desse modo, houve o predomínio de uma percepção *ênica* sobre o passado de Israel, por conta do fato de haver uma vinculação emocional do pesquisador/teólogo com sua fonte (texto bíblico) considerada, inclusive, como dotada de inspiração divina, o que certamente contrasta com a área de História, na qual não há espaço para elementos extra-humanos, logo a alegada inspiração divina não pode ser tomada como variante de explicação histórica. De tal maneira, a historiografia sobre o tema em questão desenvolveu-se sem a participação efetiva de historiadores, o que resultou na carência de reflexões teórico-metodológicas próprias da História. Tal quadro afetou a abordagem da história antiga de Israel tanto na educação básica como no ensino superior. Desse modo, o desafio que se apresenta reside em repensar o passado de Israel com independência do texto bíblico, o que já tem sido realizado em alguns contextos. A tentativa de reconstrução histórica calcada nas fontes arqueológicas e epigráficas apresenta uma versão majoritariamente distinta daquela apresentada na narrativa bíblica.

Palavras-chave: História Antiga de Israel. Historiografia. Antiguidade Oriental. Ensino de História. Teoria da História.

## ABSTRACT

This dissertation aims at problematizing the ancient history of Israel, and to do this it remits to an analysis of how the referred theme is dealt with in the country in basic education and, likewise, in higher education, specifically in the teaching programs in History. It aims at verifying the degree of actuality of the theme on screen, comparing the treatment of the issue carried out in Brazil with the specialized production produced essentially out of the country. In this sense, on the international historiographic level, a recent perception is held that the biblical text cannot be a primary source for the study of the ancient history of Israel, especially because of the broad temporal distance between the events narrated in the Old Testament and the moment of its fixation in writing. Thus, the archaeological and epigraphic evidence take priority in the attempt to reconstruct the past of the ancient uprising, due to being contemporaneous to the events, which certainly contrasts with the major portion of the historiography about ancient Israel, which, to a great measure accompanied the current story in the biblical text to the point that the religious witness of the Bible remained as an authentic historic reference to interpret the past of Israel. For an effective analysis of the mentioned theme there is need to consider the trajectory of the academic research about ancient Israel at the international level as well as in the country, which will make it possible to understand how the cited theme remained distanced from the area of Ancient History, remaining as a field absolutely dominated by professionals from the area of Theology; thus, there was the predominance of an *emic* perception about the past of Israel due to the fact that there was an emotional tie of the researcher/theologian with his or her source (biblical text) which was even considered imbued of divine inspiration, which certainly contrasts with the area of History, where there is no space for extra-human elements. Therefore, the alleged divine inspiration cannot be seen as a variable of an historic explanation. Thus, the historiography on the theme at hand developed without the effective participation of historiographers, which resulted in the lack of theoretical-methodological reflections specific to History. This situation affected the treatment of the ancient history of Israel in both basic education as well as in higher education. Therefore, the challenge that is presented resides in rethinking the past of Israel independently from the biblical text, which is already being done in some contexts. The attempt of historical reconstruction based on archaeological and epigraphic sources presents a mostly distinct version of the one presented in the biblical narrative.

Keywords: Ancient History of Israel. Historiography. Oriental Antiquity. Teaching of History. Theory of History.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

Alétheia: Revista de Estudos sobre Antiguidade e Medievo

ANET: Ancient Near East Today

AntOr: Antiquo Oriente

IEJ: Israel Exploration Journal

JSOTSup: Journal for the Study of the Old Testament, Supplement Series

OPIS: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais UFG/CAC

REAC: Revista Eletrônica Antiguidade Clássica

RECE: Revista Eletrônica de Ciências da Educação

ResAntiquitatis: Journal of Ancient History

RevArq: Revista de Arqueología

RIBLA: Revista de Interpretação bíblica latino-americana

RIHAO: Revista del Instituto de Historia Antigua Oriental

SJOT: Scandinavian Journal of the Old Testament

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Informativo de divulgação da pós-graduação em História Antiga fruto da parceria entre o CCJ/IURD e a Unisuam. ....	41
Figura 2: Estela de Tel Dan presente no Museu de Israel em Jerusalém. De acordo com alguns intérpretes, a referida estela registra os termos “Casa de Davi”.....	63
Figura 3: Cronologia dos principais intérpretes da Bíblia .....	69
Figura 4: Vista parcial do “portão de seis câmaras” de Megiddo. ....	113
Figura 5: Vista parcial do “portão de seis câmaras” de Megiddo. ....	114
Figura 6: A história dos hebreus segundo a Bíblia.....	182
Figura 7: Em outras palavras.....	182
Figura 8: A trajetória dos hebreus. ....	183
Figura 9: Rota dos hebreus. ....	184
Figura 10: Mapa da diáspora.....	194

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>23</b>
<b>2 A HISTÓRIA ANTIGA E A FORMAÇÃO DOCENTE: PANORAMA SOBRE A REALIDADE DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL</b> .....	<b>29</b>
2.1 A gênese do ensino superior no Brasil.....	29
2.2 A estrutura universitária brasileira e as licenciaturas em História .....	33
2.3 A estrutura das pós-graduações em História .....	52
2.4 Síntese do quadro nacional.....	55
<b>3 O DESENVOLVIMENTO DA HISTORIOGRAFIA SOBRE O ISRAEL ANTIGO EM NÍVEL INTERNACIONAL</b> .....	<b>57</b>
3.1 Exegese bíblica ou história de Israel?.....	60
3.2 Uma busca pelas origens .....	68
3.3 O <i>European Seminar in Historical Methodology</i> .....	73
3.4 Escola de Copenhague e o minimalismo.....	78
3.4.1 <i>Philip Davies</i> .....	82
3.4.2 <i>Keith Whitelam</i> .....	85
3.4.3 <i>Niels Peter Lemche</i> .....	89
3.4.4 <i>Thomas L. Thompson</i> .....	93
3.5 A trajetória da pesquisa arqueológica em Israel e suas implicações para a historiografia da sociedade veteroisraelita .....	95
3.5.1 A gênese da pesquisa estrangeira .....	97
3.5.2 A tradição germânica.....	100
3.5.3 A participação francesa .....	102
3.5.4 A participação americana .....	103
3.5.5 O surgimento da arqueologia israelense/a visão conservadora: <i>Escola de Jerusalém</i> .....	108
3.5.6 A arqueologia progressista de Israel: a <i>Escola de Tel Aviv</i> .....	115
3.6 Considerações gerais .....	119
<b>4 A HISTÓRIA ANTIGA DE ISRAEL NA ACADEMIA BRASILEIRA</b> .....	<b>121</b>
4.1 As origens da investigação acadêmica em História Antiga .....	121
4.2 Centros de pesquisa, revistas acadêmicas e doutorados na área de História Antiga .....	129
4.3 A história antiga de Israel nas graduações em História .....	132
4.3.1 <i>Considerações sobre o ranking universitário</i> .....	134

4.3.2 Os dez melhores cursos.....	135
4.3.3 A inserção do Israel antigo na História Antiga .....	139
4.3.4 Concursos docentes em História Antiga.....	142
<b>4.4 O Israel antigo na academia brasileira .....</b>	<b>144</b>
4.4.1 Os profissionais que pesquisam Israel .....	146
<b>5 A HISTÓRIA ANTIGA DE ISRAEL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....</b>	<b>165</b>
<b>5.1 O ensino fundamental e médio no Brasil.....</b>	<b>165</b>
<b>5.2 Livros didáticos e o ensino de História Antiga .....</b>	<b>168</b>
<b>5.3 PCNs e BNCC .....</b>	<b>176</b>
<b>5.4 A história antiga de Israel nos livros didáticos do ensino fundamental e médio..</b>	<b>179</b>
5.4.1 A predominância do Israel bíblico.....	180
5.4.2 Hebreus, israelitas e judeus.....	192
5.4.3 A questão do monoteísmo.....	197
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>205</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>209</b>

# 1 INTRODUÇÃO

A Bíblia reflete a história de Israel. Por longos anos, concordei absolutamente com a primeira sentença dessa introdução. Além de ter nascido e crescido em um ambiente familiar no qual a Bíblia era considerada *palavra divina*, todo conhecimento que havia absorvido na escola nunca se contrapôs a essa percepção; ao contrário, lembro-me até de um trabalho em grupo realizado no primeiro ano do ensino médio no qual um livro didático usado como fonte afirmava categoricamente que escavações arqueológicas haviam confirmado muitas passagens bíblicas.

Para além do contato escolar com a “pesquisa” sobre o passado de Israel, entre os livros particulares de meu pai figuravam duas obras sobre o tema: *E a Bíblia tinha razão*,<sup>1</sup> de Werner Keller, e *Testamento*,<sup>2</sup> de John Römer. De igual modo, a atenção que dediquei aos citados livros apenas me fez reforçar a convicção de que o testemunho religioso contido no Antigo Testamento correspondia a um relato histórico.

Apesar de uma nítida motivação/pressão familiar para que eu cursasse a faculdade de direito, os caminhos dessa vida me levaram à graduação em História. De certo modo, o interesse por História Antiga já existia desde o início do curso e, em especial, o interesse pela história antiga de Israel. Felizmente tive a oportunidade de cursar uma disciplina optativa no meu primeiro semestre na UFRGS com um dos docentes da casa especialista em Antiga,<sup>3</sup> com o qual tive o privilégio de aprender muito sobre a referida área, porém tive, de igual modo, um choque de realidade ao saber que a História Antiga no Brasil era dominada pelas pesquisas pertinentes ao passado greco-romano.<sup>4</sup>

Desde então, descobri que a pesquisa histórica sobre Israel era praticamente inexistente na comunidade acadêmica de historiadores, dado que os estudiosos do tema encontravam-se nos departamentos de Teologia. Ainda no período da graduação, sofri o primeiro abalo em minhas convicções sobre o passado de Israel em virtude da chegada ao Brasil de uma tradução da obra *The Bible Unearthed*.<sup>5</sup> Pouco tempo antes, certa edição de uma revista nacional havia causado imensa polêmica ao publicar matéria com base na citada

---

<sup>1</sup> KELLER, Werner. *E a Bíblia tinha razão*. Tradução João Távora. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

<sup>2</sup> ROMER, John. *Testamento: os textos sagrados através da história*. São Paulo: Melhoramentos, 1991.

<sup>3</sup> Refiro-me ao Prof. Anderson Zalewski Vargas.

<sup>4</sup> O que será demonstrado apropriadamente no Capítulo 3.

<sup>5</sup> Trata-se da obra: FINKELSTEIN, I.; SILBERMAN, N. A. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa, 2003.

obra contestando a existência histórica de diversos personagens bíblicos, bem como a historicidade dos principais eventos descritos na Bíblia.<sup>6</sup>

No decorrer de minha pós-graduação (mestrado), pude pouco a pouco aprofundar-me na bibliografia pertinente ao tema produzida essencialmente no estrangeiro. De fato, já havia amadurecido a ideia de que o relato bíblico não pode ser o referencial principal para interpretar a trajetória histórica de Israel e que as fontes extrabíblicas mereciam especial atenção. Em 2008, tive minha primeira oportunidade de escavar em um sítio bíblico (Megiddo). A partir então, por força dos especialistas que ali conheci e com os quais dialoguei, pude compreender que a evidência material (epigráfica e arqueológica) reflete uma realidade histórica bastante diversa daquela apresentada no Antigo Testamento.<sup>7</sup>

Todo o relato feito até o momento serve, acima de tudo, para reforçar a tese de que a história dessa investigação remonta de longa data e, em grande medida, relaciona-se profundamente com a minha trajetória profissional. Dito isso, é importante considerar o fato de que a ausência de historiadores brasileiros dedicados ao estudo do Israel antigo possibilitou que o referido tema fosse precariamente abordado nos cursos de formação de professores (licenciaturas em História). Contudo, o profissional formado na referida graduação, ao chegar à sala de aula, depara-se com a realidade de trabalhar com o corpo discente um tema (Israel antigo) com o qual não teve contato (ou apenas um contato superficial) durante seu período formativo. Em virtude de tal situação, o docente, por vezes, conta quase que exclusivamente com o auxílio do livro didático, o qual, por sua vez, também apresenta suas limitações (o que será tema do Capítulo 4). Assim, estabelece-se um círculo vicioso que demanda grande esforço para ser rompido.

Não obstante, é possível afirmar que uma profunda revisão da história antiga de Israel é um fenômeno relativamente recente, dado que o mesmo se fez notar com mais intensidade na década final do século XX. Antes disso, dentro e fora da academia, a história de Israel era vista como a evolução de um único grupo. Como bem observa Airtton José da Silva:

Até meados da década de 70 do século XX havia razoável consenso na história de Israel. Entre outras coisas, o consenso dizia que a Bíblia Hebraica era guia confiável para a reconstrução da história do antigo Israel. Dos Patriarcas a Esdras, tudo era histórico. Se algum dado arqueológico não combinava com o texto bíblico, arranjava-se uma interpretação diferente que o acomodasse ao testemunho dos

---

<sup>6</sup> ROMANINI, Vinicius. Bíblia passada a limpo. *Superinteressante*, São Paulo: Abril, n. 178, jul. 2002.

<sup>7</sup> Nesse sentido, Disponível em: LEMCHE, N. P. *Changing Perspectives 3: Biblical Studies and the Failure of History*. Durham: Acumen Publishing, 2013. p. 188.

textos, como no caso da destruição das (inexistentes) muralhas de Jericó pelo grupo de Josué.<sup>8</sup>

Sem dúvida, uma mudança significativa na pesquisa sobre a história de Israel veio a ocorrer, de fato, a partir de 1996, com a criação do *European Seminar in Historical Methodology*.<sup>9</sup> O grupo de pesquisadores e pesquisadoras que possibilitou o surgimento do referido seminário se uniu em torno das frustrações referentes ao debate sobre o Israel antigo.<sup>10</sup> A partir de então, tem sido conduzida uma profunda revisão do tema, de modo que os resultados obtidos até o presente momento colocam em xeque o paradigma tradicional da história antiga de Israel calcada nas informações contidas na Bíblia.

Apesar dessas significativas mudanças no âmbito historiográfico internacional, ainda vigora, em boa medida, certa continuidade de perfil nos pesquisadores e pesquisadoras dedicados ao estudo do Israel antigo. Para o Prof. Philip Davies, a pesquisa majoritária sobre a sociedade vétero-israelita é levada a cabo por investigadores que possuem uma vinculação emocional com o texto bíblico; nesse sentido, a Bíblia não é vista como uma fonte qualquer, mas sim como uma fonte especial, dotada de inspiração divina.<sup>11</sup> Sabidamente, tal postura é problemática do ponto de vista da pesquisa histórica profissional dado que esta última não concebe elementos extra-humanos (inspiração divina) como variante de explicação histórica.

Sem dúvida, o caráter especial atribuído a Bíblia foi capaz de produzir uma série de equívocos na interpretação da história antiga de Israel, alguns dos quais serão apresentados no decorrer da tese. Ademais, houve um deslocamento do Israel antigo de seu contexto histórico, dado que se tratava do “povo escolhido”, portanto, superior aos seus vizinhos idólatras que habitaram a região do Levante. Atualmente, porém, a reavaliação crítica das evidências materiais da região levantina produziu um severo questionamento da validade da Bíblia como fonte histórica. Há inclusive quem advogue a morte da “história bíblica” para que no lugar

<sup>8</sup> DA SILVA, A. J. A história de Israel na pesquisa atual. In: FARIA, J. de F. (Org.). *História de Israel e as pesquisas mais recentes*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 43.

<sup>9</sup> “Um grupo de 21 pesquisadores de 9 países europeus e 18 Universidades iniciou o **Seminário Europeu sobre Metodologia Histórica**. Este grupo surgiu com o objetivo de abordar as questões centrais da ‘História de Israel’ de maneira sistemática e de determinar as reais posições e problemas da área. O seu coordenador foi Lester L. Grabbe, Professor de Bíblia Hebraica e Judaísmo Antigo e, à época da criação do grupo, Coordenador do Departamento de Teologia da Universidade de Hull, Reino Unido.” Disponível em: <http://airtonjo.com/site1/historia-de-israel-3.htm>. Acesso em: 07 set. 2016.

<sup>10</sup> A própria apresentação do referido Seminário já alertava para “a falta de debate metodológico entre os historiadores bíblicos” Disponível em: <https://eabs.net/site/past-research-groups/european-seminar-in-historical-methodology/>. Acesso em: 07 set. 2016.

<sup>11</sup> Veja-se, essencialmente, o Capítulo 2 da obra: DAVIES, Philip R. *In Search of ‘Ancient Israel*. Sheffield, Sheffield Academic Press, 1995.

dela se instale uma história mais inclusiva que considere em pé de igualdade todos os agentes envolvidos no passado do antigo Levante. Nesse sentido comenta Whitelam:

Dizer que “a história bíblica” está morta, que não se trata de história em nenhum sentido convencional do termo, não quer dizer que devemos abandonar o passado. Uma alternativa é continuar a explorar a elaboração de uma história integrada da Palestina, alguns podem dizer uma história ecumênica, que apesar de reconhecer e celebrar a diversidade humana em toda a sua complexidade, vê as semelhanças e tópicos que vão do passado ao presente. É uma rejeição da ideia de que um grupo em particular é mais importante do que outro, ou que os processos da história podem ser explicados pela “causalidade”. Uma morte não é o fim de tudo, mas, neste caso, é o nascimento de formas alternativas de olhar para o passado da Palestina. No entanto, o desafio de superar as ortodoxias dominantes, seja na história ou qualquer outra disciplina, invariavelmente, gerou um medo de explicações ou abordagens alternativas. Muitas das respostas emotivas que temos visto no debate acerca da morte da história bíblica têm sido caracterizadas pelo medo do desconhecido [...] (tradução nossa).<sup>12</sup>

Entretanto, proceder a uma ampliação no foco de análise implica que:

Nós precisamos descolonizar a história da antiga Palestina e parar de se concentrar exclusivamente sobre o passado do “Israel antigo” e a relevância desse passado para o Ocidente. O “antigo Israel” é uma criação historiográfica moderna, enraizada no paradigma da “Bíblia como história”. A pesquisa histórica pode começar com os Patriarcas (Bright 1960) ou com o assentamento israelita na terra (Noth 1950) ou com a Monarquia Unida (Soggin 1984; Miller e Hayes 1986; mas com atualização em Soggin 2002 e Miller e Hayes 2006), no entanto, a base epistemológica deste tipo de investigação é a mesma. A busca por um “antigo Israel” merece uma desconstrução acadêmica adequada e sua contextualização nas contemporâneas sociedades europeia, americana e israelense (ver Whitelam 1966). Mudar o nosso entendimento de uma busca pelo antigo Israel para uma história da antiga Palestina significa muito mais do que uma mudança de terminologia. A história da antiga Palestina implica uma construção histórica do passado não com base na imagem e cenários bíblicos, mas sim em dados extrabíblicos e outras fontes primárias, o que torna possível pensar no passado da região em seus próprios termos e servir como pano de fundo para a compreensão da produção da literatura bíblica. (tradução nossa).<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Texto original: “To say that ‘biblical history’ is dead, that it is not history in any conventional sense of the term, is not to say that we must abandon the ancient past. One alternative is to continue to explore the creation of an integrated history of Palestine, some might say an ecumenical history, which while acknowledging and celebrating human diversity in all its complexity, sees the commonalities and threads that run from past to present. It is a rejection of the notion that any one group is more important than any other or that the processes of history can be explained by ‘immaculate causation’. One death is not the end of all but, in this case, is the birth of alternative ways of looking at Palestine’s past. However, the challenge to dominant orthodoxies, whether in history or any other discipline, has invariably engendered a fear of alternative explanations or approaches. Many of the emotive responses we have seen in the death of biblical history debate have been characterized by fear of the unknown [...]”. WHITELAM, Keith. *The Death of Biblical History*. In: BURNS, D.; ROGERSON, J. W. (eds). *Far From Minimal: Celebrating the Work and Influence of Philip R. Davies*. London: T & T Clark, 2012. p. 499.

<sup>13</sup> Texto original: “We need to decolonize the history of ancient Palestine and stop focusing exclusively on the past of ‘ancient Israel’ and the relevance of that past for the West. ‘Ancient Israel’ is a modern historiographical creation, rooted in the paradigm of ‘the Bible as history’. Historical research may start with the Patriarchs (Bright 1960) or with the Israelite settlement in the land (Noth 1950) or with the United Monarchy (Soggin 1984; Miller and Hayes 1986; but cf. updating in Soggin 2002, and Miller and Hayes

Em realidade, as referidas mudanças no âmbito acadêmico internacional ainda não surtiram os devidos efeitos no estudo da história antiga de Israel praticado em solo nacional. Para entender o referido processo, faz-se necessário, primeiramente, analisar o contexto de formação dos futuros docentes de História (licenciaturas em História), o que será tema do primeiro capítulo dessa tese. Em fase posterior, é preciso conhecer o desenvolvimento da pesquisa sobre Israel em nível internacional (o que será feito no Capítulo 2), para então compreender o estudo da referida história levado a cabo no país, tanto no nível acadêmico (Capítulo 3) quanto na educação básica (Capítulo 4).

Ao longo da presente investigação, tentar-se-á demonstrar que o estado de precariedade da história antiga de Israel se construiu, essencialmente, por conta de um fenômeno observado em nível internacional e também no Brasil, qual seja: a predominância de um perfil “étnico-religioso” nos pesquisadores envolvidos com essa temática, o que será mais bem explicitado no Capítulo 3 com o auxílio dos estudos de prosopografia.<sup>14</sup> Tal perfil possibilitou, entre outros elementos, um distanciamento desta temática em relação à área de História Antiga, razão pela qual os manuais acadêmicos de história de Israel detiveram por longos anos percepções absolutamente descartadas pelo círculo profissional de historiadores, como, por exemplo, o nítido tom positivista presente nestes mencionados manuais<sup>15</sup>. O distanciamento do “Israel antigo” da área de História Antiga foi ainda mais intenso em nosso país por conta da própria trajetória desta disciplina que, desde os seus primórdios, priorizou o passado clássico, como, da mesma forma, será possível verificar especialmente no Capítulo 3.

Frente a isso, esta investigação pretende responder ao seguinte questionamento: como é possível se proceder a uma história de Israel não bíblica? As prováveis respostas a tal

---

2006), yet the epistemological basis of such research is the same. The search for an ‘ancient Israel’ deserves proper scholarly deconstruction and its contextualization in contemporary European, American and Israeli societies (see already Whitelam 1966). To shift our attention from the search for ancient Israel to the history of ancient Palestine means much more than a change in terminology. A history of ancient Palestine implies a historical construction of the past not based on biblical image and scenarios, but rather on extra-biblical data and other primary sources, which makes it possible to think of the past of the region on its own terms and serve as the background for understanding the production of biblical literature.” PFOH, Emanuel. From the Search for Ancient Israel to the History of Ancient Palestine. In: HJELM, I.; THOMPSON, T. L. (eds.). *History, Archaeology and The Bible Forty Years After “Historicity”*: Changing Perspectives 6. Abingdon: Routledge, 2016. p. 149.

<sup>14</sup> Para uma descrição mais apurada de tal termo veja-se: BULST, N. Sobre o Objeto e o Método da Prosopografia. *Politeia: História e Sociedade*, vol. 5, 2005. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/190>. Acesso em: 19 jul. 2016.

<sup>15</sup> Como exemplo de tal situação, no Capítulo 2 faremos alusão ao trabalho de Martin Metzger e a descrição acerca de Davi em sua obra “História de Israel”.

questão passam necessariamente pela superação do perfil “étnico-religioso” dos pesquisadores, pela primazia que deve ser dada às fontes contemporâneas aos eventos, pela inclusão do Israel antigo na área de História Antiga e pela consequente atualização dos materiais utilizados para o estudo do tema em questão especialmente nos cursos de formação de professores o que, conseqüentemente, poderá resultar na atualização do mencionado conteúdo nas escolas de educação básica.

## **2 A HISTÓRIA ANTIGA E A FORMAÇÃO DOCENTE: PANORAMA SOBRE A REALIDADE DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

Na medida em que o presente estudo se propõe a investigar a abordagem acadêmica e escolar sobre o Israel antigo nas graduações em História e na educação básica<sup>16</sup>, faz-se necessário apresentar e analisar a estrutura universitária nacional. Tal empreendimento é preciso para se tomar ciência do cenário de formação dos docentes de História, os quais atuam no ensino fundamental, médio e superior. Perceber em que condições se formam esses profissionais é indispensável para se compreender o atual estado da história antiga de Israel no país.

Ademais, é preciso considerar que a temática “Israel antigo”, sem dúvida, inscreve-se dentro de um campo maior de pesquisa, a saber: o Antigo Oriente Próximo. Tal campo, por razões que se mostrarão adiante, não se desenvolveu satisfatoriamente no Brasil. Em nosso país, predominaram e predominam nos ambientes universitários o estudo e a pesquisa da Antiguidade Clássica: Grécia e Roma. Ao longo do trabalho, tentaremos fundamentar tais afirmações introdutórias.

### **2.1 A gênese do ensino superior no Brasil**

De modo geral, pode-se dizer que a universidade em solo brasileiro é uma experiência muito recente se comparada aos vizinhos latinoamericanos.<sup>17</sup> É evidente que o país amarga os prejuízos por conta do desenvolvimento tardio de suas instituições universitárias. Em grande medida, isso é fruto da concepção colonialista portuguesa que não considerava necessário o ensino superior nas terras tupiniquins. Isso explica por que o Brasil teve sua primeira universidade apenas na segunda década do século XX ao passo que a Argentina, por exemplo,

---

<sup>16</sup> Por “Educação básica”, na realidade, estamos nos referindo unicamente ao ensino fundamental e médio.

<sup>17</sup> “As primeiras universidades fora da Europa se fizeram na América espanhola. Criada em 1538, a Universidade de São Domingos é historicamente a primeira universidade das Américas. Depois vieram as de San Marcos, no Peru (1551), México (1553), Bogotá (1662), Cuzco (1692), Havana (1728) e Santiago (1738).” Disponível em: [http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/setembro2002/unihoje\\_ju191pag7a.html](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/setembro2002/unihoje_ju191pag7a.html). Acesso em: 30 mar. 2016.

já contava com uma desde 1613.<sup>18</sup> Nesse sentido específico, a colonização espanhola teve o papel de introduzir a educação superior no “Novo Mundo”:

A universidade colonial hispânica, senhorial e classista como a sociedade à qual servia e da qual era expressão, esteve direcionada à formação de sacerdotes e agentes de governo. A partir das lutas pela independência, suas portas abriram-se amplamente à influência da ilustração francesa, resultando na substituição do esquema da Universidade Colonial pelo da Universidade Francesa Napoleônica. No entanto, a Universidade Latino-americana não herdou todo o conjunto das características da Universidade Napoleônica, limitando-se apenas a reproduzir sua postura fomentadora de escolas autárquicas, o profissionalismo, a erradicação da teologia e a introdução do culto positivista direcionado às novas instituições jurídicas como reguladoras do regime capitalista. Deste modo, a redução da matriz francesa a um contexto colonial acabou por dar origem a uma universidade aristocrática, cuja responsabilidade era preparar os filhos dos fazendeiros, comerciantes e funcionários para desempenharem cargos político-burocráticos.<sup>19</sup>

Em descompasso com o contexto latino-americano, o período colonial brasileiro não viu nascer instituições de ensino superior, e isso guarda relação com as políticas da metrópole no período colonial, as quais impediam a criação de tais instituições, forçando os membros da elite residente no país – os únicos capazes de progredir nos estudos por conta de sua condição econômica – a estudar na Universidade de Coimbra.<sup>20</sup> Ao longo do século XIX, surgem cursos superiores isolados em distintas partes do Brasil; no entanto, somente em 1920 a reunião da Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e da Escola Politécnica gerou a Universidade do Rio de Janeiro, a primeira em solo nacional.<sup>21</sup>

Essa curtíssima retrospectiva histórica permite compreender o descaso do Estado brasileiro para com a educação, o que permitiu, ao longo dos anos, ao capital privado assumir o protagonismo no que tange à oferta da educação superior. Estudos realizados entre meados

<sup>18</sup> Trata-se da Universidad Nacional de Córdoba. Disponível em: <http://www.unc.edu.ar/sobre-la-unc/historia/origenes>. Acesso em: 02 jul. 2016.

<sup>19</sup> SVERDLICK, I.; FERRARI, P.; JAIMOVICH, A. Desigualdade e inclusão no Ensino Superior: um estudo comparado em cinco países da América Latina. In: *Serie Ensaos y Investigaciones*, Buenos Aires, n. 10, p. 6, 2005. Trad. Ana Carla Lacerda. Disponível em: [http://www.lpp-buenosaires.net/LPP\\_BA/Publicaciones/documentos/EI10\\_Universidad\\_Portugues.pdf](http://www.lpp-buenosaires.net/LPP_BA/Publicaciones/documentos/EI10_Universidad_Portugues.pdf). Acesso em: 08 jan. 2014.

<sup>20</sup> “Até 1822, o ano da Independência, o país contava com aproximadamente 3.000 bacharéis formados na França, Inglaterra e Portugal, a maioria na Universidade de Coimbra, fundada em 1308. Nessa instituição portuguesa estudaram, por exemplo, José Bonifácio de Andrada e Silva — o Patriarca da Independência —, José Carlos Lisboa, responsável pela abertura dos portos brasileiros, e José Correia Picanço, fundador da Faculdade de Medicina de Salvador. Deve-se a bacharéis diplomados na Europa a disseminação de escolas superiores isoladas [...] em Porto Alegre (1897), Belo Horizonte (1911) e Curitiba (1913), entre outras cidades.” Disponível em: [http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/setembro2002/unihoje\\_ju191pag7a.html](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/setembro2002/unihoje_ju191pag7a.html). Acesso em: 30 mar. 2016.

<sup>21</sup> TERRIBILI FILHO, A.; MACHADO, L. M. Educação superior: o setor público e o privado no Brasil e na Argentina. *RECE – Revista Eletrônica de Ciências da Educação*, Campo Largo (PR), v. 5, p. 1-20, 2006. p. 4.

da década de 1990 e inícios dos anos 2000 já demonstravam o crescente papel das instituições privadas de ensino superior:

Os números da educação superior no Brasil indicam que há 3.887.771 matrículas, existência de 1.859 instituições de ensino superior, das quais 163 são universidades. O crescimento nas matrículas no Brasil no período compreendido entre 1995 a 2003 foi de 120,9%. A participação do setor privado no país já é majoritária e crescente: absorvem 70,8% do total de matrículas (2.750.652) com 1.652 instituições de ensino superior, sendo 84 universidades.<sup>22</sup>

Sabidamente, a partir de meados dos anos 2000 políticas públicas implantadas pelo governo federal potencializaram o acesso da população brasileira ao ensino universitário. Ações como o Reuni (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), Prouni (Programa Universidade para Todos) e Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), no entanto, não conseguiram mudar o quadro de predominância da educação privada. De acordo com o Censo da Educação Superior divulgado em 2014 pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) o país contava com 7.305.977 universitários, os números, porém faziam referência ao ano de 2013:

Deste total de estudantes universitários, 5,3 milhões (73,5%) estão nas instituições particulares. O restante (1,9 milhão) se divide entre instituições federais (1,1 milhão), estaduais (604 mil) e municipal (190 mil). Os alunos matriculados em cursos de graduação no Brasil estão distribuídos em 31.866 cursos, oferecidos por 2.391 instituições. A maior parte formada por universidades e faculdades particulares, 2.090 e o restante são instituições públicas (301). As universidades são responsáveis por mais da metade das matrículas (53,3%). As faculdades concentram 29,1%; centros universitários, 15,8%; instituições federais de educação tecnológica, 1,6%.<sup>23</sup>

Desse modo, por conta do grande aumento das instituições privadas, torna-se possível fazer um vínculo com o processo que Bourdieu chamou de “inflação de diplomas”, ou seja, no caso brasileiro existe um grande número de instituições privadas oferecendo formação superior – incluída aí a graduação em História – e um número expressivo de tais instituições são de pequeno porte. Então, por vezes ocorre que a oferta de mais vagas do que de estudantes pode contribuir para desvalorizar o diploma.<sup>24</sup> Além disso, o grande número de profissionais

---

<sup>22</sup> RECE, 2006, p. 22.

<sup>23</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/set/matriculadas-no-ensino-superior-sobem-38-e-atangem-73-milhoes-de-alunos.html>. Acesso em: 14 out. 2015.

<sup>24</sup> Uma das consequências disso para as instituições é o enfraquecimento do curso que, em alguns casos, culmina na sua extinção. No *site* do Ministério da Educação, por meio do *link* de pesquisa avançada por cursos, é

disponíveis no mercado faz com que somente aqueles que detenham maior número de capitais (cultural, social, econômico...) acabem conseguindo um posto de trabalho, de modo que aqueles que ficam à margem desse processo acabem por decepcionarem-se com a experiência escolar, como bem apontam Bourdieu e Champagne:

Os alunos ou estudantes provenientes das famílias mais desprovidas culturalmente tem todas as chances de obter, ao fim de uma longa escolaridade, muitas vezes paga com pesados sacrifícios, um diploma desvalorizado; e, se fracassam, o que segue sendo seu destino mais provável, são votados a uma exclusão, sem dúvida, mais estigmatizante e mais total do que era no passado: mais estigmatizante, na medida em que, aparentemente, tiveram “sua chance” e na medida em que a definição da identidade social tende a ser feita, de forma cada vez mais completa, pela instituição escolar; e mais total, na medida em que uma parte cada vez maior de postos no mercado de trabalho está reservada, por direito, e ocupada, de fato, pelos detentores, cada vez mais numerosos, de um diploma (o que explica que o fracasso escolar seja vivido, cada vez mais acentuadamente, como uma catástrofe, até nos meios populares). Assim, a instituição escolar tende a ser considerada cada vez mais, tanto pelas famílias quanto pelos próprios alunos, como um engodo, fonte de uma imensa decepção coletiva: essa espécie de terra prometida, semelhante ao horizonte, que recua na medida em que se avança em sua direção.<sup>25</sup>

De acordo com as palavras dos mencionados pensadores e tomando em consideração o contexto educacional brasileiro, pode-se dizer que se configura aí uma “geração enganada”<sup>26</sup> que tende a não ver os resultados dos esforços empreendidos em sua qualificação educacional. No caso das graduações em História, o grande aumento no número de ofertas no Brasil se deve, em boa medida, à proliferação de pequenas instituições privadas,<sup>27</sup> o que tem relação com outro ponto do pensamento do sociólogo francês citado há pouco: os “excluídos do interior”. Tais excluídos fazem parte do sistema educacional, mas, mesmo assim, estão “excluídos” uma vez que:

[...] faculdades ou universidades de maior prestígio que exigem dedicação cultural e sucesso nos processos de seleção possuem uma forte presença de alunos com maior capital cultural, ao passo que instituições menos reconhecidas pouco acrescentarão ao capital cultural de seus alunos.<sup>28</sup>

Notoriamente, as instituições privadas menos reconhecidas acabam por se estabelecer em cidades periféricas ou nas regiões periféricas de grandes centros urbanos com o intuito de

possível detectar 43 graduações em História pertencentes a instituições privadas que foram encerradas, provavelmente, pela falta de alunos. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 09 fev. 2014.

<sup>25</sup> BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. (Org.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 221.

<sup>26</sup> NOGUEIRA, CATANI, 2008, p. 161.

<sup>27</sup> Tomando como exemplo o estado do Pará, onde atuamos profissionalmente, das 11 instituições que oferecem o curso de História em modalidade presencial, 7 delas são privadas e de pequeno porte. Veja-se no *link* da consulta interativa por estado no *site* do MEC: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 09 fev. 2014.

<sup>28</sup> Pensadores e a Educação. Editora Cedic. DVD 4: Pierre Bourdieu.

cooptar um número maior de clientes/alunos,<sup>29</sup> os quais, comparativamente com estudantes de instituições de prestígio, terão maiores dificuldades em lograr sucesso profissional. Esse aumento de oferta do ensino superior que chega a setores antes excluídos acaba potencializando o processo de inflação dos diplomas:

A entrada de frações, até então fracas utilizadoras da escola, na corrida e na concorrência pelo título escolar, tem tido como efeito obrigar as frações de classe, cuja reprodução era assegurada principal ou exclusivamente pela escola, a intensificar seus investimentos para manter a raridade relativa de seus diplomas e, correlativamente, sua posição na estrutura de classes; nesse caso, o diploma, e o sistema escolar que o confere, tornam-se assim um dos objetos privilegiados de uma concorrência entre as classes que engendra um crescimento geral e contínuo da demanda por educação e uma inflação de títulos escolares.<sup>30</sup>

Feitos tais apontamentos, cabe agora apresentar alguns dados acerca da atual estrutura universitária vigente no Brasil, bem como tecer algumas considerações sobre o perfil das graduações em História existentes em solo nacional.

## **2.2 A estrutura universitária brasileira e as licenciaturas em História**

No tocante especificamente às graduações em História, é possível notar que a maioria destas encontra-se sob a tutela do capital privado, sendo que, dentro do capital privado, são as instituições de menor porte, as faculdades e os centros universitários, as principais responsáveis pela oferta de tal curso.<sup>31</sup> Sem dúvida, isso traz consequências diretas para a qualidade de ensino, pois, como será possível ver adiante, as instituições de menor porte costumam ter um corpo docente diminuto e com menor qualificação, afinal de contas, aplicando-se a lógica de mercado, é preferível um profissional de menor custo para se obter uma maior rentabilidade a partir das mensalidades dos alunos.<sup>32</sup>

<sup>29</sup> Os maiores grupos educacionais privados do país (Kroton e Estácio de Sá) definiram como estratégia de atuação no mercado oferecer ensino superior para “alunos de classe B e C”. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/kroton-e-estacio-terao-23-do-mercado-diz-consultoria.ghml>. Acesso em: 02 jul. 2016.

<sup>30</sup> NOGUEIRA, CATANI, 2008, p. 148.

<sup>31</sup> De acordo com os dados disponíveis no portal do MEC (<http://emec.mec.gov.br>), as instituições privadas são responsáveis por 54% da oferta dos cursos de licenciatura em História. Dentro desse percentual, 35% são instituições de pequeno e médio porte, as chamadas faculdades e centros universitários.

<sup>32</sup> Nesse aspecto é importante notar que: “Há uma correlação direta entre o valor de mensalidade e o valor de hora/aula pago pelas IES”. LOBO, M. B. C. M. As Políticas de Gestão do Corpo Docente das IES Privadas Brasileiras. *Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo*, USP, 2013. Disponível em: [http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art\\_034.pdf](http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_034.pdf). Acesso em: 25 jun. 2016.

É importante salientar que nesta parte do estudo utilizam-se, entre outras fontes, o texto produzido pelo Dr. Fábio Faversoni<sup>33</sup> “A História Antiga nos cursos de graduação em História no Brasil”.<sup>34</sup> Em tal publicação, o docente em questão realizou uma pesquisa do estado da história antiga nas graduações em História pelo território nacional. Para tanto, Faversoni elaborou um questionário e enviou o mesmo a todas as instituições que ofertavam o referido curso.

No ano de 2001, segundo o referido professor, existiam cerca de 205 graduações em História difundidas pelo país. Treze anos depois, em 2014, período em que realizamos novo levantamento, de acordo com dados do Ministério da Educação, são cerca de 549 cursos,<sup>35</sup> o que representa um aumento de quase 170%. Tal número contempla tão somente cursos presenciais de licenciatura, em atividade, de instituições públicas e privadas. Dos 549 cursos, 253 são gratuitos e 296 são privados. Assim pode-se afirmar que o capital privado é responsável por 54% da oferta dos cursos de licenciatura em História.

Se é possível ver algo positivo no aumento do número de ofertas é que nas mais remotas localidades do país tem-se a oportunidade de acessar o ensino superior. Antes do Reuni e, portanto, da expansão das universidades federais pelos interiores do Brasil, as instituições universitárias estavam centradas nos grandes centros urbanos, de modo que o indivíduo que almejasse cursar uma graduação deveria dirigir-se aos referidos centros. Atualmente, com a interiorização das IES federais e com o avanço das instituições privadas,<sup>36</sup> principalmente de pequeno e médio porte, houve uma maior possibilidade de acesso ao ensino superior sem que os interessados em prosseguir com os estudos necessitassem migrar de suas localidades.

No entanto, também há algo de negativo nisso. A seguir serão apresentados dados relativos à oferta do curso de História, na modalidade presencial, nas distintas regiões do país<sup>37</sup>: Na região Norte, o curso de História é oferecido por 26 instituições, sendo 13 delas faculdades ou centros universitários. Na região Nordeste são 67 instituições, sendo 29 faculdades ou centros. Na região Centro-Oeste são 30 instituições, sendo 18 faculdades ou

---

<sup>33</sup> Docente de História Antiga na Universidade Federal de Ouro Preto.

<sup>34</sup> FAVERSANI, F.. A História Antiga nos Cursos de Graduação em História no Brasil. In: *XIX Simpósio Nacional de História* (GT de História Antiga), Héliade, Rio de Janeiro, 2001. p. 44-50. Disponível em: [http://www.heladeweb.net/Numero%20Especial/Fabio\\_FaversaniNE1.htm](http://www.heladeweb.net/Numero%20Especial/Fabio_FaversaniNE1.htm). Acesso em: 18 set. 2013.

<sup>35</sup> Tal informação está disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 mar. 2014.

<sup>36</sup> Para uma análise mais aprimorada sobre o predomínio da educação privada no Brasil, Disponível em: BARREYRO, Gladys Beatriz. *Mapa do Ensino Superior Privado*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

<sup>37</sup> Todos os dados levantados foram extraídos do portal do MEC. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 fev. 2014.

centros. Na região Sudeste, são 171 instituições, sendo 114 faculdades ou centros. Por fim, na região Sul, são 62 instituições, sendo 22 faculdades ou centros.

Como revelam os números, as faculdades e os centros universitários são responsáveis por uma importante cifra de oferta das licenciaturas em História, somando cerca de 35% da oferta em todo território nacional. Por definição das leis brasileiras, tais instituições não têm a obrigação de produzir pesquisa científica, ou seja, basta que ministrem aulas.<sup>38</sup> A região Sudeste é que a mais detém instituições desse gênero com oferta do referido curso. Cerca de 67% das instituições que oferecem a citada licenciatura são faculdades ou centros universitários.

Faculdades e centros universitários são instituições de pequeno e médio porte, razão pela qual, em muitos casos, não possuem condições de manter um corpo docente vasto e qualificado. Em tais condições, existem cursos de História que comportam unicamente 6 ou 7<sup>39</sup> docentes, os quais necessitam abarcar todas as disciplinas do curso; em consequência, trata-se de profissionais sobrecarregados, que atuam em componentes curriculares nos quais não são especialistas. Parte considerável desses profissionais não chega ao ápice da carreira acadêmica por distintas razões, entre elas a sobrecarga de trabalho, além do fato de dependerem do vínculo empregatício para sua subsistência.<sup>40</sup> Muitos desses profissionais trabalham por hora-aula<sup>41</sup> e, para garantirem um salário razoável, acabam abarcando um grande número de componentes curriculares.<sup>42</sup>

---

<sup>38</sup> De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e com o Decreto 5.773/2006, os centros universitários precisam ter ao menos 70% de seus docentes com titulação mínima de mestrado, porém não são obrigados a oferecer pós-graduação *stricto sensu*. Por sua vez, as faculdades não necessitam ter docentes com tal titulação, e inclusive os diplomas por elas emitidos devem ser registrados por uma universidade para que possam desfrutar de valor legal.

<sup>39</sup> Este é o caso, por exemplo, da Faculdade União das Américas, em Foz do Iguaçu. Em dita instituição, o curso de História dispõe de seis docentes. Disponível em: <http://www.uniamerica.br/professores/historia/>. Acesso em: 03 abr. 2014.

<sup>40</sup> O processo de mercantilização da educação superior no país também afeta sobremaneira a atividade docente, especialmente nas instituições privadas, dado que a existência de um “exército de reserva” pode gerar instabilidade no emprego. Assim: “A um só tempo, a educação assume a centralidade nos discursos de gestores políticos e empresariais e de educadores, tendo a mídia em geral, com raras exceções, a lhes fazer entusiástico coro. Seduzidos por tal centralidade, os trabalhadores cada vez mais assumem individualmente a busca de condições para se tornarem capazes e empregáveis por meio da educação escolar. Suas qualidades subjetivas parecem-lhes verdadeira mercadoria, algo objetivo, adquirido mediante pagamento e que os tornaria empregáveis numa sociedade cada vez mais sem emprego”. MANCEBO, Deise. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 23, p. 73-91, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0871-91872010000200004&script=sci\\_arttext&lng=en](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0871-91872010000200004&script=sci_arttext&lng=en). Acesso em: 29 jun. 2016.

<sup>41</sup> De acordo com Jaime Giolo, em 2005, o Inep realizou pela primeira vez o “cadastro docente da educação superior brasileira”. Naquela ocasião, os docentes horistas representavam absoluta maioria. Do total de 267.986 profissionais, 118.269 eram horistas, ao passo que 54.585 trabalhavam em tempo parcial, 49.779 em

Feitas tais considerações, é importante dizer que o reduzido quadro docente não consiste em privilégio de instituições de pequeno porte. Em algumas universidades federais, onde se supõe que exista maior estrutura e investimento, também é possível observar um quadro docente bastante restrito. No estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, a UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) contava recentemente com apenas 11 docentes na licenciatura em História.<sup>43</sup>

Entre as faculdades e os centros universitários, em termos de oferta acadêmica, alguns são realmente muito restritos, contendo cerca de quatro ou cinco cursos, entre os quais o de História.<sup>44</sup> Essa realidade é mais aplicável às faculdades, uma vez que os centros universitários são de maior porte, e alguns, inclusive, almejam evoluir até obter o *status* de universidade.<sup>45</sup>

Algumas instituições desse gênero têm demonstrado explicitamente entender o ensino superior como mercadoria. A principal prova disso encontra-se em grupos educacionais privados que lançaram ações na Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo). Outras se colocaram especialmente na “Meca” do consumo: os *shopping centers*.<sup>46</sup>

tempo integral e apenas 45.353 em dedicação exclusiva. GIOLO, Jaime. Os docentes da educação superior brasileira. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (Org.). *Docência na Educação Superior*. Brasília: INEP, 2006. p. 32.

<sup>42</sup> Em determinadas instituições tal situação foi agravada com a adoção do ensino semipresencial. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/11372>. Acesso em: 01 abr. 2016.

<sup>43</sup> De acordo com dados do Projeto Político-Pedagógico do curso de História. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/prograd/cursos/BACHARELADO%20E%20LICENCIATURA%20HISTORIA/10%20RECURSOS%20HUMANOS%20%20MATERIAIS.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2014.

<sup>44</sup> Alguns exemplos: Faculdade da Amazônia (<http://www.faam.com.br/portal/>), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Piraju (<http://www.fafip.edu.br/cursos.asp>), Faculdade Sulamérica (<http://sulamerica.edu.br/site/index.php>), Faculdade Evangélica Cristo Rei (<http://www.fecr.com.br/graduacao.html>). Acesso em: 10 fev. 2014.

<sup>45</sup> No entanto, para passar de centro universitário a universidade, é preciso, de acordo com as leis brasileiras, cumprir alguns critérios: “As universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral” (Decreto 5.773/2006).

<sup>46</sup> Neste caminho estava a UNP (Universidade Potiguar), que até 2009 manteve em funcionamento a graduação em História dentro de um *shopping center* localizado na área nobre da cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Em 30 de outubro de 2009, o *shopping* encerrou suas atividades e foi vendido para a própria UNP, o que demonstra o claro avanço econômico da educação superior privada no Brasil (Disponível em: <http://tribunadonorte.com.br/noticia/shopping-orla-sul-fecha-as-portas-nesta-sexta-feira/129628>, Acesso em: 07 abr. 2014). Outro exemplo é a Estácio de Sá, que mantém unidades educacionais dentro de *shopping centers*, como o caso do West Shopping no Rio de Janeiro (Disponível em: [http://portal.estacio.br/unidades/universidade-estacio-de-sa/campi/rj/rio-de-janeiro/campo-grande-\(rio-de-janeiro\).aspx](http://portal.estacio.br/unidades/universidade-estacio-de-sa/campi/rj/rio-de-janeiro/campo-grande-(rio-de-janeiro).aspx), Acesso em: 07 abr. 2014). No campus West Shopping, a Estácio de Sá oferece o curso de História na modalidade EaD.

Como exemplo de tais instituições temos o Grupo Anhanguera Educacional<sup>47</sup>, com suas ações identificadas, na data de lançamento, como “AEDU11”, e o Grupo Educacional Estácio de Sá<sup>48</sup>, com suas ações “ESTC3”. Cabe notar que os referidos grupos educacionais oferecem o curso de História<sup>49</sup> e lideram o mercado de ensino superior no país.<sup>50</sup>

Evidentemente, a entrada de tais organizações no mercado de valores deixa claro que seu objetivo principal é a realização monetária<sup>51</sup>. Sabidamente, uma das maneiras clássicas de potencializar o lucro reside em diminuir o custo; assim, é plenamente possível imaginar que ditas instituições visam manter um corpo docente bastante sucinto e pouco qualificado,<sup>52</sup> pois a lógica é muito simples: poucos profissionais trabalhando ao máximo significa, entre outras coisas, menos encargos trabalhistas. Além disso, o profissional de baixa qualificação recebe um salário menor, de modo que se torna compreensível o fato de que grande parte das faculdades ou dos centros universitários contarem com um número extremamente reduzido de

<sup>47</sup> O citado grupo começou suas atividades no ano de 1994 no interior do estado de São Paulo oferecendo unicamente o curso de Direito. No ano de 2003, o referido grupo torna-se uma sociedade anônima, permitindo a participação de investidores externos à instituição. Em 12 de março de 2007, começou a negociar suas ações na Bovespa ao valor de R\$ 18,00 cada ação, tornando-se a primeira instituição educacional na América Latina a ingressar no mercado de valores. Estimativas feitas em 2008 apontavam que o grupo Anhanguera já contava com 52 *campi*, somando aproximadamente 220 mil alunos de ensino superior, e seu valor monetário arrecadado no mesmo ano estava em cerca de R\$ 600 milhões. Segundo os diretores do grupo, a meta é chegar a um milhão de alunos em menos de uma década e assim tomar-se a maior instituição educacional do mundo. Disponível em: <http://www.revistainvestmais.com.br/ipo/296-Anhanguera+Educacional+SA+AEDU11.html>. Acesso em: 04 abr. 2011.

<sup>48</sup> O grupo Estácio de Sá ingressou na bolsa de valores apenas em 2007.

<sup>49</sup> Tais instituições, a exemplo de outras organizações educacionais privadas, oferecem a licenciatura em História em um período de somente 3 anos. Vejam-se os currículos dos cursos: <http://cursos.estacio.br/#> e também <http://www.anhanguera.com/graduacao/cursos/cursos.php#!/humanas|presencial/>. Acesso em: 07 abr. 2014.

<sup>50</sup> Em julho de 2016, foi anunciada a fusão dos referidos grupos educacionais, que dependia, no entanto, da aprovação do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Em verdade, o Grupo Anhanguera foi incorporado ao Grupo Kroton, assim, a fusão com o Grupo Estácio de Sá representaria a criação da maior empresa educacional do mundo com cerca de 1,6 milhões de alunos: “A Kroton tem operações de ensino presencial mais concentradas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, e é a responsável pelas marcas Anhanguera, Fama, LFG, Pitágoras, Unic, Uniderp, Unime e Unopar. Já a Estácio possui campi em todos os Estados do Nordeste e em alguns da região Norte, e opera no mercado basicamente com a marca Universidade Estácio de Sá. A Kroton, que já era a maior empresa de educação superior privada do país, encerrou março com 1,01 milhão de alunos, enquanto a Estácio, segunda maior do setor, tinha base total de 588 mil estudantes. A Unip tinha cerca de 350 mil alunos”. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/grupo-cobra-que-kroton-preserve-preco-e-metodologia-da-estacio.ghtml>. Acesso em: 02 jul. 2016.

<sup>51</sup> Nesse sentido impressionam as cifras com as quais tais instituições operam: “Em 2013, a Anhanguera Educacional já havia sido incorporada à Kroton em uma operação de cerca de R\$ 5 bilhões. À época, as duas empresas estavam no topo do setor. Desta vez, a proposta aceita pelo Conselho de Administração da Estácio é avaliada em cerca de R\$ 5,5 bilhões”. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/kroton-e-estacio-terao-23-do-mercado-diz-consultoria.ghtml>. Acesso em: 02 jul. 2016.

<sup>52</sup> Em 2011 o grupo Anhanguera foi acusado de provocar uma demissão em massa de docentes com titulação de mestre e doutor. Apenas no estado de São Paulo estima-se 1.497 demissões. Tal situação decorre da política agressiva de compra de novas instituições, ação pela qual o referido grupo já investiu mais de R\$ 800 milhões; assim, é preciso ajustar as finanças contratando profissionais com menor qualificação e, portanto, mais viáveis economicamente. Disponível em: <http://posgraduando.com/blog/anhanguera-realiza-demissao-em-massa-de-professores-mestres-e-doutores>. Acesso em: 31 mar. 2014.

doutores em seu quadro de pessoal.<sup>53</sup> Na análise elaborada por Elizabeth Balbachevsky e Denilde Oliveira Holzhacker, as autoras referem-se às instituições privadas como parte de um “contexto empresarial” dado que este inclui:

[...] a maior parte das universidades e escolas privadas, orientadas basicamente para o provimento de serviços educacionais no nível da graduação – e que, por isso, tendem a dar preferência por compor o seu corpo docente com professores medianamente titulados – valorizando assim o título de mestre – e em contratos de tempo parcial ou em regime de contrato com pagamento por de hora-aula.<sup>54</sup>

Seguramente a situação é muito distinta em universidades nas quais o docente pode dedicar-se ao seu campo específico de pesquisa. Não obstante, no caso das universidades federais existentes no Brasil, exige-se que o docente trabalhe ao menos oito horas semanais em sala de aula, desfrutando de uma maior quantidade de tempo para dedicar-se à pesquisa acadêmica<sup>55</sup>. No entanto, tais vantagens até o presente momento não impactaram diretamente o estudo do Antigo Oriente Próximo no Brasil, pois o cenário da História Antiga na academia nacional permanece sob o monopólio da Antiguidade Clássica, temática que envolve a ampla maioria dos profissionais brasileiros dedicados à História Antiga.<sup>56</sup>

Voltando ao caso dos centros universitários e faculdades, é importante dizer que estes estão divididos em algumas categorias. Existem as “privadas em sentido estrito”, “comunitárias”, “confessionais” e “filantrópicas”. Para o nosso tema específico de pesquisa (Israel antigo) se tornam particularmente interessantes as instituições de tipo “confessional” pelo fato de que nas mesmas se encontram os principais traços de conservadorismo no tocante à abordagem acadêmica sobre o Israel antigo.

Veja-se abaixo um quadro explicativo das diferenças entre os tipos de instituições mencionadas há pouco (Quadro 1):

<sup>53</sup> Apenas a título de informação, vale mencionar que, de acordo com Terribili Filho e Machado (2006, p. 15), estudos realizados em 2003 revelavam que as universidades públicas brasileiras tinham seu quadro docente composto por 37,8% de doutores ao passo que em instituições privadas tal proporção era de 11,5%.

<sup>54</sup> BALBACHEVSKY, E.; HOLZHACKER, D. O. *A profissão acadêmica no Brasil: evolução nos últimos 10 anos*. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0502.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

<sup>55</sup> Em realidade cada universidade federal tem autonomia para elaborar os critérios de trabalho dos docentes, mas geralmente tal regra de 8 horas semanais se aplica a maioria das instituições. É o caso, por exemplo, da UFPA, onde trabalhamos.

<sup>56</sup> Para que se tenha uma noção da desproporcionalidade, veja-se o *site* do “Grupo de Trabalho em História Antiga” da ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História), no qual estão cadastrados grande parte dos antiquistas: <http://www.gtantiga.net/integrantes.htm> (Acesso em: 16 mar. 2014). De acordo com o levantamento realizado pelo docente Dominique Santos, cerca de 74% dos docentes de História Antiga no Brasil se dedicam ao estudo do passado greco-romano. Disponível em: SANTOS, D. V. C. dos. *De tablet para tablet – novas ferramentas para a pesquisa e o ensino da história das culturas cuneiformes na era digital. Tempo e Argumento*, v. 6, 2014.

**Quadro 1:** Caracterização das categorias administrativas das instituições educacionais privadas<sup>57</sup>

Categorias	Características
Particulares em sentido estrito	A vocação social é exclusivamente empresarial e com fins lucrativos (MEC, 2007). A existência de mercado antecede a sua criação; nas categorias públicas e nas comunitárias, confessionais e filantrópicas, a criação visa atender a necessidade social (PEREIRA, 2003).
Comunitárias	Instituições sem fins lucrativos (MEC, 2007). Tendem a apresentar processos decisórios mais morosos do que o são em uma instituição particular. Em síntese, apresentam o seguinte: (a) patrimônio pertencente a ente coletivo comunitário; (b) rotatividade nos cargos da direção; (c) controle e poder subordinado a segmentos da sociedade civil (BERSCH, 2003).
Confessionais	Instituições sem fins lucrativos (MEC, 2007). A tipologia organizacional envolve: (a) foco social, filantrópico – na gestão financeira significa renunciar receitas e gerar outras despesas, além das essenciais ao ensino; (b) tendência a maior lentidão no processo decisório; (c) ausência de administração de custos com rigor empresarial, apesar da lisura da administração; (d) gestores, via de regra, sem formação específica, como educadores e teólogos, nem sempre administradores (TAVARES, 2005).
Filantrópicas	Aquelas cuja mantenedora obteve, junto ao Conselho Nacional de Assistência Social, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS). São instituições de educação que colocam seus serviços à disposição da população, em caráter complementar às atividades do Estado, sem remuneração de capital, ou seja, sem fins lucrativos (MEC, 2007).

As instituições confessionais são aquelas mantidas por setores religiosos, em sua ampla maioria católicos ou protestantes. No entanto, também existem faculdades privadas, não confessionais, que, com apoio de organizações cristãs, mantêm uma visão conservadora da história antiga de Israel.<sup>58</sup>

<sup>57</sup> DITTADI, SOUZA, 2009. Práticas de gestão adotadas em instituições de ensino superior estabelecidas no estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a09v30n03/09300342.html>. Acesso em: 17 fev. 2014.

<sup>58</sup> É o caso, por exemplo, das Faculdades INTA, que analisaremos mais adiante.

Grande parte de tal situação se deve ao fato de que nos cursos de História no Brasil ainda não se conseguiu distinguir entre “narrativa bíblica” e uma “história antiga de Israel”, de modo que os textos bíblicos seguem como referência para interpretação e identificação de um Israel histórico. A esse respeito complementa Davies: “Toda história moderna do ‘Israel antigo’ tem sido exegética. Nenhum historiador simplesmente voltou para as fontes primárias e começou do zero”.<sup>59</sup> Isso demonstra o distanciamento da academia brasileira com relação aos principais debates internacionais sobre a história da antiga Palestina, quando já está bastante claro o papel da arqueologia como fonte principal para o estudo da história de Israel no Antigo Oriente Próximo.<sup>60</sup>

Contudo, não é possível dizer que a frequente confusão entre o relato bíblico e a trajetória histórica de Israel seja fruto unicamente da falta de conhecimento da produção internacional sobre o tema em questão. O caso é, como veremos, que no Brasil existem instituições interessadas em manter uma interpretação conservadora de tal história, pois, de outro modo, estariam trabalhando contra sua própria ideologia.

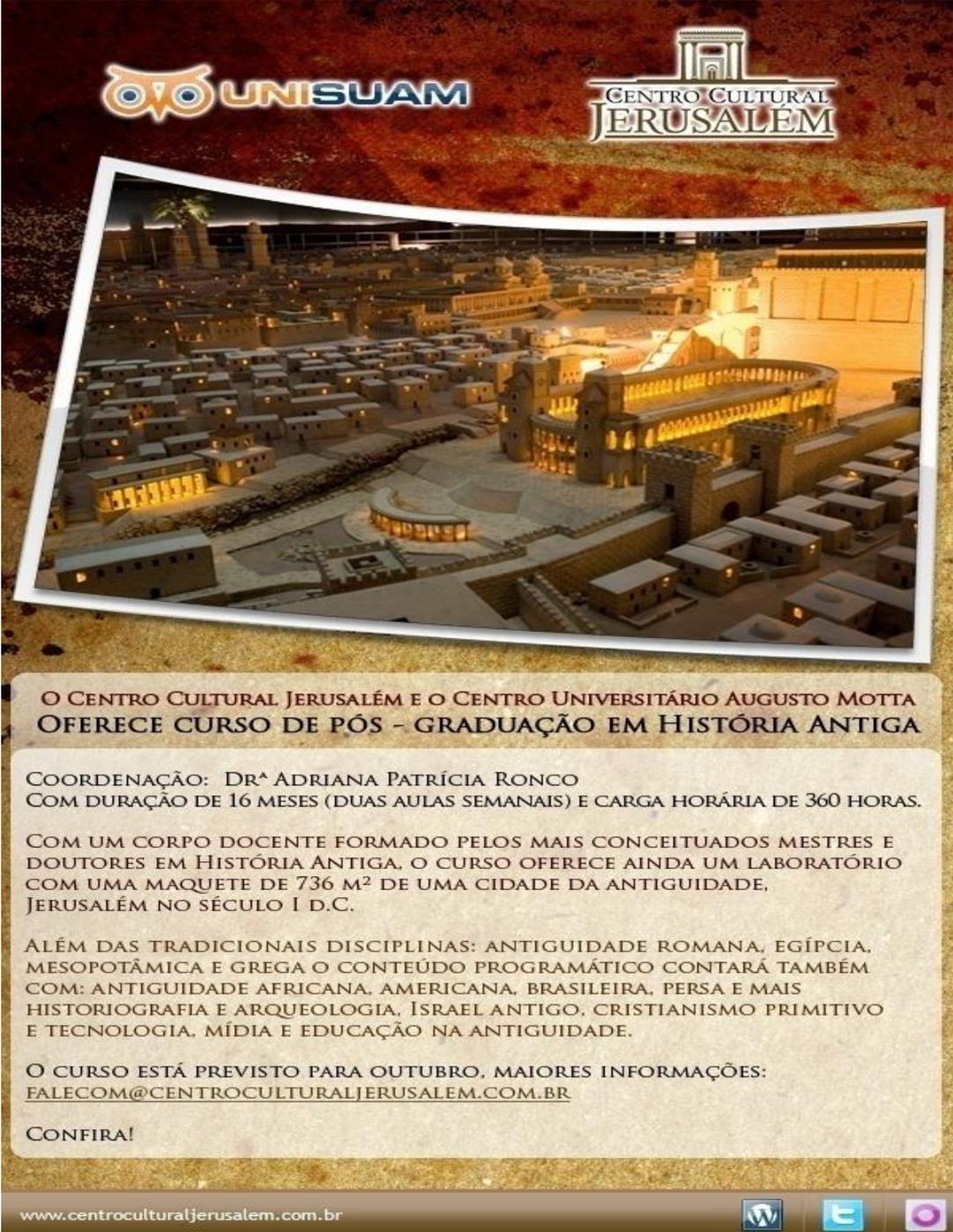
Esta é a situação da IURD (Igreja Universal do Reino de Deus). Pode até surpreender, porém, dita denominação decidiu envolver-se nos estudos de História Antiga, criando assim o CPA (Centro de Pesquisas da Antiguidade). Em 2011 o CPA vinculou-se com a UNISUAM, oferecendo uma pós-graduação em História Antiga (ver Figura 1).

---

<sup>59</sup> Texto original: “Every modern history of “ancient Israel” has been exegetical. No historian has simply gone back to the primary sources and started from scratch.” DAVIES, P. *Biblical Israel in the Ninth Century?* In: WILLIAMSON, H. G. M. *Understanding the History of Ancient Israel*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 52.

<sup>60</sup> Disponível em: DAVIES, P. R. *The History of Ancient Israel: A Guide for the Perplexed*. London: Bloomsbury T & T Clark, 2015, p. 155. PFOH, E. *The Emergence of Israel in Ancient Palestine: Historical and Anthropological Perspectives*. London: Equinox, 2009. p. 53.

**Figura 1:** Informativo de divulgação da pós-graduação em História Antiga fruto da parceria entre o CCJ/IURD e a Unisuam.



**O CENTRO CULTURAL JERUSALÉM E O CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA OFERECE CURSO DE PÓS - GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ANTIGA**

COORDENAÇÃO: DR<sup>A</sup> ADRIANA PATRÍCIA RONCO  
COM DURAÇÃO DE 16 MESES (DUAS AULAS SEMANAIS) E CARGA HORÁRIA DE 360 HORAS.

COM UM CORPO DOCENTE FORMADO PELOS MAIS CONCEITUADOS MESTRES E DOUTORES EM HISTÓRIA ANTIGA, O CURSO OFERECE AINDA UM LABORATÓRIO COM UMA MAQUETE DE 736 M<sup>2</sup> DE UMA CIDADE DA ANTIGUIDADE, JERUSALÉM NO SÉCULO I D.C.

ALÉM DAS TRADICIONAIS DISCIPLINAS: ANTIGUIDADE ROMANA, EGÍPCIA, MESOPOTÂMICA E GREGA O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO CONTA TAMBÉM COM: ANTIGUIDADE AFRICANA, AMERICANA, BRASILEIRA, PERSA E MAIS HISTORIOGRAFIA E ARQUEOLOGIA, ISRAEL ANTIGO, CRISTIANISMO PRIMITIVO E TECNOLOGIA, MÍDIA E EDUCAÇÃO NA ANTIGUIDADE.

O CURSO ESTÁ PREVISTO PARA OUTUBRO, MAIORES INFORMAÇÕES:  
[FALECOM@CENTROCULTURALJERUSALEM.COM.BR](mailto:FALECOM@CENTROCULTURALJERUSALEM.COM.BR)

CONFIRA!

[www.centroculturaljerusalem.com.br](http://www.centroculturaljerusalem.com.br)

Fonte: [www.centroculturaljerusalem.com.br/](http://www.centroculturaljerusalem.com.br/). Acesso em: 03 maio 2011.

Em realidade, o CPA<sup>61</sup> foi criado a partir do CCJ (Centro Cultural Jerusalém)<sup>62</sup>, que consiste em uma espécie de museu de História Antiga criado pela IURD. No referido CCJ, encontra-se a maior maquete do mundo da Jerusalém antiga com um tamanho de 736m<sup>2</sup>. No ano de 2009, o governador do estado do Rio de Janeiro reconheceu oficialmente o CCJ como ponto turístico, o que demonstra a grande influência política do grupo IURD, o qual dispunha de um grupo de congressistas e inclusive um senador da república eleitos com seu apoio.<sup>63</sup>

Sem dúvida, a vinculação da IURD com grupos educacionais privados revela-se preocupante justamente por conta da interpretação fundamentalista<sup>64</sup> que fazem do texto bíblico. No canal televisivo do grupo, Rede Record, foi exibida uma série de programas tentando provar a veracidade dos textos bíblicos. O “Domingo Espetacular”, exibido semanalmente, fez uma série de reportagens calcadas em pressupostos científicos altamente duvidosos, tentando mostrar a plausibilidade histórica da vitória de Davi sobre Golias, do dilúvio, da arca e de outros temas bíblicos.<sup>65</sup>

Uma das situações mais preocupantes encontra-se no livro “Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política”<sup>66</sup> de autoria do fundador da igreja, bispo Edir Macedo. Em tal obra, por meio de uma leitura política do Antigo Testamento, Macedo propõe que os evangélicos tomem o poder na política brasileira. Para o autor, está claro que no texto bíblico Deus apresenta um projeto de nação para os israelitas; assim, os evangélicos de hoje que representam o “povo escolhido” devem tomar consciência da mensagem bíblica e organizarem-se para controlar politicamente o país.

Uma vez que tais pressupostos se fazem presentes entre os dirigentes da IURD, é de se pensar o risco que representa sua intromissão nos estudos de História Antiga. Apesar disso, há que se considerar que nem todo conservadorismo na interpretação da história de Israel recai sobre tal instituição. Há grupos educacionais privados, mantidos por ou vinculados a

---

<sup>61</sup> Veja-se o *site*: <http://cpantiguidade.wordpress.com/>. Acesso em: 31 mar. 2014

<sup>62</sup> Veja-se o *site*: [www.centroculturaljerusalem.com.br/](http://www.centroculturaljerusalem.com.br/). Acesso em: 12 set. 2014.

<sup>63</sup> A Lei 5.375/2009, sancionada por Sérgio Cabral (governador do Rio de Janeiro), foi proposta por um parlamentar ligado a IURD. Disponível em: [http://www.revistafator.com.br/ver\\_noticia.php?not=64484](http://www.revistafator.com.br/ver_noticia.php?not=64484). Acesso em: 03 maio 2011.

<sup>64</sup> Não é tão seguro usar o termo “fundamentalista” para a IURD, porque o que parece é que dita denominação faz um uso pragmático do texto bíblico, ou seja, utiliza o texto como melhor lhe cabe. Há questões pontuais em que a IURD se distancia do fundamentalismo clássico, como na questão do aborto. Sobre esse tema, veja-se o *blog* do fundador da Igreja, Edir Macedo: <http://www.bispomacedo.com.br/tag/aborto/>. Acesso em: 31 mar. 2014.

<sup>65</sup> Na verdade o Domingo Espetacular chegou a fazer uma série chamada “Enigmas do Sagrado”, tentando demonstrar cientificamente a plausibilidade dos fatos narrados na Bíblia. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=6cdyZWATVFI&list=PLEB70DBFE94E675AE&index=2>. Acesso em: 02 fev. 2014.

<sup>66</sup> MACEDO, E.; OLIVEIRA, C. *Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

instituições religiosas que preservam altos graus de conservadorismo no estudo de dita história.

Para citar outro exemplo, veja-se o caso do INTA (Instituto Superior de Teologia Aplicada), uma faculdade privada que atua no interior do estado do Ceará. Atualmente a referida instituição mantém mais de uma dezena de cursos de graduação, incluindo Teologia e História. O INTA é mantido pela Associação Igreja Adventista Missionária, e a matriz curricular da licenciatura em História engloba componentes curriculares como “Antropologia Teológica”,<sup>67</sup> que, apesar de ser uma matéria de cunho explicitamente religioso, compõe o currículo<sup>68</sup> de uma área do conhecimento essencialmente laica. Com isso é razoável perguntar: que tipo de interpretação podem ter da história antiga de Israel? Desse modo é plenamente possível supor que uma abordagem crítica de tal história fica limitada.

Entretanto, é preciso reconhecer que as instituições de ensino vinculadas a Igreja Adventista (IASD) configuram um caso *sui generis*. De acordo com o Prof. Haller Schunemann, docente em uma instituição adventista, o sistema de ensino vinculado à referida denominação pode ser classificado como fundamentalista.<sup>69</sup> Instituições com esse perfil tendem a criar um sistema de ensino próprio como forma de apresentar resistência à educação laica. De acordo com o mencionado docente:

A IASD, como denominação religiosa fundamentalista protestante, acredita nos pontos que Schweiter (2001) coloca como comuns e definidores: (1) inspiração e inerrância da Bíblia, (2) a Trindade, (3) nascimento virginal e a divindade de Cristo; (4) a queda do Homem e o pecado original; (5) a morte expiatória de Cristo para a salvação dos homens; (6) a ressurreição corporal e a ascensão; (7) o retorno pré-milenar de Cristo; (8) a salvação pela fé e o novo nascimento; (9) o juízo final.<sup>70</sup>

Os referidos pressupostos de fé permeiam os currículos escolares das instituições pertencentes à mencionada denominação. Contudo, a IASD possui um conjunto maior de doutrinas que, como se poderá ver adiante, influenciam, de igual maneira, os currículos das instituições educacionais adventistas. Nesse sentido cabe apontar que:

---

<sup>67</sup> Para mais informações sobre o caráter da “Antropologia Teológica”, Disponível em: AQUINO JÚNIOR, F. A problemática da Antropologia Teológica. *Atualidade Teológica*, PUCRJ, v. XVII, p. 267-291, 2013.

<sup>68</sup> Disponível em: <http://www.inta.edu.br/SouINTA/matriz/nova-matriz-historia-2014.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2016.

<sup>69</sup> Veja-se o artigo de SCHUNEMANN. Haller Elinar Stach. A educação confessional fundamentalista no Brasil atual: Uma análise do sistema escolar da IASD. *Revista de Estudos da Religião*, PUCSP, Pós-Graduação em Ciências da Religião, s/d. Disponível em: [http://www.pucsp.br/rever/rv3\\_2009/t\\_schunemann.htm](http://www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_schunemann.htm). Acesso em: 24 mar. 2016.

<sup>70</sup> SCHUNEMANN, s/d.

[...] a IASD é mais conhecida por suas doutrinas particulares. Derosche (2000) descreve a IASD sucintamente destacando entre suas crenças particulares: (1) a aceitação de Ellen White como profetisa, (2) a guarda do sétimo dia da semana, como sábado bíblico, (3) a purificação do santuário profetizado em Daniel 8:14 diz respeito ao julgamento que está ocorrendo no Céu, começando pelos mortos e terminando pelos vivos, antes da manifestação gloriosa de Cristo; (4) a prática de reforma sanitária e alimentar, como elementos da santificação pessoal e (5) a atribuição do papel de Anticristo ao papado. Além disso, é importante ressaltar que a IASD se vê como a Igreja Remanescente do Tempo do Fim, que significa que ela acredita ser sua obrigação pregar suas doutrinas, em especial, as singulares como condição para a manifestação gloriosa de Cristo e o encerramento da história terrestre. Pois os salvos serão trasladados ao Céu.<sup>71</sup>

Como base na referida explanação, torna-se compreensível o caráter peculiar da matriz curricular de instituições de ensino adventistas que, evidentemente, comportam um nítido caráter fundamentalista.<sup>72</sup> No caso do Unasp (Centro Universitário Adventista de São Paulo),<sup>73</sup> por exemplo, o curso de licenciatura em História possui como disciplinas obrigatórias:<sup>74</sup> Cosmvisão Bíblico-Cristã; Antropologia Cristã; Fundamentos do Cristianismo; Interpretação Bíblica da História; Princípios de Vida Saudável<sup>75</sup> e Ética Cristã. Como o curso estende-se por seis semestres, significa dizer que em cada semestre há uma disciplina que atende aos dogmas da IASD.

---

<sup>71</sup> SCHUNEMANN, s/d.

<sup>72</sup> Embora o termo “fundamentalista” possa ter uma conotação pejorativa, não é nesse sentido que ele está sendo usado nesta pesquisa. Como visto, figuram entre os dogmas adventistas a inspiração divina e inerrância da Bíblia e o nascimento virginal de Cristo. Assim, de acordo com o Prof. Martin Dreher, entre os elementos que definem historicamente o fundamentalismo religioso protestante encontram-se justamente a inspiração verbal do texto bíblico e o nascimento virginal de Cristo. Sobre o primeiro elemento destaca o Prof. Dreher: “Desenvolve-se, entre muitos protestantes, contra a leitura histórica e crítica dos textos bíblicos, a convicção de que cada palavra, cada letra do texto bíblico foi inspirada, ditada pelo Espírito Santo a seus autores. Daí também muitos afirmarem a inerrância do texto bíblico: a Bíblia não ensina nada que seja cientificamente inexato. Se em Gênesis, por exemplo, a criação se deu em sete dias, estes sete dias são, realmente, sete dias de 24 horas. Nesse caso, os fósseis que encontramos foram criados por Deus e por ele colocados na terra. Eles não provam períodos maiores para a criação, muito menos a evolução das espécies”. Quanto ao nascimento virginal: “Desde os primórdios do cristianismo, partindo da leitura dos Evangelhos de Mateus e Lucas, o cristianismo tem afirmado que a concepção de Jesus seria atividade do Espírito Santo em Maria, sem a participação de um pai humano. Quando do nascimento de Jesus, o hímen de Maria teria permanecido intacto, tendo a mãe de Deus sido e permanecido virgem”. DREHER, M. N. *Para entender o fundamentalismo*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002, p. 81.

<sup>73</sup> Importante destacar que o Unasp detém o Museu de Arqueologia Bíblica Paulo Bork. De acordo com a descrição do museu na página da instituição, ele configura “um importante símbolo do compromisso da Igreja Adventista no Brasil com a autoridade normativa das Escrituras”. Disponível em: <http://www.unasp-ec.edu.br/conheca/museu-de-arqueologia/>. Acesso em: 25 mar. 2016.

<sup>74</sup> Disponível em: [http://unasp.edu.br/Graduacao/ProjetoPedagogico/Historia-Engenheiro\\_Coelho](http://unasp.edu.br/Graduacao/ProjetoPedagogico/Historia-Engenheiro_Coelho). Acesso em: 24 mar. 2016.

<sup>75</sup> Seguramente essa disciplina refere-se ao dogma da IASD no que tange a reforma sanitária e alimentar como práticas para a santificação pessoal. A bibliografia (básica e complementar) da referida disciplina é composta por obras da editora vinculada à IASD. Disponível em: [http://www.unasp-ec.com/unasp/departamento/atividade/files/\\_623.pdf](http://www.unasp-ec.com/unasp/departamento/atividade/files/_623.pdf). Acesso em: 24 mar. 2016.

Desse modo, percebe-se que a instituição consegue dogmatizar uma área do conhecimento laica, oferecendo com o aval do MEC<sup>76</sup>, uma espécie de “graduação confessional”.<sup>77</sup> Evidentemente, o conteúdo dos componentes curriculares de caráter confessional ataca frontalmente o estatuto da História enquanto disciplina, a qual se ocupa essencialmente com o passado humano, não admitindo, em hipótese alguma, a intervenção divina como variante de explicação histórica.<sup>78</sup> Nesse sentido, matérias como “Interpretação Bíblica da História” representam um ataque à área de História a partir do momento em que sua ementa declara: “conhecer a história mundial segundo a interpretação bíblica, enfocando as ações de Deus no passado, presente e Seus planos para o futuro”.<sup>79</sup> Torna-se claro, assim, que uma “interpretação bíblica da História” retira dos humanos o seu protagonismo, submetendo-os aos desígnios de um poder extraterreno, percepção essa que vigorou por largo período na interpretação da trajetória histórica do antigo Israel, considerado por muitos como “povo escolhido”.<sup>80</sup>

Como já mencionado, os mais altos graus de conservadorismo na abordagem da história de Israel são reconhecíveis nos cursos de História pertencentes a faculdades ou centros universitários. Sabidamente, há grupos religiosos que mantêm grandes universidades, mas, nestes ambientes a capacidade de uma interpretação crítica é mais frequente<sup>81</sup>. No entanto, uma história do Israel antigo não acadêmica segue tendo espaço inclusive nas universidades federais brasileiras. A UFAL (Universidade Federal de Alagoas) pode ser citada como um bom exemplo de tal situação.

---

<sup>76</sup> É interessante notar que as disciplinas de caráter confessional, mesmo sendo obrigatórias, são oferecidas em carga horária suplementar. Desse modo, a instituição cumpre com os requisitos legais exigidos pela legislação vigente de maneira que não pode ser acusada de suprimir carga horária obrigatória para incluir conteúdo de cunho religioso.

<sup>77</sup> O caráter confessional da licenciatura em História do Unasp está para além de seu currículo, até mesmo os eventos acadêmicos do curso apontam nesse sentido. Em 2015, por exemplo, o tema da Semana Acadêmica do curso de História foi: “100 anos: Unasp e Ellen White”. Disponível em: <http://noticias.adventistas.org/pt/noticia/educacao/127109-2/>. Acesso em: 25 mar. 2016.

<sup>78</sup> Disponível em: PFOH, E. *Más allá del círculo hermenéutico: El pasado de Israel entre la teología del Antiguo Testamento y la historia de Palestina*. En: *Revista Bíblica* (Sociedad Argentina de Teología – Buenos Aires), v. 69, n. 1-2, 2007.

<sup>79</sup> Disponível em: [http://www.unasp-ec.com/unasp/departamento/atividade/files/\\_623.pdf](http://www.unasp-ec.com/unasp/departamento/atividade/files/_623.pdf). Acesso em: 25 mar. 2015.

<sup>80</sup> Para uma discussão sobre a noção de Israel como “povo eleito” Disponível em: BEN-CHORIN, S. *A eleição de Israel: um tratado teológico-político*. Petrópolis: Vozes, 1997.

<sup>81</sup> É o caso, por exemplo, das Pontifícias Universidades Católicas, nas quais há ou houve importantes estudos no campo da História Antiga. A PUCRJ (Rio de Janeiro) tinha em seu quadro docente um dos principais orientalistas brasileiros, o Prof. Emanuel Bouzon. A PUCRS (Porto Alegre) ainda possui grupos de pesquisa em História Antiga e realiza um dos únicos eventos acadêmicos, em nível nacional, exclusivamente dedicado ao mundo antigo oriental. Referimo-nos às Jornadas do Oriente Antigo da PUCRS. Disponível em: <http://www.pucrs.br/eventos/orienteantigo/?p=capa>. Acesso em: 31 mar. 2014.

No curso de História da UFAL, incrivelmente, aparecia na lista de livros utilizados na área de História Antiga a obra de Werner Keller: “E a Bíblia tinha razão”.<sup>82</sup> Impressiona o fato de a referida obra constar em um projeto político-pedagógico elaborado em 2009. A questão é grave por conta de o referido livro não ser um texto acadêmico, mas sim a obra de um jornalista elaborada na década de 1950.<sup>83</sup> Não obstante, o título do livro já deveria causar estranhamento, afinal usar como referência de um estudo pretensamente crítico uma obra que faz apologia a Bíblia certamente não é algo que se espera de um historiador. Entretanto, esse fato revela a precariedade existente no que concerne ao estudo acadêmico da história de Israel, a qual não foge aos enfoques conservadores mesmo dentro de uma universidade federal, que, em tese, possui uma qualidade de ensino acima das instituições privadas de menor porte.

Se tal situação chega a ocorrer em uma universidade federal, é de se pensar quão precária deve ser a abordagem do Israel antigo nos cursos privados de pequenas instituições. Contudo, por conta da predominância da Antiguidade Clássica na área de História Antiga, é provável que os grupos menores do Antigo Oriente Próximo, caso em que se insere Israel, nem mesmo sejam alvos de estudo.<sup>84</sup> Vale recordar que as faculdades e os centros, dentro da esfera privada de ensino, são os principais responsáveis pela oferta do curso de História no Brasil. Mesmo sem conhecer a totalidade dos cursos que formam historiadores, é possível afirmar, com certa convicção, que o estudo da Antiguidade Oriental é, de fato, muito limitado.<sup>85</sup>

No tocante ao caso brasileiro, é válido abrir um importante parêntese para voltar um pouco no tempo e destacar que a ênfase no estudo de Grécia e Roma em solo nacional também deriva do trabalho do historiador francês Charles Seignobos (1854-1942), o qual, em suas obras didáticas, dividiu a História Antiga em três partes: Oriente, Grécia e Roma.

---

<sup>82</sup> Disponível em: [sites2.ufal.br/prograd/academico/cursos/campus\\_sertao/ppp\\_historia](http://sites2.ufal.br/prograd/academico/cursos/campus_sertao/ppp_historia). Acesso em: 28 out. 2010. Atualmente não figura mais na lista a citada obra, contudo, na bibliografia complementar da disciplina de História Antiga consta a obra completa, em três volumes, do judeu ortodoxo David Flusser, *O Judaísmo e as Origens do Cristianismo*. Disponível em: [http://www.ufal.edu.br/arquivos/v1/prograd/cursos/campus\\_sertao/ppp\\_historia](http://www.ufal.edu.br/arquivos/v1/prograd/cursos/campus_sertao/ppp_historia). Acesso em: 13 fev. 2014.

<sup>83</sup> FOX, R. L. *Bíblia verdade e ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 204.

<sup>84</sup> Em levantamento nacional realizado pelo docente Dominique Santos, constatou-se a existência de 92 docentes com formação em História Antiga atuando no país (SANTOS, 2014, p. 219). Desse modo, fazendo-se um cálculo simples, é possível supor que apenas cerca de 17% das graduações em História (considerando o total de 549 cursos) possuem um especialista que ministra a disciplina de História Antiga, os quais, majoritariamente, atuam em universidades federais. Sendo assim, cerca de 83% das licenciaturas em História no Brasil não possuem um pesquisador da referida área, logo é plenamente possível supor que essa realidade atinge a maioria dos cursos pertencentes a instituições de médio e pequeno porte.

<sup>85</sup> BERLESI, J. A abordagem simplista do Oriente frente ao monopólio ocidental: uma análise da História Antiga nos cursos de História. In: PEREIRA, E. A. D.; NUNES, F. A. (Org.). *Encontros de História e Educação: Pesquisa Social, Histórica e Política em Educação*. Brasília: Editora Kiron, 2012. p. 13-19.

Casualmente, a mesma divisão ainda é perceptível em muitos currículos de História, seja na educação básica, seja no ensino superior. Em todo caso, a necessidade de se aprofundar nos estudos do passado clássico era justificada pelo esforço de entendimento do progresso europeu, da raça branca cristã, que tinha sua gênese no passado greco-romano. Quanto à influência do referido historiador nos currículos nacionais, especialmente no início da fase republicana, comenta Circe Bittencourt:

[...] Havia uma predestinação do povo europeu, da raça branca cristã, originária da Grécia e de Roma, que determinava o rumo de todos os povos. Negava-se a Idade Média, “tempo das trevas” e tempo da Igreja recuperando a Antiguidade como origem, raiz da civilização. A Antiguidade integrava os estudos escolares, organizando o tempo sequencial, partindo das origens da civilização até seu estágio atual.

O caráter dos Tempos Modernos, da modernização que abarcava a História Contemporânea, nas obras e programas didáticos, não visava destruir os valores do Tempo Antigo, preservando o estudo das “obras clássicas”, justificando a manutenção dos currículos das humanidades. Mantinha-se o latim e os autores clássicos. A Antiguidade era ensinada não apenas nas aulas de História mas pela literatura e estudo de língua moderna estrangeira ou “mortas”.<sup>86</sup>

Com isso percebe-se que a ênfase no passado clássico vigora a longo tempo no país. Soma-se a esse quadro o pequeno número de antiquistas existentes no Brasil, de modo que o componente curricular de História Antiga, na maior parte das vezes, acaba sobrando como área secundária de um docente com formação em outro campo da História<sup>87</sup>. Mesmo nas universidades federais, que são reconhecidamente melhores, existem casos de concursos docentes que unificam as áreas de Antiga e Medieval,<sup>88</sup> de modo que uma das duas resultará prejudicada, uma vez que o docente possui apenas uma área específica de formação.

Retornando ao texto do Prof. Faversani, que em 2001 realizou um levantamento do estado da área de Antiga no Brasil, vale mencionar que 63 docentes, responsáveis por ministrar a(s) disciplina(s) de Antiga, responderam ao questionário, e deste número de profissionais somente 27 declararam ter formação em história antiga.<sup>89</sup> Assim, há mais de

<sup>86</sup> BITTENCOURT, C. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à profana. *Revista Brasileira de História*, v. 13, n. 25/26, 1993. p. 208.

<sup>87</sup> A pesquisa do Prof. Faversani, referida no início desse estudo, já havia demonstrado esse dado.

<sup>88</sup> O concurso de que participamos (na UFPA) foi assim. Na UFBA, passou-se o mesmo, Disponível em: [http://www.concursos.ufba.br/docentes/2009/editais\\_docentes\\_2009.html](http://www.concursos.ufba.br/docentes/2009/editais_docentes_2009.html). Acesso em: 12 dez. 2009. Também ocorreu a mesma situação na UFMT. Disponível em: [http://www.ufmt.br/concurso/cnc\\_doc\\_2008/word/INSCRICOES\\_DEFERIDAS\\_CAMPUS\\_CUIABA\\_EDIT\\_TAL\\_002\\_180808.pdf](http://www.ufmt.br/concurso/cnc_doc_2008/word/INSCRICOES_DEFERIDAS_CAMPUS_CUIABA_EDIT_TAL_002_180808.pdf). Acesso em: 14 dez. 2009. Com estes exemplos, são três casos de um único concurso para duas áreas de atuação e todos de universidades públicas federais.

<sup>89</sup> FAVERSANI, 2001, p. 45.

uma década e meia o número de antiquistas no Brasil estava especialmente restrito e, além disso, limitado sobretudo aos estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Tal situação é relatada pela docente Ana Teresa Gonçalves, a qual ao referir-se ao trabalho dos antiquistas e à sua própria experiência afirmava:

[...] infelizmente muitos destes profissionais recém formados negam-se a sair desta região e se aventurar em universidades que se encontram fora do eixo Rio de Janeiro - São Paulo. Somente para fornecer um exemplo que creio bastante elucidativo, e sem dúvidas bastante pessoal, a Universidade Federal de Goiás, onde trabalho há seis anos, depois de me formar pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e me pós-graduar na Universidade de São Paulo, está completando quarenta anos de fundação. Nosso Mestrado em História das Sociedades Agrárias tem vinte anos de funcionamento. Sou a primeira profissional de História Antiga que integra o quadro de professores, e a partir de 2002 passarei a integrar o corpo docente da pós-Graduação. Interessante notar que há poucas sociedades mais agrárias do que as da Antiguidade. Contudo, apesar dos concursos, nenhum profissional tinha se interessado em atuar no Centro-Oeste antes de mim.<sup>90</sup>

A situação atual é um pouco distinta, de modo que os antiquistas já se encontram mais dispersos geograficamente pelo país. Não obstante, aumentou a oferta de pós-graduação na área de Antiga (principalmente em história da Grécia e Roma),<sup>91</sup> de modo que a cada ano surgem novos profissionais formados. Em anos recentes, uma pesquisa realizada pelo docente Dominique Vieira Coelho dos Santos foi capaz de quantificar a produção nacional sobre História Antiga:

A partir de uma pesquisa destes dados e de uma análise dos currículos de todos os docentes informados na página do GTHA, foi possível observar algumas questões bastante relevantes sobre a área de História Antiga no Brasil, como, por exemplo, o quanto se tem publicado e quais as temáticas específicas mais estudadas. Os docentes de História Antiga, representados no mapa do GTHA, originaram 2.022 “artigos completos publicados em periódicos”; 462 “livros publicados/organizados ou edições” e 1.029 “capítulos de livros publicados”. De igual modo, verificando as “orientações e supervisões concluídas”, percebemos que orientaram 636 trabalhos de iniciação científica; 802 trabalhos de conclusão de curso; 195 monografias de especialização; 400 dissertações de mestrado e 96 teses de doutorado. Ou seja, uma quantidade significativa de intervenções. Sem dúvida, um quadro bastante diferente de um passado não muito distante.<sup>92</sup>

<sup>90</sup> GONÇALVES, A. T. M. Desafios da Pesquisa em História Antiga no Brasil. III Encontro da Anpuh-ES, 2001, Vitória. *Anais Eletrônicos do III Encontro da Anpuh-ES*. Disponível em: <http://www.angelfire.com/planet/anpuhes/ensaio3.htm>. Acesso em: 19 mar. 2014.

<sup>91</sup> Citamos algumas instituições nas quais se pode fazer uma pós-graduação em História Antiga: UFRGS, UFRJ, UNICAMP, USP, UNB, UFGO, UFES, UFPR, UFF.

<sup>92</sup> SANTOS, 2014, p. 217.

Desse modo, há profissionais de História Antiga de sul a norte,<sup>93</sup> mas, em comparação com os outros campos da História, os antiquistas ainda representam absoluta minoria, basta que se veja a composição do corpo docente de qualquer universidade brasileira, nas quais os historiadores e historiadoras em maior número dedicam-se ao estudo do passado nacional<sup>94</sup>. De acordo com o levantamento realizado pelo docente Dominique Santos, em todo o país existem 92 docentes concursados atuando profissionalmente na área de História Antiga, os quais majoritariamente se dedicam ao passado clássico:

[...] a grande maioria dos 92 professores brasileiros de História Antiga ou estuda Grécia ou estuda Roma. É até sintomático que o número de pesquisadores de Grécia (32) seja quase o mesmo que o de Roma (36). Ou seja, 39% dos docentes estudam Roma, enquanto que 35% estudam Grécia. Estas duas temáticas da História Antiga representam, juntas, um total de 68 docentes, incríveis 74% do total de pesquisadores da área.<sup>95</sup>

Por mais que existam especialistas em História Antiga disponíveis no mercado, seguramente estes estão em segundo plano de contratação – tratando-se de instituições privadas, a preferência é por pesquisadores e pesquisadoras da história nacional porque estes podem ter um maior aproveitamento dentro da grade curricular de uma graduação em História<sup>96</sup>. Em termos financeiros, um antiquista não é muito viável, pois na melhor das hipóteses poderá abarcar as áreas de antiga e medieval, que, em muitas graduações de História, representam unicamente dois componentes curriculares.<sup>97</sup> Assim, é preferível manter um corpo docente limitado, algo que inclusive auxilia a não elevar o valor da mensalidade dos cursos privados,<sup>98</sup> pois um valor acessível é fundamental para a manutenção de um número

<sup>93</sup> Existem, todavia, estados da federação que ainda não contam com a presença de nenhum profissional com formação específica em História Antiga. De acordo com as informações do GTHA, tais profissionais são inexistentes nos seguintes estados: AC, RR, AP, TO, MT e AL. Disponível em: <http://www.gtagta.com/estados.htm>. Acesso em: 02 abr. 2016.

<sup>94</sup> No caso da UFPA, onde trabalhamos, a Faculdade de História do Campus de Belém, apesar de ter 24 docentes, não conta com nenhum especialista em História Antiga. Disponível em: [http://www.ufpa.br/historia/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4&Itemid=4](http://www.ufpa.br/historia/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=4). Acesso em: 01 abr. 2014.

<sup>95</sup> SANTOS, 2014, p. 219.

<sup>96</sup> Embora cada instituição tenha autonomia para formular sua grade de disciplinas, não é raro constar a existência de uma única disciplina de História Antiga, ao passo que se tem, no mínimo, três disciplinas para o estudo da história nacional (Brasil Colônia, Império e República).

<sup>97</sup> Isso se passa não somente em instituições privadas. Instituições de prestígio, como a Unicamp, também passam pela mesma situação. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/pf-ifch/public-files/graduacao/projeto-pedagogico-historia.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2016.

<sup>98</sup> “As IES privadas, principalmente, vêm demonstrando muita preocupação [...], nesta época de alta concorrência e de pressões por reduções de mensalidades e alta inadimplência, que impõem a necessidade de reduzir custos, ao mesmo tempo em que o Ministério da Educação põe em prática processos de avaliação da

suficiente de alunos e alunas de acordo com seu perfil socioeconômico.<sup>99</sup> Análises recentes revelam que o perfil majoritário dos estudantes de licenciatura é composto por acadêmicos oriundos das classes posicionadas na base da pirâmide social:

Não bastassem os conhecidos dados de falta de atratividade da carreira docente, o perfil dos alunos que ingressam nos cursos de formação de professores – tanto em pedagogia quanto nas licenciaturas – tem mudado nos últimos anos. Diversas pesquisas indicam que, hoje, o estudante médio dos cursos voltados à carreira docente vem de classes sociais desfavorecidas econômica e culturalmente, estudou em escolas públicas, apresenta baixo desempenho em avaliações, é trabalhador e, muitas vezes, faz parte da primeira geração da família a entrar no ensino superior. Diante das atuais dificuldades da educação brasileira, com índices de aproveitamento preocupantes, quais serão os impactos, a curto e médio prazo, da entrada de professores que chegam à carreira carregando dificuldades acumuladas no seu histórico de vida escolar?<sup>100</sup>

Retomando a questão da atuação profissional do antiquista, é preciso considerar o preconceito que sofre a área de Antiga. Tal situação tem suas origens no período do governo militar, como bem destaca a docente Margarida de Carvalho:

A História Antiga será vista, no setor universitário, como controle ideológico e, assim, será identificada com a chamada *Direita* política do país. Nos currículos de História das grandes universidades brasileiras haverá o predomínio da História Antiga adotada de maneira factual, bastante positivista, fator esse que irá ao encontro dos objetivos da censura. Os espaços das reflexões sociopolíticas, tão características e inerentes aos cursos de História, serão preenchidos por uma Antiguidade maniqueísta, olhada como algo curioso e não como um convite à análise dos processos históricos. Essa mácula, quase indelével, ficará durante muito tempo nos registros dos historiadores brasileiros especialistas em História do Brasil, da América, História Moderna e Contemporânea, os quais não medirão esforços para combater tais estudos sobre História Antiga, apesar do empenho, após a abertura política ocorrida na década de 1980, da maioria dos antiquistas brasileiros em desconfigurar essa imagem distorcida ao acompanhar o novo resplendor da historiografia marxista.<sup>101</sup>

Não se pode medir atualmente o grau de preconceito que ainda resta entre a comunidade de historiadores; no entanto, a História Antiga não está no mesmo nível dos outros campos da História, e isso facilmente se percebe pelo espaço destinado a essa área nas

---

qualidade do ensino.” Disponível em: [http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art\\_034.pdf](http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_034.pdf). Acesso em: 25 jun. 2016.

<sup>99</sup> Sabidamente, os estudantes das licenciaturas em História, bem como das demais licenciaturas, são provenientes de famílias de renda baixa ou mediana. Veja-se o estudo de CORADINI, O. L. Titulação Escolar e Mercados Profissionais. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, v. 23-24, p. 239-266, 2010.

<sup>100</sup> *Quem será professor*. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/205/artigo311357-1.asp>. Acesso em: 01 abr. 2016.

<sup>101</sup> CARVALHO, M. M. de; FUNARI, P. P. A. Os avanços da História Antiga no Brasil: algumas ponderações. *História* [online], v. 26, 2007. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/2210/221014794002.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2014.

graduações e pós-graduações em História, o que, conseqüentemente reflete-se no ensino fundamental e médio.<sup>102</sup>

Frente a esse quadro, o estudo do Oriente, em geral, se encontra em estado ainda mais alarmante. Isso se deve ao fato de que entre os antiquistas brasileiros tal temática é vista como de pouca relevância<sup>103</sup> ou com ingenuidade. Um exemplo de tal cenário se torna visível nas palavras da docente Ana Teresa Gonçalves quando a referida profissional tenta apresentar as razões que justificam o estudo da antiguidade no Brasil:

Ainda prevalece entre os historiadores brasileiros a concepção de que há um certo exotismo na escolha de temas em História Antiga Oriental e Clássica para serem desenvolvidos no Brasil. Tal fato deve-se a vários problemas e dificuldades que cercam a conclusão de pesquisas sobre aspectos variados de sociedades, que se afastam de nós no tempo e no espaço. Parece a eles que nada devemos a estas civilizações, e que por estarem tão distantes, em nada nos influenciariam hoje em dia. Costumeiro e repetido engano que permanece nas mentes de vários pesquisadores. Na simples tentativa de nos comunicarmos em nossa língua pátria, somos devedores dos romanos, pois nos expressamos numa língua latina. Além disso, nosso vocabulário encontra-se repleto de palavras com sufixos e prefixos gregos, como democracia, autonomia, simpatia, entre outras. Várias religiões e seitas, tão em voga ultimamente, basearam-se em concepções orientais.<sup>104</sup>

De acordo com a Profa. Gonçalves, a contribuição do Oriente parece estar limitada a religiões e seitas,<sup>105</sup> o que demonstra o típico pensamento de superioridade da racionalidade ocidental, o qual começou a formar-se já no período antigo, como bem aponta Pfoh:

Embora, ao longo dos séculos e o contato cultural, são várias as instâncias de avaliação do oriental a partir do Ocidente, se pode afirmar que desde os tempos de Heródoto em diante, a construção imaginária do Oriente estabeleceu paradigmas que demonstravam essencialmente uma superioridade ocidental. Como indica M. Liverani, “se firmou uma imagem e um uso do Oriente como lugar geométrico dos elementos de polaridade em relação ao Ocidente nosso”. Assim, o despotismo oriental se colocava em contraponto a democracia ocidental, a servidão do primeiro

<sup>102</sup> A esse respeito veja-se: SOARES, O. P. Os currículos para o ensino de história: entre a formação, o prescrito e o praticado. *Antíteses*, Londrina, v. 5, p. 613-634, 2013.

<sup>103</sup> Exemplo de tal situação encontra-se no artigo da Profa. Maria Regina Candido, que, ao tentar descrever o *status* da História Antiga no país, elaborou o seguinte título: “Pesquisas de Antiguidade Clássica no Brasil”, no qual as referências aos investigadores do passado oriental aparecem somente em notas de rodapé. Veja-se em: CANDIDO, 2009, p. 285.

<sup>104</sup> GONÇALVES, 2001.

<sup>105</sup> Apenas para citar um contraponto recente: a tradução de um texto mesopotâmico revela que os babilônios desenvolveram cálculos para acompanhar o movimento do planeta Júpiter, isso tudo um milênio antes dos primeiros telescópios. Disponível em: <http://gizmodo.uol.com.br/calculo-astronomia-babilonia/>. Acesso em: 02 fev 2016.

a liberdade do segundo, o palácio oriental a cidade (*polis*) moderna, e o pensamento mágico a nossa racionalidade. (tradução nossa).<sup>106</sup>

Com isso se percebe que a área de Antiga ainda necessita desenvolver estratégias de convencimento para garantir seu espaço entre a comunidade dos historiadores brasileiros, mas, se o passado clássico não se encontra no mesmo nível dos outros campos da história, o que se pode pensar do passado oriental, o qual, mesmo entre os antiquistas, é visto de forma equivocada?

Lamentavelmente o momento atual e os anos seguintes não são muito animadores em termos de uma solução do problema. Oriente em geral, e Israel inclusive, é abordado de maneira absolutamente sucinta, com base em bibliografias há muito desatualizadas,<sup>107</sup> o que não permite uma atualização da abordagem dessa temática. Além disso, os grandes orientistas brasileiros, Ciro Cardoso e Emanuel Bouzon (ambos falecidos) não geraram muitos discípulos, o que, conseqüentemente, resulta em um quadro de orientistas bastante restrito no Brasil, quase uma espécie em extinção. Pode-se dizer que os historiadores orientistas atuantes em universidades do país se resumem a: Marcelo Rede (assiriologia), Katia Pozzer (mesopotâmia antiga), Julio Gralha (egiptologia), Margaret Bakos (egiptologia), Antônio Brancaglioni Junior (egiptologia) e Fernando Cândido (biblista).

### 2.3 A estrutura das pós-graduações em História

Até o momento, tem-se enfatizado a situação do Antigo Oriente (e Israel) nos cursos de graduação, mas o que se pode dizer deste campo de estudo nas pós-graduações em História? É possível afirmar que existe uma continuidade da situação encontrada nas graduações, ou seja, temáticas relativas à sociedade vetero-oriental não desfrutam de um

<sup>106</sup> Veja-se em PFOH, E Una deconstrucción del pasado de Israel en el antiguo oriente: hacia una nueva historia de la antigua palestina. In: *Estudios de Asia y África*, Ed. El Colegio de México, México/DF, 2010, p. 669-670. Trecho original: “Si bien, a lo largo de los siglos y el contacto cultural, son varias las instancias de evaluación de lo oriental desde Occidente, se puede sostener que desde los tiempos de Heródoto en adelante, la construcción imaginaria de Oriente estableció paradigmas que señalaban esencialmente una superioridad occidental. Como indica M. Liverani, “se afianzó una imagen y un uso de Oriente como lugar geométrico de los elementos de polaridad respecto al Occidente ‘nuestro’”. Así, el despotismo oriental se contraponía a la democracia occidental; la servidumbre del primero a la libertad de la segunda; el palacio oriental a la ciudad (*polis*) moderna, y el pensamiento mágico a nuestra racionalidad”.

<sup>107</sup> Incrivelmente um dos manuais ainda em uso é: GIORDANI, M. C. *História da Antiguidade Oriental*. Rio de Janeiro: Vozes, 1969. Seguem alguns *links* de graduações em História nos quais é possível verificar a referida obra: (Universidade de Pernambuco). Disponível em: [www.upe.br/petrolina/wp-content/uploads/2013/11/projetohistoria1.doc](http://www.upe.br/petrolina/wp-content/uploads/2013/11/projetohistoria1.doc), Acesso em: 02 abr. 2014. (Universidade Severino Sombra) Disponível em: [http://www.uss.br/arquivos;jsessionid=463F3277631DB4EC3C7ED4B13EECF4D1/graduacao/vassouras/historia/PPC\\_HISTORIA.pdf](http://www.uss.br/arquivos;jsessionid=463F3277631DB4EC3C7ED4B13EECF4D1/graduacao/vassouras/historia/PPC_HISTORIA.pdf). Acesso em: 02 abr. 2014. (Universidade Federal do Acre) [www2.unifap.br/historia/files/2013\\_abr\\_bachareladohistoria.pdf](http://www2.unifap.br/historia/files/2013_abr_bachareladohistoria.pdf). Acesso em: 02 abr. 2014.

espaço satisfatório nos cursos de doutorado em História, e o número de possíveis orientadores nessa área limita-se a dois profissionais que atuam na região Sudeste do país: Marcelo Rede<sup>108</sup> e Antônio Brancaglione.<sup>109</sup>

No Brasil a oferta de licenciaturas em História por instituições privadas chega a 54%, porém, no caso da pós-graduação, há um incontestável avanço das universidades públicas<sup>110</sup>. Em realidade, apenas cinco instituições privadas oferecem o doutorado em História contra mais de 28 universidades públicas que também ofertam o referido curso.<sup>111</sup>

Em todo caso, o pesquisador brasileiro que almeje tratar da Antiguidade Oriental tem muito poucas chances de fazê-lo em seu país. Até tempos recentes, o Prof. Ciro Cardoso era o único, em solo nacional, capaz de orientar uma tese sobre egiptologia, no entanto o referido docente faleceu em 2013<sup>112</sup>. No contexto atual, como visto, apenas USP e UFRJ/Museu Nacional oferecem possibilidade de orientação de tese na área.

Devido às limitadas possibilidades de orientação em solo nacional, existe a oportunidade do interessado em estudar o Oriente antigo solicitar uma bolsa de estudos para cursar doutorado no exterior. As agências nacionais de fomento a pesquisa, Capes (Comissão Permanente de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)<sup>113</sup> e CNPQ (Comissão Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico),<sup>114</sup> disponibilizam bolsas para a realização integral do doutorado em outro país. Contudo, tal possibilidade é muito remota por conta do precário sistema de funcionamento da seleção de bolsistas. A referida seleção ocorre por meio de uma comissão científica de assessoramento que é composta por cinco membros.

<sup>108</sup> O Prof. Rede tem uma tese de doutorado concluída sob sua orientação e, no momento, orienta outras duas teses. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4332704306238757>. Acesso em: 02 abr. 2016.

<sup>109</sup> Atualmente o Prof. Brancaglione orienta quatro teses de doutorado. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2950445244723627>. Acesso em: 02 abr. 2016.

<sup>110</sup> De acordo com informações fornecidas pela Capes: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarIes&codigoArea=70500002&descricaoArea=&descricaoAreaConhecimento=HIST%D3RIA&descricaoAreaAvaliacao=HIST%D3RIA.> Acesso em: 02 jan. 2014.

<sup>111</sup> Para mais informações, veja-se o relatório da avaliação trienal da Capes. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/component/content/article/74-cao/4639-historia>. Acesso em: 02 abr. 2014.

<sup>112</sup> Não há como saber ao certo o número de pesquisadores formados sob a orientação do referido docente, uma vez que seu currículo lattes está desatualizado. Sabe-se, por exemplo, que Moacir Elias Santos desenvolveu uma tese versando sobre egiptologia sob a orientação do Prof. Cardoso, contudo tal informação não está presente no rol de orientações apresentadas em seu currículo. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3449605639852165>. Acesso em: 02 abr. 2016.

<sup>113</sup> Disponível em: <http://www.capes.gov.br/bolsas/bolsas-no-exterior/doutorado>. Acesso em: 02 abr. 2016.

<sup>114</sup> No caso do CNPQ, trata-se da bolsa GDE (doutorado pleno exterior). Disponível em: [http://cnpq.br/web/guest/view/-/journal\\_content/56\\_INSTANCE\\_0oED/10157/515690](http://cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/515690). Acesso em: 02 abr. 2016.

A comissão da área de História está composta por cinco historiadores, doutores, atuantes em universidades brasileiras, públicas ou privadas. A questão é que os mencionados historiadores são responsáveis por analisar e avaliar projetos de pesquisa de todas as áreas da História: da Antiga à Contemporânea.<sup>115</sup> Não há nenhum cuidado por parte das agências nacionais de fomento a pesquisa (Capes e CNPQ) para que sejam selecionados avaliadores de áreas distintas. Por conta disso, as comissões avaliadoras têm sido formadas, maciçamente, por docentes dedicados ao estudo da história nacional, como demonstraremos a seguir.

Essa situação revela um quadro muito preocupante: afinal, qual é o nível de conhecimento de um pesquisador da história nacional para julgar a relevância de um projeto sobre antiguidade? Historicamente, a situação tem sido essa. Para exemplificar, considere-se o caso da comissão do CNPq atuante no ano de 2014,<sup>116</sup> então composta por Laura de Mello e Souza (dedicada ao estudo do Brasil Colonial), Joana Maria Pedro (dedicada à história das relações de gênero e ao Brasil República), Ligia Bellini (dedicada ao estudo das relações de gênero e ao Brasil Colonial), Lúcia Maria Paschoal Guimarães (dedicada ao estudo do Brasil Imperial) e Luis Carlos Soares (dedicado ao estudo da história do Rio de Janeiro).<sup>117</sup>

Em tese, existe a possibilidade de a referida comissão consultar pareceristas *ad hoc*<sup>118</sup> para proferirem julgamento de mérito em área que não dominam; contudo, um projeto de investigação sobre a história antiga de Israel (ou sobre outra sociedade oriental minoritária) possivelmente encontrar-se-á desprovido de massa crítica para sua análise por conta de o referido tema não ser contemplado na comunidade brasileira de historiadores da antiguidade.

Sendo assim, torna-se possível deduzir que a composição da referida comissão não favorece uma análise adequada para um projeto sobre Antiguidade Oriental. A comissão é renovada a cada dois anos, mas a seleção de membros não se dá por concurso. Ocorre que os integrantes das comissões avaliadoras são escolhidos com base nos critérios “cientométricos”,<sup>119</sup> os quais, na realidade, guardam forte relação com grupos de influência

---

<sup>115</sup> Apenas a título de comparação vale informar que a agência nacional de fomento a pesquisa da vizinha Argentina (CONICET) possui comissões avaliadoras específicas. Um projeto de pesquisa sobre a história antiga oriental, por exemplo, será destinado para análise sob os cuidados de especialistas na área dentro do Instituto Multidisciplinario de Historia y Ciencias Humanas. Disponível em: [http://www.imhichu-conicet.gob.ar/html/UNID\\_INVEST/AREA\\_Inves\\_CER\\_ORIE\\_ANTIG.php](http://www.imhichu-conicet.gob.ar/html/UNID_INVEST/AREA_Inves_CER_ORIE_ANTIG.php). Acesso em: 02 jul. 2016.

<sup>116</sup> Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/membros-dos-comites#membros>. Acesso em: 20 mar. 2014.

<sup>117</sup> Informações pertinentes às áreas de estudo dos pesquisadores citados podem ser constatadas por meio da consulta de seus respectivos currículos na Plataforma Lattes.

<sup>118</sup> Tal informação é explícita no regulamento da bolsa GDE do CNPQ. Disponível em: [http://cnpq.br/web/guest/view/-/journal\\_content/56\\_INSTANCE\\_0oED/10157/515690](http://cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/515690). Acesso em: 02 abr. 2016.

<sup>119</sup> Disponível em: BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo:Unesp, 2004.

que existem no meio acadêmico brasileiro, prova disso é a predominância de membros da região Sudeste do país.<sup>120</sup>

Há também o fato de que, quando se é maioria, não é tarefa fácil levar em consideração a minoria, de modo que não consiste em uma preocupação dos pesquisadores e pesquisadoras da história nacional ver crescer os estudos acerca da Antiguidade Oriental no âmbito da academia brasileira.<sup>121</sup> Toda essa situação revela a infância da vida universitária nacional; assim, torna-se bastante claro o quanto é necessário avançar no sentido de se obter isonomia entre as distintas especialidades da História. Não é demais recordar que a universidade no Brasil tem menos de um século, e as agências nacionais de fomento a pesquisa tiveram sua origem na segunda metade do século XX.<sup>122</sup>

#### 2.4 Síntese do quadro nacional

Como visto, na realidade brasileira, o maior número de oferta da licenciatura em História está sob a responsabilidade do capital privado, do qual se destaca o papel das instituições de pequeno e médio porte, as chamadas faculdades e centros universitários. Isso evidentemente está relacionado com o tardio desenvolvimento da educação superior no país, pois o Estado nacional omitiu-se do seu papel, de modo que desde muito cedo a escolarização recaiu sobre as organizações religiosas e privadas.<sup>123</sup>

Vale a pena lembrar que as faculdades e os centros universitários são caracterizados por manter um corpo docente muito sucinto e geralmente com titulação máxima de mestrado.<sup>124</sup> Esse fato é compreensível, uma vez que a estrutura dessas instituições não permite um corpo docente amplo e de alta titulação acadêmica por conta das despesas

<sup>120</sup> De acordo com informações do CNPQ, a escolha dos membros dos comitês de assessoramento se dá por meio do Conselho Deliberativo, que escolhe os integrantes “com base em consulta feita à comunidade científico-tecnológica nacional”. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/membros-dos-comites>. Acesso em: 28 mar. 2014.

<sup>121</sup> Em parte, o preconceito ainda vigente contra a área de Antiga ficou demonstrado na elaboração do documento de História da BNCC, o qual, em sua primeira versão, excluiu os conteúdos relativos a essa temática. Nesse sentido veja-se o artigo do orientalista docente da USP, Marcelo Rede, para a Folha de São Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/fev/1744204-o-assassinato-da-historia.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2016.

<sup>122</sup> RECE, 2006, p. 13.

<sup>123</sup> Veja-se em: CASTRO, M. L. O. *Brasil e Argentina: estudo comparativo das respectivas leis gerais sobre educação*. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal. Textos para Discussão nº 32, p. 10, jun. 2007.

<sup>124</sup> Para um estudo de caso mais elaborado, veja-se a tese de Luis Fernando de Freitas Camargo: *A condição do professor do ensino superior privado: características estruturais da atividade docente e os processos de transformação nas relações de trabalho*. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06092012-135907/en.php>. Acesso em: 27 jun. 2016.

financeiras que tal quadro poderia gerar. Nesses ambientes, torna-se raro perceber a atuação de historiadores com formação na área de História Antiga,<sup>125</sup> primeiro porque há poucos antiquistas se comparados aos demais pesquisadores e pesquisadoras da história nacional, moderna ou contemporânea, e por outra parte porque a temática de História Antiga normalmente é abordada em uma única disciplina, de modo que o trabalho do antiquista torna-se de pouco proveito. Todo esse quadro, evidentemente, colabora para que o estudo da História Antiga oriental permaneça precário, especialmente no caso do antigo Israel, que continua sendo interpretado a partir da percepção gerada pela leitura do texto bíblico, conforme demonstraremos nos capítulos seguintes da tese.

Entretanto, as universidades públicas, que, em tese, dispõem de melhor estrutura e contam com um número maior de docentes, também estão distantes das recentes pesquisas sobre a sociedade veteroisraelita. Em grande parte, isso se deve à predominância dos estudos clássicos na academia nacional, o que será mais bem demonstrado no decorrer da presente investigação. Com tal quadro, há um estudo precário do passado oriental, calcado em bibliografias desatualizadas, conforme será especialmente apontado no terceiro capítulo. Tal situação resulta em uma formação deficiente para o futuro professor de História, que, ao chegar à sala de aula, terá de ministrar conteúdos pelos quais passou superficialmente durante a graduação. Em muitos casos, o referido profissional contará com o livro didático como ferramenta central de auxílio, recaindo mais uma vez no problema da desatualização desse material, o que será tema do capítulo final desta tese. A reversão de tal quadro, evidentemente, é possível; contudo, passará pelo reconhecimento das pesquisas sobre o Oriente antigo, bem como pela atualização das bibliografias usadas nos cursos de formação de docentes. Tais atitudes podem, evidentemente, estimular o corpo discente, fazendo com que seja um sujeito ativo no processo de construção do conhecimento, afinal, como bem aponta Assmann:

Nenhuma disciplina está pronta, muito menos nos livros. É preciso recriar a cada curso. E não é tarefa exclusiva do professor. Quando corretamente motivados, os alunos se entusiasmam para participar da renovação do conteúdo da disciplina.<sup>126</sup>

---

<sup>125</sup> De acordo com as informações disponíveis no *site* do GTHA, em todo país existem apenas 16 docentes de História Antiga atuando em instituições privadas, os quais se encontram nos seguintes estados: MG, MS, RJ, SP, PR, SC e RS. Disponível em: <http://www.gtantiga.com/estados.htm>. Acesso em: 02 abr. 2016.

<sup>126</sup> ASSMANN, H. *Curiosidade e prazer de aprender: o papel da curiosidade na aprendizagem significativa*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 219.

### 3 O DESENVOLVIMENTO DA HISTORIOGRAFIA SOBRE O ISRAEL ANTIGO EM NÍVEL INTERNACIONAL

Tendo analisado as condições em que se forma o corpo docente no país, é possível, a partir de então, proceder à análise da trajetória de pesquisas sobre o Israel antigo em nível internacional. Tal empreendimento se faz necessário para se perceber como a produção estrangeira afetou o estado da história antiga de Israel no Brasil, além de, evidentemente, permitir compreender o grau de atualização da abordagem sobre o tema em solo nacional se comparada à produção especializada levada a cabo no exterior. Com tais informações em mente, torna-se possível, assim, analisar a trajetória historiográfica acerca da sociedade veteroisraelita.

Primeiramente, esclarece-se que o termo “historiografia”, em tese, remete àquilo que é próprio do trabalho do historiador,<sup>127</sup> entretanto pode-se dizer que a historiografia acerca do Israel antigo nasce antes da formação da História enquanto disciplina, uma vez que a preocupação com a interpretação e pertinência histórica da Bíblia remonta a própria História Antiga (Hillel, Shammai, Orígenes etc.). Em todo caso, como será perceptível ao longo desta investigação, a historiografia sobre a sociedade veteroisraelita foi e tem sido conduzida sobretudo por teólogos e, mais recentemente, por arqueólogos, de modo que o presente tema configura um órfão acadêmico em meio aos historiadores.

Desde seus primórdios, a interpretação da trajetória histórica de Israel incorporou percepções completamente contrastantes com o trabalho historiográfico desenvolvido pelos profissionais da História. Frente a isso, é importante alertar que:

*Historiografia* está sendo entendida aqui tanto em seu sentido etimológico, que significa *escrita da história*, quanto em seu sentido ampliado, como conjunto de operações que resultam do ofício empreendido pelos historiadores, o que implica em considerar as indagações e formulações de problemas, o cotejamento crítico das fontes documentais e vestígios do passado, em suma, todo o processo de tratamento metodológico e conversão desse material em uma narrativa inteligível que vislumbre a um discurso verossímil acerca de um determinado objeto historiográfico. Trata-se, portanto, de compreender a *historiografia* como o termo que designa os modos de

---

<sup>127</sup> Desde a afirmação do estatuto científico da disciplina História no século XIX, é notório que a escrita da história e a reflexão sobre essa escrita, ou seja, a historiografia é uma atividade vinculada ao trabalho do historiador. Entretanto, não somente os historiadores escrevem história. Para além do conjunto de amadores que se lançam nessa tarefa, é possível sim que profissionais com formação em outra disciplina possam apresentar trabalho de reconhecido valor historiográfico desde que, obviamente, consigam operar com os métodos próprios da disciplina histórica e recebam o reconhecimento do círculo profissional dedicado a esse campo. Disponível em: CERTEAU, M. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

fazer do historiador em sua totalidade processual, o que inclui além de suas práticas objetivas os aspectos concernentes à esfera subjetiva que orientam e são sobremaneira orientadas dialeticamente *na e pela* prática de seu trabalho.<sup>128</sup>

Uma vez que a escrita da história de Israel deu-se, em grande parte, pelo trabalho de profissionais de outras áreas que não a História, é compreensível a ausência de reflexões próprias dessa disciplina nas diversas “histórias de Israel”, muitas, obviamente, produzidas antes mesmo da consolidação da referida área de conhecimento. Para exemplificar tal situação, torna-se bastante válido recorrer às palavras de Flávio Josefo, pensador judeu que viveu por volta de 37 a 100 d.C. e que, ao discorrer sobre “as razões do historiador”, declarou:

Tenho observado que aqueles que tentam escrever histórias são levados não por um mesmo objetivo, mas, pelos mais diferentes motivos. Alguns, ansiosos para exibir sua competência literária e ganhar daí a fama almejada, lançam-se nesse departamento de letras; outros, para obsequiar as pessoas a quem o relato referiu-se, tem empreendido o necessário trabalho, embora muito além dos seus poderes; há aqueles que tem sido compelidos pela pura força dos acontecimentos nos quais eles mesmos tomaram parte, expondo os eventos numa narrativa compreensiva; enquanto vários outros tem sido persuadidos pela predominante ignorância acerca dos importantes assuntos de utilidade geral, publicando sua história para o proveito público. Dos motivos supramencionados, os dois últimos aplicam-se sobre mim mesmo. Pois, tendo conhecido, por experiência, a guerra que nós judeus, movemos contra os romanos, os incidentes no seu procedimento e no seu desfecho, fui forçado a narrar tudo isso detalhadamente a fim de refutar aqueles, que nas suas obras, estavam violando a verdade.<sup>129</sup>

Do trabalho de Josefo, de igual modo, também é possível extrair alguns preceitos básicos que acompanharam a escrita da história de Israel desde o mundo antigo. Em especial, torna-se perceptível que a trajetória histórica dos israelitas se diferencia das demais sociedades do mundo antigo, sobretudo pelo fato da intervenção divina em favor dos israelitas. Tal percepção, é verdade, encontra-se presente na maior parte dos manuais de “História de Israel”. Ao referir-se ao trabalho de Moisés, Josefo afirma:

Porém, falando de um modo geral, a principal lição a ser aprendida desta história, por qualquer pessoa que se preocupe em examiná-la minuciosamente, é que os homens que se adaptam à vontade de Deus e não se aventuram a transgredir as leis que tem sido excelentemente estabelecidas, prosperam em todas as coisas além da fé e as recompensas desses são oferecidas pela graça de Deus; visto que na proporção em que eles se afastam da rigorosa observância destas leis, coisas praticáveis tornam-se impraticáveis e mesmo coisas bem imaginadas que eles se esforçam para realizar terminam em irreparáveis desastres. A princípio, então, eu solicito daquelas que lerão estes volumes que fixem seus pensamentos em Deus e que examinem se o

<sup>128</sup> ESTEVES, C. L. S. História, Historiografia e “História da Historiografia”: breves considerações à guiza de introdução. In: FELDMAN, A.; BERLESI, J. (Org.). *Historiografia: novos debates, novas perspectivas*. Cametá: UFPA/CUNTINS, 2015. p. 16.

<sup>129</sup> JOSEFO, F. Antiquidades Judaicas, I, 1 (1-4); I, 3 (14-17). In: PINSKY, J. *100 textos de História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 150-151.

nosso legislador tem tido uma concepção digna de Sua natureza e se tem sempre designado a Ele tais ações para que o Seu poder seja próprio, deixando as palavras relativas a Ele imaculadas desta indecente mitologia, comum entre outros, além disso, em se tratando de eras tão longas e remotas, ele teria tido ampla licença para inventar ficções. Pois, ele nasceu há 2.000 anos, época tão antiga que os poetas nunca se arriscaram a referir, nem mesmo no nascimento dos seus deuses, muito menos nas ações ou leis dos mortais. Portanto, os detalhes precisos da nossa Sagrada Escritura serão apresentados, cada qual no seu lugar, como os meus produtos narrativos, fiel ao procedimento que tenho prometido seguir por toda essa obra, nem adicionando, nem omitindo qualquer coisa.<sup>130</sup>

Como mencionado, ao citar o “nosso legislador” Josefo faz referência a Moisés, o qual teria sido o primeiro “historiador” do Israel antigo ao registrar a experiência histórica da comunidade israelita e sua relação com seu deus. Entretanto, destas palavras de Josefo, é possível extrair três preceitos básicos que se fizeram presentes na historiografia acerca de Israel desde o mundo antigo até o moderno, quais sejam: (1) a crença na intervenção direta de Deus na história;<sup>131</sup> (2) o fato de que as “Sagradas Escrituras” preservam os fatos históricos autênticos do passado de Israel; (3) o fato de que o Israel antigo é diferente de seus vizinhos idólatras, portanto configurando-se como um “povo especial”. Essa tríade presente nos escritos de Josefo acompanhou por longo tempo as pesquisas “históricas” sobre Israel<sup>132</sup> e, em determinados contextos, ainda persiste de forma mais sutil.<sup>133</sup> Frente ao exposto, torna-se

<sup>130</sup> JOSEFO, F. *Antiguidades Judaicas*, I, 1 (1-4); I, 3 (14-17). In: PINSKY, J. *100 textos de História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 150-151.

<sup>131</sup> De acordo com Alex Degan, Josefo entendia a intervenção de deus na história como um modo de: “[...] identificar e denunciar as falhas dos judeus que provocaram a ira divina. Assim, não só as desgraças sofridas pelos judeus eram explicadas, como eram passíveis de entendimento a supremacia romana e a sua entrada na história orquestrada pela divindade. Como Jeremias identificou em Nabucodonosor um instrumento divino necessário na punição dos judeus pecadores, Josefo seguiu o mesmo modelo. YHWH, por culpa dos judeus que cometeram abusos e ignoraram as chamadas para a concórdia, despejou uma beligerante Roma como castigo”. Disponível em: DEGAN, A. Josefo Exegeta: História e Memória. *Revista de História*, USP, v. 162, p. 307-308, 2010.

<sup>132</sup> Há evidentemente as honrosas exceções que, mesmo em meio à dificuldade de se trabalhar com grande dependência do texto bíblico, souberam atribuir-lhe o devido cuidado. Exemplo desse gênero tem-se na “História Política de Israel”, de Henri Cazelles, o qual declara: “O leitor ficará talvez decepcionado por não encontrar, nesse livro, a mensagem da Bíblia nem seus profundos aspectos teológicos e filosóficos. Uma história política é algo de muito humano, demasiado humano, sujeito a todos os condicionamentos sob os quais vive um povo em determinada terra, situada em meio ao mundo. Usaremos os textos bíblicos somente com relação aos dados geográficos, sociológicos e históricos. Os nomes próprios ocupam o maior espaço e, às vezes, representam um dado bastante seco [...] A finalidade de uma história política é situar a vida dos homens no seio de um povo em formação, coisa que acontece em meio a suas tensões internas. A finalidade é também situar a vida desse povo em osmose com outras nações e culturas, durante seu processo de desenvolvimento e de suas crises. Os autores bíblicos falaram e escreveram para homens que viviam em uma sociedade, organismo em meio a outros organismos: tribos, Estados ou Impérios. Só poderemos compreender esses autores quando pudermos imaginar concretamente os acontecimentos que tiveram de enfrentar em sua cidade ou *pólis*, no sentido mais amplo da palavra”. CAZELLES, H. *História política de Israel: desde as origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Paulus, 1986. p. 13.

<sup>133</sup> Disponível em: LONG, P. V.; BAKER, D. W.; WENHAM, G. J. (Org.). *Windows into Old Testament History: Evidence, Argument and the Crisis of “Biblical Israel”*. Grand Rapids, MI: Erdmans, 2002.

possível, então, proceder a uma análise mais específica da trajetória de pesquisa acerca do tema em tela.

### 3.1 Exegese bíblica ou história de Israel?

No presente capítulo, tentaremos expor a trajetória da pesquisa sobre o Israel antigo, dando ênfase, evidentemente, ao trabalho desenvolvido pelos protagonistas de tal tarefa, a saber: exegetas e arqueólogos. Embora o trabalho de ambos tenha caminhado em paralelo, em especial no contexto do século XX, as considerações sobre os mesmos serão feitas de maneira isolada, ou seja, tentaremos primeiramente expor a trajetória da pesquisa exegética para posteriormente proceder à análise da trajetória da pesquisa arqueológica.

Dito isso, cabe dizer que, apesar de toda a longa jornada de pesquisa sobre a sociedade veteroisraelita, persiste um questionamento que atinge a ampla maioria dos historiadores da antiguidade, qual seja: até que ponto existe uma história de Israel? Tal pergunta se fundamenta pelo fato de que a ampla maioria das pesquisas acadêmicas sobre o Israel antigo foi elaborada a partir da exegese do Antigo Testamento,<sup>134</sup> sobretudo no contexto histórico dos primórdios do século XX, quando inexistia a formação profissional em arqueologia.<sup>135</sup>

Contemporaneamente, pode-se afirmar que a pesquisa acadêmica sobre a sociedade veteroisraelita fundamenta-se na exegese e na arqueologia, com raríssimas exceções na história enquanto disciplina.<sup>136</sup> Assim, considera-se que a história de Israel carece de historiadores dedicados ao seu estudo. Entretanto, o que tal informação implica? Entre outras questões, torna-se perceptível que se tem uma historiografia do antigo Israel na qual os historiadores estão ausentes, o que produz, em muitos casos, um descuido com questões próprias da disciplina histórica. A esse respeito destaca Zabatiero:

Houve um tempo em que escrever uma história de Israel era relativamente simples, uma vez que imperava um padrão de pesquisa, interpretação de dados e apresentação dos resultados. Nas histórias de Israel então escritas, não se encontra discussão sobre a teoria da história, nem mesmo sobre a metodologia histórica adotada, posto que a *história* enquanto *ciência* era assumida como uma questão já resolvida. [...] Hoje em

<sup>134</sup> De acordo com Milton Schwantes, há uma “historiografia teológica”: SCHWANTES, Milton. *História de Israel: Local e origens*. São Leopoldo: Oikos, 2008. p. 11-12.

<sup>135</sup> A arqueologia praticada no começo do século XX era, na verdade, uma tentativa de comprovar a narrativa bíblica. Para mais informações a esse respeito, veja-se a obra do Prof. Cline: CLINE, E. H. *Biblical Archaeology: a very short introduction*. Oxford University Press, 2009.

<sup>136</sup> O número de historiadores que trabalham com História de Israel é absolutamente limitado. Em nível internacional, certamente se destaca o Prof. Mario Liverani, reconhecido orientalista italiano. Em anos recentes, tem alcançado destaque internacional a produção do historiador argentino Emanuel Pfoh, o qual contabiliza diversas produções em inglês de reconhecida qualidade intelectual.

dia, ademais, a própria noção de uma história de Israel é problematizada, juntamente com a problematização do próprio objeto dessa história, *Israel*.<sup>137</sup>

Quanto a esse aspecto, complementam Moore e Kelle:

[...] Desde o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, um foco na metodologia tem dominado o estudo do passado de Israel em geral, e da interpretação histórica da Bíblia Hebraica/Antigo Testamento em particular. A disciplina tem concentrado esforços para definir o método adequado ou métodos para o estudo histórico e para descrever as implicações das diferentes opções e abordagens metodológicas. Em outras palavras, o estudo do passado de Israel nas últimas décadas tem sido centrado, em grande parte, em questões relativas aos modos de se fazer adequadamente a pesquisa histórica, mas também para entender o que é que estamos fazendo quando tentamos estudar a chamada “história de Israel”. O que é a historiografia? O que é o próprio objeto do estudo histórico? O que é “Israel”? Quais são os objetivos da investigação histórica do passado de Israel? E, mais especialmente, como devem os historiadores avaliar e utilizar as evidências, especialmente à literatura bíblica? Como proposta dentro deste enfoque metodológico, as mudanças no moderno estudo da Bíblia e da história revelam uma convicção crescente entre os historiadores ao longo do século XX, que o uso acrítico da apresentação bíblica dos antigos Israel e Judá muitas vezes ofuscou as realidades da Síria-Palestina nas Idades do Bronze e do Ferro e, portanto, produziu uma compreensão histórica distorcida do passado de Israel. (tradução nossa).<sup>138</sup>

Por conta dessa carência de reflexão histórica, muitos manuais de “História de Israel”, acabaram sendo portadores de uma percepção positivista<sup>139</sup> da História, uma vez que em suas

<sup>137</sup> ZABATIERO, J. P. T. *Uma história cultural de Israel*. São Paulo: Paulus, 2013. p. 9.

<sup>138</sup> Texto original: “[...] since the late 1980s and early 1990s, a focus on methodology has dominated the study of Israel’s past in general, and the historical interpretation of the HB/OT in particular. The discipline has concentrated almost relentlessly on efforts to define the proper method or methods for historical study and to describe the implications of different methodological choices and approaches. In other words, the study of Israel’s past in the last few decades has largely centered on questions concerning not only how to do historical research most properly, but also how even to understand what it is we are trying to do when we attempt to study the so-called ‘history of Israel’. What is historiography? What is the proper object of historical study? What is ‘Israel’? What are the aims of historical inquiry into Israel’s past? And, most especially, how should historians evaluate and use evidence, particularly biblical literature? As a subpoint within this methodological focus, the changes in the modern study of the Bible and history reveal a growing conviction among historians throughout the twentieth century that uncritical use of biblical presentation of ancient Israel and Judah has often overshadowed the realities of Bronze and Iron Age Syria-Palestine and thus has produced a distorted historical understanding of Israel’s past. MOORE, M. B.; KELLE, B. E. *Biblical History and Israel’s Past: The Changing Study of the Bible and History*. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2011. p.466.

<sup>139</sup> Pode-se afirmar, de modo geral, que cristalizou-se em meio ao círculo profissional de historiadores a noção de que a “História positivista” refere-se a uma narrativa centrada nos “grandes personagens”, de modo que a coletividade fica a margem do processo histórico. Além disso, a metodologia positivista resume-se a análise dos documentos escritos oficiais os quais são detentores da “verdade histórica”, sendo assim, o papel do historiador seria tão somente resgatar e ordenar cronologicamente os fatos contidos nos documentos não sendo necessária, nem mesmo desejável, a sua análise particular sobre os mesmos. De acordo com Andre Burguiere: “A crítica positivista repousa primeiro na utilização das ciências auxiliares (sigilografia, paleografia, diplomática), que estabelecem a autenticidade dos textos e os datam. Depois, a crítica interna apoia-se na interpretação do documento e, por fim, mede a distância entre o que testemunha e os fatos já conhecidos, o que determina o seu grau de veracidade. Tornando quimicamente puro, o documento ‘verídico’ permite ao historiador positivista reencontrar imediatamente o fato histórico, verdadeiro átomo da história”.

páginas destacam-se os feitos de “grandes” personagens bíblicos, como José, Moisés, Davi e outros. Nesse sentido, os referidos manuais acabam sendo uma espécie de coletânea de biografias de “heróis” citados na narrativa bíblica. Como exemplo de tal situação, tem-se o trabalho de Martin Metzger, que ao tratar do reino de Davi afirma:

A derrota nos montes de Gilboa, que representou o fim do primeiro reinado em Israel, trouxe para Israel o ponto mais baixo de seu desenvolvimento político. A este haveria de seguir-se, porém, uma surpreendente ascensão que levaria Israel, num breve espaço de tempo, a uma importância política jamais conhecida, nem antes nem depois. Esta ascensão está insolúvelmente ligada à pessoa de Davi. Ele, o mais moço dos oito filhos de um certo Jessé, da tribo de Judá, residente em Belém (8 Km ao sul de Jerusalém), era um homem cheio de ação e energia, dotado de instinto político e capacidades diplomáticas, que perseguia com paciência e persistência suas metas, que não se precipitava e sabia aguardar o momento certo para a realização dos seus objetivos.<sup>140</sup>

A descrição absolutamente positiva que Metzger faz de Davi certamente se contrapõe aos princípios da pesquisa histórica. A primeira questão que de pronto se coloca é: quais fontes sustentam tais informações sobre o referido monarca? Certamente o autor em questão está baseando-se exclusivamente no texto bíblico, uma vez que evidências extrabíblicas da existência de Davi são inexistentes.<sup>141</sup> Contudo, até mesmo o leitor leigo percebe que determinadas passagens do Antigo Testamento desabonam Davi por conta de seus atos, basta que se recorde do caso de Bate-Seba presente em 2 Samuel, Capítulo 11. Não obstante, a única possível evidência extrabíblica sobre Davi, a chamada “Estela de Tel Dan” (ver Figura 2), tem sido severamente questionada.<sup>142</sup> Frente a isso, as afirmações de Metzger carecem de evidências sólidas, entretanto o autor as faz como se tivesse convicção das ações do referido monarca.

---

BURGUIERE, A. (Org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 614. Com base no exposto, torna-se possível detectar o caráter positivista de inúmeras obras sobre o Antigo Israel, uma vez que a narrativa presente nas mesmas limita-se a uma paráfrase do texto bíblico e descreve os feitos dos “personagens importantes” do Antigo Testamento. Exemplos de obras desse gênero são, certamente, os manuais de História de Israel de John Bright (1972) e também o de Samuel Schultz (1977).

<sup>140</sup> METZGER, M. *História de Israel*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1981. p. 61.

<sup>141</sup> Para uma boa discussão acerca da historicidade de Davi, Disponível em: FINKELSTEIN, I.; SILBERMAN, N. A. *David and Solomon: In Search of the Bible's Sacred Kings and the Roots of the Western Tradition*. New York: The Free Press, 2006, p. 261-266.

<sup>142</sup> A esse respeito, Disponível em: LEMCHE, N. P. *The Israelites in History and Tradition*. Louisville: Westminster John Knox Press, 1998. p. 41.

**Figura 2:** Estela de Tel Dan presente no Museu de Israel em Jerusalém. De acordo com alguns intérpretes, a referida estela registra os termos “Casa de Davi”.



Fonte: acervo do autor.

É de conhecimento comum que a história é fruto da ação coletiva,<sup>143</sup> de modo que um estudo crítico da sociedade veteroisraelita não pode se limitar aos grandes nomes do texto bíblico. Na América Latina, certamente por conta da influência da Teologia da Libertação (TdL), houve uma tentativa de se contrapor ao modelo positivista, resgatando o papel dos agentes anônimos da história. Trata-se do livro *A história de Israel a partir dos pobres*, de autoria de Jorge Pixley. O referido autor acaba, na verdade, dedicando seus esforços para construir uma apologia à libertação dos povos oprimidos, como demonstraremos a seguir.

Pixley viveu por longos anos na América Central dedicando-se à pastoral bíblica popular; desse modo, sua obra é, em primeira instância, destinada ao contexto das pastorais populares, ou seja, não tem a pretensão de ser um manual acadêmico sobre a história antiga de Israel. Sua vinculação com a Teologia da Libertação fica evidente pelo fato de o autor começar o livro a partir do Êxodo (os patriarcas não são analisados), que, para a TdL, foi o

<sup>143</sup> Disponível em: MOREIRA, J. P. O. O conceito de história e a prática docente: apontamentos teórico-metodológicos sobre o ofício do historiador. In: MOCARZEL, M. M. V. (Org.). *A Teoria da Prática: Perspectivas sobre o cotidiano escolar*. Niterói: Intertexto, 2014.

exemplo máximo de libertação dos grupos dominados.<sup>144</sup> Em consequência, a relação da obra de Pixley com o marxismo<sup>145</sup> também é gritante, afinal o autor afirma: “entendemos que Israel [...] foi um projeto de nação camponesa que lutava para sobreviver e para conseguir as estruturas indispensáveis à sua sobrevivência”<sup>146</sup>. Apesar de sua clara vinculação ideológica, a obra em questão foi de importância por representar uma perspectiva latino-americana sobre o tema e, como já dito, ter sido capaz de romper com o paradigma positivista, dando voz aos agentes anônimos da história.

Nesse ponto é importante salientar a relação essencial entre o presente e a interpretação do passado, ou seja, em que medida a realidade presente afeta nosso entendimento dos acontecimentos pretéritos<sup>147</sup>. A obra de Pixley é um exemplo de como a historiografia se modifica de acordo com o contexto em que produzida. Compreende-se que o referido autor use o Êxodo como metáfora de libertação em meio a um continente mergulhado nas ditaduras militares. Nesse mesmo sentido, Rainer Kessler afirma que os estudos sobre o Israel antigo na Alemanha após 1968, ano emblemático para a esquerda ocidental, foram consideravelmente focados na crítica social dos profetas.<sup>148</sup>

Em termos historiográficos, a obra de Kessler, ao chegar ao Brasil em 2009, parecia ser um avanço, afinal a pretensão do autor era proceder a uma “*história social*”<sup>149</sup> do antigo Israel. Desse modo, esperava-se uma interlocução efetiva com historiadores<sup>150</sup> e, conseqüentemente, com questões próprias da disciplina histórica. Entretanto, para o autor em questão, o sentido dado à “*história social*” parece ser o de uma disciplina auxiliar da exegese,<sup>151</sup> e o público para o qual a obra está destinada compõe-se de pastores, pastoras, padres, estudantes e colegas da área de Teologia.<sup>152</sup>

<sup>144</sup> CROATTO, J. S. *Êxodo: uma hermenêutica da liberdade*. São Paulo: Paulinas, 1981.

<sup>145</sup> Para mais informações sobre a influência do marxismo na interpretação da Bíblia, veja-se: BOER, R. *Marxist Criticism of the Hebrew Bible*. London: Bloomsbury T & T Clark, 2014.

<sup>146</sup> PIXLEY, J. *A história de Israel a partir dos pobres*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 07.

<sup>147</sup> Para Guarinello, o historiador por vezes projeta no passado determinados aspectos de seu presente tema de investigação: “Como escrever a história de um estado-nacional sem projetar no passado sua definição contemporânea, suas fronteiras, a configuração de seu ‘povo’? Que se deve privilegiar: a história do Estado, a de um segmento de sua população, a do território contemporâneo?” GUARINELLO, N. L. *História científica, história contemporânea e história cotidiana*. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000200002&script=sci\\_arttext&lng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000200002&script=sci_arttext&lng=es). Acesso em: 27 jul. 2016.

<sup>148</sup> KESSLER, R. *História Social do Antigo Israel*. São Paulo: Paulinas, 2009. p. 21.

<sup>149</sup> De acordo com Rainer Albertz, uma “*história social do Antigo Israel*” ainda está por ser escrita: ALBERTZ, Rainer. *Social History of Ancient Israel*. In: WILLIAMSON, H. G. M. (ed.). *Understanding the History of Ancient Israel*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 347.

<sup>150</sup> A obra não apresenta diálogo com historiadores; há, no entanto, uma breve referência a Fernand Braudel na introdução do trabalho. KESSLER, 2009. p. 10.

<sup>151</sup> KESSLER, 2009, p. 8.

<sup>152</sup> KESSLER, 2009, p. 6.

O trabalho de Kessler é, evidentemente, mais exegético do que histórico pelo valor agregado à Bíblia como fonte, o que, como será visto no decorrer deste estudo, contrasta com a atual percepção dominante em tal campo de pesquisa. Kessler afirma:

[...] a Bíblia Hebraica como documento teológico do judaísmo e do cristianismo relata a história de Deus, mas ela não a conta de forma “mítica” no sentido da história de deuses, mas como história de Deus com as pessoas, enfocando de forma especial a história de Deus com seu povo Israel. Sem a história deste povo não se pode entender a história de Deus com este povo. A história social é necessária também para o entendimento tanto das grandezas históricas do antigo Israel quanto das grandezas da Bíblia Hebraica, a qual é um documento do antigo Israel.<sup>153</sup>

Tais palavras do autor em questão servem para entender a denúncia que o minimalismo (corrente de postura crítica ao uso da Bíblia como fonte histórica) faz contra a teologia no que concerne ao estudo da história antiga de Israel, o que será evidenciado adiante. A influência da imagem bíblica de Israel faz com que este grupo social seja percebido como uma “comunidade” homogênea, dedicando devoção exclusiva ao seu deus especial, Yhwh. Sabidamente, essa imagem bíblica de Israel se desfaz com grande facilidade quando confrontada com as evidências extrabíblicas.<sup>154</sup>

Em geral, o que se percebe é uma carência de rigor historiográfico na escrita da história de Israel. Alguns dos manuais mais conhecidos sobre o tema, entre os quais há os que contam com edições traduzidas no Brasil, são, na verdade, trabalhos quase que exclusivamente exegéticos,<sup>155</sup> o que representa um problema na medida em que a precisão histórica dos acontecimentos fica comprometida quando se dispõe de uma fonte única: a Bíblia.<sup>156</sup> O trabalho de Herbert Donner (uma “história de Israel” em dois volumes) deixa clara essa situação. Ao tratar do período dos juízes, o citado autor afirma:

<sup>153</sup> KESSLER, 2009, p. 7.

<sup>154</sup> Disponível em: DEL OLMO LETE, G. *Mitos y Leyendas de Canaan según la Tradición de Ugarit*. Madrid: Institución San Jerónimo & Ediciones Cristiandad, 1981; SMITH, M. S. *The Origins of Biblical Monotheism: Israel's Polytheistic Background and the Ugaritic Texts*. Oxford: Oxford University, 2001; CROATTO, J. S. *La Diosa Asherá en el Antiguo Israel. El aporte epigráfico de la arqueología*. Series: Ribla, v. 1, n. 38, 2001; por fim, RÖMER, T. *The Invention of God*. Translated by Raymond Geuss, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2015. Do mesmo autor, veja-se também: RÖMER, T. *Dark God: Cruelty, Sex, and Violence in the Old Testament*. Paulist Press International, 2013.

<sup>155</sup> Com destaque para: ALT, A. *Terra Prometida. Ensaio sobre a História do Povo de Israel*. São Leopoldo: Sinodal, 1987; NOTH, M. *Historia de Israel*. Barcelona: Garriga, 1966; DONNER, H. *História de Israel e dos povos vizinhos*. 2 v. 4. ed. São Leopoldo: Sinodal/Vozes, 1997; GUNNEWEG, A. H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até nossos dias*. Tradução Monika Ottermann. São Paulo: Teológica/Loyola, 2005; HERRMANN, S. *Historia de Israel en la época del Antiguo Testamento*. Salamanca: Sígueme, 1979.

<sup>156</sup> O docente Ciro Cardoso relaciona o problema das fontes às demais sociedades do Antigo Oriente Próximo e, nesse sentido, comenta: “A História Antiga, sobretudo a do Oriente Próximo, defronta-se habitualmente com

Sobre as formas de vida e as instituições das tribos israelitas durante a chamada época dos juízes pouca coisa segura se consegue extrair da tradição veterotestamentária. Esse pouco na maioria das vezes só pode ser obtido por meio de combinações e deduções, tendo por isso baixo grau de certeza histórica. Isso de modo algum é óbvio, pois em si se deveria poder ter a esperança e expectativa de que a situação das fontes melhorasse cada vez mais, à medida que se aproxima a era das formações de estados. Infelizmente a esperança e a expectativa são frustradas. A situação das fontes para a época primitiva de Israel entre a tomada da terra e a formação do Estado está tão mal como para a pré-história israelita. Quantitativamente está até pior. Dentro do AT dispomos de não muito mais do que os materiais contidos e incorporados no Livro dos Juízes, dos quais a maioria ainda por cima se refere às ameaças e aos salvamentos de Israel [...] Acrescem-se a isso, ainda, no máximo lampejos tomados do Pentateuco, do Livro de Josué e dos primeiros seis capítulos do Primeiro Livro de Samuel. De fontes extrabíblicas não há nada disponível. Das cidades cananeias da Palestina quase não possuímos nenhuma informação escrita, ao menos não informações que pudessem lançar alguma luz sobre a instalação das tribos israelitas na terra cultivada. E os reinos vizinhos, em especial os egípcios, assírios e babilônios, que gostavam de escrever, quase que obviamente não tomaram conhecimento da sedentarização e instalação dos novos, mas pequenos e insignificantes, grupos na Palestina.<sup>157</sup>

As palavras de Donner são importantes por alertarem sobre as dificuldades de pesquisa que permeiam a história do tema sob análise neste estudo. A carência de fontes materiais, em muitos casos, produziu uma história da sociedade israelita que é, na verdade, uma paráfrase do texto bíblico.<sup>158</sup> Contemporaneamente, entretanto, a situação está em câmbio, dado que houve um redimensionamento do papel da narrativa veterotestamentária, a qual não figura mais como fonte única e/ou primária para o processo de investigação do passado de Israel. Nesse sentido afirma Pfoh:

Em geral, uma historiografia que se considere crítica deve habilitar desconstruções também críticas para poder oferecer interpretações fidedignas da evidência histórica. A partir desta perspectiva, o uso direto do esquema cronológico e narrativo da Bíblia, a fim de escrever uma história de Israel na antiga Palestina, se apresenta como metodologicamente errôneo e epistemologicamente problemático. Nossas principais fontes históricas são a arqueologia e a epigrafia do primeiro milênio a.C. na região, os escritos bíblicos constituem uma fonte secundária para uma história

---

sérios problemas de documentação, em especial no concernente às fontes escritas, mal distribuídas no tempo, no espaço e segundo os diferentes aspectos das sociedades abordadas pelos estudiosos. Nestas condições, a ilusão dos historiadores tradicionais – a crença em que ‘fatos históricos’ prontos dormiriam nos documentos até serem despertados pelo historiador – é particularmente absurda ao se tratar da História Antiga, na qual o estado das fontes exige sua exploração sistemática segundo hipóteses de trabalho derivadas de um quadro teórico escolhido como ponto de partida”. CARDOSO, C. F. S. *Sociedades do Antigo Oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1991. p. 75.

<sup>157</sup> DONNER, 1997, p. 170.

<sup>158</sup> DA SILVA, A. J. A História de Israel na Pesquisa Atual. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, v. 71, n. 71, p. 62-74, 2001; LEMCHE, N. P. *The Israelites in History and Tradition*. Louisville: Kentucky, Westminster John Knox, 1998. p. 148-156.

factual e de processos sócio-históricos e é somente fonte primária da história intelectual dos períodos persa, helenístico e romano da Ásia ocidental.<sup>159</sup>

De qualquer forma, a pesquisa sobre o Israel antigo ainda caminha em conjunto com a pesquisa exegética, embora esta não seja a única maneira de acercar-se do tema nos dias atuais. O fortalecimento da Arqueologia enquanto disciplina tem mostrado novas alternativas de interpretar o passado do antigo Levante, o que, na ampla maioria dos casos, contrasta com a imagem bíblica de Israel.<sup>160</sup>

A historiografia da sociedade veteroisraelita foi consideravelmente afetada pelos estudos exegéticos; na prática, o estudo acadêmico do Israel antigo nasceu nos ambientes teológicos<sup>161</sup>. Embora possa existir uma distinção clara entre pesquisa exegética e histórica, no caso do tema em questão, tal distinção mostrou-se meramente formal. A pesquisa exegética, que tem por fonte a narrativa bíblica, objetiva descobrir o sentido original do texto, ao passo que a pesquisa histórica, que tem um arsenal variado de fontes, objetiva entender o contexto histórico das interações sociais e culturais do antigo Israel. Em realidade, ambas se complementam, pois o bom entendimento do texto passa pelo entendimento do contexto histórico<sup>162</sup> que o gerou, ao passo que o contexto histórico pode ser mais bem interpretado quando se dispõe de uma interpretação clara de uma de suas fontes, no caso, a Bíblia.

<sup>159</sup> Texto original: “En general, una historiografía que se considere crítica debe habilitar deconstrucciones también críticas para poder ofrecer luego interpretaciones fehacientes de la evidencia histórica. Desde esta perspectiva, el uso directo del esquema cronológico y narrativo de la Biblia, a fines de escribir una historia de Israel en la antigua Palestina, se nos presenta como metodológicamente erróneo y epistemológicamente problemático. Nuestras principales fuentes históricas son la arqueología y la epigrafía del primer milenio a.C. en la región; los escritos bíblicos constituyen una fuente secundaria para una historia factual y de procesos socio-históricos, y es solamente fuente primaria de la historia intelectual de los períodos persa, helenístico y romano de Asia occidental.” PFOH, E. ¿Cuándo comienza la historia de Israel en la antigua Palestina? Apuntes para una discusión. *Historiae*, Barcelona, v. 12, p. 7-8, 2015.

<sup>160</sup> De acordo com Philip Davies, a Arqueologia tem pouco a contribuir para o entendimento da história de Israel se optarmos por tomar a Bíblia como referência para identificar um Israel histórico, dado que o Israel antigo presente nas páginas do Antigo Testamento é mais ficcional do que factual; assim, obviamente, a pesquisa arqueológica não tem como ser útil para corroborar um conteúdo não-histórico: DAVIES, 2015, p. 154. Veja-se também: DAVIES, 2015, p. 103-118.

<sup>161</sup> HJELM, I.; THOMPSON, T. L. (Eds.). *History, Archaeology and The Bible Forty Years After “Historicity”: Changing Perspectives 6*. Abingdon: Routledge, 2016; ZABATIERO, J. P. T. *Uma história cultural de Israel*. São Paulo: Paulus, 2013. p. 31-32; MOORE, M. B.; KELLE, B. E. *Biblical History and Israel's Past: The Changing Study of the Bible and History*. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2011. p. 5-10.

<sup>162</sup> A questão aqui reside em estabelecer qual é de fato o contexto histórico em que o texto foi criado. Há, evidentemente, um intenso debate acadêmico sobre a cronologia do texto bíblico. Embora não exista consenso para afirmar quando o texto foi criado, sabemos que é possível afirmar quando ele certamente não o foi, ou seja, é óbvio, por exemplo, que é impossível atribuir a Moisés a autoria do Pentateuco como pretendem fazer teólogos de orientação fundamentalista, especialmente pelo fato de em Dt 34:5 estar narrada a morte do referido personagem, de modo que o autor não tem como narrar sua própria morte. Ao longo da tese serão citadas maiores referências pertinentes ao debate da cronologia bíblica.

Dito isso, é importante ter em mente que a Bíblia pode conter registros históricos da sociedade israelita, porém a história de Israel não pode se limitar a uma paráfrase do texto bíblico<sup>163</sup>. Se no passado o conhecimento do Israel antigo foi gerado sobretudo pela pesquisa exegética, contemporaneamente existem outros interlocutores, dentre os quais vem se destacando a Arqueologia.<sup>164</sup> Tal interlocução é fortemente defendida do ponto de vista da pesquisa atual.

### 3.2 Uma busca pelas origens

De modo geral, pode-se dizer que a preocupação com a interpretação da Bíblia (e em especial do Antigo Testamento) remonta a História Antiga, e foi uma constante nas comunidades judaicas e cristãs.<sup>165</sup> Da antiguidade à contemporaneidade, vários foram os enfrentamentos<sup>166</sup> entre os estudiosos do texto bíblico; por conta disso, surgiram distintos métodos de interpretação, dentre os quais se destacam, de acordo com Zuck, o literal (interpretar literalmente o texto), o alegórico (que praticamente afasta-se do sentido literal, recorrendo a alegorias) e o racionalista (que descarta o sobrenatural e o subjetivo). A seguir apresenta-se um quadro cronológico dos principais intérpretes da Bíblia, do mundo antigo ao século XX, o que demonstra a longa jornada da interpretação do texto bíblico (ver Figura 3).

<sup>163</sup> Para uma boa discussão sobre a utilidade da Bíblia, Disponível em: ARENS, E. *A Bíblia sem mitos: uma introdução crítica*. São Paulo: Paulus, 2007.

<sup>164</sup> GRABBE, L. L. *Ancient Israel: What Do We Know and How Do We Know It?* London: T & T Clark, 2007. p. 06-18.

<sup>165</sup> Para maiores informações, Disponível em: ZUCK, R. B. *A Interpretação Bíblica: meios de descobrir a verdade da Bíblia*. São Paulo: Vida Nova. 1994.

<sup>166</sup> Ao longo da história interpretações “equivocadas” do texto bíblico causaram celeumas em meio as comunidades religiosas. A Igreja Católica, por exemplo, desde muito cedo vetou a livre interpretação do texto, sendo essa uma prerrogativa exclusiva das autoridades da Igreja para que se efetivassem os dogmas ditados pelas autoridades eclesásticas. O medievalista brasileiro Hilário Franco Junior, ao comentar sobre a vida sexual na Idade Média, faz alusão a uma interpretação curiosa de Gênesis 2.23, que, segundo o autor, deu margem para a prática sexual entre humanos e animais: “[...] apenas ao longo do século XII a Igreja pôde, com certa dificuldade, completar a definição da única modalidade aceitável de vida sexual cristã – o matrimônio, tornado um dos sacramentos. Ou seja, em primeiro lugar, uma relação heterossexual. Combatia-se, assim, a prática da bestialidade (sexo entre humano e animal), freqüente no mundo antigo e no campesinato medieval. Uma tradição mítica interpretava o versículo bíblico no qual Adão, ao ver Eva, diz ‘desta vez é osso dos meus ossos e carne da minha carne’ (Genesis 2,23) como prova de que ele anteriormente fazia sexo com animais, as únicas companhias que tivera até então no Éden”. FRANCO JUNIOR, H. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006. p.127.

**Figura 3:** Cronologia dos principais intérpretes da Bíblia

A interpretação bíblica				A interpretação bíblica — ontem e hoje 65				
PANORAMA HISTÓRICO-CRONOLÓGICO DOS				PRINCIPAIS INTÉRPRETES DA BÍBLIA				
	Pais da igreja primitiva	Apologistas	Pais alexandrinos e antioquinos	Pais da igreja dos séculos V e VI	Idade Média	Reforma	Pós-Reforma	Era Moderna
LITERAL	Clemente de Roma Inácio Polícarpo	Justino Mártir Ireneu Tertuliano	Doroteu Luciano Diodoro Teodoro João Crisóstomo Teodoro		Rashi Hugo de S. Vitor Ricardo de S. Vitor André de S. Vitor	Lútero Melanchthon Calvino Zúingho Tindale anabatistas	Confissão de Westminster F. Turretin John Westley J.-A. Turretin Cappell Ernesti Bengel Weistain	Comentaristas exegéticos Eruditos evangélicos
ALEGÓRICO	Barnabé		Paríeno Clemente Orígenes	Cassiano Eugério Adriano Junílio Jerônimo Agostinho	Bernardo Joaquim Langton Gregório, o Grande Ieda, o Venerável Habano Mauro Aquinô			
TRADIÇÃO				Vicente				
RACIONALISMO						Concílio de Trento	Hobbes Spinoza	Jowett Baur Strauss Wellhausen Harnack Peré Fosdick DeWolf
SUBJETIVISMO							Boehme Spener Francke	Schleiermacher Barth Kierkegaard Bultmann

Fonte: ZUCK, 1994, p. 64-65.

Apesar da longa jornada da interpretação bíblica, não é tarefa fácil indicar a paternidade do estudo crítico da Bíblia.<sup>167</sup> Em todo caso, nesse aspecto, é inegável o papel de Baruch Spinoza. Em 1665 o citado pesquisador escreveu uma obra que seria considerada a gênese do criticismo bíblico: trata-se do livro *Tratado teológico-político*, que foi publicado em 1670, embora tenha sido elaborado cinco anos antes.<sup>168</sup>

A trajetória individual de Spinoza reforça a percepção de que o tema Israel antigo atrai, especialmente, dois tipos de investigadores: os que se vinculam ao tema por conta de sua ascendência judaica e os que o fazem por conta de sua vinculação religiosa. Ao longo da

<sup>167</sup> Apesar da ocorrência de estudos desse gênero desde o século XVII, pode-se dizer que a interpretação crítica do texto bíblico ganhou destaque apenas no século XIX, como bem aponta Zuck: “A crítica bíblica alcançou uma posição de relevo no século XIX. Sua perspectiva era racionalista e seu relevo estava na autoria humana da Bíblia e nas circunstâncias históricas que cercaram o desenvolvimento do texto bíblico. Como racionalistas, os estudiosos da Bíblia contestavam sua natureza sobrenatural e sua inspiração. Em virtude de sua inclinação filosófica para o naturalismo, eles modificavam os milagres registrados nas Escrituras mediante explicações”. ZUCK, 1994, p. 60-61.

<sup>168</sup> Para mais informações, acessar: <http://blog.airtonjo.com/2012-ago-espinoza-um-dos-pais-da-moderna-critica.html>. Acesso em: 20 abr. 2012.

tese, explicitaremos com maior afinco essa constatação por meio de um estudo de prosopografia. De volta a Spinoza, é importante dizer que:

Baruch Spinoza nasce em Amsterdã em 1632 de uma família de judeus de origem portuguesa, estabelecidos nessa cidade em virtude da sua expulsão da Península Ibérica em 1492. Espírito muito dotado, recebe uma sólida formação judaica que implica naturalmente o conhecimento do hebraico. Ele dá mostra, igualmente, de uma grande curiosidade e adquire conhecimentos em física e geometria. A revelação de sua juventude será a da filosofia de Descartes por um médico cristão, F.A. Van den Enden. Suas tomadas de posição simultaneamente religiosas e filosóficas farão dele, em 1658, caso quase que único nos anais do judaísmo, um “excomungado” da sinagoga. Entre esse ano e 1663, redige as duas primeiras partes dos *Princípios de Descartes demonstrados geometricamente*. Redige igualmente os *Pensamentos metafísicos* e, em 1670, publica a obra que nos interessa particularmente, o *Tratado teológico-político*. De 1660 a 1675, trabalhará na sua *Ética* e morrerá em Haia em 1677. A obra filosófica não gozando na época de uma melhor reputação do que hoje, ele ganhou, assim, sua vida, polindo vidros para microscópios!<sup>169</sup>

Spinoza pode ser considerado o fundador do criticismo bíblico moderno por conta de sua tentativa no sentido de separar no texto bíblico os conteúdos imaginários daqueles que poderiam ser aceitos como verdadeiros.<sup>170</sup> De acordo com Maria Luísa Ribeiro Ferreira, o pensador em questão foi capaz de elaborar uma metodologia singular para a interpretação do Antigo Testamento a qual continua a ser pertinente ainda no período atual:

A originalidade da metodologia spinozana assenta num preceito básico: a interpretação da Escritura por si mesma (TTP, cap. VII). A ele anexa cinco vias de leitura que devemos ter em conta: a via naturalista, que implica uma igualdade de tratamento entre a Natureza e os livros sagrados, considerando ambos como escrita divina e selecionando dos últimos aquilo que poderá interessar; a via histórico-contextual, que exige uma atenção às circunstâncias em que os acontecimentos ocorreram e ao modo como os diferentes livros foram selecionados para integrar o corpus canônico; a via psicológica, que atende à personalidade, formação intelectual e costumes dos diferentes autores; a via filológica, pela qual devemos ter em conta o universo linguístico dos judeus, analisando as expressões e termos utilizados; a via comparativa, que nos permite detectar incongruências entre os diferentes textos, levando-nos a interpretar alguns deles de um modo metafórico. Essa metodologia, que na altura foi atacada como herética, é hoje parte integrante dos estudos bíblicos e tais vias são aceitas como achegas hermenêuticas imprescindíveis.<sup>171</sup>

O trabalho de Spinoza, indiscutivelmente, influenciou as futuras gerações de intérpretes da Bíblia; contudo, a reunião de especialistas com o intuito de estudar a fundo as escrituras teve um importante salto apenas no fim do século XIX, com o surgimento da

<sup>169</sup> GILBERT, P. *Pequena História da Exegese Bíblica*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 160.

<sup>170</sup> PFOH, 2009, p. 11-12.

<sup>171</sup> FERREIRA, M. L. R. *Um iconoclasta panenteísta*. Disponível em: [http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4533&secao=397](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4533&secao=397). Acesso em: 28 abr. 2014.

*Society of Biblical Literature*, a partir da qual surge uma revista pioneira no sentido de divulgar os estudos bíblicos, o chamado *Journal of Biblical Literature*.<sup>172</sup>

Ainda no século XIX, é importante destacar o papel de Julius Wellhausen, o qual, além de sua notável contribuição para a crítica bíblica,<sup>173</sup> foi responsável por produzir o que é considerado o primeiro manual sobre a história antiga de Israel: *Geschichte Israels*, publicado em 1883. No mesmo ano, a referida obra sofreu uma revisão, vindo a ser publicada como *Prolegomena zur Geschichte Israels (Prolegomena to the History of Ancient Israel*, de acordo com a versão em inglês de 1885).<sup>174</sup> Evidentemente, o trabalho de Wellhausen foi centrado na exegese crítica do Antigo Testamento, até mesmo porque, em seu momento histórico, a pesquisa arqueológica ainda era incipiente. Entretanto, na fase final do século XIX, o trabalho de Rudolf Kittel foi pioneiro ao tentar mesclar o resultado das primeiras escavações e a análise crítica da Bíblia.<sup>175</sup>

Já no contexto do século XX, a história antiga de Israel será consideravelmente apreciada por exegetas, especialmente de origem alemã, que produziram contribuições de suma importância para o estudo acadêmico do tema em questão. Um desses exegetas é, sem dúvida, o pastor Martin Noth, o qual foi responsável por compartilhar uma das hipóteses<sup>176</sup> mais sólidas até então sobre o surgimento de Israel na história.<sup>177</sup> O manual de Noth sobre a história de Israel também marcou época por ser pioneiro ao considerar primeiramente a formação da unidade “Israel” em território palestinese para então depois explicar as tradições bíblicas do êxodo e dos patriarcas. Para Noth, os relatos bíblicos de Gênesis e Êxodo não podem ser considerados históricos da maneira como são apresentados na narrativa veterotestamentária; embora reconheça resquícios de historicidade nesses relatos, Noth afirma

<sup>172</sup> A referida publicação remonta ao ano de 1890. Há, porém, uma publicação que a precedeu (*Journal of the Society of Biblical Literature and Exegesis*), tendo seu início em 1881. Disponível em: <http://www.jstor.org/action/showPublication?journalCode=jsociblliteexe>. Acesso em: 28 abr. 2014.

<sup>173</sup> PURY, A. de (Org.). *O Pentateuco em questão: as origens e a composição dos cinco primeiros livros da Bíblia à luz das pesquisas recentes*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 30.

<sup>174</sup> Para informações, veja-se em: *Julius Wellhausen's Biblical Criticism: Influences and Impact*. Disponível em: [https://www.academia.edu/827922/Julius\\_Wellhausen\\_s\\_Biblical\\_Criticism\\_Influences\\_and\\_Impact](https://www.academia.edu/827922/Julius_Wellhausen_s_Biblical_Criticism_Influences_and_Impact). Acesso em: 24 maio 2016.

<sup>175</sup> VARO, Francisco. *El Antiguo Testamento y la Historia*. Disponível em: <http://www.almudi.org/articulos-antiguos/7219-el-antiguo-testamento-y-la-historia-francisco-varo-almudi-2000>. Acesso em: 24 maio 2016.

<sup>176</sup> Para uma breve noção das hipóteses sobre a origem histórica de Israel, veja-se em: SICRE, J. L. *Los Orígenes de Israel: Cinco Respuestas a un Enigma Histórico*. *Estudios Bíblicos*, Madrid, n. 46, p. 421-456, 1988.

<sup>177</sup> Trata-se da chamada “Teoria da Instalação Pacífica”, a qual nega a conquista militar da Palestina por Josué e seu exército tal como descrita na Bíblia. Para mais informações, veja-se: <http://www.airtonjo.com/historia16.htm#2.2>. A Teoria da Instalação Pacífica. Acesso em: 15 maio 2014.

que é preciso considerá-los com um produto da sociedade israelita já estabelecida em Canaã.<sup>178</sup>

Noth e outros exegetas alemães<sup>179</sup> destacaram-se internacionalmente na exegese crítica da Bíblia. Inegavelmente, o legado desses estudos pôde servir como base para as pesquisas contemporâneas sobre o passado de Israel, sendo que, no contexto atual, os pesquisadores e pesquisadoras de conotação minimalista assumiram o protagonismo dessa tarefa. No entanto, se por um lado os minimalistas podem ser vistos como herdeiros da referida exegese crítica, por outro os próprios minimalistas acusam a erudição bíblica de ter criado uma história fantasiosa de Israel, calcada em pressupostos duvidosos e carente de sustentação extrabíblica, além de ser dominada por argumentos circulares:

Os estudos bíblicos histórico-críticos operam dentro de um círculo hermenêutico que é realmente um argumento circular. A fonte de informação mais frequente é o texto bíblico, que está sozinho. A conversa se dá entre o erudito que estuda o texto e o próprio texto. O exegeta apresenta uma teoria que se baseia no texto e o texto confirma a teoria. É um fato surpreendente que, em estudos bíblicos, isso tenha funcionado por quase 200 anos, desde os primeiros dias da ciência moderna no início do século XIX. Apesar de todo estudioso histórico-crítico expor que há problemas nisso, tal medida foi ignorada quando se trata de escrever a história. O procedimento padrão é [...] que, embora não podemos provar algo, continua sendo um fato! Não podemos provar que Moisés nunca existiu, mas como não podemos explicar o desenvolvimento do monoteísmo israelita sem Moisés, ele deve ter existido. Caso contrário, teríamos que inventá-lo desconsiderando a possibilidade de que os próprios redatores antigos tenham feito exatamente isso! Em um dia de mau humor, pode-se estar disposto a dizer que o conhecimento histórico-crítico é nada mais do que um blefe. O procedimento – o argumento circular – é falso a partir de um ponto de vista científico e um falso procedimento em ciência vai lhe dizer automaticamente que os resultados obtidos por este método são falsos e podem ser descartados sem mais delongas. A conclusão de que o conhecimento histórico-crítico está baseado em uma metodologia falsa e leva a conclusões falsas simplesmente significa que podemos ignorar 200 anos de estudos bíblicos e colocá-los na lixeira. (tradução nossa).<sup>180</sup>

<sup>178</sup> NOTH, 1966.

<sup>179</sup> Como, por exemplo, Gerhard Von Rad, Siegfried Hermann e Herbert Donner.

<sup>180</sup> Texto original: “Historical-critical biblical scholarship operates within a hermeneutical circle that is really a logical circle. The source of information is more often than not the biblical text that stands alone. The conversation goes between the scholar who studies the text and the text itself. The scholar presents a theory that is based on the text and the text confirms the theory. It is an amazing fact that in biblical studies this has worked for almost 200 years, since the early days of modern scholarship at the beginning of the nineteenth century. Although every historical-critical scholar explains that there is a problem, it has to a large degree been ignored when it comes to history writing. The standard procedure is [...] that although we cannot prove it, it is a fact! We cannot prove that Moses ever existed but as we cannot explain the development of Israelite monotheism without a Moses, he must have existed. Otherwise we would have to invent him...disregarding the possibility that ancient writes did exactly that! When in a bad mood, one may be willing to say that historical-critical scholarship is nothing but a bluff. The procedure – the hermeneutical circle – is from a scientific point of view false, and a false procedure in science will automatically tell you that the results obtained by this method are false and can be discarded without further ado. The conclusion that historical-critical scholarship is based on a false methodology and leads to false conclusions simply means that we can disregard 200 years of biblical scholarship and commit it to the dustbin.” GRABBE, L. L. (ed.) *Like a Bird in a Cage: The Invasion of Sennacherib in 701 BCE*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 2003. p. 156-157.

Quanto a esse aspecto cabe mencionar, por exemplo, a tese da *anficionia*<sup>181</sup> defendida por Noth, a qual vigorou por longos anos nos ambientes acadêmicos dedicados ao estudo do Israel antigo. A respeito da influência da tese da *anficionia*<sup>182</sup> comenta Niels Peter Lemche:

É realmente notável como os estudos bíblicos têm se desenvolvido ao longo da última geração. Quando eu estudei teologia - no auge da clássica escola de estudos histórico-crítica - o antigo Israel explicava tudo. A formação de Israel e sua identidade neste período eram explicadas pela *anficionia*, uma liga de doze tribos. Os estudantes eram reprovados nos exames sobre Antigo Testamento, se eles não fossem capazes de explicar em detalhe cada função desta sagrada liga tribal. As tradições de Israel sobre suas origens pertenciam a *anficionia* onde essas tradições sagradas foram alimentadas, e não na fogueira entre os pastores, mas dentro dos limites sagrados das instituições geradas pela *anficionia*. Poderia nunca ter existido um Abraão ou Jacó históricos como sustentado por certos estudiosos, principalmente alemães, ou pode ter existido ao menos um deles, como argumentado por seus colegas norte-americanos, mas todos estavam de acordo que as tradições sobre Abraão existiram dentro do contexto da liga sagrada de Israel. A *anficionia* era simplesmente o *axis mundi* e tudo girava em torno dela.<sup>183</sup>

Com base em tais informações, é possível partir para a análise específica do minimalismo.

### 3.3 O *European Seminar in Historical Methodology*

No tocante à origem do “minimalismo”, é possível afirmar que o mesmo nasce a partir da criação do *European Seminar on Historical Methodology*, que teve seu primeiro encontro

<sup>181</sup> “Anficionia é um vocábulo muito raro, cujo significado é pouco conhecido. Consultando um dicionário, vemos que é ‘o direito de ser representado numa assembleia’. O Anfictião, invés, era, historicamente, o representante de cada um dos estados confederados da Antiga Grécia. Em base ao contexto da história grega, o teólogo alemão Martin Noth (1909-1968) criou a teoria segundo a qual em Israel, antes da monarquia, existia um sistema político e sobretudo religioso que se caracterizava pela *anficionia*, ou seja, existia uma liga de tribos, cada uma sendo representada por um anfictião, seja no momento das decisões políticas que no culto.” Disponível em: <http://www.abiblia.org/ver.php?id=3646>. Acesso em: 23 maio 2016.

<sup>182</sup> Para mais detalhes sobre a influência da *anficionia* nos estudos bíblicos, Disponível em: GUNNEWEG, 2005. p. 83-96.

<sup>183</sup> Texto original: “It is really remarkable how biblical studies have developed over the last generation. When I studied theology – in the heyday of classical historical-critical scholarship – early Israel explained everything. The formation of Israel and Israelite identity belonged to this period and to the dominating societal model of the time, the *amphictyony*, a league of twelve tribes. Students would flunk at the examination in the Old Testament if they were not able to explain in detail every function of this sacral tribal league. Israel’s traditions about its origins all belonged to the *amphictyony* where such holy traditions were nourished, not at the campfire among shepherds but within the sacral confines of the *amphictyony* institutions. There might never have been a historical Abraham or Jacob as maintained by mainly German scholars, or there might have been one as argued by their American colleagues, but everyone was in agreement that the traditions about Abraham existed within the context of Israel’s sacral league. The *amphictyony* was simply the *axis mundi* and everything turned around this centre.” GUDME, A.; HJELM, I. (Org.). *Myths of exile: history and metaphor in the Hebrew Bible*. Copenhagen International Seminar: Routledge, 2015. p.13.

em julho de 1996, na cidade de Dublin (Irlanda)<sup>184</sup>. A criação do referido seminário decorreu de uma percepção compartilhada por alguns pesquisadores e pesquisadoras de nacionalidade europeia dedicados ao estudo da sociedade veteroisraelita, qual seja: a necessidade de uma revisão crítica na história de Israel baseada nos textos bíblicos. Tal percepção motivou-se por várias constatações, entre elas o fato de que a Bíblia não pode ser tomada como fonte primária para o estudo da história de Israel. Quanto a esse aspecto, comenta Pfoh:

Não podemos ignorar a diferença entre as fontes “primárias” e “secundárias”. Os textos existentes da Bíblia Hebraica – sejam eles cópias de textos originalmente produzidos a partir do século X a.C., ou sétimo, sexto, ou nos períodos persa e helenístico – são medievais e em parte da antiguidade cristã, ou um pouco mais cedo, se tomarmos os Manuscritos do Mar Morto em consideração. Mesmo assim, há séculos de distância entre “texto e evento”. Isso é algo inevitável e que nos apresenta um problema muito difícil para a interpretação histórica. Esta é uma razão importante para dar primazia as fontes Neo-assírias ou neobabilônicas: embora sua natureza não seja menos “ideológica” do que a Bíblia, elas, no entanto, pertencem ao período a que se referem explicitamente! Esta situação cria um caminho interpretativo quando se compara, por exemplo, os relatos bíblicos e assírios da invasão de Judá por Senaqueribe. Assim, até que um conjunto coerente de textos da Idade do Ferro seja encontrado *in situ* no solo da Palestina, fontes assírias e babilônicas serão nossos principais dados textuais primários para a reconstrução histórica, e não as narrativas bíblicas de Josué e Reis. É equivocado pensar que “não há, na verdade, razão para acreditar que as fontes contemporâneas aos fatos são geralmente mais confiáveis do que os relatos mais antigos”, como I.W. Provan sugere. Uma das razões para isso reside na função que os relatos da época dos “fatos” têm: eles são testemunhas diretas, e embora possa existir algum tipo de “distorção ideológica”, a sua fiabilidade é maior para o historiador do que as fontes secundárias ou terciárias. Temos aqui uma maior chance de contrastar essas fontes com o registro arqueológico. (tradução nossa).<sup>185</sup>

Tal entendimento, além de racionalmente adequado, de acordo com os princípios da pesquisa histórica, esteve na base do pensamento “minimalista”. Ainda no tocante à origem do “minimalismo”, o professor Philip Davies (acusado de ser um dos mais extremados

<sup>184</sup> Disponível em: <http://www.airtonjo.com/minimalistas.htm>. Acesso em: 12 mar. 2014.

<sup>185</sup> Texto original: “We cannot ignore the gap between ‘primary’ and ‘secondary’ sources. The Hebrew Bible’s extant texts – be they copies of originally produced texts from the tenth century, or the seventh, sixth, or the Persian or Hellenistic periods – are Medieval and partly from Christian antiquity, or somewhat earlier if we take the Dead Sea Scrolls into account. Even so, there are centuries between ‘text and event’. This is something unavoidable and which presents us with a very difficult problem for historical interpretation. This is one important reason to give dominance to Neo-Assyrian or Neo-Babylonian sources: although their nature is no less “ideological” than the Bible’s, they nevertheless do belong to the period they explicitly refer to! This situation establishes an interpretative path when comparing, for instance, the biblical and Assyrian accounts of Sennacherib’s invasion of Judah. Accordingly, until a coherent set of Iron Age texts is found *in situ* in Palestine’s soil, Assyrian and Babylonian sources are our main primary textual data for historical reconstruction, and not the Joshua-Kings narratives. It is misleading to think that ‘there is, indeed, no reason to believe that earlier accounts are generally more reliable than later accounts’, as I.W. Provan suggests. One of the reasons for this lies in the function that contemporary accounts of the ‘facts’ have: they are direct witnesses, and although there may exist some sort of ‘ideological distortion’, their reliability is greater for the historian than secondary or tertiary sources. We have here a greater chance of comparing these accounts with the archaeological record.” PFOH, 2009. p. 51-52.

“minimalistas”) defende que, na verdade, é possível que a origem do mencionado termo tenha sido anterior ao citado seminário de Dublin. Para Davies, a gênese do termo deriva do texto “Erasing History” publicado em 1995 por Baruch Halpern’s. No texto em questão, o autor ataca o descrédito na Bíblia como fonte histórica válida para o estudo do antigo Israel.<sup>186</sup>

Em parte, a iniciativa dos primeiros participantes do *European Seminar* não foi exatamente uma inovação<sup>187</sup>, basta pensar nas interpretações críticas do texto levadas a cabo desde o século XIX, como, por exemplo, o trabalho de Julius Wellhausen<sup>188</sup>. No entanto, é preciso reconhecer que as produções subsequentes surgidas nos demais encontros do referido seminário foram responsáveis por uma radical revisão da história do Israel antigo e, em consequência, delinearão novos rumos para a historiografia deste tema.<sup>189</sup>

A partir do surgimento da EABS (*European Association of Biblical Studies*), o *European Seminar* passou a funcionar como uma de suas seções.<sup>190</sup> De acordo com Airton José da Silva, em algumas oportunidades a EABS fez seus encontros junto com a SBL (*Society of Biblical Literature*), levando o referido seminário para dentro do encontro europeu desta última. Ao todo foram 17 edições, sendo a última realizada no ano de 2012 em Amsterdã (Holanda).<sup>191</sup> Por mais que os encontros regulares do seminário tenham terminado, o seu legado para a historiografia do antigo Israel foi, sem sombra de dúvida, revolucionário e permanecerá por longos anos.<sup>192</sup>

Entre as percepções mais relevantes geridas dentro do *European Seminar* encontra-se a necessidade de uma ampliação no foco de análise quando se trata de estudar a sociedade veteroisraelita.<sup>193</sup> De certo modo, o referido seminário foi capaz de denunciar com veemência a persistência de uma historiografia conservadora que tendia a ver Israel como um grupo

<sup>186</sup> Disponível em: <http://www.bibleinterp.com/articles/Minimalism.shtml>. Acesso em: 12 mar. 2014.

<sup>187</sup> O próprio Prof. Davies assim o reconhece. Disponível em: [http://www.bibleinterp.com/articles/Davies\\_Final\\_Comments.shtml](http://www.bibleinterp.com/articles/Davies_Final_Comments.shtml). Acesso em: 20 mar. 2014.

<sup>188</sup> A respeito da obra de Wellhausen, Disponível em: NICHOLSON, Ernest. *The Pentateuch in the Twentieth Century: The Legacy of Julius Wellhausen*. New York: Oxford University Press, 1998.

<sup>189</sup> Uma importante publicação recente, de certo modo, ajuda a compreender a contribuição destes questionamentos para o estudo da história de Israel: HJELM, I.; THOMPSON, T. L. (Eds.) *History, Archaeology and The Bible Forty Years After “Historicity”*: Changing Perspectives 6. Abingdon: Routledge, 2016.

<sup>190</sup> Disponível em: [http://blog.airtonjo.com/2007\\_mai\\_o-seminrio-europeu-sobre-metodologia.html](http://blog.airtonjo.com/2007_mai_o-seminrio-europeu-sobre-metodologia.html). Acesso em: 20 mar. 2014.

<sup>191</sup> Disponível em: [http://blog.airtonjo.com/2012\\_jul\\_17-e-ultimo-seminario-europeu-sobre.html](http://blog.airtonjo.com/2012_jul_17-e-ultimo-seminario-europeu-sobre.html). Acesso em: 20 mar. 2014.

<sup>192</sup> Alguns dos principais nomes precursores do minimalismo estão aposentados, como os professores Thomas Thompson e Niels Peter Lemche; contudo, foram capazes de treinar uma geração de novos pesquisadores, dentre os quais destaque: Emanuel Pfoh, Lukaz Niesiolowski-Spanò e Anne Katrine de Hemmer Gudme.

<sup>193</sup> DAVIES, 2015, p. 155.

social especial no contexto do antigo Levante. De fato, muitas produções pretensamente acadêmicas sobre o antigo Israel eram portadoras da noção de que este grupo social configurava-se como “povo eleito”, portanto superior aos seus vizinhos.<sup>194</sup> Não obstante, o conservadorismo presente nas referidas produções era responsável por ensejar uma percepção inadequada do ponto de vista do historiador profissional, qual seja: a intervenção divina na história. Um bom exemplo de uma obra com esse teor é a *História de Israel* de John Bright, na qual o autor, ao fazer menção ao suposto evento da conquista de Canaã, afirma: “[...] não há nenhuma razão para se duvidar que, como o descreve a Bíblia, foi um acontecimento brutal e sanguinolento. Foi a guerra santa de Iahweh, com a qual ele deu a seu povo a Terra Prometida”.<sup>195</sup>

No entanto, a contribuição do *European Seminar* está para além dos aspectos já mencionados, uma vez que outra de suas importantes contribuições foi desafiar os pesquisadores e pesquisadoras para procederem a uma “História do Levante”, ou seja, englobar na análise da história antiga do Oriente Próximo a totalidade dos agentes envolvidos na região geográfica levantina. Com bem apontou Whitelam em sua obra *The invention of Ancient Israel: the silencing of Palestinian history*, a predominância de uma história centrada no Israel antigo acabou por relegar ao silêncio histórico alguns de seus vizinhos mais proeminentes.<sup>196</sup>

Também de importância foi à contribuição do citado seminário para o debate sobre a cronologia da narrativa veterotestamentária.<sup>197</sup> Apesar das acusações de exagero, alguns dos membros do *European Seminar* chegaram a afirmar que o Antigo Testamento é fruto da época helenística.<sup>198</sup> Nesse sentido, destaca Lemche:

Até a última parte do século XX, a convicção geral costumava ser de que as fontes bíblicas eram bastante antigas. No entanto, análises subsequentes traçaram a composição desses relatos em outros períodos, em primeiro lugar, o fim da Idade do Ferro, isto é, o sétimo século a.C.; em seguida, para o período do Exílio, o sexto século a.C.; em seguida, ainda mais cedo, para o período persa, entre 639 e 331 a.C.; e, finalmente, para o período helenístico, onde encontramos as primeiras referências não bíblicas para os elementos da história bíblica. A datação helenística da literatura bíblica pode ser o ponto central da presente discussão entre os estudiosos sobre a data e o conteúdo da literatura encontrada no Antigo Testamento. Afinal, os primeiros exemplos dos livros hebraicos do Antigo Testamento são encontrados

<sup>194</sup> Um bom exemplo disso é a obra de Samuel Schultz: SCHULTZ, S. J. *A história de Israel no Antigo Testamento*. Tradução João Marques Bentes. São Paulo: Vida Nova, 1977.

<sup>195</sup> BRIGHT, J. *História de Israel*; Tradução Euclides Carneiro da Silva. São Paulo: Paulinas, 1978, p. 182.

<sup>196</sup> Disponível em: WHITELAM, K. *The Invention of Ancient Israel: The Silencing of Palestinian History*. London: Routledge, 1996.

<sup>197</sup> PFOH, 2009, p. 39-47.

<sup>198</sup> GRABBE, L. L. (Ed.). *Did Moses Speak Attic? Jewish Historiography and Scripture in the Hellenistic Period*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 2001.

entre os Manuscritos do Mar Morto, que são, por todos os meios, datados da Era helenística, provavelmente a partir do terceiro, segundo e até mesmo o primeiro século a.C. Esta datação tardia dos livros bíblicos também permite uma série de novas opções, como a que inspirou os escritores bíblicos a comporem suas versões do passado de Israel da maneira apresentada pelo Antigo Testamento. A relação entre a historiografia bíblica e a grega tem ganhado importância nos últimos anos. (tradução nossa).<sup>199</sup>

Uma das consequências imediatas desse debate relativo à cronologia do Antigo Testamento<sup>200</sup> resultou no forte questionamento do texto bíblico quanto ao seu papel como fonte histórica. Em tese, a Bíblia não seria fonte confiável para a tarefa historiográfica por conta do seu longo distanciamento temporal dos acontecimentos e pela forte carga ideológica de seus redatores. Um exemplo de tal situação pode ser verificado na atuação dos autores bíblicos quanto à elaboração do mito do Exílio na Babilônia (587-539 a.C.). Assim:

Os autores bíblicos que criaram as histórias sobre o povo de Israel não pertenciam a um povo que viveu no exílio porque eles não teriam outra escolha e nenhuma opção para voltar. Eles eram judeus que viveram a diáspora judaica no período helenístico e criaram a história de um exílio forçado, a fim de explicar por que eles e seus parentes não estavam vivendo na terra prometida de seus pais. Esta história também inclui uma esperança utópica para o futuro, quando todos os judeus retornarão a seu lar ancestral, uma esperança que de certa forma ainda está viva atualmente. (tradução nossa).<sup>201</sup>

Em suma, a narrativa bíblica não é contemporânea aos fatos que narra, de modo que a credibilidade de seu conteúdo fica abalada por conta da possibilidade de interpolações no

<sup>199</sup> Texto original: “Until the last part of the twentieth century, the general conviction used to be that biblical sources were pretty old. However, subsequent analyses have traced the composition of these stories back to, first, the end of the Iron Age, that is, the seventh century BCE; then to the Exilic Period, the sixth century BCE; then further to the Persian Period, between 639 and 331 BCE; and finally to the Hellenistic Period, where we find the first non-biblical references to the elements of the biblical story. The Hellenistic dating of biblical literature may be the hot spot of present discussion among scholars about the date and content of the literature found in the Old Testament. After all, the first examples of the Hebrew books of the Old Testament are found among the Dead Sea Scrolls, which are, by all means, dating from the Hellenistic Age, probably from the third, the second and even the first century BCE. This late dating of biblical books also allows for a series of new options as to what inspired biblical writers to compose their versions of Israel’s past history in the way presented by the Old Testament. Maybe the relationship between biblical historiography and the ancient Greek one has in recent years gained in importance.”. LEMCHE, N. P. *Ancient Israel: A New History of Israel*. 2. ed. London: Bloomsbury T&T Clark, 2015. p. 4-5.

<sup>200</sup> Sobre esse assunto, veja-se ainda: EHRENSVÄRD, M. The Contemporary debate over linguistic dating of biblical texts. In: HJELM, I.; THOMPSON, T. L. (Eds.). *History, Archaeology and The Bible Forty Years After “Historicity”*: Changing Perspectives 6. Abingdon: Routledge, 2016. p. 60-67.

<sup>201</sup> Texto original: “The biblical authors who created the stories about the people of Israel did not belong to a people living in exile because they had no other choice and no option to return. They were Jews living in the Jewish Diaspora in the Hellenistic Period and they created the story about forced exile in order to explain why they and their kinsmen were not living in the promised land of their fathers. This story also includes a utopian hope for the future, when every Jew has returned to his ancestral home, a hope which to some extent is still alive today”. GUDME, HJELM, 2015, p. 4.

texto. A evidência arqueológica, ao contrário, por ser contemporânea aos eventos teria primazia como fonte.<sup>202</sup> Isso não significa, evidentemente, o completo abandono do texto bíblico para a tarefa historiográfica, outrossim requer uma extrema atenção no uso das informações presentes na Bíblia. Como bem aponta Grabbe, os “minimalistas” tendem a: “Dar prioridade as fontes primárias, mas fazer uso do texto bíblico como uma fonte secundária, permitindo-lhe contribuir para a pesquisa histórica, mas com cautela e crítica” (tradução nossa).<sup>203</sup>

Várias obras surgiram a partir dos encontros do seminário em questão. Certamente entre as principais estão: *Can a “History of Israel” Be Written?* (1997); *Leading Captivity Captive: “The Exile” as History and Ideology* (1998); *Did Moses Speak Attic? Jewish Historiography and Scripture in the Hellenistic Period* (2001); *Like a Bird in a Cage: The Invasion of Sennacherib in 701 BCE* (2003); *Good Kings and Bad Kings* (2005); *Ahab Agonistes: The Rise and Fall of the Omri Dynasty* (2007).<sup>204</sup> Além disso, destacam-se obras individuais de determinados pesquisadores que serão citadas em momento oportuno, como o caso da já mencionada obra de Whitelam.

### 3.4 Escola de Copenhague e o minimalismo

Dito isso, é preciso que se faça uma observação importante: nem todos os participantes do *European Seminar* foram ou podem ser classificados como minimalistas. O citado seminário caracterizou-se por ser um ambiente não hermético, possibilitando a convivência de opiniões distintas sobre o passado de Israel.<sup>205</sup> No entanto, os pesquisadores e pesquisadoras com uma veia mais radical, centrada na desconsideração do texto bíblico para a tarefa historiográfica, acabaram sendo rotulados com o termo “minimalista”.

Desse modo, é preciso cautela na maneira de apresentar as origens e as principais características do chamando “minimalismo”, tendo em vista que o mesmo produziu marcas indeléveis na historiografia sobre o Israel antigo. Em tese, pode-se dizer que “minimalismo” é

<sup>202</sup> Disponível em: PFOH, E. Una deconstrucción del pasado de Israel en el antiguo oriente: hacia una nueva historia de la antigua palestina. In: *Estudios de Asia y África*, Ed. El Colegio de México, México/DF, 2010.

<sup>203</sup> Texto original: “Give priority to the primary data but make use of the biblical text as a secondary source, allowing it to contribute to the historical task but cautiously and critically”. GRABBE, 1997. p. 192.

<sup>204</sup> Disponível em: [http://blog.airtonjo.com/2007\\_mai\\_o-seminrio-europeu-sobre-metodologia.html](http://blog.airtonjo.com/2007_mai_o-seminrio-europeu-sobre-metodologia.html). Acesso em: 20 mar. 2014.

<sup>205</sup> A esse respeito Disponível em: BARSTAD, H. M., *History and the Hebrew Bible: Studies in Ancient Israelite and Ancient Near Eastern Historiography*; Tübingen: Mohr Siebeck, 2008.

um termo de difícil definição; como se verá, alguns pesquisadores apontados como minimalistas inclusive negam a existência desse conceito.<sup>206</sup> De acordo com Jim West:

“Minimalismo” é a suposição de que o texto bíblico não pode, com razão, ou honestamente ser usado para reconstruções históricas do antigo Israel ou do Cristianismo primitivo. O pressuposto subjacente é que o texto bíblico não está orientado historicamente. (tradução nossa).<sup>207</sup>

De certa forma, pode-se afirmar que o minimalismo se define em oposição ao maximalismo, sendo este último o responsável pela noção de que dos textos bíblicos se pode extrair o máximo de informações historicamente pertinentes, ao passo que o minimalismo afirma o oposto<sup>208</sup>. É verdade, porém, que o uso de tais termos (maximalismo e minimalismo) constitui uma questão controversa, uma vez que raramente os pesquisadores e pesquisadoras envolvidos com a pesquisa acerca do antigo Israel identificam-se com uma dessas tendências<sup>209</sup>. Não obstante, vigora na pesquisa atual sobre a sociedade veteroisraelita uma posição intermediária (“a voz do centro” como defendido por Finkelstein e Mazar) que tende a discordar do perfil conservador da postura maximalista, mas que não necessariamente concorda com o discurso minimalista, especialmente no tocante à cronologia do texto bíblico.<sup>210</sup> Assim, de acordo com a postura “centrista”, a tentativa de reconstrução da história antiga de Israel deve pautar-se nos seguintes princípios:

1. Arqueologia é a única testemunha em tempo real de muitos dos eventos descritos no texto bíblico, principalmente para os períodos formativos anteriores ao século IX a.C.
2. A história bíblica não pode ser lida como uma crônica moderna. Ela é dominada pelos temas teológicos e ideológicos de seus autores.
3. A história bíblica não pode ser lida de uma maneira simplista, do mais antigo para o mais recente. Em vez disso, o ponto de partida deve ser um profundo conhecimento das realidades social, econômica e geopolítica do período de

<sup>206</sup> Philip Davies, por exemplo, afirma que o minimalismo é uma invenção. Veja-se em: <http://www.bibleinterp.com/articles/Minimalism.shtml>. Acesso em: 12 mar. 2014.

<sup>207</sup> Texto original: “Minimalism is the supposition that the biblical text cannot rightly or honestly be mined for historical reconstructions of ancient Israel or earliest Christianity. The underlying assumption here is that the biblical text is not historically oriented”. Disponível em: <http://www.bibleinterp.com/opeds/hist357908.shtml>. Acesso em: 12 mar. 2014.

<sup>208</sup> GRABBE, L. L. (Ed.). *Can a 'history of Israel' be written*, Sheffield, Sheffield Academic Press, 1997, p. 11.

<sup>209</sup> Sobre o uso controverso dos referidos termos, Disponível em: [http://www.bibleinterp.com/articles/Contra\\_Davies.shtml](http://www.bibleinterp.com/articles/Contra_Davies.shtml). Acesso em: 12 mar. 2014.

<sup>210</sup> Disponível em: LEMCHE, N. P. *Ancient Israel: A New History of Israel*. 2. ed. London: Bloomsbury T & T Clark, 2015, p. 5. Além disso, José Ademar Kaefer afirma com veemência que a cronologia extremamente recente que os minimalistas propõem para o texto bíblico é exagerada, uma vez que existem evidências arqueológicas suficientes para contestar a elaboração pós-exílica da narrativa veterotestamentária. KAEFER, 2015, p. 16-17.

composição do texto na época tardia da monarquia (e até mais tarde em alguns casos).

4. Há muitas histórias antigas no texto bíblico, mas elas são descritas de uma maneira que se adapta a ideologia de seus redatores finais.
5. Muitos dos textos bíblicos são constituídos por várias camadas; somente a arqueologia e as fontes extrabíblicas podem ajudar a identificá-las e separá-las.
6. O ponto de partida para a compilação do texto bíblico é o crescimento súbito de Judá para a condição de um Estado constituído como resultado direto da queda do Reino do Norte e da integração de Judá na economia global do Império Assírio. (tradução nossa).<sup>211</sup>

De fato, a postura “centrista”<sup>212</sup> e o minimalismo são as únicas opções atualmente em voga para um estudo acadêmico da história antiga de Israel. Embora o maximalismo persista em alguns ambientes universitários mais conservadores<sup>213</sup>, não se pode dispensar atenção para suas proposições, sobretudo, por tratar-se de uma postura unilateral preocupada tão somente em defender a historicidade do texto bíblico, em alguns casos, defendendo inclusive a literalidade de todo o Antigo Testamento.<sup>214</sup> Assim:

[...] a posição “centrista” baseia-se numa postura acadêmica essencialmente do mesmo tipo como a encontrada entre os minimalistas. Os mesmos procedimentos acadêmicos e metodologias governam a cena. A diferença consiste em diferentes interpretações das fontes materiais e textuais como as encontradas na Bíblia ou nas escavações arqueológicas. Por essa razão pode-se dizer que atualmente a postura centrista e a minimalista formam duas importantes frentes na área acadêmica dos estudos bíblicos ao passo que a postura maximalista, especialmente em sua encarnação conservadora como o evangelicalismo e o fundamentalismo, não faz mais parte da discussão. A discussão conservadora é um monólogo, a discussão centralista-minimalista é um diálogo. Um monólogo produz nada mais do que auto-afirmação. Um diálogo na tradição herdada dos gregos é sempre uma batalha onde um argumento tenta conquistar o outro. Isso resulta em sempre apresentar algo novo, o que é potencialmente importante. Todas as ciências vivem pelo desacordo, mas as

<sup>211</sup> Texto Original: “1. Archaeology is the only real-time witness to many of the events described in the biblical text, mainly for the pre-ninth-century B.C.E formative periods. 2. Biblical history cannot be read as a modern chronicle. It is dominated by the theological and ideological themes of the authors. 3. Biblical history cannot be read in a simplistic way, from early to late. Rather, the point of departure must be a thorough knowledge of the social, economic, and geopolitical realities of the composition period in late-monarchic times (and later, in some cases). 4. There are many old stories in the text, but they are described in a way that fits the ideology of the later authors. 5. Many of the texts are comprised of several layers; only archaeology and extra-biblical sources can help identify and separate them. 6. The starting point for the compilation of the biblical text is the sudden growth of Judah to full statehood as a direct outcome of the fall of the Northern Kingdom and the integration of Judah into the global economy of the Assyrian Empire”. FINKELSTEIN, MAZAR, 2007, p. 19-20.

<sup>212</sup> Para além de Finkelstein, Silberman e Mazar (entre outros), o orientalista Mario Liverani é citado como um dos pesquisadores de postura “centrista”. Disponível em: BLENKINSOPP, Joseph. *A different kind of Minimalism: Mario Liverani's Oltre la Bibbia*. In: GRABBE, L. L. (Ed.). *Enquire of the Former Age: Ancient Historiography and Writing the History of Israel*. London: T & T Clark, 2011. p. 179-185.

<sup>213</sup> Na arqueologia praticada em Israel ainda há, lamentavelmente, uma nítida presença de pesquisas e pesquisadores conservadores, os quais submetem a evidência arqueológica a sua própria e particular interpretação do texto bíblico. Disponível em: <http://noticias.adventistas.org/pt/noticia/biblia/escavacoes-adventistas-estao-entre-as-10-principais-descobertas-da-arqueologia-biblica-de-2015/>. Acesso em: 15 jul. 2016.

<sup>214</sup> PRICE, R. *Pedras que clamam*. Rio de Janeiro: CPAD, 1996; MERRILL, E. H. *História de Israel no Antigo Testamento: O reino de sacerdotes que Deus colocou entre as nações*; Tradução Romell S. Carneiro. Rio de Janeiro: CPAD, 2001.

regras para a discussão (diálogo) devem ser as mesmas em ambos os lados. (tradução nossa).<sup>215</sup>

Tendo em vista que os expoentes do minimalismo derivavam de Copenhague, tornou-se sinônimo de minimalismo o termo “Escola de Copenhague”. Nesse sentido, comenta o Prof. Davies:

Disse anteriormente que os chamados “minimalistas” não têm um termo próprio para si (eu usei “minimalismo” eu mesmo ao debater com os adversários, mas na minha mente, o termo é sempre entre aspas). “Minimalismo” é uma invenção. Nenhum dos estudiosos “minimalista” é consciente de ser parte de uma escola ou de um grupo. Não existe tal propósito comum (ver Whitelam 2002). Pelo que tenho lido e ouvido, os estudiosos mais frequentemente identificados com o “minimalismo” são Thomas Thompson, Keith Whitelam, Niels Peter Lemche, e eu. Que todos os quatro agora trabalham em Copenhague ou Sheffield pode realmente sugerir aos observadores superficiais a existência de uma “Escola”. No entanto, Thompson se mudou para Copenhague só depois que seu livro *História Antiga do Povo de Israel* foi publicado (Brill, 1992), ele escreveu em Milwaukee. De Keith Whitelam *The Invention of Ancient Israel* foi escrito em Stirling, na Escócia, antes de seu autor ser nomeado para uma cadeira em Sheffield [...], em 1999. A verdade é que os quatro estudiosos têm de fato falado uns com os outros através da proximidade geográfica e, claro, através da sua notoriedade compartilhada, mas nenhum deles desenvolveu suas ideias em estreito contato com os outros [...]. (tradução nossa).<sup>216</sup>

Como visto, não há consenso entre os pesquisadores sobre a materialidade da “Escola de Copenhague”; no entanto, é indiscutível que o termo ganhou notoriedade internacional fazendo conhecidas as produções de seus supostos integrantes. Há de se salientar, é verdade, que existem divergências importantes entre os supostos minimalistas, o que demonstra a

<sup>215</sup> Texto original: “[...] the centralist position is based on a scholarship essentially of the same kind as found among the minimalists. The same scholarly procedures and methodologies rule the day. The difference consists in different interpretations of the source material whether textual as found in the Bible or external, as found in archaeological excavations. For that reason, today the centralist and minimalist positions could be said to form the two relevant fronts in critical biblical scholarship, whereas the maximalist, and especially in its conservative incarnation as evangelicalism or fundamentalism, is not really a part of the discussion anymore. The conservative discussion is a monologue, the centralist-minimalist discussion is a dialogue. A monologue produces nothing but self-affirmation. A dialogue in the tradition inherited from the Greeks is always a battle where one argument tries to win over the other. This results in always introducing something new that is potentially important. All sciences live by disagreement, but the rules for the discussion (dialogue) must be the same on both sides”. LEMCHE, 2015, p. 6.

<sup>216</sup> Disponível em: <http://www.bibleinterp.com/articles/Minimalism.shtml>. Acesso em: 12 mar. 2014. Texto original: “I noted earlier that the so-called ‘minimalists’ do not have a term for themselves (I have used ‘minimalism’ myself when debating with opponents, but in my mind, the term is always within quotation marks). ‘Minimalism’ is an invention. None of the ‘minimalist’ scholars is aware of being part of a school, or a group. There is no such common purpose (see Whitelam 2002). From what I have read and heard, the scholars most frequently identified with ‘minimalism’ are Thomas Thompson, Keith Whitelam, Niels Peter Lemche, and myself. That all four now work in either Copenhagen or Sheffield may indeed suggest to superficial observers a ‘school’. However, Thompson moved to Copenhagen only after his book *Early History of the Israelite People* was published (Brill 1992); he wrote it in Milwaukee. Keith Whitelam’s *The Invention of Ancient Israel* was written in Stirling, Scotland, before its author was appointed to a chair in Sheffield (a decision in which I played not the slightest part) in 1999. The truth is that the four scholars have indeed come to talk to each other through geographical proximity and, of course, through their shared notoriety, but not one of them developed his ideas in close contact with the others”.

independência intelectual de cada pesquisador. Niels Lemche, por exemplo, é praticamente uma voz isolada ao defender a ideia de que a Estela de Tel Dan, a qual conteria o nome do rei Davi, é fruto de uma falsificação, ou seja, uma fraude arqueológica<sup>217</sup>.

Apesar das controvérsias relativas ao emprego do termo “minimalismo”, determinados pesquisadores e pesquisadoras, de distintos países, acabaram por fundar uma comunidade virtual dedicada ao estudo do antigo Israel sob a ótica minimalista. Tal esforço coletivo resultou no surgimento da *The Guild of Biblical Minimalists*<sup>218</sup>. Os orquestradores dessa ação foram: Philip Davies, Keith Whitelam, Niels Peter Lemche e Thomas Thompson. Dada a importância da contribuição dos referidos pesquisadores para o estudo do antigo Israel, torna-se necessário apresentar algumas de suas ideias e obras.

### 3.4.1 Philip Davies

Davies<sup>219</sup> é sem dúvida um dos principais responsáveis pela profunda revisão da história de Israel levada a cabo a partir da década de 90 do século XX. Em 1992, lançou a primeira versão de seu impactante livro *In Search of Ancient Israel*<sup>220</sup>, reeditado em 1995,<sup>221</sup> ou seja, um ano antes do primeiro encontro do Seminário Europeu referido há pouco.

Se existia algum consenso sobre a trajetória histórica de Israel, certamente ele foi abalado pela referida obra de Davies. Primeiramente, é preciso entender que o autor afirma existirem três “Israéis”: um literário, um histórico e o “antigo Israel”. Para Davies, o Israel literário é o que encontramos na narrativa do Antigo Testamento; o histórico, por sua vez, reside no grupo humano que, durante parte da Idade do Ferro, habitou a região montanhosa da Palestina do norte; por fim, o “antigo Israel” seria uma criação dos estudiosos bíblicos a partir da junção dos dois primeiros.<sup>222</sup>

O pesquisador em questão enfatiza a necessidade de se separar o Israel literário do histórico e afirma que, até então, não havia uma tentativa séria de se buscar este último. Para Davies, a erudição bíblica cometeu o grande equívoco de transformar automaticamente personagens literários em históricos sem maiores confirmações extrabíblicas de sua existência. Mesmo quando fontes externas ao texto são inexistentes e a Bíblia torna-se fonte

<sup>217</sup> LEMCHE, 1998, p. 41.

<sup>218</sup> Disponível em: <http://gobm.wordpress.com/>. Acesso em: 20 mar. 2014.

<sup>219</sup> Professor de Estudos Bíblicos na Sheffield University (Reino Unido).

<sup>220</sup> DAVIES, P. *In Search of Ancient Israel*. Sheffield, Sheffield Academic Press, 1992.

<sup>221</sup> Uma excelente resenha dessa obra, em língua portuguesa, foi feita pelo Prof. Airton José da Silva e está disponível em: <http://www.airtonjo.com/resenhas01.htm>. Acesso em: 13 maio 2014.

<sup>222</sup> DAVIES, 1995, p. 11.

única, é preciso avaliar com cautela as contradições do próprio texto, como exemplo tem-se o caso de Davi, uma vez que o Davi de 1 Samuel não é o mesmo de 2 Samuel.<sup>223</sup>

Em certa medida, a contribuição do pensador em questão para a historiografia de Israel foi relevante por ter introduzido questões pertinentes de teoria da História, embora não tenha se baseado no trabalho de historiadores para tanto<sup>224</sup>. Raramente os livros sobre história de Israel preocuparam-se com tal discussão até mesmo porque consistem, em sua ampla maioria, numa versão pretensamente acadêmica da narrativa bíblica, e esta limita-se a destacar os feitos dos “grandes” personagens como já referido. De acordo com Davies, é preciso considerar que:

A história é uma narrativa em que os acontecimentos e as pessoas são transformadas em eventos e personagens. Isto é verdade para as nossas próprias memórias, que selecionam experiências e as ordenam em uma sequência narrativa, selecionando, interpretando e distorcendo. O resultado tem uma forma de narrativa, e inclui não apenas os eventos externos, mas os sentimentos internos, impressões e juízos de valor. Sempre que tentamos descrever o passado, nos damos ao capricho de contar histórias. Nenhuma história, e isso inclui as histórias que nossas memórias geram, é sempre uma representação inocente ou objetiva do mundo exterior. Toda história é ficção, e isso deve incluir a historiografia. (tradução nossa).<sup>225</sup>

Davies acertadamente considera a questão da subjetividade do historiador no seu processo de pesquisa. É lógico que a seleção de fontes e fatos, por exemplo, insere-se dentro da pesquisa histórica, contudo isso não implica dizer que o trabalho historiográfico resulta em uma ficção ideologicamente contaminada. Sabidamente, é impossível acessar o passado em sua totalidade de modo que o conhecimento histórico consiste sempre em um conhecimento parcial do passado, afinal o historiador elabora seu discurso por meio de fontes, que, por sua vez, são também parciais. A questão aqui reside na intensidade da palavra “ficção” apresentada por Davies em seu texto. A maioria dos historiadores não considera o seu esforço de pesquisa como ficção, pois, em geral, tal palavra está relacionada a algo fantasioso, e não é isso que a maior parte dos historiadores pretende fazer. Nesse sentido, é importante considerar as palavras de Hobsbawn:

---

<sup>223</sup> DAVIES, 1995, p. 12.

<sup>224</sup> Em toda obra de Davies o único historiador citado é Eric Hobsbawn.

<sup>225</sup> DAVIES, 1995, p. 13. Texto original: “History is a narrative, in which happenings and people are turned into events and characters. This is true of our own memories, which select experiences and order them into a narrative sequence, selecting, interpreting and distorting. The result has a narrative form, and includes not just external events but internal feelings, impressions and value-judgments. Whenever we try to describe the past we indulge in story-telling. No story, and that includes the stories our memories generate, is ever an innocent or objective representation of the outside world. All story is fiction, and that must include historiography”.

Defendo vigorosamente a opinião de que aquilo que os historiadores investigam é real. O ponto do qual os historiadores devem partir, por mais longe dele que possam chegar, é a distinção fundamental e, para eles absolutamente central, entre fato comprovável e ficção, entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não o são.<sup>226</sup>

Davies, entretanto, reconhece a necessidade de uma investigação crítica sobre a história de Israel, o que, em grande medida, implica desconsiderar a historicidade de grande parte das passagens bíblicas pelo fato de estas não serem contemporâneas aos eventos que narram. Contudo, o autor em questão reconhece que o ato de pôr a Bíblia à prova foi uma dificuldade constante, afinal, desenvolveu-se, em especial no Ocidente, a ideia de que é moralmente condenável duvidar da Bíblia.<sup>227</sup>

De qualquer forma, Davies alerta para a importância do ceticismo na investigação da história de Israel. De acordo com sua interpretação, o estudo do Israel antigo foi consideravelmente contaminado pelo sentimento religioso presente nos pesquisadores e pesquisadoras envolvidos com essa temática. Apesar da mentalidade progressista de muitos teólogos, grande parte desses profissionais considera a Bíblia como uma narrativa divinamente inspirada, assim fica comprometida uma abordagem crítica do texto bíblico e, em consequência, da história de Israel. Frente a isso, é necessário um estudo da Bíblia que parta de outras plataformas (crítica literária, sociologia, etc.), uma vez que a Teologia possuiu uma relação emocional com a narrativa bíblica.<sup>228</sup>

Entretanto, o pensador em questão insiste na necessidade de se ampliar o foco de análise, ou seja, a tarefa historiográfica deve ser a de investigar a história da Palestina, e não apenas a de um dos grupos que habitou essa região. Para tanto, é preciso que as evidências arqueológicas sejam fontes primordiais. Da mesma forma que os egiptólogos não partem de Manetho para estudar o Egito, os assiriólogos não partem de Berossus, e os especialistas em Grécia não partem de Heródoto, por que os que se dedicam a investigar a trajetória histórica de Israel deveriam partir da Bíblia?<sup>229</sup>

É também de importância, de acordo com o pesquisador em questão, saber identificar os diferentes significados para o termo “Israel” presente nas fontes antigas. Não fica claro em que medida Israel é um termo étnico, religioso ou político.<sup>230</sup> Da mesma forma, é preciso ter atenção com as generalizações que se cometeram na interpretação da história antiga de Israel.

<sup>226</sup> HOBBSAWN. E. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 8.

<sup>227</sup> DAVIES, 1995, p. 25.

<sup>228</sup> DAVIES, 1995, p. 15.

<sup>229</sup> DAVIES, 1995, p. 30.

<sup>230</sup> DAVIES, 1995, p. 50.

Para Davies, é falsa a ideia de que o grupo em questão foi uma unidade homogênea, uma comunidade, partilhando dos mesmos interesses e, acima de tudo, da mesma fé. A imagem de Israel gerada a partir da leitura da Bíblia deve ser severamente questionada, pois, de acordo com Davies, o texto bíblico comporta apenas a perspectiva da elite letrada de Israel, ou seja, é algo que foi produzido por e para uma elite, uma vez que, comumente, em sociedades agrárias, a ampla maioria da população não é instruída a ler.<sup>231</sup>

Nesse sentido vale destacar o papel da evidência arqueológica que contrasta fortemente com a Bíblia no tocante às práticas religiosas de Israel. Se o monoteísmo foi a religião que caracterizou esse grupo social, com certeza sua implantação demorou longos anos e, possivelmente, foi obtida por meio de imposições da classe dominante.<sup>232</sup> De acordo com o texto bíblico, os israelitas por vezes se “contaminaram”, adorando “falsos deuses”; entretanto, no rol das divindades adoradas em Israel, algumas tiveram grande destaque, como o caso da deusa Asherá, a qual, como revela a evidência arqueológica proveniente dos sítios de Khirbet el Qom, Kuntillet Ajrud e Tell Miqneh, pode ser considerada a consorte do deus Yhwh.<sup>233</sup> Para Davies, de qualquer forma, a Bíblia exclui a perspectiva popular de todos os aspectos da vida social do Israel antigo, afinal ela comporta, como já dito, as percepções do topo da pirâmide social. Nesse sentido, a narrativa do Antigo Testamento é um relato especialmente parcial.

#### 3.4.2 Keith Whitelam

Whitelam<sup>234</sup> marcou história na pesquisa sobre o Israel antigo com o seu livro *The Invention of Ancient Israel: The silencing of Palestinian history*. A obra em si não é um trabalho de pesquisa em História Antiga, mas comporta uma das melhores e mais enfáticas reflexões sobre a historiografia do tema em questão. Em certos meios, o livro foi visto como um manifesto contra a história de Israel.<sup>235</sup> Em verdade, o trabalho de Whitelam ataca o modo

<sup>231</sup> DAVIES, 1995, p. 110.

<sup>232</sup> Para um estudo mais detalhado dessa questão, veja-se: REIMER, H. *Inefável e sem forma. Estudos sobre o monoteísmo hebraico*. Goiânia; São Leopoldo: Editora da Ucg; Oikos, 2009.

<sup>233</sup> BERLESI, J. “Eu sou Yhwh teu deus”: considerações sobre o processo de monoteização masculina no antigo Israel. In: OLIVEIRA, J. P. G.; RODRIGUES, D. S.; SILVA, J. B. do C.; MENDES, O. da C. (Org.). *Educação, Ciência e Desenvolvimento na Amazônia Tocantina*. 370. ed. Cametá: UFPA, 2011.

<sup>234</sup> Atualmente é Professor de Estudos Bíblicos na Universidade de Sheffield.

<sup>235</sup> Veja-se uma resenha um tanto agressiva em: <http://www.meforum.org/1218/the-invention-of-ancient-israel>. Acesso em: 23 maio 2014.

como foi construído o conhecimento sobre o Israel antigo e faz um esforço de pesquisa para demonstrar a plausibilidade de seus argumentos digno de um historiador.<sup>236</sup>

O autor em questão também denuncia o fato de a história de Israel ser domínio da Teologia, e não da História.<sup>237</sup> Em certa medida, pode-se perceber o esforço de Whitelam para fazer do referido tema um objeto de estudos de historiadores e historiadoras, afinal o monopólio exercido por longo tempo pela exegese foi capaz de produzir um Israel fantasioso e, não obstante, foi responsável por relegar ao silêncio histórico os demais grupos humanos que habitaram a Palestina.<sup>238</sup>

Não por acaso, a capa da obra de Whitelam contém a ilustração de Gustave Moreau na qual se apresenta Sansão desfalecido nos braços de uma seminua Dalila, ou seja, o contato dos “filhos de Israel” com os demais grupos humanos da região sempre promoveu algum tipo de “contaminação” e com ela graves consequências. A pesquisa exegética legitimou a imagem bíblica de que Israel foi um fenômeno *sui generis* no contexto do antigo Levante: um “povo eleito”, portanto, superior aos seus vizinhos idólatras.<sup>239</sup>

Em termos historiográficos, a reflexão de Whitelam é fundamental por apresentar e analisar como o contexto histórico dos pesquisadores dedicados ao antigo Israel foi determinante na produção de suas obras. Em suma, o autor citado destaca a percepção eurocêntrica das “histórias de Israel”, apontando para o fato de que muitas delas criaram o “antigo Israel” à imagem dos Estados nacionais na Europa,<sup>240</sup> por isso, por exemplo, percebe-se um especial foco de análise nos heróis bíblicos.<sup>241</sup> Ao proceder dessa maneira, o referido autor acertadamente reconhece a relação entre a realidade presente e a interpretação do passado, afinal a produção de um determinado pesquisador é diretamente influenciada pelo seu contexto.

Nesse sentido, Whitelam apresenta alguns exemplos: Julius Wellhausen, um dos grandes nomes da exegese bíblica, escreve no contexto de formação do Estado Alemão por Bismark, o que teria influenciado sua percepção sobre a formação de Israel.<sup>242</sup> A “teoria da infiltração pacífica” de Alt e Noth, por sua vez, é contemporânea ao crescimento da imigração

---

<sup>236</sup> É interessante notar que a lista bibliográfica da obra de Whitelam apresenta um considerável número de historiadores.

<sup>237</sup> WHITELAM, 1996, p. 2-3.

<sup>238</sup> No Brasil, por exemplo, tal situação é verificável nos manuais escolares de História Antiga nos quais não há referências aos filisteus (arquirrivais clássicos dos hebreus), nem mesmo às sociedades que precederam Israel, como o caso dos “cananeus”.

<sup>239</sup> Para além da pesquisa exegética, a arqueologia bíblica praticada por Albright tentou demonstrar a superioridade cultural dos israelitas. Veja-se em: PFOH, 2009, p. 13.

<sup>240</sup> WHITELAM, 1996, p. 36.

<sup>241</sup> WHITELAM, 1996, p. 19.

<sup>242</sup> WHITELAM, 1996, p. 21.

sionista para dentro da Palestina a partir da segunda década do século XX; desse modo, os pesquisadores citados foram influenciados por tal contexto.<sup>243</sup> Albright, por seu turno, escreve em meio à luta contra o nazismo a partir do que se pode compreender sua percepção de que o território palestinese pertence aos judeus, percepção esta que foi reforçada por seus discípulos Wright e Bright.<sup>244</sup>

Em grande medida, Whitelam reconhece o papel político da História e a importância de “controlar o passado”. A tentativa de dar voz aos grupos historicamente excluídos é fenômeno perceptível em diversas partes do globo e não deve ser diferente no caso da Palestina:

Claramente, as percepções do passado são políticas e têm implicações importantes para o mundo moderno, porque a identidade pessoal ou social pode ser confirmada ou negada por essas representações (Tonkin 1992 : 6). Isto pode ser melhor ilustrado pelas reações das populações indígenas da Austrália e das Américas quando das comemorações do bicentenário da colonização europeia da Austrália e as comemorações do Quinto Centenário da descoberta de Cristóvão Colombo do “Novo Mundo” e a posterior colonização europeia. As objeções se deram contra as histórias “oficiais” e representações eurocêntricas do passado que muitas vezes negam a história das populações indígenas desses continentes. Os relatos dos dominantes [...], frequentemente silenciam versões de grupos periféricos na sociedade em que estão, negando assim a sua voz na história. Os crescentes enfrentamentos contra as histórias positivistas do século XIX e os chamados estudos bíblicos “científicos” do século XX têm sido rejeitados como revisionistas, ou por algum outro rótulo pejorativo, como marxista ou materialista [...]. (tradução nossa).<sup>245</sup>

Além de o Israel antigo ter sido visto como um grupo humano superior, a investigação sobre esse tema, ao longo dos séculos XIX e XX, foi capaz de produzir outros equívocos do ponto de vista da pesquisa histórica, como, por exemplo, o reconhecimento da intervenção divina na história, noção claramente perceptível nas obras sobre o tema produzidas nos

---

<sup>243</sup> WHITELAM, 1996, p. 74.

<sup>244</sup> WHITELAM, 1996, p. 90-97.

<sup>245</sup> WHITELAM, 1996, p. 12. Texto original: “Clearly, perceptions of the past are political and have important ramifications for the modern world because personal or social identity is either confirmed by or denied by these representations (Tonkin 1992: 6). This can be illustrated further by the reactions of the indigenous populations of Australia and the Americas to the celebrations of the bicentenary of the European settlement of Australia and the quinquennial celebrations of Christopher Columbus’s discovery of the ‘New World’ and subsequent European settlement. The objections have been to ‘official’ Eurocentric histories and representations of the past which all too often deny the history of the indigenous populations of these continents. The accounts of dominant [...] frequently silence versions of peripheral groups in society who are thereby denied a voice in history. The growing challenges to the positivistic histories of nineteenth and twentieth-century so-called ‘scientific’ biblical studies are rejected as revisionist, or by some other pejorative label such as Marxist or materialist [...].”

Estados Unidos, especialmente no caso de Albright, Wright e Bright.<sup>246</sup> Não obstante, o estudo da história de Israel nos departamentos de Teologia serviu para legitimar o direito dos judeus ao território da Palestina, afinal os cristãos ocidentais reconhecem a tradição bíblica na qual o referido território foi dado por deus para o “seu povo”.<sup>247</sup> Nesse sentido, as “histórias de Israel” são frutos da produção de ocidentais para ocidentais, mas foram afetadas pelo “orientalismo”, como destaca Edward Said.<sup>248</sup>

Em suma, o trabalho exegético (e em parte o trabalho arqueológico) ao longo dos anos foi capaz de tirar da Palestina o direito a ter uma voz sobre o seu passado, ao passo que, ao mesmo tempo, Israel foi apresentado como algo absolutamente distinto de seus vizinhos, percepção que se mantém contemporaneamente, afinal, aos olhos do Ocidente, Israel é a única democracia no Oriente Médio. A partir dessa percepção, Whitelam afirma que:

As culturas indígenas da Palestina são representadas como incapazes de ação unificada, de consciência nacional, ou dotadas de imoralidade. São muitas vezes anônimos, raramente nomeados como palestinos, ao contrário dos sofisticados, racionais e objetivos ocidentais que têm uma noção clara da sua própria identidade nacional. Isto foi reforçado durante este século no crescimento da academia israelense que continua a perceber Israel como separado do seu ambiente, trazendo civilização e progresso para a região, e alcançando um nível de desenvolvimento político de que os grupos indígenas eram incapazes. Os Estudos bíblicos, como disciplina, evoluiu tal retórica de representação que tem sido passada sem exame, que tem desposuído os palestinos de uma terra e de um passado. (tradução nossa).<sup>249</sup>

O controle político de Israel na região não se dá apenas sobre o território, mas também sobre a história daquela porção do planeta. Enquanto os conflitos políticos forem mantidos na região, dificilmente serão conhecidas outras versões desse passado, pois, para citar um exemplo, o acesso da faixa de Gaza à Cisjordânia passa por território israelense, de modo que é difícil supor o livre trânsito de pesquisadores e pesquisadoras por essa faixa de terra que estejam empenhados em produzir uma versão conflitante com o passado de Israel. Note-se,

---

<sup>246</sup> No Brasil a obra de Bright teve grande aceitação. Em 2003 foi relançada uma nova edição, o que demonstra a existência de mercado para esse livro. Atualmente o citado livro está em sua sétima edição no país.

<sup>247</sup> WHITELAM, 1996, p. 96-97.

<sup>248</sup> WHITELAM, 1996, p. 234.

<sup>249</sup> WHITELAM, 1996, p. 235. Texto original: “The indigenous cultures of Palestine are represented as incapable of unified action, national consciousness, or outright immorality. They are often anonymous, rarely named as Palestinians, the opposite of the sophisticated, rational, objective Westerners who have a clear notion of their own national identity. This has been reinforced during this century in the growth of Israeli scholarship which continues the theme of Israel as set apart from its environment, bringing civilization and progress to the region, and achieving a level of political development of which the indigenous groups were incapable. Biblical studies, as a discipline, has evolved a rhetoric of representation which has been passed down without examination, which has dispossessed Palestinians of a land and a past”.

por exemplo, que o judeu americano Norman Finkelstein, sério questionador do uso da imagem do Holocausto, teve sua entrada indeferida no aeroporto de Tel Aviv.<sup>250</sup>

### 3.4.3 Niels Peter Lemche

Lemche é um dos protagonistas da revisão crítica da história antiga de Israel levada a cabo na Universidade de Copenhague. Em suma, o referido autor desenvolve seu esforço de pesquisa no sentido de demonstrar a inexistência de uma história acadêmica sobre o Israel antigo, reforçando a percepção de que a narrativa construída sobre a sociedade israelita é na verdade uma paráfrase do texto bíblico. Nesse sentido, Lemche denuncia o fato de Israel ser visto como um ente “especial” e, portanto, apartado do contexto histórico da antiga Palestina:

A imagem bíblica do antigo Israel não é pertinente, mas certamente é contrária a qualquer imagem da antiga sociedade palestina que pode ser estabelecida com base em fontes antigas da Palestina [...]. Não há nenhuma maneira de conciliar a imagem da Bíblia com o passado histórico da região [...]. É simplesmente uma história inventada, com apenas algumas referências a coisas que realmente aconteceram ou existiram. Do ponto de vista de um historiador, o antigo Israel é uma criatura monstruosa. É algo que brotou da fantasia dos redatores bíblicos e seus parafrazeadores modernos, ou seja, os exegetas histórico-críticos dos últimos duzentos anos. (tradução nossa).<sup>251</sup>

Em sua obra *The Israelites in History and Tradition*, o referido autor pontua questões centrais para o entendimento da história de Israel. Dentre os aspectos abordados, destaca-se a necessidade de uma revisão crítica das noções de identidade, etnicidade e nacionalidade na antiga sociedade israelita. Em outras palavras, pode-se questionar: afinal, em que momento certos habitantes de Canaã tomam consciência de que pertencem a um mesmo grupo, ou seja, em que momento estes mesmos habitantes se percebem como “israelitas”? Tal questão certamente ainda não foi sanada plenamente pela pesquisa acadêmica e, em grande parte, a resposta até então apresentada resulta de uma influência do romantismo nos primórdios da pesquisa sobre Israel:

<sup>250</sup> Disponível em: <http://www.haaretz.com/jewish/2.209/israel-denies-entry-to-high-profile-critic-norman-finkelstein-1.246487>. Acesso em: 26 jul. 2016.

<sup>251</sup> Disponível em: <http://www.jhsonline.org/cocoon/jhs/a013.html>. Acesso em: 02 jul. 2014. Texto original: “The biblical picture of ancient Israel does not fit in, but is contrary to any image of ancient Palestinian society that can be established on the basis of ancient sources from Palestine [...]. There is no way this image in the Bible can be reconciled with the historical past of the region [...]. It is simply an invented history with only a few referents to things that really happened or existed. From an historian’s point of view, ancient Israel is a monstrous creature. It is something sprung out of the fantasy of biblical historiographers and their modern paraphrasers, i.e., the historical-critical scholars of the last two hundred years”.

A grande divisão no conhecimento bíblico veio com o período romântico, quando o estudo da Bíblia tornou-se moderno no sentido de que o entendimento romântico da Bíblia concentrou-se em duas grandes questões, nacionalidade e história. Esta foi parte da construção romântica geral, o que poderia ser chamado de Estado nacional. O Estado-nação [...] dependia da aceitação por sua população de pertença. Para alcançar o sentido de identidade étnica necessário, a história foi introduzida como, obviamente, o melhor meio, uma vez que criou a sensação de algo muito antigo, ou seja, que o Estado-nação pode traçar a sua origem de volta para os primeiros dias das pessoas que passaram a habitar o estado. Isso, portanto, tomou-se um truísmo no romantismo que os habitantes de uma determinada área pertenciam à mesma etnia, com uma história milenar, e cada etnia exibindo marcas características, que eram próprias a ela, em comparação com as nações vizinhas. Outros conceitos foram desenvolvidos em combinação com essa ideia de história. Podemos mencionar a noção de uma conexão mística entre uma nação e seu território. O território é algo sagrado e imutável. [...] Nos estudos bíblicos, este desenvolvimento do pensamento histórico e nacionalista teve algumas consequências notáveis, cuja importância só recentemente foi reconhecida pelos estudiosos da Bíblia. (tradução nossa).<sup>252</sup>

Opondo-se a muitos manuais de história de Israel, Lemche aponta para a necessidade de se perceberem os eventos bíblicos como meros mitos fundantes. Nesse sentido, encontram-se o êxodo e o exílio, os quais, em tese, não contam com evidências suficientes para serem considerados fatos históricos. Os referidos “eventos”, de acordo com Lemche, desempenham o mesmo papel de outros mitos fundamentais perceptíveis em distintas sociedades do mundo antigo, como, por exemplo, a fundação de Roma pelos irmãos Romulo e Remo, que teriam sido acolhidos por uma loba.<sup>253</sup>

O citado autor também destaca como a exegese bíblica praticada na Alemanha foi responsável por produzir uma “capa” de cientificidade no estudo sobre a história antiga de Israel, a partir do uso do método histórico-crítico. Para Lemche, importantes nomes da exegese praticada na Alemanha, tais como Alt, Noth, Metzger, Hermann, Gunneweg, Fohrer e Donner, seguiram o caminho trilhado por Wellhausen,<sup>254</sup> sendo que este último teve sua

---

<sup>252</sup> LEMCHE, 1998, p. 3-4. Texto original: “The great divide in biblical scholarship came with the Romantic period, when the study of the Bible became modern in the sense that the romantic understanding of the Bible concentrated on two major issues, nationality and history. This was part of the general romantic construct, which could be called the national state. The nation-state [...] was dependent on the acceptance by its populace of belonging together. In order to achieve the necessary sense of ethnic identity, history was introduced as obviously the best medium, as it created the sense of something very old, that is to say, that the nation-state could trace its origin back to the early days of the people who happened to inhabit the state. It therefore became a truism in romanticism that the inhabitants of a certain area belonged to the same ethnos with an age-old history, and each ethnos displayed characteristic traits, which were particular to it in comparison with the neighboring nations. Other concepts developed in combination with this idea of history. We might mention the notion of a mystic connection between a nation and its territory. The territory is something holy and unchangeable. [...] In biblical studies, this development of historical and nationalistic thinking has had some remarkable consequences, the importance of which has only recently been acknowledged by biblical scholars”.

<sup>253</sup> LEMCHE, 1998, 89.

<sup>254</sup> LEMCHE, 1998, p. 141.

produção amplamente contaminada pelo romantismo. Ao descrever a percepção de Wellhausen sobre a história de Israel, o citado autor afirma:

Pode haver várias razões para esse caráter quase esquizofrênico da descrição do início de Israel que encontramos nas obras de Julius Wellhausen. Só uma parte do problema tem a ver com o estágio de conhecimento em seu próprio tempo, ou seja, a falta de conhecimentos sólidos sobre a situação política no antigo Oriente Médio no momento em que Israel surgiu, no final da Idade do Bronze. Outra razão para a obsessão de Wellhausen com [...] a reconstrução de uma etnia israelita especial na primeira parte de sua história pode ser sua ancoragem na era romântica. A busca pelo estado original é parte integrante do “movimento” Romântico. (tradução nossa).<sup>255</sup>

Lemche aborda, de igual forma, outra questão controversa no estudo da história antiga de Israel, qual seja: a cronologia da narrativa bíblica. Essa, sem dúvida, é uma das principais trincheiras do pensamento “minimalista”, o qual defende uma datação muito mais recente para o Antigo Testamento. Os exegetas bíblicos, especialmente alemães, sempre insistiram em uma origem tardia para o relato bíblico, como, por exemplo, Von Rad, que situava o período salomônico como sendo o contexto de origem do relato em questão. Por seu turno, Lemche e seus colegas apontam que o Antigo Testamento é um produto do período persa ou ainda do período helenístico;<sup>256</sup> sendo assim, a larga distância temporal entre o texto e os supostos eventos nele contido inviabilizam o seu uso como fonte histórica confiável, justamente pelo fato de o relato não ser contemporâneo aos acontecimentos e, por isso, estar mais sujeito a interpolações, conforme já afirmado anteriormente.

Em suma, Lemche defende que a história de Israel é uma criação em duplo sentido: primeiramente foi criada pelos redatores bíblicos para justificarem suas percepções religiosas. Nesse sentido, destaca:

[...] O Israel encontrado nas páginas do Velho Testamento é uma criação artificial que tem pouco mais de uma coisa em comum com o Israel que existira uma vez na Palestina, ou seja, o nome. Além deste elemento absolutamente insignificante, a nação israelita, como explicada pelos escritores bíblicos tem muito pouco fundo histórico. É uma construção altamente ideológica criada por antigos estudiosos da tradição judaica, a fim de legitimar sua própria comunidade religiosa e suas

<sup>255</sup> LEMCHE, 1998, p. 137. Texto original: “There might be several reasons for this almost schizophrenic character of the description of early Israel that we encounter in the works of Julius Wellhausen. Only a part of the problem has to do with the stage of knowledge in his own times, that is to say, the lack of solid knowledge of the political situation in the ancient Near East at the time when Israel emerged, at the end of the Bronze Age. Another reason for Wellhausen’s obsession with [...] the reconstruction of a particular Israelite ethnicity in the early part of its history may be his anchorage in the Romantic age. The quest for the original state was an integral part of the Romantic movement”.

<sup>256</sup> LEMCHE, 1998, p. 157-158.

reivindicações político-religiosas em termos de terra e exclusividade religiosa. (tradução nossa).<sup>257</sup>

Em segundo lugar, é uma criação dos exegetas modernos, que, influenciados pela leitura da Bíblia, produziram uma história de Israel parafraseando a narrativa do Antigo Testamento.<sup>258</sup>

Certamente, o mundo só tomou conhecimento da história antiga de Israel por conta da influência do texto bíblico. Ao se depender das fontes extrabíblicas, Israel seria um agente histórico insignificante e bastante difícil de ser reconhecido. Neste aspecto é extremamente importante atentar para o fato de que, ao se levar em consideração unicamente as fontes extrabíblicas, constata-se o seguinte:

Há uma lacuna de mais de 300 anos entre a inscrição da estela de Merneptah para as próximas referências a Israel. Uma delas já foi mencionada, isto é, a inscrição da estela de Mesha de Moab. Uma segunda inscrição contém uma referência assíria a uma batalha em 853 a.C. em que Acabe, de Sirla'a - termo correspondente a Israel - participou. A terceira inscrição menciona um rei anônimo de Israel, que se supõe ter sido morto pelo autor da chamada inscrição "Bet David" encontrada em Tel Dan, no norte da Palestina. A partir do século VIII a.C. um pequeno número de textos assírios se refere a Israel quer como "a casa de Omri" ou simplesmente como Samaria, ou seja, a capital do reino de Israel no norte da Palestina até 722 a.C. A maioria destas inscrições incluem referências bastante curtas sobre Israel, algumas podem ser diretamente relacionadas com a informação contida no Antigo Testamento tais como os regulamentos de Tiglatpileser III no norte da Palestina, alguns anos antes da queda de Samaria. (tradução nossa).<sup>259</sup>

Como visto, o Israel possível de ser identificado pelas fontes antigas, inclusive, recebe outro nome: "Casa de Omri".<sup>260</sup> Com isso, fica patente a necessidade de partir rumo a um novo caminho de investigação, o qual priorize o papel da epigrafia e da arqueologia.

<sup>257</sup> LEMCHE, 1998, p. 165-166. Texto original: "[...] the Israel found on the pages of the Old Testament is na artificial creation which has little more than one thing in common with the Israel that existed once upon a time in Palestine, that is, the name. Apart from this not absolutely insignificant element, the Israelite nation as explained by the biblical writers has little in the way of a historical background. It is a highly ideological construct created by ancient scholars of Jewish tradition in order to legitimize their own religious community and its religio-political claims on land and religious exclusivity".

<sup>258</sup> LEMCHE, 1998, p. 148-156.

<sup>259</sup> Texto original: "There is a gap of more than 300 years from the Merneptah inscription to the next references to Israel. One of these has already been mentioned, namely the Mesha inscription from Moab. A second inscription contains an Assyrian reference to a battle in 853 BCE in which Ahab of Sirla'a – it is definitely a corrupted form of Israel – participated. The third one mentions an anonymous king of Israel who is supposed to have been killed by the author of the recently found so-called 'Bet David' inscription from Tel Dan in northern Palestine. From the eighth century BCE a small number of Assyrian texts refers to Israel either as 'the house of Omri' or simply as Samaria, i.e. the capital of the kingdom of Israel in northern Palestine until 722 BCE. Most of these inscriptions include rather short references to Israel, a few can directly be related to information contained in the Old Testament such as Tiglatpileser III's regulations in northern Palestine a few years before the fall of Samaria". LEMCHE, N. P. *On the Problems of Reconstructing Pre-Hellenistic Israelite (Palestinian) History*. In: GRABBE, L. L. (Ed.). *Like a Bird in a Cage: The Invasion of Sennacherib in 701 BCE*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 2003, p. 158.

<sup>260</sup> LEMCHE, 1998, p. 166.

#### 3.4.4 Thomas L. Thompson

Por sua vez, Thomas Thompson, o expoente do minimalismo bíblico, ficou conhecido quando da sua atuação na Universidade de Copenhague, especialmente ao lado do já citado Prof. Lemche. Entretanto, Thompson foi o pesquisador que enfrentou as maiores dificuldades no decorrer de sua carreira acadêmica. No prefácio de sua obra *The Mythic past*, o intelectual em questão demonstra claramente as dificuldades de se estudar a história antiga de Israel de maneira crítica. Na década de 1970, Thompson teve dificuldades para defender sua tese de doutorado, a qual, entre outros elementos, foi fundamental para sacramentar o debate da historicidade dos patriarcas bíblicos, os quais, como se demonstrou, não são personagens históricos.<sup>261</sup>

Na década de 1980, o referido pesquisador contribuiu para o debate acerca da “monarquia unida” no antigo Israel, apontando para a improbabilidade desta, o que lhe causou sérias complicações profissionais na Marquette University, onde Thompson foi acusado de ferir o dogma religioso da instituição. O teor crítico das pesquisas de Thompson causaram seu afastamento da vida acadêmica por longos anos, de modo que ele atuou como pintor de casas para sobreviver.<sup>262</sup> Esses detalhes da trajetória de Thompson convertem-se em um exemplo privilegiado de observação a partir do qual se pode questionar sobre o grau de autonomia dos pesquisadores e pesquisadoras envolvidos com o Israel antigo que trabalham em institutos acadêmicos com vinculação confessional. Com o exemplo de Thompson, parece clara a existência de limitações quanto ao conteúdo das informações a serem divulgadas sobre o Antigo Testamento e, conseqüentemente, sobre Israel.

Sabidamente, em grande medida, o estudo histórico da antiga sociedade israelita foi afetado pelo sentimento religioso dos pesquisadores e pesquisadoras envolvidos com o tema. Soma-se a isso a influência da historiografia europeia, que se apossou do passado bíblico, percebendo-o como seu próprio passado. Tais elementos contribuíram para a construção de um Israel incompatível com a realidade histórica da antiga Palestina. Nesse sentido o autor destaca:

Um texto como o que encontramos na Bíblia está à mercê daqueles que reivindicam a tradição como a sua própria e assim o interpretam. Muito pouca atenção tem sido

---

<sup>261</sup> Veja-se a obra: THOMPSON, T. *The Historicity of the Patriarchal Narratives: The Quest for the Historical Abraham*. Berlin: Walter de Gruyter, 1974.

<sup>262</sup> THOMPSON, T. L. *The Mythic Past: Biblical Archaeology and the Myth of Israel*. New York: Basic Books, 1999. p. XV.

dada a esta questão, a qual está estritamente ligada ao processo de escrita da história. Quando perguntamos sobre aqueles que transmitiram as histórias e as trouxeram ao longo dos séculos como significativas, não podemos evitar a conclusão de que a história de Israel é, na maior parte europeia. Quer judaica ou cristã esta história é um produto europeu, e tem sido fundamental para a autocompreensão da Europa. A Europa a tem escrito – para atender seus próprios propósitos! (tradução nossa).<sup>263</sup>

A relação entre o passado bíblico e o europeu pode não ser óbvia ao leitor leigo. Contudo, ao longo da história foi sendo construída a percepção de superioridade europeia ocidental. Nesse sentido, a cristandade europeia seria o ápice da evolução humana – uma vez que a Bíblia apresenta a origem do homem na terra, tal narrativa foi incorporada ao passado europeu, ou seja, a origem da espécie humana como relata o texto bíblico foi percebida como um caminho preparatório para culminar nos cristãos do velho mundo.<sup>264</sup> A partir dessa percepção é que a história de Israel foi estudada, de modo que, para Thompson, tal história foi elaborada por ocidentais e para ocidentais. O efeito principal desse processo é que os grupos humanos vizinhos a Israel no contexto da antiga Palestina acabaram sendo relegados ao silêncio histórico, como já demonstrado por Whitelam, embora a história de Israel até então conhecida não tenha sido capaz de incorporar a percepção que os próprios habitantes da região possuem sobre o seu passado.

No tocante ao sentimento religioso dos pesquisadores envolvidos com o tema, cabe, da mesma forma, uma profunda reflexão. A história de Israel praticada por teólogos é essencialmente calcada na exegese do texto bíblico, embora exista um reconhecido esforço intelectual nessa tarefa é preciso pensar que, grande parte dos teólogos, não apenas veem o texto do Antigo Testamento como uma mera fonte de estudo, mas também como uma narrativa dotada de inspiração divina. Nesses casos, a Bíblia é a fonte de trabalho para o exegeta, mas, ao mesmo tempo, converte-se em uma bússola para sua vida.<sup>265</sup> A questão que se coloca a partir disso é: nesses moldes, é possível proceder a uma interpretação realmente crítica da história antiga de Israel? Ou tal interpretação será sempre contaminada pelo vínculo sentimental do exegeta com o texto? Tal questionamento parece ter produzido na Europa uma distinção entre os chamados *biblical studies* e a teologia. Conforme destaca Thompson:

---

<sup>263</sup> THOMPSON, 1999, p. 375. Texto original: “A text such as those we find in the Bible is at the mercy of those who claim the tradition as their own and interpret it. Far too little attention has been paid to this question, which lies so close to the heart of history writing. When we ask about those who have transmitted the stories and have brought them through the centuries as meaningful, we can hardly avoid the conclusion that the history of Israel is for the most part European. Whether Jewish or Christian, this history is a product of, and has been central to, Europe’s self-understanding. Europe has written it – and written it for Europe’s own purposes!”.

<sup>264</sup> THOMPSON, 1999, p. 377.

<sup>265</sup> Trataremos mais adequadamente essa questão no Capítulo 3, na parte pertinente ao estudo de prosopografia.

[...] Temos de reconhecer uma disputa cada vez mais polarizada entre estudos bíblicos e teológicos na universidade. Ao passo que os estudos bíblicos tornaram-se um moderno e secular campo de estudo - com um público amplo e não teológico - se desenvolveu uma relação cada vez mais tensa com a teologia. Em particular, no ramo de estudos bíblicos dedicados ao Antigo Testamento pode ser encontrada hoje a construção de laços mais compatíveis com as disciplinas de história antiga, estudos do Oriente Próximo e da história das religiões, de um lado e com a sociologia, a antropologia e a literatura de outro. Não há dúvida de que as rápidas mudanças que ocorreram dentro de nossa compreensão do Antigo Testamento durante a geração passada tenha se originado em tais associações interdisciplinares. Isso também teve um lado negativo, claramente refletido nas relações entre a teologia e o enfraquecimento do estudo acadêmico da Bíblia, especialmente o Antigo Testamento. (tradução nossa).<sup>266</sup>

Tais palavras de Thompson podem ser adaptadas ao contexto brasileiro, no qual, em tese, existe uma distinção entre a Teologia e as Ciências da Religião, sendo que ambas contam com pesquisadores devotados ao estudo do Israel antigo. Em todo caso, dita distinção no Brasil parece meramente formal, uma vez que os “cientistas da religião”, em grande parte, possuem sua origem na teologia.<sup>267</sup>

### **3.5 A trajetória da pesquisa arqueológica em Israel e suas implicações para a historiografia da sociedade veteroisraelita**<sup>268</sup>

Tendo percorrido sobre a pesquisa bíblica, é possível, a partir de então, procedermos à análise da trajetória da pesquisa arqueológica pertinente ao Israel antigo. O desenvolvimento da arqueologia na Palestina esteve intensamente vinculado com a narrativa bíblica; no entanto, interesses políticos de grandes potências europeias também serviram como pano de fundo no decorrer do trabalho arqueológico em referido território. Desse modo, como será possível verificar ao longo deste estudo, a arqueologia praticada nas chamadas “terras

---

<sup>266</sup> THOMPSON, 1999, p. 385. Texto original: “[...] we need to acknowledge an increasingly polarized dispute in which biblical and theological studies are engaged in the university. As biblical studies has become a modern and a secular field - with a broad and untheological audience - it has developed an increasingly strained relationship with theology. In particular, the branch of biblical studies devoted to the Old Testament can be found today building more compatible ties with the disciplines of ancient history, Near Eastern studies and the history of religions on one hand and with sociology, anthropology and literature on the other. There is no doubt that the rapid changes that have come about within our understanding of the Old Testament during the past generation have originated in such interdisciplinary associations. This has also had a negative side, clearly reflected in the weakening ties between theology and the academic study of the Bible, especially the Old Testament”.

<sup>267</sup> Um exemplo máximo em solo nacional foi, sem dúvida, o já falecido Prof. Milton Schwantes, o qual acabou sua carreira profissional no programa de pós-graduação em Ciências da Religião da UMESp.

<sup>268</sup> O desenvolvimento desta parcela do estudo contou com um período de pesquisa junto à Universidade Nova de Lisboa, por meio de uma bolsa Capes/PDSE, onde tive a oportunidade de ser assistido pelo orientalista português Prof. Francisco Caramelo. Além da atenta orientação recebida, tive acesso à bibliografia internacional pertinente ao tema.

bíblicas” esteve envolta pelo sentimento religioso de atestar a pertinência histórica do relato bíblico, bem como esteve ligada ao interesse político de grandes nações europeias preocupadas em marcar presença na região do Levante.<sup>269</sup>

É importante salientar que um estudo como este proposto aqui ainda é incipiente na academia brasileira,<sup>270</sup> contudo existem alguns raros estudos produzidos no país que serviram em grande medida para esta investigação, dentre os quais se destaca a dissertação de mestrado da Profa. Gabriella Barbosa Rodrigues defendida na Unicamp.<sup>271</sup> Do trabalho de Rodrigues adota-se, em grande parte, a sequência cronológica da pesquisa arqueológica praticada na Palestina. Não obstante, far-se-á uso de alguns outros estudos publicados no Brasil.<sup>272</sup>

O presente estudo tem por objetivo analisar as principais etapas da exploração arqueológica levada a cabo no território palestinese com ênfase especial em Israel. A relação entre arqueologia e ideologia não é exclusiva desta parte do planeta; sem dúvida, na maior parte das investigações desse gênero a escolha de um local de escavação comporta uma forte carga política, como se tenta demonstrar no decorrer desta investigação. Com isso, não se quer dizer que toda arqueologia em Israel é politicamente comprometida, porém não se pode olvidar que ao longo dos anos tanto as questões religiosas quanto as políticas foram um importante propulsor das pesquisas arqueológicas praticadas na Palestina.<sup>273</sup>

Ademais, é preciso reconhecer que a construção do conhecimento histórico é também – mas não exclusivamente – uma prática política, uma vez que se selecionam os temas e períodos a serem estudados,<sup>274</sup> seja nos ambientes formais de educação, seja nos conteúdos divulgados ao público em geral.<sup>275</sup> No tocante à pesquisa arqueológica, é preciso ter consciência de que as relações de identidade que se criam por meio dos achados materiais

<sup>269</sup> RODRIGUES, G. B. Arqueologia Bíblica e construção de identidades: notas acerca da pesquisa arqueológica nas chamadas terras da Bíblia. *Anais XXIII SEC*, Araraquara, 2008.

<sup>270</sup> Lamentavelmente, além da carência de pesquisas acadêmicas sobre o tema na academia nacional, ainda há o fato de que a referida temática conta com a interferência negativa de instituições fundamentalistas que tentam dogmatizar a arqueologia e colocá-la numa posição de subserviência ao texto bíblico. Como já mencionado, Disponível em: <http://www.unasp-ec.edu.br/conheca/museu-de-arqueologia/>. Acesso em: 13 jul. 2016.

<sup>271</sup> RODRIGUES, G. B. *Arqueologia Bíblica: um estudo de narrativa e discursos acerca da história de sua constituição como disciplina*. UNICAMP, 2011.

<sup>272</sup> Em especial o livro do Prof. Ademar Kaefer: KAEFER, J. A. *Arqueologia das terras da Bíblia*. São Paulo: Paulus, 2012. Da mesma forma também será retomado e rediscutido ao longo deste texto o seguinte artigo: BERLESI, J. Arqueología en Israel: los desafíos de la ciencia frente a cuestiones políticas y religiosas. *Revista Mundo Antigo*, v. II, p. 31, 2012.

<sup>273</sup> Em um artigo publicado no Brasil, o Prof. Haller Schünemann comenta acerca da importância da “arqueologia bíblica” para o cristianismo fundamentalista que tem por objetivo provar a exatidão do texto bíblico. Disponível em: SCHÜNEMANN, H. E. *A História como Profecia: uma forma de relação entre Ciência e Religião no Fundamentalismo Protestante*. Disponível em: [http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2013\\_jan\\_art\\_SCHUNEMANN\\_ci%C3%Aancia\\_religi%C3%A3o\\_fund\\_protestantes.pdf](http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2013_jan_art_SCHUNEMANN_ci%C3%Aancia_religi%C3%A3o_fund_protestantes.pdf). Acesso em: 27 jul. 2016.

<sup>274</sup> RODRIGUES, 2011, p. 3-4.

<sup>275</sup> Para uma ideia da contribuição da Arqueologia nesse processo, veja-se em: SILBERMAN, 1989, p. 2.

podem ou não justificar ações de tomadas de territórios e a construção do sentimento de nação<sup>276</sup>. De tal maneira, as políticas do presente podem determinar – ou ao menos influenciar – a interpretação do passado.<sup>277</sup>

### 3.5.1 A gênese da pesquisa estrangeira

Os estudos arqueológicos levados a cabo nas chamadas “terras da Bíblia” carregavam, desde sua origem, interesses para além dos meramente científicos. Escavar no território que foi palco dos supostos acontecimentos bíblicos tinha um significado especial. Entretanto, é preciso reconhecer que o interesse por essa parte do planeta é bastante anterior à Arqueologia. Como bem destaca Rodrigues ao longo de sua dissertação, pode-se notar uma fascinação por tal região desde o tempo de Constantino quando este personagem oficializou o cristianismo como a religião do Império Romano. Desde a antiguidade tardia até hoje, um incontável número de indivíduos faz uma peregrinação em direção aos lugares “sagrados” apresentados na Bíblia. Tal situação não é exclusividade de sujeitos isolados, de modo que estados nacionais marcaram presença nesse processo.

Assim, pode-se afirmar que por meio de uma mescla entre interesses religiosos e políticos se desenvolveram as primeiras explorações da Palestina. No entanto, a exploração dessa área também teve como participantes alguns “caçadores de tesouro”, os quais tinham o interesse de abastecer coleções particulares.<sup>278</sup>

Como bem frisa Rodrigues, a participação dos estados europeus na exploração da Palestina estava embebida por uma motivação religiosa, uma vez que a Bíblia foi considerada “herança espiritual” da Europa e em tal condição era necessário proteger os documentos da fé cristã. A motivação política é ainda mais fácil de compreender tendo em conta a privilegiada posição geográfica do Levante, localizado entre o mar e os demais

---

<sup>276</sup> Exemplo desse gênero temos na condução das escavações de Massada, levadas a cabo pelo general israelense Yadin. Após encontrar uma série de esqueletos humanos no referido sítio, Yadin chegou à conclusão de que havia encontrado a prova material do relato de Flávio Josefo, o qual narrou que a população de Massada cometeu suicídio como forma de protesto para não aceitar a dominação romana. Massada, assim, converteu-se num símbolo da coragem e heroísmo judaico de tal modo que os recrutas do exército israelense foram levados, durante muitos anos, para prestar juramento no referido sítio, comprometendo-se a defender o país para que episódios como o de Massada nunca mais ocorressem. Contemporaneamente, entretanto, não há consenso entre os especialistas, de modo que o debate sobre Massada permanece em aberto. Disponível em: CLINE, 2009, p. 49.

<sup>277</sup> OESTIGAARD, T. *Political Archaeology and Holy Nationalism: Archaeological Battles over the Bible and Land in Israel and Palestine from 1967 – 2000*. Gotarc Serie C, No. 67. Göteborg University. Gothenburg. 2007. p. 23.

<sup>278</sup> RODRIGUES, 2011, p. 27.

territórios do Oriente Médio. Sobre tal aspecto, cabe dizer que entre 1847 e 1883 a exploração da Palestina foi exclusivamente comandada por militares, os quais – a mando de seus governos – coletaram informações geográficas e restos materiais e, não menos importante, elaboraram mapas da região.<sup>279</sup>

Além disso, para os estados europeus, ser proprietário do material arqueológico que pertenceu às importantes civilizações antigas tinha um duplo significado: de uma parte, representava o desenvolvimento imperialista; de outra, incrementava o prestígio nacional. A esse respeito Silberman afirma que, especialmente durante o século XIX, a exploração arqueológica do mundo antigo era praticada pelos representantes dos principais impérios do mundo naquela época, os quais, por sua vez, tinham nitidamente interesses políticos na ocupação dos territórios explorados. Certamente, a invasão do Egito por Napoleão em 1797 é um bom exemplo desse processo. Antes de eclodir a Primeira Guerra Mundial, o Oriente Médio foi palco da ação de pesquisadores britânicos, alemães, austríacos e franceses que, em grande medida, representavam a ambição política de seus governos na região dominada pelo Império Otomano. Não obstante a usurpação de material arqueológico retirado do médio oriente e transportado para os museus da Europa, tornou-se símbolo do avanço imperialista incrementando o prestígio nacional das potências europeias.<sup>280</sup>

A partir da segunda metade do século XIX, a investigação arqueológica na Palestina esteve organizada sob o comando de algumas instituições. A primeira delas foi a *Palestine Exploration Fund*, que surgiu em 1865. A esse respeito comenta Kathleen Kenyon:

Ao constituir-se em 1865 o *Palestine Exploration Fund*, seus fins foram definidos como “a investigação esmerada e sistemática da arqueologia, topografia, geologia, e geografia física, os usos e costumes da Terra Santa, para reflexão bíblica”. A essência está nas últimas duas palavras. O interesse pela história antiga do Oriente Próximo conheceu um despertar vigoroso na Inglaterra em meados do século XIX. Os espetaculares descobrimentos feitos na Mesopotâmia e no Egito demonstravam que estes países deveriam ocupar lugares de honra ao lado de Grécia e Roma como expoentes das civilizações antigas mais importantes. No entanto, para a Inglaterra vitoriana, temente a Deus, o país da Bíblia constituía uma fonte de interesse que superava em muito aos impérios de Asurbanipal e Sargão ou Tutmés e Ramsés, sobre os quais pairavam muitas sombras. O *Palestine Exploration Fund* foi em realidade a primeira sociedade constituída para estudar as antiguidades do além mar, se adiantou em cerca de vinte anos a *Egypt Exploration Society* e em cerca de quatorze a *Society for Hellenic Studies*”. (tradução nossa).<sup>281</sup>

<sup>279</sup> SILBERMAN, 1989, p. 127.

<sup>280</sup> SILBERMAN, Neil A. *Whose game is it anyway? The political and social transformations of the American Biblical Archaeology*. In: MESKELL, LYNN (ed.). *Archaeology under fire – Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. New York: Routledge. 1998. p. 179.

<sup>281</sup> Texto original: “Al constituirse en 1865 el *Palestine Exploration Fund*, sus fines fueron definidos como ‘la investigación esmerada y sistemática de la arqueología, la topografía, la geología y la geografía física, los usos y costumbres de Tierra Santa, para ilustración bíblica’. La esencia está en las dos últimas palabras. El

A constituição do *Palestine Exploration Fund* abriu caminho para o surgimento de instituições de outras nacionalidades, como o *German Palästina Verein* (1878), a *École Biblique et Archéologique* (1890), *American Palestine Exploration Society* (1870-75) e a *American Schools of Oriental Research* (1900). Silberman também enfatiza que a distribuição geográfica das sedes dessas instituições refletia o interesse de seus países na Palestina. A esse respeito comenta:

É interessante notar que a distribuição geográfica das várias sociedades refletia de perto as esferas de interesse de suas nações na Terra Santa. O trabalho britânico se concentrou em locais no sul e no Sinai, em proximidade estratégica para o Canal de Suez; os americanos inicialmente concentraram-se na Transjordânia, a qual permaneceu, por acordo com os britânicos, uma reserva americana. Os dominicanos franceses concentrados em Jerusalém, com o estabelecimento de igrejas e associações religiosas. E a atividade alemã centrada na Galileia e no Vale de Jezrael, convenientemente perto de Haifa-Deraa, da Ferroviária Hijaz, construída sob a supervisão de engenheiros alemães. (tradução nossa).<sup>282</sup>

No entanto, apesar da organização de tais instituições, pode-se dizer que resultados propriamente científicos somente foram obtidos ao final do século XIX. A investigação arqueológica feita em Tell el-Hesi, em 1890, por William Matthew Flinders Petrie é comumente identificada como a primeira escavação científica na Palestina.<sup>283</sup> Amihai Mazar afirma que uma das importantes contribuições de Petrie foi compreender a importância da cerâmica para o estabelecimento da cronologia relativa. Além disso, tal escavação em Tell el-

---

interés por la historia antigua del Próximo Oriente conoció un despertar vigoroso en Inglaterra a mediados del siglo XIX. Los espectaculares descubrimientos hechos en Mesopotamia y Egipto demostraban que estos países debían ocupar un puesto de honor al lado de Grecia y Roma como cunas de las civilizaciones antiguas más importantes. Sin embargo, para la Inglaterra victoriana, temerosa de Dios, el país de la Biblia constituía en potencia una fuente de interés que superaba en mucho los imperios de Asurbanipal y Sargón o Tutmés y Ramsés, sobre los cuales todavía se cernían muchas sombras. El *Palestine Exploration Fund* fue en realidad la primera sociedad constituida para estudiar las antigüedades de allende los mares; se adelantó en unos veinte años a la *Egypt Exploration Society* y en unos catorce a la *Society for Hellenic Studies*". KENYON, K. M. *Arqueología en Tierra Santa*. Barcelona: Editorial Garriga. 1963. p. 9.

<sup>282</sup> Texto original: "It is interesting to note that the geographical distribution of the various societies' activities closely reflected their nations' spheres of interest in the Holy Land. The British work concentrated on sites in the south and in Sinai, in strategic proximity to the Suez Canal; the Americans initially concentrated in Transjordan, which remained, by agreement with the British, an American preserve. The French Dominicans concentrated in Jerusalem, with its many church establishments and religious associations. And German activity centered in Galilee and Jezreel Valley, conveniently close to the Haifa-Dera'a spur of the Hijaz Railway, built under the supervision of German engineers". SILBERMAN, N. A. Power, Politics and the Past: The Social Construction of Antiquity in the Holy Land. In: LEVY, T. E. (Ed.). *The Archaeology of Society in the Holy Land*. London: Leicester University Press, 1995. p. 14-15.

<sup>283</sup> MAZAR, A. *Arqueologia na terra da Bíblia: 10.000 - 586 a.C.* São Paulo: Paulinas, 2003, p. 34.

Hesi foi o primeiro projeto arqueológico sistemático em um antigo *tell*.<sup>284</sup> Após o trabalho de Petrie, realizaram-se importantes investigações até a Primeira Guerra Mundial em sítios como Samaria, Megiddo e outros mais.<sup>285</sup>

Feitas tais considerações, torna-se possível, então, analisar o trabalho arqueológico desenvolvido pelas sociedades de pesquisa de distintas nacionalidades, dando ênfase ao caso das pesquisas realizadas por americanos e israelenses por representarem a presença mais notável na arqueologia praticada contemporaneamente em Israel. Não obstante, apesar do importante trabalho desenvolvido por alemães e franceses em alguns sítios do Levante, pode-se dizer que sua atuação foi mais nítida no campo dos estudos bíblicos, de modo que é relativamente raro o conjunto de fontes acerca de sua atuação arqueológica em tal região, razão pela qual se espera justificar a ênfase que será dada na atuação americana e israelense.

### 3.5.2 A tradição germânica

Como mencionado, o trabalho de pesquisadores alemães é bastante perceptível na área de exegese bíblica, contudo também se pode perceber sua presença no trabalho arqueológico realizado em alguns sítios em Israel. De acordo com Rodrigues, os primórdios da presença alemã na Palestina guardam relação com a visita do Kaiser ao sultão otomano na década de 1880. As relações estabelecidas a partir desse momento possibilitaram:

[...] a inauguração de diversos prédios alemães como a Igreja Protestante, que fica bem próxima à do Santo Sepulcro, na Cidade Velha de Jerusalém[...]; um acordo em que os otomanos concediam autorização para os alemães conduzirem suas expedições científicas; e a fundação da *Deutsche Orient-Gesellschaft* (Sociedade Oriental Alemã), cujo objetivo era conduzir escavações na região. Em 1877, havia sido fundada a *Deutscher Verein zur Erforschung Palästinas* (Associação alemã de pesquisa na Palestina), mas seu foco era um estudo interdisciplinar da Palestina, não apenas ligado ao resultado de expedições arqueológicas [...].<sup>286</sup>

Em termos de escavação, sem dúvida, um dos trabalhos mais notáveis nessa fase inicial da presença alemã na Palestina foi realizado por Gottlieb Schumacher, entre 1903 e 1905, em Megiddo<sup>287</sup>. De acordo com o Prof. Eric Cline, um dos coordenadores das escavações no referido sítio até 2014, as escavações conduzidas por Schumacher foram

<sup>284</sup> Grosso modo, um *tell* é uma colina artificial que abriga vestígios arqueológicos de um assentamento humano que tenha sido construído e reconstruído ao longo do tempo na mesma localização. Disponível em: [http://archaeology.about.com/od/archaeology101/qt/buried\\_city.htm](http://archaeology.about.com/od/archaeology101/qt/buried_city.htm). Acesso em: 13 fev 2017.

<sup>285</sup> MAZAR, 2003, p. 34-35.

<sup>286</sup> RODRIGUES, 2011, p. 52.

<sup>287</sup> Disponível em: <https://sites.google.com/site/megiddoexpedition/the-site/excavations/past-excavations>. Acesso em: 17 ago. 2015. Para mais informações acerca da importância histórica do sítio de Megiddo, Disponível em: KAEFFER, 2012, p. 27-30.

deploráveis do ponto de vista metodológico, contudo obtiveram êxito em termos de achados materiais de relevância, como o caso de uma inscrição pertencente a um servo do rei Jeroboão, um dos monarcas do reino do norte de Israel.<sup>288</sup>

Em 1903, ocorreu a abertura oficial do *German Protestant Institute of Archaeology*. Seu primeiro diretor, Gustaf Dalman, já começava desde então a coleta de artefatos arqueológicos para o estabelecimento de um museu.<sup>289</sup> Entretanto, é importante considerar que a atuação alemã na Palestina na transição do século XIX para o XX possuía um forte interesse político, como bem destaca Cline:

Na época das escavações de Petrie, expedições adicionais para explorar a Terra Santa estavam sendo organizadas. Essas explorações não foram patrocinadas por museus como o Louvre ou o Museu Britânico, os quais, realizaram escavações em outros lugares no Oriente Médio, incluindo a área que hoje é o moderno Iraque. Em vez disso, como o PEF, eles foram patrocinados por associações científicas nacionais, como o Deutscher Verein zur Erforschung Palästinas (DPV) - Sociedade Alemã para a Exploração da Palestina - as quais foram uma extensão de movimentos políticos imperialistas por parte das nações da União Europeia antecipando o fim da autoridade do Império Otomano na região. O conceito era simples [...] se o Império Otomano entrasse em colapso, os países europeus que já tinham uma presença ou interesse na Palestina teriam a melhor reivindicação ao território. “explorações bíblicas”, incluindo expedições de mapeamento e escavações preliminares eram a melhor desculpa [...] para estabelecer uma presença na área. (tradução nossa).<sup>290</sup>

No contexto do século XX, a atuação germânica destacou-se sobretudo pelo trabalho de exegetas, os quais, evidentemente, estavam mais dedicados ao estudo e à interpretação do texto bíblico do que propriamente ao trabalho arqueológico. Um desses exegetas é, sem dúvida, o já citado pastor Martin Noth.

---

<sup>288</sup> CLINE, 2009, p. 25.

<sup>289</sup> FRITZ, V.; DEINES, R. Catalogue of the Jewish Ossuaries in the German Protestant Institute of Archaeology. IJEJ, *Israel Exploration Journal*, Volume 49, Number 3/4, 1999. p. 222.

<sup>290</sup> Texto original: “By the time of Petrie’s excavations, additional expeditions to explore the Holy Land were being organized. These explorations were not sponsored by museums such as the Louvre or the British Museum, which undertook excavations in other places in the Near East including the area that is now modern Iraq. Rather, like the PEF, they were sponsored by quasi-national scientific associations such as the Deutscher Verein zur Erforschung Palästinas (DPV) – the German Society for the Exploration of Palestine – which were an extension of imperialistic political movements on the part of the European nations anticipating the demise of the Ottoman Empire’s authority in the region. The concept was simple [...] if the Ottoman Empire were to collapse, the European countries that already had a presence or interest in Palestine would have the best claim to the territory. “Biblical explorations” including mapping expeditions and preliminary excavations, provided the best excuse [...] for establishing a presence in the area”. CLINE, 2009, p. 24.

### 3.5.3 A participação francesa

No contexto do fim do século XIX, a interpretação da Bíblia, especialmente no universo católico, teria o impacto do trabalho do Padre Lagrange, fundador da Escola Bíblica e de Arqueologia Francesa de Jerusalém, chamada no meio acadêmico contemporâneo como *École Biblique*, a qual foi responsável, no século XX, por elaborar uma das mais conhecidas edições do texto bíblico: a *Bíblia de Jerusalém*. Em realidade, em 1890 foi fundada a *École pratique d'Études bibliques* (Escola Prática de Estudos Bíblicos) nos terrenos do convento dominicano de Saint-Étienne, situado em Jerusalém; apenas em 1920 passou-se a chamar *École biblique et archéologique française de Jérusalem*.<sup>291</sup> Dois anos após a fundação da *École pratique*, em 1892, a instituição já contava com uma revista acadêmica para divulgar seus trabalhos: a *Revue Biblique*.<sup>292</sup> Lagrange, apesar de ser um sacerdote devoto, teve algumas de suas publicações vetadas pelas autoridades católicas, que as consideraram nocivas para a fé.<sup>293</sup>

O padre Lagrange consagrou sua vida ao estudo da Bíblia e para a honra da Igreja em um momento em que a exegese católica se encontrava em um estado de inferioridade intelectual em comparação com os exegetas protestantes. Consciente dos limites de toda investigação e descoberta não se iludia com o valor perene de seus estudos, mas os relativizava pensando que sua melhor contribuição para a Igreja se encontrava no impulso dado a Escola bíblica de Jerusalém e a exegese científica. Aos seus alunos não pedia obediência as suas teses, mas sim espírito crítico e autonomia de pensamento convidando-os firmemente a verificar o que lhes ensinava. (tradução nossa).<sup>294</sup>

A atuação francesa na Palestina teve uma peculiaridade importante. Os franceses destacaram-se por estudar sítios localizados sobretudo na Cisjordânia ou sítios de ocupação de outros grupos humanos do mundo antigo que não propriamente os israelitas. Como exemplo desse gênero há o caso de Tell Keisan, conforme bem destaca Dias:

Tell Keisan é outro sítio arqueológico importante para o estudo da “cultura material” dos filisteus, mas situado já fora do âmbito geográfico da Pentápole Filistea. De facto, Tell Keisan situa-se entre Haifa e Acre, na embocadura marítima da planície

<sup>291</sup> RODRIGUES, 2011, p. 54.

<sup>292</sup> ALVAREZ VALDÉS, A. La difícil historia del padre Lagrange. *Revista Criterio Digital*, n. 2220, 1998. Disponível em: [http://www.revistacriterio.com.ar/bloginst\\_new/1998\\_jul\\_11/la-dificil-historia-del-padre-lagrange/](http://www.revistacriterio.com.ar/bloginst_new/1998_jul_11/la-dificil-historia-del-padre-lagrange/). Acesso em: 18 ago. 2015.

<sup>293</sup> Veja-se em: <http://dominicain.net/lagrange-vie-en-espagnol.htm>. Acesso em: 28 abr. 2015.

<sup>294</sup> Texto original: “El padre Lagrange consagró su vida al estudio de la Biblia para el honor de la Iglesia en un momento en que la exégesis católica se hallaba en un estado de inferioridad intelectual en comparación con los exegetas protestantes. Consciente de los límites de toda investigación y descubrimiento no se hacía ilusiones sobre el valor perenne de sus estudios sino que los relativizaba pensando que su mejor aportación a la Iglesia se encontraba en el impulso dado a la Escuela bíblica de Jerusalén y a la exégesis científica<sup>294</sup>. A sus alumnos no les pedía obediencia a sus tesis sino espíritu crítico y pensamiento personal invitándoles firmemente a verificar lo que él enseñaba”. Disponível em: <http://dominicain.net/lagrange-vie-en-espagnol.htm>. Acesso em: 28 abr. 2015.

de Yezreel. O *tell* foi, desde 1971 a 1980, explorado pela “École Biblique et Archéologique Française de Jérusalem”, que publicou os relatórios arqueológicos finais e, por meio de Jean-Baptiste Humbert, O.P., apresentou um estudo global.<sup>295</sup>

Após Lagrange, uma importante referência da *École Biblique* foi o padre Roland de Vaux, do qual se conhecem algumas obras em língua portuguesa, especialmente o livro *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, o qual pode ser considerado um dos raros exemplares de uma “história cultural” de Israel.<sup>296</sup> O referido pesquisador teve uma atuação destacada nas escavações de Qumran, sítio que vinha sendo estudado pela *École Biblique* desde o final da década de 1940. De Vaux, particularmente, esteve à frente das escavações de 1951 a 1956. Apesar da publicação de notas preliminares das escavações em Qumran, o trabalho de Roland de Vaux apenas foi conhecido satisfatoriamente após sua morte:

Enquanto de Vaux publicou uma série de relatórios preliminares importantes, ele resumiu as escavações sinteticamente apenas em sua palestra para a Academia Britânica, em 1959. Após sua morte, em 1971, notas de campo de de Vaux e materiais de Qumran permaneceram desconhecidas até Jean-Baptiste Humbert e Alain Chambon publicarem estes materiais em 1994 com um dossiê de planos importantes e fotografias da escavação. Esta publicação foi seguida por um volume científico. No entanto, existem pontos em notas de campo de Vaux de onde as leituras são duvidosas, e, além disso, há muitos aspectos do sítio que permanecem obscuros além de áreas não documentadas por fotografias.<sup>297</sup> (tradução nossa)

### 3.5.4 A participação americana

Mesmo figurando posteriormente no cenário das escavações arqueológicas na Palestina, se comparada aos britânicos e demais europeus, pode-se dizer que a participação americana em tal empreendimento foi de uma importância singular. Apesar da existência da *American Schools of Oriental Research* (ASOR) desde os anos 1900, a atuação americana somente revelou-se dominante no período entre as duas guerras mundiais. Antes dessa época,

<sup>295</sup> DIAS, J. A. C. *Hebreus e Filisteus na terra de Canaã: Nos pródromos da questão palestina*. Porto: Flup, 1993.

<sup>296</sup> A referida obra conta com uma edição de 2003 publicada pela Paulus. De VAUX, R. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Paulus, 2003.

<sup>297</sup> Texto original: “While de Vaux published a number of important preliminary reports, he summarised the excavations synthetically only in his Schweich Lectures, for the British Academy, in 1959. After his death in 1971, de Vaux’s field notes and materials on Qumran remained unknown until Jean-Baptiste Humbert and Alain Chambon published these in 1994 with a dossier of important plans and photographs from the excavation. This publication was followed by a scientific volume. Nevertheless, there are points in de Vaux’s field notes where readings are doubtful, and, in addition, there are many aspects of the site that remained unclear during the course of excavations and areas undocumented by photographs”. Disponível em: <http://www.pef.org.uk/qumran/>. Acesso em: 18 ago. 2015.

no século XIX, a participação dos americanos estava praticamente reduzida à atividade missionária.<sup>298</sup>

Silberman afirma que a fundação da ASOR se caracterizou pela união de uma equipe ecumênica de investigadores, reunindo protestantes, católicos e judeus. Contudo, foi um protestante nascido no Chile, filho de missionários metodistas, que obteve maior notoriedade: trata-se de William Foxwell Albright, considerado o pai da chamada “arqueologia bíblica”.<sup>299</sup>

Do ponto de vista do estado atual das investigações arqueológicas, considera-se que a contribuição de Albright foi controversa.<sup>300</sup> Suas pesquisas influenciaram um bom número de conservadores religiosos.<sup>301</sup> Albright e seus seguidores defenderam, por exemplo, a conquista militar de Canaã, o que reflete justamente a maneira como a Bíblia explica a tomada do território cananita conduzida por Israel.<sup>302</sup> Além disso:

Em um artigo de publicação muito recente B. O. Long demonstra exaustivamente como Albright, para além de suas valiosas contribuições como arqueólogo, construiu ao longo de sua vida e obra uma teorização sobre o desenvolvimento intelectual do homem que esconde uma autêntica apologia religiosa e cultural na qual as tradições judaicas e cristãs são erigidas como um baluarte contra o fascismo e o comunismo subordinando a arqueologia da Palestina a uma visão teológico-política da realidade. (tradução nossa).<sup>303</sup>

No entanto, um dos legados de Albright, que reverbera até hoje, refere-se à incorporação de voluntários nas escavações, o que, para além de possibilitar uma experiência arqueológica a estudantes em início de carreira, representou um importante incremento para o financiamento das investigações:

---

<sup>298</sup> SILBERMAN, 1998, p. 179.

<sup>299</sup> Comentando acerca do legado de Albright, Mazar afirma: “Com suas escavações em Tell el-Fûl (1922-1923, 1933), Betel (1927) e Tell Beit Mirsim (1926-1932), ele deu início à pesquisa arqueológica de sítios menores escolhidos para pesquisa com a intenção de lançar luz sobre questões bíblico-históricas. Ele promoveu o estudo comparativo da cerâmica e a observação estratigráfica, e estabeleceu um padrão para publicações arqueológicas em seu relatório das escavações em Tell Beit Mirsim. Sua principal contribuição, contudo, foi na integração do trabalho de campo (incluindo levantamentos de superfície) com a pesquisa bíblica, a geografia histórica e estudos genéricos do Oriente Próximo. Albright, portanto, deu forma ao seu conceito de arqueologia bíblica, o qual teve grande impacto sobre gerações posteriores de estudiosos americanos e israelenses” (MAZAR, 2003, p. 35).

<sup>300</sup> PFOH, 2009, p. 13.

<sup>301</sup> WRIGHT, G. E.; FREEDMAN, D. N. *The Biblical archaeologist reader*. Doubleday: Garden City. 1961. p. 17.

<sup>302</sup> DEVER, W. G. *Who were the early Israelites and where did they come from?*. Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 2003. p. 43.

<sup>303</sup> Texto original: “En un artículo de muy reciente publicación B. O. Long demuestra exhaustivamente cómo Albright, más allá de sus valiosas contribuciones como arqueólogo, construyó a lo largo de su vida y obra una teorización sobre el desarrollo intelectual del hombre que enmascara una auténtica apologética religiosa y cultural en la que las tradiciones judías y cristianas son erigidas como un baluarte contra el fascismo y el comunismo subordinando la arqueología de Palestina a una visión teológico-política de la realidad”. GANDULLA, B. *Los Hebreos en el Gran Canaán: del Bronce Antiguo al Bronce Tardío*. Buenos Aires: Canaán Editorial. 2005, p. 2.

O estilo de escavação de Albright, baseado na participação ativa de acadêmicos e voluntários oriundos de um consórcio de universidades e faculdades teológicas ao longo da América e do Canadá, se mostrou muito mais adaptável as mudanças econômicas e políticas da Palestina. (tradução nossa).<sup>304</sup>

Sem dúvida, Albright foi uma figura central para a criação da arqueologia bíblica. Por sua importância, a ASOR mudou de nome, passando a chamar-se *W.F. Albright Institute of Archaeological Research*. No entanto, como dito anteriormente, o referido pesquisador influenciou uma série de conservadores.<sup>305</sup> Alguns de seus seguidores mais conhecidos são George Ernest Wright e Nelson Glueck. Quanto ao primeiro, é importante lembrar de sua “contribuição” para o reforço do fundamentalismo cristão, que tende a ver a Bíblia como o testemunho autêntico da trajetória histórica de Israel; logo, obviamente, o esforço da pesquisa arqueológica seria comprovar a narrativa bíblica: “para a fé bíblica tudo depende, em última análise, se os eventos centrais realmente ocorreram [...] assumir que não faz diferença se são fatos ou não é simplesmente destruir toda a base da fé” (tradução nossa).<sup>306</sup>

Os discípulos de Albright (assim como ele próprio) estiveram envolvidos em uma disputa acadêmica com os exegetas alemães herdeiros da metodologia exegética utilizada por J. Wellhausen. Os exegetas, por meio de uma leitura atenta da Bíblia, contestavam a conquista militar de Canaã e ao mesmo tempo afirmavam que o que ocorreu de fato foi uma “infiltração pacífica” no território. Neste sentido Dever comenta:

Albright estava longe de ser o único defensor do “modelo da conquista”. Seu pupilo (e meu professor) G. Ernest Wright também o seguiu. Em seu influente manual de 1957, *Biblical Archaeology*, ele reconhece que as fontes bíblicas são problemáticas em alguns aspectos. Mas, mesmo assim, ele rejeitou o ponto de vista da exegese alemã de que a conquista foi [nada mais nada menos do que um processo gradual de osmose] (tradução nossa).<sup>307</sup>

<sup>304</sup> Texto original: “Albright-style excavations, based on the active participation of scholar-volunteers from a broad consortium of universities and theological schools across America and Canada, proved far more adaptable to the changing economic and political fortunes of Palestine”. SILBERMAN, 1995, p. 17.

<sup>305</sup> A “escola albrightiana”, por vezes, produziu uma interpretação forçosa das evidências materiais para que estas se adaptassem ao relato bíblico. Para mais informações, Disponível em: FINKELSTEIN, I. Four Notes on Albrightian Biblical Archaeology: Rehov, Megiddo, Jerusalem, and Rosh Zayt. In: BURNS, D.; ROGERSON, J. W. (Eds.). *Far From Minimal: Celebrating the Work and Influence of Philip R. Davies*. London: T & T Clark, 2012. p.132-141.

<sup>306</sup> Texto original: “in biblical faith everything depends ultimately upon whether the central events actually occurred....[t]o assume that it makes no difference whether they are facts or not is simply to destroy the whole basis of the faith”. PFOH apud WRIGHT, 2009, p. 59.

<sup>307</sup> Texto original: “Albright was far from being the only advocate of the ‘conquest model’. His protégé (and my own teacher) G. Ernest Wright followed him. In his influential 1957 handbook *Biblical Archaeology*. He

Parte dessa disputa acadêmica com os *biblical scholars* é visível contemporaneamente entre os modernos representantes da arqueologia bíblica. Um exemplo de tal situação percebe-se no artigo de Lemche *Conservative Scholarship-Critical Scholarship: Or How Did We Get Caught by This Bogus Discussion*,<sup>308</sup> o qual aborda as visões conflitantes que se fazem presentes na análise da história de Israel.

Desde suas origens até os dias de hoje, a arqueologia bíblica tem passado por uma série de modificações. Entre as mais importantes está a diminuição da ênfase no texto bíblico, ao passo que se adotaram pressupostos de caráter antropológico e histórico mais geral. Ademais, a atuação americana foi gradualmente perdendo sua posição dominante devido ao surgimento de novas instituições estrangeiras e mesmo da própria arqueologia israelense. Comentando acerca do caso da ASOR, Silberman enfatiza:

Na maioria dos casos os projetos foram realizados em cooperação com as agências dos governos locais, universidades ou outras faculdades estrangeiras (Meyers 1997: 96-8). O foco de seus membros não estava apenas centrado em sítios bíblicos [...] na verdade, a tradicional ênfase bíblica da ASOR parecia ter dado lugar a uma orientação antropológica e histórica mais geral. (tradução nossa).<sup>309</sup>

Devido a tais modificações, cogitou-se a possível morte da arqueologia bíblica nos EUA<sup>310</sup>. De fato o que se passa atualmente é uma mudança de perspectivas, já não se trata mais de “arqueologia bíblica”, mas sim de uma “arqueologia sirio-palestina”.<sup>311</sup> William Dever, seguramente, é um dos pesquisadores mais envolvidos com tal questão:

[...] Por anos Dever foi uma voz poderosa junto à ASOR, evocando o abandono de sua orientação bíblica e a adoção de interpretações processuais de mudanças culturais e de pesquisas motivadas por hipóteses que delineiam a marca distintiva da Nova Arqueologia. Argumentando que a orientação bíblica da ASOR afastou-a das discussões arqueológicas durante os anos 1960 e 1970, ele treinou uma nova geração de acadêmicos americanos numa linha de orientação mais antropológica de arqueologia que ele insistentemente chamou de Arqueologia Sírio-Palestina, preferencialmente ao que ele considera um nome fora de moda e teologicamente inclinado, Arqueologia Bíblica. Seus esforços resultaram na criação de uma nova e significativa tendência na disciplina, mesmo que a produção acadêmica de seus

---

acknowledged that the biblical sources are problematic in some ways. But nonetheless he rejected the German view that the conquest was [nothing more than a gradual process of osmosis]”. DEVER, 2003, p. 43.

<sup>308</sup> Disponível em: <http://www.bibleinterp.com/articles/2003/set.lem288001.shtml>. Acesso em: 03 fev 2017.

<sup>309</sup> Texto original: “In most cases, its projects were now carried out in cooperation with local government agencies, universities or other foreign schools (Meyers 1997: 96-8). The focus of its members was no longer fixed only on biblical sites.[...] Indeed, the traditional biblical emphasis of ASOR seemed to be giving way to a more general anthropological and historical orientation”. SILBERMAN, 1998, p. 176.

<sup>310</sup> DEVER, W. G. The death of a discipline. *Biblical Archaeology Review* 21, 5:50-5, 70. 1995.

<sup>311</sup> DEVER, W. G. *Biblical and Syro-Palestinian Archaeology*. In: PERDUE, Leo, G. *The Blackwell Companion to the Hebrew Bible*. Blackwell Publishers, 2004. p. 130.

alunos não tenha proporcionado a revolução epistemológica completa que ele esperava. Outra abordagem arqueológica, bíblicamente orientada, mais tradicional, continuou a existir na ASOR e o número de participantes israelenses, jordanianos, cipriotas e palestinos em conferências e trabalhos de campo da ASOR foi crescendo, o que trouxe um amplo espectro de sensibilidades metodológicas, nacionais e culturais. Para Dever, o crescente status desses pesquisadores não-americanos junto à disciplina, combinado com a erosão estabelecida no apoio financeiro a pesquisadores americanos e a perda das posições das universidades norte-americanas, colocaram em risco o papel de liderança que os americanos haviam sempre ocupado na Arqueologia Bíblica. Escrevendo a respeito da atual situação da arqueologia no Oriente Médio, Dever notou, de forma amarga, que “nós estamos ficando cada vez mais à margem, frequentemente reduzidos ao status de espectadores num jogo que nós mesmos inventamos. (tradução de Gabriella Rodrigues).<sup>312</sup>

Apesar dos progressos acadêmicos da disciplina, é inegável que a participação americana nas escavações no Levante continha um forte viés político, sobretudo nos contextos anteriores à formação do Estado de Israel. Em grande medida, tal aspecto estava relacionado à interpretação fundamentalista do texto bíblico, a qual garantia a posse da “terra prometida” aos judeus. Nesse sentido, grande parte dos arqueólogos americanos com atuação em território israelense eram ao mesmo tempo apoiadores da política sionista.<sup>313</sup>

É importante lembrar que, durante longos anos, a “arqueologia bíblica” praticada por americanos era fruto do trabalho de religiosos ou estudiosos bíblicos que não tinham necessariamente formação arqueológica e, por conta disso, não estavam devidamente atualizados das questões teórico-metodológicas próprias dessa área do conhecimento. Nesse sentido, Oestigaard afirma acertadamente que até meados da década de 1970 a arqueologia bíblica praticada por americanos era subsidiária dos estudos bíblicos; desse modo, a agenda

---

<sup>312</sup> Texto original: “[...] For years Dever had been a powerful voice within ASOR, calling for the abandonment of its traditional biblical orientation and for the adoption of processualist understandings of culture change and hypothesis-driven research designs characteristic of the New Archaeology. Arguing that ASOR’s biblical orientation had caused it to drift out of the archaeological mainstream during the 1960s and 1970s he had trained a new generation of American scholars in a more anthropologically-oriented brand of archaeology that he insistently called Syro-Palestinian archaeology in preference to what he considered the outmoded and theologically skewed name, Biblical Archaeology. His efforts resulted in the creation of a significant new trend within the discipline, even if his students’ scholarly output had not effected the sweeping epistemological revolution that he had hoped. Other, more traditional, biblically-oriented archaeological approaches had continued to exist within ASOR and the number of Israeli, Jordanian, Cypriot and Palestinian participants in ASOR conferences and field projects was growing bringing with them a wide range of methodological, national, and cultural sensibilities. To Dever, the rising status of these non-American scholars within the discipline, combined with the steady erosion of financial support for American scholars and the loss of US university positions, endangered the leading role that Americans had always played in Biblical Archaeology. Writing about the current archaeological situation in the Middle East, Dever bitterly noted that „we are becoming increasingly marginalised, often reduced to the status of spectators at a game we invented”. SILBERMAN, 1988, p. 177; RODRIGUES apud SILBERMAN, 2011, p. 83.

<sup>313</sup> Em determinadas universidades americanas, a postura pró-Israel é explícita, dado que há uma identificação do território de Israel com a bíblica “terra santa”. Disponível em: PRICE, R. *Pedras que clamam*. Rio de Janeiro: CPAD, 1996.

dos pesquisadores envolvidos nessa área era elaborada a partir de problemas de interpretação dos textos do Antigo Testamento. Em outras palavras, significa que a arqueologia era uma espécie de ciência auxiliar da interpretação bíblica, e não propriamente uma ciência autônoma. Não obstante, o financiamento e parte da mão de obra dessas escavações provinham de instituições religiosas, bem como a escolha dos sítios a serem escavados era diretamente influenciada pela leitura da Bíblia.<sup>314</sup>

### 3.5.5 O surgimento da arqueologia israelense/a visão conservadora: Escola de Jerusalém

Seguramente só é possível perceber uma arqueologia propriamente israelense a partir da criação do Estado de Israel, em 1948. Contudo, no período da formação do estado, já havia um corpo de profissionais locais com experiência de campo, os quais atuaram como membros das escavações estrangeiras em Israel.

Em verdade, já nas primeiras décadas do século XX, mais precisamente em 1913, havia sido fundada a *Jewish Palestine Exploration Society*, inspirada justamente nas sociedades arqueológicas de outras nacionalidades que atuavam na Palestina no período do governo otomano. Com o mandato britânico sobre o referido território, a citada organização, a partir de 1920, passou a adotar um novo nome: *The Hebrew Society for the Exploration of Eretz-Israel and its Antiquities*, muito embora o nome anterior parecesse ter permanecido em uso. Pouco tempo após a criação do estado de Israel, mais precisamente em 1950, o arqueólogo B. Mazar, principal autoridade israelense na área, recebeu uma carta do Primeiro Ministro David Ben-Gurion, sugerindo a adoção do nome *Israel Exploration Society*. Tal fato, seguramente, demonstra a importância da arqueologia para a política estatal do período em questão.<sup>315</sup>

Assim, a fase inicial da arqueologia israelense esteve fortemente marcada por sua função política, qual seja: criar um sentimento de unidade nacional para imigrantes judeus que haviam chegado ao país provenientes de distintos países do globo. Nesse sentido Thompson comenta que a formação do estado israelense elaborou uma mistura entre o uso da arqueologia e uma reinterpretação do judaísmo. De acordo com o referido pesquisador, a arqueologia serviu como um instrumento capaz de criar uma narrativa nacional coerente apresentando um passado comum compartilhado por todos os cidadãos do novo Estado, ao

---

<sup>314</sup> OESTIGAARD, 2007, p. 52.

<sup>315</sup> The Israel Exploration Society: 100 Years of Archaeological Activity. I.E.J.: *Israel Exploration Journal*, Volume 63, Number 1, 2013. p.1-2.

passo que o judaísmo foi usado como um elemento aglutinador de identidade étnica, levando à memória dos judeus a importância do seu retorno para a sua “terra natal”.<sup>316</sup>

O tom nacionalista dos primórdios da arqueologia israelense estava dado mesmo antes da fundação do estado. Exemplo disso se pode perceber no manifesto publicado pela *Hebrew Society for the Exploration of Eretez-Israel and its Antiquities* quando do seu reestabelecimento na década de 1920:

O estabelecimento de uma instituição hebraica é desejável não só de um ponto de vista da cultura hebraica, mas também por razões político-nacionais. Quando nós estivermos prontos para construir o nosso lar nacional e torná-lo um centro para a cultura de Israel, não podemos ficar de fora frente a competição de outras nações e seus estudiosos sobre o estudo da terra de nossos antepassados. É nosso dever sagrado estabelecer em nossa cidade santa, ao lado dos ingleses, americanos, dominicanos [ie, franceses] e instituições alemãs, uma instituição hebraica, em que estudiosos hebreus e os seus discípulos vão concentrar-se no estudo da nossa terra, no espírito de Israel, que está de acordo com nosso conhecimento da nossa literatura, e nossas emoções sobre a história do nosso povo [...] (tradução nossa).<sup>317</sup>

Como bem destacado por Oestigaard e Silberman, a arqueologia nascente em Israel tornou-se uma espécie de paixão nacional. As atividades de campo incluíam, na medida do possível, crianças em idade escolar, soldados, aposentados e visitantes estrangeiros<sup>318</sup>. Alguns sítios em particular tornaram-se verdadeiros santuários como o caso de Massada, considerado um símbolo do heroísmo judaico.<sup>319</sup>

Entretanto, apesar do efeito nocivo para o conhecimento do passado, é sabido que o uso patriótico da arqueologia não foi exclusivo de Israel. A esse respeito, comenta Kletter:

É crucial não isolar Israel de outras nações em estágios semelhantes de construção da nação [...] A elite de Israel, Yadin incluído, não inventou nada de novo em usar o “Mito de Massada” ou a arqueologia em geral. Não foi diferente de inúmeros outros exemplos do uso da arqueologia por movimentos nacionalistas. Ideias sobre uma continuação direta do Josué Bíblico, ou os asmoneus, ou os “rebeldes” de Masada, foram apenas casos típicos [...] Apenas os detalhes e o grau de sucesso variam. O partido Baath no Iraque realizou uma campanha educativa sobre a importância e

<sup>316</sup> Disponível em: [www.bibleinterp.com/opeds/politics.shtml](http://www.bibleinterp.com/opeds/politics.shtml). Acesso em: 17 ago. 2015.

<sup>317</sup> Texto original: “Establishing a Hebrew institution is desirable not only from a cultural-Hebrew point of view, but also for political-national reasons. When we are set to build our national home and make it a centre for the culture of Israel, we cannot stand aside facing the industrious and useful competition of the world’s nations and their scholars over the study of our forefathers’ land. It is our holy duty to establish in our holy city, alongside the British, American, Dominican [i.e., French] and German institutions, a Hebrew institution, in which Hebrew scholars and their disciples will concentrate on the study of our land, in the spirit of Israel, that is according to our knowledge of our literature, and our emotions in the history of our people [...]” (IEJ, 2013, p. 2).

<sup>318</sup> SILBERMAN, 1995, p. 19.

<sup>319</sup> OESTIGAARD, 2007, p. 139-140.

“relevância histórica” do passado da Mesopotâmia, a fim de criar uma nação iraquiana separada de outros grupos árabes. Saddam Hussein retratou-se como herdeiro direto de Hammurabi [...] Na Turquia de Ataturk, a criação de uma nação foi feita por um oposto “desejo ardente” de romper com o passado recente, por exemplo, através da adoção de uma nova capital e um novo script [...] No Líbano, o ‘movimento fenício’ falhou. Naccache (1998) lamenta a destruição de vestígios arqueológicos em Beirute principalmente porque impediram a sua utilização para a construção da nação. (tradução nossa).<sup>320</sup>

Como já visto, sabe-se que a interpretação do passado é consideravelmente afetada e por vezes determinada pelas condições políticas do presente<sup>321</sup>, razão pela qual se torna compreensível o comprometimento dos pais da arqueologia israelense com o projeto nacionalista. Do ponto de vista contemporâneo, contudo, é preciso saber que a pesquisa histórica e arqueológica deve orientar-se pela busca do conhecimento acerca das sociedades estudadas, visando minimizar a interferência política nas pesquisas, muito embora, é verdade, figura como um consenso na academia a inexistência da neutralidade. Referindo-se ao caso específico de Israel, Finkelstein comenta:

[...] Há quem pense que a arqueologia pode determinar o futuro. É um pensamento arrogante, que a arqueologia é tão importante que se, por exemplo, pudéssemos provar que Davi existiu em Jerusalém, em seu palácio, então poderíamos ordenar a situação no Oriente Médio [...] Ao meu entender a arqueologia deve centrar-se na investigação científica e desvincular-se da situação política. Não pode determinar o futuro do Oriente Médio. (tradução nossa).<sup>322</sup>

No caso dos pais da arqueologia israelense, Abu El-Haj afirma acertadamente que os resultados de sua produção estavam diretamente relacionados às suas trajetórias individuais, não obstante os referidos pesquisadores fossem, acima de tudo, “homens de seu tempo”. Yigael Yadin, por exemplo, era defensor do “modelo da conquista”, que tentava explicar a

<sup>320</sup> Texto original: “It is crucial not to isolate Israel from other nations in similar stages of nation-building [...] The elite of Israel, Yadin included, did not invent anything new in using the ‘Masada myth’ or archaeology in general. It was no different from countless other examples of the use of archaeology by nationalistic movements. Ideas about a direct continuation of Biblical Joshua, or the Hasmonaeans, or the ‘rebels’ of Masada, were only typical [...] Only the details and the degree of success vary. The Baath party in Iraq conducted an educational campaign about the significance and ‘historical relevance’ of the Mesopotamian past, in order to create an Iraqi nation separated from other Arab groups. Saddam Hussein portrayed himself as direct heir to Hammurabi [...] In Turkey of Ataturk, creating a nation was made by an opposite ‘fervent desire’ to break off from the recent past, for example, by adopting a new capital and a new script [...] In Lebanon, the ‘Phoenician movement’ failed. Naccache (1998) mourns the destruction of archaeological remains in Beirut mainly because it prevented their use for nation-building”. KLETTNER, R. *Just Past? The making of Israeli archaeology*. London: Equinox. 2006. p. 316-317.

<sup>321</sup> Recorde-se o exemplo de Jorge Pixley, visto no início deste capítulo, e o uso metafórico do Êxodo como paradigma de libertação em meio a um continente mergulhado nas ditaduras militares.

<sup>322</sup> Texto original: “[...] hay gente que piensa que la arqueología puede determinar el futuro. Es un pensamiento arrogante, que la arqueología es tan importante que si por ejemplo pudiésemos probar que David existió en Jerusalén en su palacio, entonces podremos ordenar la situación en el Medio Oriente [...] A mi entender la arqueología tiene que centrarse en la investigación científica y deslindarse de la situación política. No puede determinar el futuro del Medio Oriente”. (*RevArq*, 2009, p. 45).

tomada do território palestinese pelos israelitas em harmonia com o relato constante nas páginas do AT. De acordo com Abu El-Haj, o “modelo da conquista” se adaptava melhor à personalidade de Yadin, que havia sido chefe de operações da Haganah e da IDF em 1948; logo, sua atuação como militar acabou influenciando sua atuação como arqueólogo, de modo que a hipótese de uma grande vitória militar de Israel acabasse soando melhor aos seus ouvidos.<sup>323</sup>

Yadin, seguramente, figurou como uma das personalidades mais emblemáticas da arqueologia israelense. Em certa medida, pode-se dizer que o referido pesquisador foi discípulo de Benjamin Mazar, o qual realizou a primeira escavação em Israel após a criação do estado, escavação esta que foi realizada em Tell Quasille, embora algumas *salvage excavations* tivessem precedido os trabalhos no referido *tell*.<sup>324</sup>

Entretanto, a primeira escavação em larga escala conduzida por uma expedição propriamente israelense foi realizada a partir de 1955 no sítio de Hazor, sob o comando de Yadin<sup>325</sup>, o qual contou com importante suporte do primeiro ministro de Israel, David Ben-Gurion. Yadin foi um aliado essencial do referido primeiro ministro no sentido de contribuir para a formação de uma identidade nacional ao recém criado estado israelense, e a escavação de Hazor representou um marco na arqueologia do país, tendo em vista que vários membros do *staff* de Yadin, nesse trabalho, converteram-se em docentes universitários de arqueologia ou membros importantes do Departamento de Antiguidades.<sup>326</sup>

O referido pesquisador, como se vê, desempenhou um triplo papel: arqueólogo, político e militar. Acerca disso comenta Cline:

Yadin tinha três carreiras completas: Como um líder militar, atuou, entre muitas outras funções, como chefe de operações das Forças de Defesa de Israel (IDF). Como político, ele atuou como vice- primeiro-ministro no governo de Menachem Begin. Como arqueólogo, ele foi membro do corpo docente da Universidade Hebraica de Jerusalém. (tradução nossa).<sup>327</sup>

<sup>323</sup> Disponível em: <http://fathom.lib.uchicago.edu/1/777777190209/>. Acesso em: 19 ago. 2015.

<sup>324</sup> KLETTER, 2006, p. 308-309.

<sup>325</sup> IEJ, 2013, p. 3.

<sup>326</sup> CLINE, 2009, p. 43.

<sup>327</sup> Texto original: “Yadin had three full careers: As a military leader, he served, among many other duties, as chief of staff of the Israel Defense Forces (IDF). As a politician, he served as deputy prime minister in the government of Menachem Begin. As an archaeologist, he was a faculty member of the Hebrew University of Jerusalem”. CLINE, 2009, p. 42.

De fato, a atuação do mencionado pesquisador junto à Universidade Hebraica acabou por consolidar um núcleo conservador na referida instituição. A exemplo de seu fundador, a “escola de Jerusalém” manteve-se mais próxima ao texto bíblico, justamente pela influência da arqueologia bíblica americana. Em grande medida, essa dependência do relato do Antigo Testamento acabou por resultar em graves problemas de interpretação da evidência material oriunda dos sítios escavados em Israel. De modo geral, buscava-se a correspondência entre o testemunho religioso da Bíblia e as evidências arqueológicas; logo, se tais evidências não correspondessem ao texto, o problema estaria nelas, e não na Bíblia. Acerca dos erros de interpretação, Mazar adverte:

A arqueologia na Palestina no passado e, em grande parte, até mesmo hoje foi motivada pelo interesse na Bíblia. Muitos dos arqueólogos trabalhando no país têm antecedentes de pesquisa bíblica e assim tendiam a interpretar os achados arqueológicos de um ponto de vista histórico e bíblico. As tendências nos estudos bíblicos às vezes parecem obscurecer a objetividade na interpretação, e a abordagem fundamentalista também teve o seu impacto. Com esses antecedentes, alguns erros graves foram cometidos na interpretação de descobertas arqueológicas na Palestina; são exemplos a identificação das “minas do rei Salomão” em Timna, a localização de Asiongaber, a interpretação do “Poço de Warren” em Jerusalém como a “Sinnor” jebuseia, e mais. Hoje existe um esforço intelectual contínuo por arqueólogos e por historiadores bíblicos e do antigo Oriente Próximo para integrar os estudos e fecundar reciprocamente os campos de pesquisa.<sup>328</sup>

No caso específico de Yadin, sabe-se que um dos seus maiores equívocos ocorreu na tentativa de atestar arqueologicamente a atividade construtora do rei Salomão. A influência do texto bíblico foi determinante no erro de interpretação do referido pesquisador. Acontece que uma estrutura arquitetônica denominada “portão com seis câmaras” (ver Figuras 4 e 5) foi encontrada em três conhecidos sítios bíblicos: Hazor, Gezer e Megiddo. Os referidos sítios são citados no versículo bíblico de I Reis 9:15, no qual se descrevem construções atribuídas a Salomão. Logo, tomando por base o citado versículo, Yadin considerou que as estruturas encontradas nessas três localidades eram do mesmo período e deveriam ser atribuídas aos trabalhos de construção do mencionado monarca bíblico. Contudo, o Prof. Israel Finkelstein, coordenador das escavações em Megiddo, conseguiu demonstrar, por meio de datação com radiocarbono, que existe uma larga distância temporal entre as referidas estruturas arquitetônicas, não sendo possível atribuí-las a Salomão.<sup>329</sup>

<sup>328</sup> MAZAR, 2003, p. 52.

<sup>329</sup> FINKELSTEIN, I. Una actualización de la Cronología Baja: Arqueología, Historia y Biblia. *AntOr, Antiguo Oriente*, Buenos Aires, v. 6, p. 120, 2008.

**Figura 4:** Vista parcial do “portão de seis câmaras” de Megiddo.



Fonte: acervo do autor.

**Figura 5:** Vista parcial do “portão de seis câmaras” de Megiddo.



Fonte: acervo do autor.

De maneira geral, a arqueologia praticada pela “escola de Jerusalém” manteve uma postura mais conservadora ao longo dos anos, a qual ainda não desapareceu por completo, basta pensar no exemplo de Ben-Tor<sup>330</sup> e sua defesa do “modelo da conquista”.<sup>331</sup> Entretanto, é importante considerar que a referida escola também rendeu bons frutos, como o caso do Prof. Amihai Mazar (atualmente um “centrista”) e sua célebre obra *Arqueologia na terra da Bíblia*.

Lamentavelmente, ainda existem resquícios de um forte uso da arqueologia como instrumento de luta política, nesse caso, contra a presença palestina em Israel. A arqueóloga

---

<sup>330</sup> O Prof. Amnon Bem-Tor ocupa a cátedra “Ygael Yadin” no Instituto de Arqueologia da Universidade Hebraica de Jerusalém. Disponível em: <http://archaeology.huji.ac.il/depart/biblical/amnonb/amnonb.asp>. Acesso em: 13 jul. 2016.

<sup>331</sup> Veja-se em: MORGENSZTERN, I.; RAGOBERT, T. *A Bíblia e seu tempo* – um olhar arqueológico sobre o Antigo Testamento. DVD 2. São Paulo: História Viva – Duetto Editorial, 2007.

Eliat Mazar<sup>332</sup>, professora de arqueologia na Universidade Hebraica de Jerusalém e neta do já mencionado Benjamin Mazar, recebeu financiamento de um fundamentalista judeu que tem por objetivo demonstrar que a “Bíblia reflete a história judaica”.<sup>333</sup> A referida arqueóloga afirma que teria condições de comprovar a existência do palácio de Davi caso tivesse a possibilidade de escavar na parte muçulmana da cidade velha de Jerusalém. Em 2005, Eliat Mazar afirmou ter encontrado o palácio real de Davi na Jerusalém Oriental.<sup>334</sup> Evidentemente, tal argumento torna-se um propulsor para avançar ainda mais em território palestino.

Em anos recentes, o debate sobre o palácio de Davi voltou à cena graças ao arqueólogo Yossi Garfinkel, também da Universidade Hebraica. De acordo com as alegações do mencionado pesquisador, um palácio real atribuído ao rei Davi foi descoberto em Khirbet Qeiyafa.<sup>335</sup> Entretanto, Garfinkel restou como voz isolada em suas alegações, não contando com o respaldo de seus pares. Em todo caso, uma temática desse gênero pode ser de grande valia para um pesquisador de orientação conservadora, uma vez que existem organizações internacionais dispostas a financiar pesquisas que reforcem o argumento sionista de posse do território palestino em mãos exclusivamente judaicas.<sup>336</sup>

### 3.5.6 A arqueologia progressista de Israel: a Escola de Tel Aviv

Academicamente Yadin rivalizou com outro arqueólogo israelense chamado Yohanan Aharoni, também discípulo de Benjamin Mazar. Aharoni acabou sendo fundador do Instituto de Arqueologia da Universidade de Tel Aviv. Desde então, houve uma polarização entre a escola arqueológica de Jerusalém e a de Tel Aviv. Em certa medida, o caráter progressista desta última se mantém contemporaneamente se comparado ao caráter conservador da Universidade Hebraica. Note-se, por exemplo, que, em tempos recentes, o Prof. Ben-Tor, atuante em Jerusalém, era uma voz praticamente isolada<sup>337</sup> na academia a defender o “modelo

<sup>332</sup> Disponível em: <http://archaeology.huji.ac.il/depart/biblical/eilatm/eilatm.asp>. Acesso em: 21 ago. 2015.

<sup>333</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0608200505.htm>. Acesso em: 21 ago. 2015.

<sup>334</sup> Disponível em: <http://www.biblicalarchaeology.org/daily/biblical-sites-places/jerusalem/did-i-find-king-davids-palace/>. Acesso em: 27 jul. 2016.

<sup>335</sup> Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/2013-07-24/arqueologos-afirmam-ter-descoberto-palacio-que-pertenceu-ao-rei-davi-biblico.html>. Acesso em: 21 ago. 2105.

<sup>336</sup> Como é o caso da “Fundação Cidade de Davi” e do “Centro Shalem”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0111201015.htm>. Acesso em: 21 ago. 2015.

<sup>337</sup> Nenhum pesquisador de renome no círculo profissional dedicado ao estudo da história antiga de Israel defende o “modelo da conquista”. Embora, é verdade, vez ou outra, certos conservadores tentam restabelecer a referida teoria, como o caso da obra *Critical Issues in Early Israelite History*, de autoria de Richard S. Hess, Gerald A. Klingbeil e Paul Ray Jr., os quais afirmam: “Hoje, a opinião dominante é que não houve uma

da conquista”,<sup>338</sup> ao passo que o Prof. Israel Finkelstein, atuante na *Tel Aviv University* (TAU), rechaçou por completo tal hipótese.<sup>339</sup>

Como mencionado por Abu El-Haj, as diferenças de postura entre Yadin e Aharoni mantinham relação direta com suas trajetórias pessoais. A atuação militar de Yadin lhe aproximou do “modelo da conquista”, ao passo que Aharoni foi um adepto da hipótese de “infiltração pacífica”, por conta de sua pertença à ala esquerdista do sionismo trabalhista, o qual preferia a tática do assentamento por meio dos *kibutzim* à guerra. Não obstante, as influências estrangeiras também desempenharam importante papel nos pais da arqueologia israelense. Yadin mostrou-se mais próximo do conservadorismo da arqueologia bíblica americana, ao passo que Aharoni manteve-se mais alinhado aos estudos dos exegetas histórico-críticos. A esse respeito comenta Abu El-Haj:

Yigael Yadin, seguindo os trabalhos do arqueólogo bíblico americano William Foxwell Albright, defendeu a historicidade do relato de conquista descrito no livro de Josué, o qual narra a história de uma vitória militar israelita rápida e decisiva sobre as cidades-estados cananeias. Yohanan Aharoni, por sua vez, argumentou que a evidência arqueológica dá suporte a uma história diferente, que era a da colonização israelita presente no Livro dos Juízes do Antigo Testamento. Essa história, defendida por muito tempo por um biblista alemão, Albrecht Alt, contou com um processo mais gradual de assentamento na terra de Canaã, que só mais tarde resultou na derrota militar das cidades-estados cananeias. Esta teoria veio a ser conhecida como a escola da “infiltração pacífica” [...] (tradução nossa).<sup>340</sup>

---

Conquista, e os israelitas, se eles podem ser identificados como uma entidade nacional ou como um povo, não chegaram em Canaã por meio de uma conquista militar. Durante três dias, em março de 2004, um grupo de estudiosos se reuniu para considerar o estado da questão e para fornecer uma resposta ao ceticismo acadêmico predominante, uma resposta que considera o texto bíblico a ser um dado importante na construção da história da povo de Israel” (tradução própria). Texto original: “Today, the mainstream opinion is that there was no Conquest, and the Israelites, if they can be identified as a national entity or as a people, did not arrive in Canaan by means of a military conquest. For three days in March 2004, a group of scholars met to consider the state of the question and to provide a response to the predominant academic skepticism, a response that considers the biblical text to be an important datum in the construction of the history of the people of Israel”. Disponível em: <http://gen.lib.rus.ec/book/index.php?md5=10F47388447D1411D40D64AE74C3FDDB>. Acesso em: 06 set. 2016.

<sup>338</sup> BEN-TOR, Amnon. The Fall of Canaanite Hazor – the ‘Who’ and ‘When’ Questions. In: GITIN, S.; MAZAR, A.; STERN, E. (Eds.). *Mediterranean Peoples in Transition*. Jerusalem: Israel Exploration Society, 1998.

<sup>339</sup> Disponível em: FINKELSTEIN, I.; SILBERMAN, N. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa, 2003.

<sup>340</sup> Texto original: “Yigael Yadin, following the work of the American biblical archaeologist William Foxwell Albright, defended the historicity of the tale of conquest put forth in the Book of Joshua, which was the story of a quick and decisive Israelite military victory over the Canaanite city-states. Yohanan Aharoni, for his part, argued that the archaeological evidence supported a different story, which was that of the Israelite settlement told in the Old Testament’s Book of Judges. That story, long defended by a German biblical scholar, Albrecht Alt, recounted a more gradual process of settling the land of Canaan, which was followed only later by the military defeat of the Canaanite city-states. This theory came to be known as the school of ‘peaceful infiltration’ [...]”. Disponível em: <http://fathom.lib.uchicago.edu/1/77777190209/>. Acesso em: 19 ago. 2015.

Aharoni também se destacou por sua metodologia de pesquisa, a qual englobava um profundo diálogo entre história, geografia e arqueologia, como é possível verificar em uma de suas mais importantes obras: *The Land of the Bible*.<sup>341</sup> Sua contribuição maior, no entanto, residiu na fundação do Instituto de Arqueologia da TAU, o que permitiu a convivência entre pesquisadores e pesquisadoras que atuavam no país e sentiam-se deslocados em vista das tendências conservadoras da Escola de Jerusalém. De modo geral, mesmo no Israel contemporâneo é fácil perceber que Tel Aviv preserva um ambiente cosmopolita, ao passo que Jerusalém é muito mais provinciana, e tais características fizeram-se perceptíveis na arqueologia praticada pelos representantes desses dois locais.

A necessidade de buscar a correspondência entre o texto bíblico e as evidências arqueológicas foi bem menos intensa em Tel Aviv, o que, em grande medida, permitiu o progresso científico da arqueologia e o seu conseqüente diálogo com outras disciplinas. Da História, por exemplo, adotaram-se as percepções de Braudel em relação aos processos de curta e longa duração, sendo que o uso desta última revelou-se um meio apropriado para a secularização da arqueologia praticada em Israel.<sup>342</sup>

Apesar dos exemplos atuais de uso político da disciplina, é importante considerar que a arqueologia israelense firmou-se como um campo autônomo de pesquisa dentro das universidades do país, ou seja, não é mais uma auxiliar da teologia conservadora e sua busca pela veracidade da Bíblia. Sobre o progresso da disciplina, Dever destaca:

Aqui eu gostaria de observar simplesmente que talvez 90 por cento do trabalho de campo e publicação em Israel é patrocinado pelo próprio país. Existe uma grande agência governamental, a Autoridade de Antiguidades de Israel (o antigo Departamento de Antiguidades); várias dezenas de museus arqueológicos; quatro departamentos universitários florescentes ou institutos de arqueologia (Jerusalém, Tel Aviv, Beersheva, e Haifa); numerosas séries de publicações em hebraico e inglês; dezenas e dezenas de escavações anualmente; e ao menos 200 profissionais ativos com pós-graduação em arqueologia. (tradução nossa).<sup>343</sup>

---

<sup>341</sup> Disponível em: [http://archaeology.tau.ac.il/wp-content/uploads/2013\\_jan\\_Yohanan-Aharoni.pdf](http://archaeology.tau.ac.il/wp-content/uploads/2013_jan_Yohanan-Aharoni.pdf). Acesso em: 23 ago. 2015.

<sup>342</sup> LEVY, T. (Ed.). *The Archaeology of Society in the Holy Land*. Nueva York, Facts on File. 1995. p. 4.

<sup>343</sup> Texto original: “Here I would note simply that perhaps 90 percent of fieldwork and publication in Israel is Israeli-sponsored. There exist a large government agency, the Israel Antiquities Authority (the old Department of Antiquities); several dozen archaeological museums; four flourishing university departments or institutes of archaeology (Jerusalem, Tel Aviv, Beersheva, and Haifa); numerous publication series in Hebrew and English; dozens and dozens of excavations annually; and as many as 200 working professional people with graduate degrees in archaeology”. DEVER, 2004, p. 132.

Em todo caso, a investigação arqueológica nas chamadas “terras bíblicas” ainda sofre com o *lobby* dos interessados em angariar recursos financeiros, explorando as convicções religiosas do público leigo. Anualmente a mídia internacional noticia novas expedições que vão à busca do verdadeiro “jardim do Éden”, da “arca perdida” ou coisas do gênero. Além desse lado perverso da exploração comercial da fé, existe o risco das falsificações arqueológicas que tentam atestar a existência histórica de personagens bíblicos, como o famoso caso da ação de Oded Golan envolvendo uma inscrição acerca de Salomão.<sup>344</sup>

Como visto, a trajetória da pesquisa arqueológica em Israel passou por fases nebulosas até sua afirmação como ciência autônoma. Num primeiro momento, a exploração da Palestina por organizações estrangeiras tinha o objetivo de marcar presença no jogo das influências políticas à época do domínio otomano sobre o território. Posteriormente, a ação de cristãos ocidentais objetivava atestar a pertinência histórica do texto bíblico, ao passo que os pais da arqueologia israelense estavam envolvidos no uso da disciplina como ferramenta para a construção de um sentimento nacionalista que fosse capaz de agregar imigrantes vindos das mais diferentes partes do globo.

Sem dúvida, o desenvolvimento da pesquisa arqueológica em Israel teve imenso impacto na historiografia da sociedade veteroisraelita. Felizmente, a pesquisa praticada na contemporaneidade possibilitou que as evidências materiais resultantes das escavações superassem o uso do texto bíblico, o qual, como já afirmado, não é fonte primária para o estudo da história antiga de Israel. Nesse sentido explica Pfoh:

[...] os resultados arqueológicos das últimas três décadas tornaram-se a ruína irônica da “arqueologia bíblica” e do ditado Albrightiano: a arqueologia visa encontrar evidências para apoiar a suposta historicidade das histórias bíblicas. A Arqueologia, no entanto, tem um outra versão para nos apresentar a qual é diferente da Bíblia. Cada discurso, textual e arqueológico, fala uma língua diferente e temos de aprender a ouvir de forma adequada. Esta é outra razão pela qual Provan não pode reivindicar a equidade entre o testemunho arqueológico e a Bíblia uma vez que - ele afirma - ambos são “textos”. Mesmo que a arqueologia e a Bíblia devam ser entendidas sob a equação “textos = testemunho”, elas são de natureza distintas e, portanto, levam a diferentes tipos de verdade. Interpretamos a arqueologia diretamente, mas o passado referido na Bíblia vêm até nós indiretamente, isto é, através da interpretação do autor bíblico. A menos que esse passado indireto seja confirmado pela arqueologia (na verdade, um empreendimento já epistemologicamente questionável), não temos nenhuma maneira de verificar sua alegada historicidade, este deve ser o nosso desejo. (tradução nossa).<sup>345</sup>

<sup>344</sup> CLINE, 2009, p. 126-127.

<sup>345</sup> Texto original: “[...] the archaeological results of the last three decades have become the ironic undoing of ‘biblical archaeology’ and its Albrightean dictum: archaeology aims at finding evidence to support the alleged historicity of the biblical stories. Archaeology, however, has another tale to tell us other, one that is different from the Bible’s. Each discourse, textual and archaeological, speaks a different language and we must learn to hear then appropriately. This is another reason why Provan cannot claim equal value of

A consolidação da disciplina nas universidades israelenses trouxe, sem dúvida, um maior rigor acadêmico para a área. Apesar de exemplos isolados de conservadorismo, já não se escava em Israel com “a Bíblia em uma mão e a pá em outra”.

### 3.6 Considerações gerais

Tendo em vista os aspectos abordados até então, torna-se perceptível que o estudo crítico da Bíblia teve um desdobramento importantíssimo a partir das últimas décadas do século XX. Se, por um lado, o minimalismo pode ser visto como um aprimoramento da exegese crítica da Bíblia, por outro, percebe-se que os modernos pesquisadores “minimalistas” foram capazes de denunciar a imagem equivocada do Israel antigo, produzida, principalmente a partir do trabalho de Wellhausen. Este último teve sua produção “contaminada” pelo período romântico, e suas obras serviram como base para as pesquisas futuras, essencialmente as exegeses histórico-críticas praticadas na Alemanha.

Apesar da acidez da argumentação “minimalista”, são inegáveis as contribuições que este viés de pensamento produziu no que concerne à interpretação da história antiga de Israel. Conforme já exaustivamente demonstrado neste trabalho, destaca-se a necessidade de renovação de dois aspectos centrais do pensamento “minimalista”: das fontes de estudo e do foco de análise. Em relação ao primeiro aspecto, defende-se uma primazia das evidências extrabíblicas que sejam contemporâneas aos eventos. Isso se deve ao fato de o relato bíblico apresentar uma grande distância temporal entre o suposto acontecimento e o período de sua fixação por escrito, tornando-se assim uma fonte não muito confiável pelo risco de sua imprecisão. No tocante ao segundo aspecto, é preciso proceder a uma história que contemple a totalidade da região levantina, afinal o monopólio exercido por Israel acabou silenciando o passado dos seus vizinhos no antigo Oriente Médio.

Vale de igual modo salientar que os minimalistas buscaram interlocutores fora da área de Teologia, pois, em tese, defendem que é preciso partir para um estudo do Israel antigo

---

testimony for archaeology and the Bible since – he maintains – both are ‘texts’. Even if archaeology and the Bible are to be understood under the equation ‘texts = testimony’, they are of a different nature and therefore lead to different kinds of truth. We interpret archaeology directly, but the past referred to in the Bible come to us indirectly, that is, through the biblical author’s interpretation. Unless this indirect past is confirmed through archaeology (indeed, an already epistemologically questionable endeavour), we have no way of ascertaining its often-alleged historicity – should this be our wish”. PFOH, 2009, p. 53.

desprovido de vínculo emocional com o tema.<sup>346</sup> A predominância de religiosos estudando a sociedade israelita teria sido a responsável pela percepção de Israel como “povo eleito”. A crescente secularização dos chamados *biblical studies* pode atrair novos interessados em pesquisar o passado de Israel, porém, que o façam por uma opção meramente intelectual, ou seja, desprovida de vínculos sentimentais com o referido objeto, assim como ocorre nos estudos das demais sociedades antigas.<sup>347</sup>

Não menos importante é o fato de interpretar a trajetória histórica dos “Israéis” de um ponto de vista laico, ou melhor, desprovido da ideia de intervenção divina na História. A esse respeito, Diane Banks afirma que a noção de *intervenção divina* contribuiu para afastar o “Israel antigo” dos departamentos acadêmicos de História e, referindo-se especialmente ao trabalho de Noth e Bright, declarou:

Ambos Noth e Bright, por outro lado, apontam explicitamente para a ação de Deus na história de Israel. Os pressupostos que Deus está ativamente envolvido nos acontecimentos históricos e que a Bíblia é uma fonte de história separaram Bright e Noth da investigação crítica levada a cabo nos departamentos acadêmicos de história. (tradução nossa).<sup>348</sup>

Sem dúvida, a secularização do referido tema, futuramente, poderá possibilitar a inserção da história antiga de Israel como um objeto de estudo em meio à comunidade acadêmica de historiadores, contexto do qual ela se encontra excluída atualmente.<sup>349</sup>

---

<sup>346</sup> Davies, por exemplo, defende a necessidade de vermos o texto bíblico como literatura, fruto da criação humana e não como “Escritura” divinamente inspirada, modo pelo qual a Bíblia tem sido considerada na ampla maioria dos departamentos de Teologia. DAVIES, P. *Whose Bible is it anyway?* JSOTSup 204, 1995. p. 11-16.

<sup>347</sup> Apenas para citar um contraponto, vale mencionar que os especialistas em Grécia Antiga, por exemplo, não têm a pretensão de comprovar a historicidade dos escritos de Homero, ao passo que o desenvolvimento da pesquisa sobre o Israel antigo esteve por longo tempo atrelado à tentativa de comprovar a narrativa bíblica.

<sup>348</sup> Texto original: “Both Noth and Bright, on the other hand, explicitly point to God’s work in Israel’s history. The presuppositions that God is actively involved in historical events and that the Bible is a source of history separate Bright and Noth from critical practice in academic departments of history”. BANKS, 2006, p. 234.

<sup>349</sup> BANKS, 2006, p. 234.

## 4 A HISTÓRIA ANTIGA DE ISRAEL NA ACADEMIA BRASILEIRA

### 4.1 As origens da investigação acadêmica em História Antiga

Feitas as considerações sobre a trajetória internacional das pesquisas acerca da sociedade veteroisraelita, torna-se possível, então, analisar o estado da referida temática na academia nacional. Logo, tendo em vista o objetivo desta tese de discutir as abordagens sobre o Israel antigo da educação básica ao ensino superior, inicia-se a análise por este último, afinal, é nos cursos de formação de professores que ocorre a preparação dos docentes que atuarão na educação básica. Desse modo, a qualidade da informação recebida pelo acadêmico durante sua formação terá implicações diretas em sua futura atuação profissional em sala de aula. Entretanto, para um melhor entendimento do estado da abordagem acerca do Israel antigo nas graduações em História, faz-se necessário analisar a trajetória da disciplina de História Antiga, campo maior em que se insere Israel.

A presença da área de História Antiga na academia nacional tem suas origens na década de 1950, quando o professor Eurípedes Simões de Paula fundou a cátedra na USP<sup>350</sup>. É preciso considerar que o surgimento de tal temática não esteve tão atrasado ao se levar em consideração que a universidade no Brasil nasceu em 1920. Uma década depois do surgimento da História Antiga na academia brasileira, o país ingressou na ditadura militar, o que causou o retrocesso da área, conforme se verá adiante.

De acordo com a docente Margarida Carvalho,<sup>351</sup> durante o período militar, a História Antiga teve um enfoque notadamente positivista, o que gerou entre a comunidade de historiadores um preconceito com a área. De todas as formas, os temas relacionados ao Oriente Antigo permaneceram distantes do interesse dos historiadores nacionais desde o princípio da vida acadêmica no país, de modo que a Antiguidade Clássica recebeu maior atenção. Em realidade tal situação aplica-se de maneira geral ao Ocidente, uma vez que o

---

<sup>350</sup> CARVALHO, M. M. de; FUNARI, Pedro Paulo A. Os avanços da História Antiga no Brasil: algumas ponderações. *História* [online], v. 26, 2007. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/2210/221014794002.pdf>. Acesso em: 19 out. 2011.

<sup>351</sup> CARVALHO, FUNARI, 2007.

surgimento da área de “Estudos Clássicos” guarda relação com a legitimação da cultura europeia ocidental.<sup>352</sup>

Na segunda metade do século XX, vale mencionar o fato de que, em outras áreas de estudo que não a História, a partir do final da década de 1960 e durante a de 1970, pesquisadores brasileiros devotavam-se a estudar o antigo Israel em instituições universitárias estrangeiras. Como exemplos de tal situação temos o reconhecido orientalista Emanuel Bouzon<sup>353</sup> e também o biblista Milton Schwantes.

De qualquer modo, antes de tratar especificamente do desenvolvimento da pesquisa acerca de Israel no país, apresenta-se um conjunto de informações sobre o desenvolvimento da própria área de História Antiga, o que ajuda a melhor compreender o estado atual da disciplina no Brasil. Assim, a intenção é demonstrar as origens da área e sua trajetória até o presente, reconhecendo, no entanto, a dificuldade de tal tarefa, uma vez que são raras as fontes para uma investigação desse gênero, ou seja, há uma pequena quantidade de artigos acadêmicos<sup>354</sup> que abordam o desenvolvimento da História Antiga no país.

Seguramente os primórdios da História Antiga remontam à Universidade de São Paulo (USP), onde desde 1934 existia uma disciplina chamada História da Civilização Antiga e Medieval, a qual se encontrava dentro do curso de Geografia e História, que no período em questão formavam uma única área.<sup>355</sup>

Da mesma maneira, a História Antiga não era dissociada da História Medieval, tanto que o citado docente Eurípedes é atualmente disputado pelas duas áreas como o fundador da disciplina em solo nacional. De fato sua tese doutoral apresentada em 1942 possui maior relação com a medievalidade: *O comercio varegue e o Grão-Principado de Kiev*.<sup>356</sup> É relevante apontar que a formação dos pesquisadores nacionais contou com uma importante atuação de professores franceses no Brasil durante os anos 1940 e 1950, dentre os quais se destacam Fernand Braudel e Jean Gagé – este último foi o orientador de Eurípedes.<sup>357</sup>

<sup>352</sup> BERNAL, Martin. A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia europeia. Trad. Fábio Adriano Hering. In: *Textos Didáticos*, Repensando o Mundo Antigo, IFCH/UNICAMP, n. 49, abr. 2005.

<sup>353</sup> No *currículo* de Bouzon consta que sua pós-graduação foi em História, mas tanto seu mestrado como seu doutorado foram feitos no Pontifício Instituto Bíblico (PIB) na Itália. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0779979932413246>. Acesso em: 03 abr. 2012.

<sup>354</sup> Dentre os principais, pode-se destacar os trabalhos de: CARVALHO, FUNARI, 2007; GONÇALVES, 2001; SILVA, 2010.

<sup>355</sup> Disponível em: CAPELATO, M. H. R.; GLEZER, R.; FERLINI, V. L. A. Escola uspiana de História. *Estudos Avançados* – 60 anos de USP: ciências básicas e humanidades; origens e linhas de pesquisa, perfis de mestres, São Paulo: IEA/USP, v. 8, n. 22, p. 349-358, set./dez. 1994.

<sup>356</sup> MACEDO, José Rivair. *Os Estudos medievais no Brasil*: tentativa de síntese. Disponível em: <http://www.portal25.com/ufrgs/docs/estmedbrasil.doc>. Acesso em: 15 abr. 2012.

<sup>357</sup> CAPELATO, GLEZER, FERLINI, 1994, p. 351.

Durante longos anos, a USP seguiu como única possibilidade no país para cursar um doutorado em História. De 1951 até 1973, foram apresentadas em dita instituição nove teses de História Antiga. De 1974 até 1993, outras onze teses foram defendidas de maneira que em 42 anos se configura um total de 20 teses na área.<sup>358</sup> De acordo com Capelato, Glezer e Ferlini, as pesquisas do primeiro período mencionado foram elaboradas conforme o modelo francês, no qual a orientação era direta, ou seja, não existia uma política formal de pós-graduação com inscrição, seminários ou cursos. As pesquisas desenvolvidas neste período sob a orientação do professor Eurípedes tinham as seguintes características:

A preocupação teórica não foi predominante nessas teses, que tiveram por característica a erudição, o conhecimento de outras línguas e o uso rigoroso de fontes. Alguns trabalhos incorporaram análises refinadas, com discussões conceituais, como a noção de modo de produção e as reflexões sobre História e Medieval teve o mérito de atrair pesquisadores para essas áreas e consolidar núcleo formador das especialidades, no Brasil.<sup>359</sup>

Contudo, é interessante notar que ao longo dos anos pesquisadores e pesquisadoras que lograram o doutorado na USP até a década de 1970 não tiveram inserção significativa na academia brasileira. O mais conhecido investigador formado neste período foi Jaime Pinski, o qual conseguiu seu título em 1968 e posteriormente ingressou como catedrático de História Antiga na Unicamp.<sup>360</sup> Certamente este é um fato curioso porque grande parte dos pesquisadores que fortalecem a área no final do século XX e princípios do XXI não tinha formação doutoral em História, como se vê mais adiante. Situação semelhante se passa com a história antiga de Israel, que inclusive, em tempos recentes, em nível mundial, tem estado a cargo dos departamentos de estudos bíblicos e arqueologia, segundo já referido no capítulo anterior.

Mesmo com uma comunidade de historiadores em formação, o grande impulso para o desenvolvimento da História Antiga ocorreu por conta dos chamados “estudos clássicos”. Desde o princípio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, figuravam no currículo disciplinas como Filologia Grega, Filologia Latina, Literatura Grega, Literatura Latina, as quais acabaram por cooptar interessados no mundo antigo.<sup>361</sup> O caso do docente

<sup>358</sup> SILVA, G. J. da. Os avanços da História Antiga no Brasil. In: VENTURINI, R. L. B. (Org.). *História Antiga I: Fontes e Métodos*. Maringá: Eduem, 2010, v. 1. p. 102.

<sup>359</sup> CAPELATO, GLEZER, FERLINI, 1994, p. 353.

<sup>360</sup> Disponível em: <http://www.jaimepinsky.com.br/site/main.php?page=bio>. Acesso em: 05 abr. 2013.

<sup>361</sup> SILVA, 2010, p. 101.

Ulpiano Bezerra pode enquadrar-se nesta descrição, uma vez que sua formação original foi em Letras Clássicas (1959) e, por conta da influência de seu professor francês, Robert Auberton, acabou indo para a Grécia, onde foi aceito como membro estrangeiro da missão francesa no referido país. O ocorrido com o professor Ulpiano Bezerra demonstra uma vez mais a importância que pesquisadores estrangeiros tiveram na formação dos investigadores nacionais. As experiências adquiridas na Grécia o levaram para o doutorado na Sorbonne; quando de seu retorno ao Brasil, na década de 1960, Ulpiano Bezerra foi convidado por Eurípedes para fazer parte do corpo docente da graduação em História na USP, onde passou a atuar com a disciplina de História Antiga.<sup>362</sup>

A formação em História Antiga durante as fases iniciais da disciplina exigia grande esforço de pesquisa, além do conhecimento de línguas antigas, especialmente grego e latim. Tais condições atribuíram um ar de elitismo à área, uma marca que perdurou (e em alguns contextos segue perdurando) por muitos anos, a qual se intensificou durante o período do governo militar.<sup>363</sup>

De fato, nos anos da ditadura, a disciplina gerou uma desagradável impressão nas outras áreas da História, especialmente pela atuação do professor Eremildo Viana, responsável por História Antiga na UFRJ, uma das mais visíveis e respeitadas instituições universitárias do país. Relatos de ex-alunos demonstram a clara vinculação de Eremildo Viana com o regime. De acordo com a docente Eulália Lahmeyer, ex-aluna de Eremildo Viana, o citado professor, na condição de chefe do departamento de História, fazia denúncias aos militares sobre a atuação política de estudantes, de modo que vários alunos e alunas do período em questão foram identificados como subversivos.<sup>364</sup>

Segundo informações do docente Francisco Carlos Teixeira, as ações de Eremildo Viana também atingiam colegas professores da própria faculdade, uma vez que havia uma lista para “caçar” docentes considerados comunistas. Além disso, ocorreu a entrada, na faculdade, de professores ligados à direita política do país, alguns deles vinculados a organizações extremistas como o MAC (Movimento Anticomunista) e o CCC (Comando de

---

<sup>362</sup> MENESES, U. B. de. Para que serve um museu. Entrevista. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, a. 2, n. 19, p. 46-51, abr. 2007.

<sup>363</sup> ANET, 2013. Disponível em: <http://asorblog.org/2013-maio-20/the-ancient-near-east-in-brazil-and-argentina-from-the-origins-of-research-to-the-present/>. Acesso em: 12 mar. 2014.

<sup>364</sup> Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/gente-da-historia/historiadora-pioneira>. Acesso em: 05 abr. 2013.

Caça aos Comunistas). Alunos da graduação em História foram expulsos por conta da aplicação do Decreto 477, que proibia as atividades políticas entre os estudantes.<sup>365</sup>

Francisco Teixeira complementa que, durante o regime, aquele que se interessasse pela área de História Antiga era considerado “reacionário”:

Nós pensávamos que estudando História, História Contemporânea especialmente, e também um pouco Ciência Política, iríamos entender mais o país e poder atuar politicamente. A visão do curso naquela época era muito instrumental, politizada. Você queria fazer História porque tinha responsabilidade, envolvimento político, esse era o elemento central [...] hoje os alunos têm um imenso interesse por História Antiga e Medieval. É muito gozado, porque no meu tempo, se você se interessasse por essas matérias ganhava a fama de “reacionário”. E aqui na UFRJ essa área era dirigida pelo Eremildo Viana. Então você teria que trabalhar com uma pessoa detestável do ponto de vista ético, político e também como ser humano.<sup>366</sup>

Ser “reacionário”, em outras palavras, significava ser associado com o pensamento de direita, uma vez que grande parte dos estudantes do período aderiu ao marxismo, corrente de pensamento inexistente no campo de História Antiga durante a referida época. As pesquisas na citada área eram marcadas pela erudição e pelo domínio de línguas antigas. Considerando tais informações, tornam-se compreensíveis os motivos que acabaram por gerar um preconceito pela área.

A notoriedade de Eremildo Viana não se deu unicamente por sua atuação na universidade. Ao expulsar Élio Gaspari da instituição, este criou um personagem que se fez muito presente nas colunas jornalísticas, o chamado “Eremildo, o Idiota”. De acordo com a docente Maria Yedda Linhares, a criação de Gaspari era uma “homenagem” a Eremildo Viana.<sup>367</sup> Este personagem também esteve envolvido na tomada da rádio do Ministério da Educação em 1964. De acordo com o jornalista Benício Medeiros:

Eremildo assumiu o controle da rádio no dia 02 de abril, auxiliado por dois policiais e estudantes armados, numa operação articulada com o delegado Cecil Borer, diretor do DOPS na época. Logo depois comunicou o sucesso a Borer, falando em inglês, para que ninguém em volta entendesse: *I want to talk with mr. Borer*, disse ele ao telefone.<sup>368</sup>

<sup>365</sup> Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/francisco-carlos-teixeira-da-silva>. Acesso em: 03 abr. 2013.

<sup>366</sup> Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/francisco-carlos-teixeira-da-silva>. Acesso em: 03 abr. 2013.

<sup>367</sup> LINHARES, M. Y. Entrevista. In: MORAES, J. G. V.; REGO, J. M. *Conversa com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

<sup>368</sup> Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R04000.pdf>. Acesso em: 23 set. 2104.

Por mais que não se tenha informações sobre outros docentes como Eremildo Viana nas demais universidades brasileiras, é importante considerar que a UFRJ desfrutava de um papel de destaque na academia nacional, de modo que os acontecimentos que se passaram em dita instituição possibilitaram gerar uma imagem negativa da área de História Antiga em âmbito geral.

Nos anos 1980, algumas mudanças importantes passam a ocorrer na área. Nesse período, a História Antiga inicia o desapego do enfoque positivista, e são pensadas questões mais teóricas para o campo, em alguns casos acompanhando o debate internacional sobre determinados temas.<sup>369</sup> Seguramente um dos principais responsáveis por tal mudança foi o docente Ciro Cardoso, que, depois de seu regresso ao Brasil,<sup>370</sup> passou a atuar na UFF já a partir de 1979.

Segundo o próprio Cardoso, seu interesse por História Antiga remontava a sua adolescência; no entanto, ao longo da graduação em História começou a interessar-se por Moderna e Contemporânea, por conta de que seu professor de História Antiga ter sido o já citado Eremildo Viana. Cardoso então acabou por defender seu doutorado sobre a Guiana Francesa,<sup>371</sup> porém, mesmo nessa condição, cursou durante sua pós-graduação disciplinas paralelas de História Antiga, tais como língua e arqueologia egípcias,<sup>372</sup> ou seja, o interesse por História Antiga não morreu, mesmo com sua formação profissional em outra temporalidade e temática. O caso do professor Cardoso guarda outra peculiaridade, ao se levar em consideração o fato de que o referido docente pode ser considerado pioneiro no trabalho com questões de Antiguidade Oriental no Brasil.

Ao longo dos anos 1980, a abordagem da História Antiga tem importantes melhorias, especialmente no campo dos estudos clássicos. É fundada em 1985 a chamada SBEC (Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos), a qual agregou desde o princípio pesquisadores e pesquisadoras de distintos campos, como Letras Clássicas, História e Arqueologia.<sup>373</sup> Uma das fundadoras da SBEC, a docente Haiganuch Sarian, desempenhará papel fundamental na

---

<sup>369</sup> Um bom exemplo de tal situação encontra-se na obra de Ciro Cardoso *O Egito Antigo*, de 1982, na qual o autor discute distintas possibilidades teóricas para o surgimento do estado no Antigo Egito.

<sup>370</sup> Por conta do regime militar que vigorava no Brasil, o professor Ciro Cardoso chegou a atuar como docente em diversos países latino-americanos, mais notadamente na Costa Rica, onde começou a trabalhar com a disciplina de História Antiga desde a década de 1970. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/humanas/0014.htm>. Acesso em: 12 abr. 2012.

<sup>371</sup> Veja-se o título da tese doutoral de Ciro: *La Guyane française (1715-1817). Aspects économiques et sociaux. Contribution à l'étude des sociétés esclavagistes d'Amérique*. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3449605639852165>. Acesso em: 18 abr. 2013.

<sup>372</sup> Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/humanas/0014.htm>. Acesso em: 12 abr. 2013.

<sup>373</sup> Informações sobre a história da SBEC podem ser encontradas em: <http://www.classica.org.br/>. Acesso em: 07 mar. 2013.

formação de docentes na década de 1990, os quais assumirão as cátedras de História Antiga nas principais universidades brasileiras, como se verá adiante.

Um dado interessante reside no fato de que ainda nos anos 1980 a área de História Antiga recebe importante contribuição de investigadores de outras temporalidades e temas. Um exemplo desse gênero tem-se na UFRGS, onde a docente Loiva Otero Félix desempenha relevante papel na orientação de alunos interessados em História Antiga. A referida profissional, que possuía formação em História do Brasil,<sup>374</sup> era também a responsável pela área de História Antiga, porém, é válido dizer que essa não constitui uma situação exclusiva de tal período. Contemporaneamente percebe-se, em universidades públicas e particulares, docentes de outras áreas responsáveis por dito campo, o que de alguma maneira pode demonstrar a posição hierárquica que existe dentro das graduações em História, nas quais a História Antiga desfruta de um papel secundário,<sup>375</sup> especialmente se comparada à História Nacional.

O trabalho da docente Loiva Otero possibilitou a estruturação de um grupo de jovens estudantes da graduação em História da UFRGS que, por conta de seu protagonismo, organizaram em 1987 o I Simpósio de História Antiga, evento que seguiu sendo realizado anualmente até 1990, culminando neste ano com o I Ciclo Internacional de História Antiga Oriental, o qual se configurou no primeiro evento relacionado à Antiguidade Oriental de caráter internacional realizado no Brasil. Nos referidos eventos, além da citada docente, também marcou presença a professora Margaret Bakos, que, de igual modo, mesmo tendo formação em outra área, passou a relacionar-se com a História do Egito Antigo.<sup>376</sup> O mencionado grupo de estudantes estava formado por indivíduos que atualmente ocupam importante função como pesquisadores e pesquisadoras de História Antiga em nível nacional e internacional, em meio aos quais se encontrava, por exemplo, Katia Pozzer,<sup>377</sup> a qual, após concluir seu doutorado na década de 1990, seguiu por longos anos como a única especialista brasileira em História da Antiga Mesopotâmia.

---

<sup>374</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2094635028936944>. Acesso em: 26 abr. 2013.

<sup>375</sup> No caso das universidades públicas, tal situação é mais frequente nos estados mais distantes do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Apenas para citar dois exemplos nos quais a disciplina de História Antiga não é ministrada por um pesquisador da área: UFAC (Universidade Federal do Acre) e UNIFAP (Universidade Federal do Amapá). Disponível em: <http://www2.unifap.br/historia/>. Acesso em: 01 mar. 2013. As informações sobre a UFAC foram concedidas, via *e-mail*, pelo professor Cássio Melo, docente da graduação em História da UFAC.

<sup>376</sup> Disponível em: Anais do IV Simpósio de História Antiga e I Ciclo Internacional de História Antiga Oriental. Porto Alegre, 1990.

<sup>377</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9408053472324588>. Acesso em: 07 jan. 2013.

Antes de deixar os anos 1980 e passar aos 1990, vale notar que se instaurou no Brasil uma política institucional da Capes, a qual vigorou de 1984 até 1990, com o objetivo de consolidar profissionais em História Antiga e Medieval por conta de que ainda neste período as referidas áreas eram unificadas. A percepção por parte da Capes da carência de profissionais destes campos no Brasil possibilitou à dita agência investir em pós-graduações em nível de mestrado, de modo que importantes investigadores e investigadoras que atualmente integram o quadro dos antiquistas brasileiros foram beneficiados por tal política.<sup>378</sup>

Da metade para o final da década de 1980, a História Antiga recebeu alguns poucos novos profissionais que, ao longo dos anos 1990, contribuíram para o fortalecimento da área, dos quais se pode destacar José Antônio Dabdab Trabulsi<sup>379</sup> e Maria Beatriz Florenzano<sup>380</sup>; alguns poucos anos antes, também se pode citar Francisco Murari, o qual configura como um dos casos raros no quadro de pesquisadores da antiguidade no Brasil. Murari é uma das raríssimas exceções que obtiveram o doutorado em História pela USP na década de 1980 e conseguiram posterior inserção em uma universidade pública de relevância.<sup>381</sup>

É interessante notar que grande parte dos egressos do doutorado em História da USP não se converteu em figuras visíveis no cenário acadêmico nacional. Os principais pesquisadores ainda atuantes no Brasil passam a ser formados na década de 1990 em áreas como a Antropologia e a Arqueologia, principalmente sob a orientação da docente Haiganuch Sarian. A referida professora tinha sua formação básica em Letras Clássicas e Arqueologia; como já mencionado, foi fundadora da SBEC e passou a atuar na USP em princípios da década de 1970.<sup>382</sup>

O legado de Haiganuch Sarian é perfeitamente visível nas principais universidades brasileiras nas quais se pode cursar o doutorado em História. Apenas para que se tenha uma noção, vale mencionar alguns dos ex-orientandos da citada docente, sua área de formação juntamente com o ano de conclusão e o PPG em que atuam: Pedro Funari, doutor em

---

<sup>378</sup> Tais informações foram concedidas via *e-mail* pelo docente André Chevitarese, catedrático de História Antiga na UFRJ.

<sup>379</sup> Atuou e segue atuando na UFMG. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0962744071063069>. Acesso em: 18 abr. 2013.

<sup>380</sup> Na realidade a docente Florenzano já atuava na USP desde os anos 1979, mas obteve seu doutorado somente em 1986. Disponível em: <https://sistemas.usp.br/tycho/CurriculoLattesMostrar?codpes=74070>. Acesso em: 18 abr. 2013.

<sup>381</sup> Disponível em: <https://sistemas.usp.br/tycho/CurriculoLattesMostrar?codpub=E7A0B429166E>. Acesso em: 18 abr. 2013.

<sup>382</sup> BRUNO, M. C. O.; CERQUEIRA, F. V.; FUNARI, P. (Org.). *Arqueologia do Mediterrâneo Antigo*. Estudos em Homenagem a Haiganuch Sarian. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, SBEC e FAPESP, 2011.

Arqueologia (1993), orientador de teses em História Antiga na UNICAMP; Norberto Guarinello, doutor em Antropologia (1993), orientador de teses na USP; André Leonardo Chevitaese, doutor em Antropologia (1997), orientador de teses na UFRJ, e Antonio Brancaglioni, doutor em Antropologia (1999), atuante na UFRJ/Museu Nacional. Este último pesquisador configura-se em um caso raro em meio aos ex-orientandos de Haiganuch Sarian, pois suas pesquisas abordam o Antigo Egito.<sup>383</sup>

De tal maneira, até o final do século XX, no Brasil a área de História Antiga contava com poucos profissionais e estava limitada geograficamente aos estados de Rio de Janeiro e São Paulo. De todo modo, a recuperação da área foi notável, pois já não pesavam tanto os estigmas das décadas anteriores, ou seja, o positivismo que dominou a área em seu princípio nos anos 1950, o tom de elitismo e a associação com a direita política do país durante o governo militar. A inserção de pesquisadores e pesquisadoras de História Antiga em universidades de destaque possibilitou uma nova fase de expansão do campo, principalmente na virada para o século XXI.

#### **4.2 Centros de pesquisa, revistas acadêmicas e doutorados na área de História Antiga**

No princípio dos anos 2000, segue-se a formação de novos doutores e doutoras em História Antiga, os quais dão início a uma ainda modesta dispersão geográfica da área pelo território nacional. A afirmação de novos profissionais no campo germina um censo de coletividade que foi determinante para a reunião dos pesquisadores nacionais em torno de uma organização oficial; assim nasceu o Grupo de Trabalho de História Antiga da ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História). Em realidade, o citado grupo passou a ser cogitado desde 1999 por conta da iniciativa de quatro docentes: Ana Teresa Marques Gonçalves (UFGO), Anderson Zalewski Vargas (UFRGS), Fábio Favarsani (UFOP) e Francisco Marshall (UFRGS). Neste aspecto vale destacar que os idealizadores do GTHA eram todos atuantes fora do eixo Rio-São Paulo, o que demonstra o enraizamento da disciplina em outros estados do país. Devido ao esforço prévio dos citados pesquisadores, nascia em 2001 durante o XXI Simpósio Nacional de História o chamado GTHA, o que permite compreender o atraso da área de História Antiga se comparado a outros campos da

---

<sup>383</sup> Diferente dos demais docentes citados, Brancaglioni começou a dirigir teses de doutorado somente em 2011. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2950445244723627>. Acesso em: 18 abr. 2013.

História, uma vez que a organização em nível nacional dos antiquistas se deu 20 anos depois de outras áreas.<sup>384</sup>

Em sua origem, o GTHA teve como coordenador o Prof. Gilvan Ventura da Silva (UFES).<sup>385</sup> A partir disso, iniciaram-se contatos para a criação de representações da organização em distintos estados do país, sendo que conseguiram se organizar as representações do Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás. Desde então, os antiquistas brasileiros apresentam propostas de fóruns de debate nos eventos nacionais da ANPUH, bem como realizam atividades menores no interior de cada estado integrante do GTHA.<sup>386</sup>

Por mais que o surgimento de maiores e melhores espaços para o diálogo entre os investigadores brasileiros da História Antiga somente se tenha difundido a partir do século XXI, não se pode olvidar de determinados precedentes nas décadas anteriores. A criação da SBEC na década de 1980 foi um importante propulsor interdisciplinar para a antiguidade greco-romana; por meio de tal instituição, surgiu a revista *Clássica*,<sup>387</sup> que se converteu em uma importante ferramenta de diálogo para os interessados nos estudos clássicos. Além disso, em 1995 surgiu a revista *Phoênix* da UFRJ, que até o momento se configura como a mais conceituada revista exclusiva de História Antiga no país.<sup>388</sup> A Antiguidade Oriental, campo secundário de pesquisa, desde o princípio da História Antiga no Brasil não permaneceu plenamente esquecida, devido ao interesse de alunos da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) que em 1995 realizaram a I Jornada de Estudos do Oriente Antigo, evento que contou com várias edições ininterruptas.<sup>389</sup>

Atualmente, pode-se dizer que a área de História Antiga se firmou na academia nacional. Tal afirmação baseia-se na quantidade de ofertas de pós-graduação existentes no país, além do surgimento de grupos de pesquisa pertencentes a determinadas instituições tais como:

CEIA – Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade (UFF), CPA – Centro do Pensamento Antigo Clássico, Helenístico e de sua Posteridade Histórica (Unicamp), LEIR – Laboratório de Estudos do Império Romano (USP), LHIA – Laboratório de História Antiga (UFRJ), NEA – Núcleo de Estudos da Antiguidade

---

<sup>384</sup> Disponível em: [www.gtantiga.cjb.net](http://www.gtantiga.cjb.net). Acesso em: 07 mar. 2011.

<sup>385</sup> Tal informação foi extraída das atas do GTHA, as quais foram concedidas por um de seus fundadores: Anderson Zalewski Vargas.

<sup>386</sup> Atualmente o GTHA encontra-se representado em diversos estados. Disponível em: <http://www.gtantiga.com/estados.htm>. Acesso em: 18 abr. 2013.

<sup>387</sup> A revista é publicada desde 1988. Disponível em: <http://revista.classica.org.br/>. Acesso em: 18 abr. 2013.

<sup>388</sup> Disponível em: <http://www.revistaphoenix.kit.net/>. Acesso em: 11 set. 2013.

<sup>389</sup> Disponível em: <http://www.pucrs.br/eventos/orienteantigo/>. Acesso em: 18 abr. 2013.

(UERJ), NEAM – Núcleo de Estudos Antigos e Medievais (Unesp), NEMED – Núcleo de Estudos Mediterrânicos (UFPR), PEJ – Projeto de Estudos Judaicos e Helenísticos (UnB).<sup>390</sup>

No tocante ao LHIA, cabe dizer que se trata da mais antiga organização criada em uma universidade brasileira com interesse específico em História Antiga. O referido *Laboratório de História Antiga* nasceu em 1993.<sup>391</sup> De todas as organizações citadas, o CEIA da UFF é o único que guarda relação com a investigação do Antigo Oriente, justamente por conta da atuação do já falecido Prof. Ciro Cardoso em dita universidade. Há poucos anos foi constituído o LAOP (Laboratório de Estudos do Oriente Próximo) da USP, por conta da atuação do Prof. Marcelo Rede, que, juntamente com a docente Katia Pozzer, se configuram nos únicos pesquisadores brasileiros devotados à Antiga Mesopotâmia. O LAOP leva a característica de ser o pioneiro centro de estudo exclusivamente dedicado ao Antigo Oriente no Brasil,<sup>392</sup> até pouco tempo tal organização era a única desse gênero, contudo, em anos recentes surgiu o *Egitolab*, uma espécie de último esforço do Prof. Cardoso em estruturar um grupo de egiptólogos no país.<sup>393</sup>

Ademais, a oferta da pós-graduação em História tem contemplado um maior número de instituições. Até a década de 1990 a USP era praticamente a universidade que detinha o monopólio da formação doutoral em História Antiga. A partir da citada década, ocorre uma difusão da pós-graduação em História por outras universidades, essencialmente as públicas, o que possibilitou o incremento no número de especialistas no campo. Há ao menos onze universidades públicas nas quais é possível contar com um orientador de tese em História Antiga: UFF, UFG, UFMG, UFPR, UFRGS, UFRJ, UnB, Unesp/Assis, Unesp/Franca, Unicamp e USP.<sup>394</sup> De acordo com Glaydson Silva, em ditas instituições atuam aproximadamente cerca de 23 doutores com possibilidade de orientar teses no campo da antiguidade;<sup>395</sup> no entanto, deve-se considerar que deste número somente dois podiam, até

---

<sup>390</sup> SILVA, 2010, p. 111.

<sup>391</sup> CANDIDO, M. R.; LESSA, F. S. Pesquisas de Antiguidade Clássica no Brasil. In: ZIERER, Adriana; XIMENDES, Carlos Alberto (Org.). *História Antiga e Medieval: cultura e ensino*. São Luis do Maranhão: Editora UEMA, 2009. p. 284.

<sup>392</sup> O LAOP surgiu somente em 2010. Disponível em: <http://laop.vitis.uspnet.usp.br/>. Acesso em: 18 abr. 2013.

<sup>393</sup> O primeiro encontro do grupo aconteceu apenas em 2012. Disponível em: <http://ceiauff.wordpress.com/2012/11/28/laboratorio-de-estudos-egiptologicos-i-coloquio-de-historia-antiga-ensino-e-pesquisa-no-brasil/>. Acesso em: 27 ago. 2013.

<sup>394</sup> Recentemente também a UFES passou a oferecer o doutorado em História, onde é possível estudar temáticas relacionadas ao passado greco-romano. Disponível em: <http://www.historia.ufes.br/>. Acesso em: 18 abr. 2013.

<sup>395</sup> SILVA, 2010, p. 109.

tempos recentes, orientar teses vinculadas com temáticas do Oriente Antigo: Ciro Cardoso e Marcelo Rede. Por conta do falecimento do primeiro, o Prof. Rede permaneceu como única possibilidade de orientação no país, porém sua atuação na pós-graduação é recente<sup>396</sup>. Há poucos anos a área de egiptologia contou com um novo profissional capacitado para orientar teses; trata-se do docente Antônio Brancaglione, que atua na UFRJ/Museu Nacional.

Como bem aponta Glaydson Silva, o tema central da antiguidade no Brasil transita em torno do passado clássico, e as razões para isso podem ser as seguintes:

Nas grades curriculares, à margem de outras disciplinas, a História Antiga ocupa um lugar paradoxal. Por um lado, pouco privilegiada em carga horária, número de docentes e variação temática (as antiguidades orientais e, mesmo, as americanas, praticamente inexistentes nos *currícula*, com predominante viés eurocêntrico e majoritariamente voltado para a Antiguidade Clássica), o que se apresenta como uma incongruência, sobretudo ao se considerar o arcabouço geocronológico que envolve, por outro, o papel atribuído à disciplina na formação geral dos historiadores encontra-se frequentemente determinado pela relevância que lhe é conferida por evidenciar uma dita herança clássica ocidental. É em torno dessa herança que o lugar-comum acadêmico justifica a importância dos estudos clássicos.<sup>397</sup>

#### 4.3 A história antiga de Israel nas graduações em História<sup>398</sup>

Tais informações ajudam a compreender a atenção que recebem as temáticas de Oriente dentro das graduações em História. Por meio de um levantamento bibliográfico realizado em distintas universidades públicas e particulares do país, constata-se que a abordagem de tal temática se baseia principalmente no uso de manuais, a grande maioria deles, bastante desatualizados.<sup>399</sup> Quando não é assim, o Oriente Antigo configura simplesmente uma ausência nos currículos como é o caso, por exemplo, da UFRJ, nas quais as disciplinas obrigatórias de História Antiga tratam exclusivamente da antiguidade greco-romana<sup>400</sup>, sendo que há disciplina optativa para os interessados em Egito Antigo.<sup>401</sup> Há casos

<sup>396</sup> O professor Rede somente começou a orientar teses de História Antiga Oriental em 2010. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4332704306238757>. Acesso em: 18 abr. 2013.

<sup>397</sup> SILVA, 2010, p. 100-101.

<sup>398</sup> Neste momento retomamos e ampliamos um artigo de nossa autoria publicado originalmente nos Anais do II Congresso Internacional de Teologia da EST. BERLESI, J. O Israel antigo nos currículos acadêmicos de História: Considerações preliminares. *Anais do Congresso Internacional das Faculdades EST*, v. 2, p. 575-586, 2015.

<sup>399</sup> Para que se tenha uma ideia, veja-se a presença do manual de Mario Giordani de 1969 (*História da Antiguidade Oriental*) em distintas universidades brasileiras sejam públicas ou privadas: UFSC ([www.cfh.ufsc.br/historia/programaHST5213.php](http://www.cfh.ufsc.br/historia/programaHST5213.php)), UFPI ([www.ufpi.br/.../HISTÓRIA\\_PICOS%20\(1L-BL%20\)\\_2011\\_2.doc](http://www.ufpi.br/.../HISTÓRIA_PICOS%20(1L-BL%20)_2011_2.doc)), UFCG ([www.ufcg.edu.br/~spe/documentos/.../ementas-do\\_nucleo\\_I.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~spe/documentos/.../ementas-do_nucleo_I.pdf)), UTP ([www.utp.br/cursos/fachla/HI/Ementas-HI.pdf](http://www.utp.br/cursos/fachla/HI/Ementas-HI.pdf)), UCS ([www.ucs.br/portais/curso140/documentos/13526/download/](http://www.ucs.br/portais/curso140/documentos/13526/download/)). Acesso em: 19 abr. 2013.

<sup>400</sup> Disponível em: [http://www.historia.ufrj.br/monitoria\\_bibliografia\\_antiga.pdf](http://www.historia.ufrj.br/monitoria_bibliografia_antiga.pdf). Acesso em: 18 abr. 2013.

em que as temáticas de Oriente fazem parte do currículo, mas somente questões de Egito e Mesopotâmia; este era o caso da USP até 2009;<sup>402</sup> a situação mudou com a chegada de um especialista em Oriente que introduziu disciplinas optativas relacionadas ao antigo Israel.<sup>403</sup>

De qualquer modo, o conjunto da História Antiga oriental permanece esquecido, e o caso específico de Israel é ainda mais grave. Para demonstrar esse quadro, faz-se necessário auscultar como o tema Israel antigo tem sido abordado nas graduações em História, notadamente, nas licenciaturas. Tendo em vista a dificuldade de se analisar os mais de quinhentos cursos presentes no Brasil,<sup>404</sup> tal estudo limitar-se-á a investigar as ementas das disciplinas de História Antiga,<sup>405</sup> onde comumente insere-se a história de Israel, dos dez melhores cursos de História de acordo com a classificação proposta pelo jornal *Folha de São Paulo*, a qual será mais bem explicitada adiante.

Por meio da investigação das fontes referidas acima, espera-se ter uma dimensão de quais materiais são usados no trato do Israel antigo e, por conseguinte, identificar o grau de atualização dos mesmos, se comparados às pesquisas de ponta sobre o tema levadas a cabo, especialmente, no contexto europeu.<sup>406</sup> Evidentemente, o foco de análise estará centrado nas produções bibliográficas utilizadas, contudo, isso não implica o descarte de outras fontes, como, por exemplo, filmes e documentários, caso estejam em efetivo uso. Afinal, como bem destaca Hugo Assmann: “Na era multimídia é saudável descolar-se com bastante liberdade da mediocridade usual de ter uma única referência, em geral o livro-texto [...]”.<sup>407</sup>

<sup>401</sup> Tais informações foram concedidas pelo docente da instituição Prof. André Chevitaese.

<sup>402</sup> Disponível em: <https://sistemas2.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=FLH0105&verdis=5> e <https://sistemas2.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=FLH0106&verdis=4>. Acesso em: 26 out. 2012.

<sup>403</sup> Referimo-nos à atuação do docente Marcelo Rede, o qual forneceu, via *e-mail*, o programa das seguintes disciplinas: *História da Cultura II* (FLH0442). Ementa: Os textos bíblicos são parte de um processo de profunda interação cultural das sociedades próximo-orientais. Muitos de seus elementos devem ser entendidos no contexto dos contatos com a Mesopotâmia, antes e, particularmente, depois do cativo babilônico. O curso procurará mapear alguns destes elementos, priorizando dois domínios: a) as mitologias divinas e seu papel na formação da religiosidade; b) as formas de narrar o passado e construir a memória coletiva. A outra disciplina foi: *Uma História de Deus: a Emergência do Monoteísmo Hebraico no Contexto Médio-Oriental*. Ementa: Discutir as mais recentes tendências historiográficas acerca do problema da emergência do monoteísmo hebraico e da construção cultural da personalidade divina. Analisar o caso hebraico no quadro das experiências do divino no antigo Oriente-Próximo. Apresentar as novas perspectivas de mobilização da Bíblia como fonte para uma história de Israel e do monoteísmo no primeiro milênio a.C.

<sup>404</sup> Tal informação está disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 mar. 2014.

<sup>405</sup> A obtenção das ementas é possível por meio do acesso aos *sites* das IES analisadas, entretanto, também é importante destacar a colaboração de alguns docentes que fizeram a gentileza de enviá-las via *e-mail*; desse modo, registra-se o agradecimento aos seguintes docentes: Anderson Vargas (UFRGS), Renato Pinto (UFPE) e Rolph Cabaceiras (UFF).

<sup>406</sup> No cenário europeu, merece destaque principal a Universidade de Copenhague, onde atuaram/atua docentes como Niels Peter Lemche e Thomas L. Thompson.

<sup>407</sup> ASSMANN, H. *Curiosidade e prazer de aprender: o papel da curiosidade na aprendizagem significativa*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 218.

Feitas tais considerações, é preciso analisar, em primeiro lugar, qual é o espaço destinado ao tema Israel antigo nos cursos a serem analisados, afinal, o período formativo da graduação é o alicerce que sustenta o futuro profissional na sala de aula. A qualidade da informação recebida durante o período de formação, sem dúvida, terá impacto na atuação profissional do licenciado.

#### 4.3.1 Considerações sobre o ranking universitário

No ano de 2013, a *Folha de São Paulo* divulgou o *Ranking Universitário Folha (RUF)*, contendo a classificação das IES brasileiras em distintas áreas, tais como ensino, pesquisa e inserção no mercado de trabalho. Em síntese, o referido *ranking* contempla cinco áreas; desse modo, além das três já citadas, soma-se ainda “inovação” e “internacionalização”.<sup>408</sup> Cada área é avaliada de acordo com critérios próprios, incluindo, em grande parte, dados oficiais fornecidos pelos órgãos do governo, tais como MEC e INEP.

No *ranking* por ensino, por exemplo, foram considerados:

pesquisa feita pelo Datafolha com uma amostra de 464 professores universitários cadastrados pelo Inpe-MEC que fazem avaliações dos cursos de graduação. Eles responderam quais eram as melhores instituições em suas respectivas áreas de atuação; Percentual de professores com dedicação integral, coletado do Censo da Educação Superior 2011; Percentual de professores com doutorado, coletado do Censo da Educação Superior 2011; Nota dos cursos de graduação no Enade, avaliação do governo federal.<sup>409</sup>

De acordo com o *ranking* por ensino, os dez melhores cursos de História são pertencentes às seguintes instituições: USP, UFMG, Unicamp, UFRGS, PUCRS, UFRJ, UNB, UFF, PUCSP e UFPE. Como se pode notar, a ampla maioria dessas instituições está centrada na região sudeste do país, a qual também detém a maior oferta nacional do curso de História<sup>410</sup>. Apenas a título de comparação, em 2016, verificamos que o quadro dos dez melhores cursos de História sofreu pouca alteração, o que pode evidenciar que as IES referidas desfrutam, de fato, de um notório prestígio acadêmico. De acordo com o RUF 2016, os dez melhores cursos de História pertenciam a: Unicamp, USP, UFRJ, UFMG, UFF, PUCSP, UNB, UNESP, UFRGS e UFPE.<sup>411</sup> Na comparação dos dez melhores cursos,

---

<sup>408</sup> Para um melhor detalhamento de como é elaborado o RUF, Disponível em: <http://ruf.folha.uol.com.br/2013/comoefeitooruf/>. Acesso em: 28 maio 2014.

<sup>409</sup> Disponível em: [http://arte.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/set.09/entenda\\_o\\_ruf/metodologia\\_completa.pdf](http://arte.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/set.09/entenda_o_ruf/metodologia_completa.pdf). Acesso em: 28 maio 2014.

<sup>410</sup> Informação extraída do portal do Ministério da Educação: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 fev. 2014.

<sup>411</sup> Disponível em: <http://ruf.folha.uol.com.br/2016/ranking-de-cursos/historia/>. Acesso em: 20 out. 2016.

segundo os RUF 2013 e 2016, nota-se que a PUCRS ficou fora da listagem ao passo que a UNESP foi incorporada na listagem.

Vale destacar que o RUF tem seus critérios próprios; sendo assim, a classificação por ele proposta pode contrastar com os dados oficiais, como, por exemplo, a avaliação do ENADE (Exame Nacional dos Estudantes), o que conseqüentemente tem reflexos no CPC (Conceito Preliminar do Curso). Os dez melhores cursos de História apresentados pelo RUF são de fato reconhecidos em meio à comunidade acadêmica de historiadores; entretanto, um deles recebeu baixa qualificação no CPC, sendo reprovado pelo MEC; trata-se do curso de História da PUC/SP.<sup>412</sup>

Uma vez que a nota do ENADE é usada como critério para se estabelecer o conceito dos cursos, faz-se importante lembrar que existem os casos de boicote ao referido exame, ou seja, os alunos negam-se a fazer a prova ou organizam-se para marcarem sempre a mesma alternativa na prova objetiva, o que evidentemente acaba prejudicando a avaliação do curso. Desse modo, em tais casos não há uma relação direta entre a nota obtida e a qualidade do curso.<sup>413</sup>

#### 4.3.2 *Os dez melhores cursos*

Feitas as devidas considerações sobre o RUF, cabe então proceder à análise das disciplinas de História Antiga para identificar o espaço destinado à história antiga de Israel, bem como auscultar os materiais utilizados para o estudo desse tema. A partir de então, é possível ter ciência do grau de atualização da academia nacional no que concerne à interpretação da história antiga de Israel.

A USP é a instituição que figura em primeiro lugar na lista do RUF 2013 e, de fato, trata-se da universidade de maior prestígio dentro do país. O curso de História da referida instituição contempla duas disciplinas obrigatórias de História Antiga, as quais estão dispostas nos primeiros semestres do curso. Há uma peculiaridade importante dessa IES que deve ser destacada, ou seja, as disciplinas de História Antiga são responsabilidade de diversos docentes, de modo que o estudante convive com mais de um professor ao longo da matéria.

---

<sup>412</sup> Disponível em: [http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/01\\_ago\\_mec-divulga-lista-com-mais-38-cursos-ruins-que-devem-ser-punidos.htm](http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/01_ago_mec-divulga-lista-com-mais-38-cursos-ruins-que-devem-ser-punidos.htm). Acesso em: 28 maio 2014.

<sup>413</sup> Disponível em: <http://adusp.org.br/index.php/139-movimento-discente/390-estudantes-da-puc-sao-punidos-por-boicotar-enade>. Acesso em: 28 maio 2014.

Dessa maneira, cada profissional acaba trabalhando com temáticas que são mais próximas a sua especialidade.<sup>414</sup>

Na USP, a disciplina História Antiga I está dividida em três unidades: A, B e C. Em tese, o conteúdo programático abrange o mundo antigo oriental e ocidental, contudo em nenhum momento do programa existe referência explícita à história de Israel.<sup>415</sup> Do mesmo modo, a bibliografia apresentada não traz nenhuma obra específica sobre Israel, porém há um manual geral sobre Antiguidade Oriental, no qual o Israel antigo está presente. Trata-se da obra *O Oriente Próximo Asiático: impérios Mesopotâmicos – Israel*,<sup>416</sup> a qual será analisada adiante. Por sua vez, a disciplina História Antiga II está dividida em duas unidades: A e B, da mesma forma, o conteúdo abarca o Oriente Antigo e o mundo clássico, mas sem nenhuma referência explícita a Israel, seja no programa, seja na bibliografia.<sup>417</sup>

No caso da UFMG, tem-se apenas uma única disciplina de História Antiga, que se propõe a estudar o oriente antigo e o mundo clássico.<sup>418</sup> Entretanto, a parte oriental da disciplina limita-se a analisar as superpotências do mundo antigo: Egito e Mesopotâmia. Desse modo, a disciplina exclui de sua análise todos os grupos humanos menores que habitaram o Oriente Próximo na antiguidade, caso em que se insere Israel. Da mesma forma, não consta nenhuma obra específica sobre esse último na bibliografia, entretanto, observa-se a presença do mesmo manual geral sobre Oriente usado na USP.

A graduação em História da Unicamp, por sua vez, contempla, assim como a UFMG, uma única disciplina de História Antiga. No entanto, o conteúdo programático da disciplina faz referência explícita a Israel (hebreus). A disciplina em questão está dividida em cinco módulos, sendo que os “hebreus” aparecem no módulo 3, chamado Antiguidade Oriental.<sup>419</sup> Entretanto, chama atenção o fato do conteúdo em questão ser trabalhado conjuntamente com o tema cristianismo (“hebreus e cristianismo”, conforme consta no programa da disciplina).<sup>420</sup> Acontece que a bibliografia apresentada sobre os “hebreus” na realidade se limita a abordar o

---

<sup>414</sup> A USP contém atualmente cinco docentes da área de História Antiga. Disponível em: <http://historia.fflch.usp.br/docentes/graduacao>. Acesso em: 28 maio 2014.

<sup>415</sup> Veja-se em: <https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=FLH0105>. Acesso em: 02 jun. 2014.

<sup>416</sup> GARELLI, P.; NIKIPROWETZKY, V. *O Oriente Próximo Asiático: impérios Mesopotâmicos – Israel*. São Paulo: Pioneira, Edusp. 1982.

<sup>417</sup> Veja-se em: <https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=FLH0106>. Acesso em: 02 jun. 2014.

<sup>418</sup> Veja-se em: <http://www.fafich.ufmg.br/atendimento/historia/programas-das-disciplinas/programas-historia-versao-2001/periodo-01/HISTORIA%20ANTIGA.pdf/view>. Acesso em: 02 jun. 2014.

<sup>419</sup> Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/graduacao/disciplinas/semestre113/disciplinas/HH185A.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2014.

<sup>420</sup> As informações disponíveis no *site* do curso apresentam dois programas da disciplina de História Antiga. Um deles usado em 2013 e outro em 2014. A versão que une hebreus e cristianismo é a de 2013.

judaísmo,<sup>421</sup> ou seja, não há uma análise da história de Israel e, além disso, comete-se o equívoco de se considerar como sinônimos os termos “hebreu” e “judeu”.<sup>422</sup>

A única obra específica sobre Israel citada na bibliografia usada na Unicamp é o livro *A Bíblia não tinha razão*, de Finkelstein e Silberman.<sup>423</sup> O referido trabalho é calcado no esforço de pesquisa dos autores citados, mas a obra em questão configura-se mais como um livro de divulgação do que propriamente um texto acadêmico. Inegavelmente, o livro marcou época e impactou os estudos sobre Israel, principalmente pelo fato de apresentar o rei Josias como figura central para se entender a narrativa bíblica. Esse, porém, é o alvo das críticas sobre a referida obra, ou seja, o livro parte do pressuposto de que a reforma religiosa do rei Josias é um fato histórico, embora essa seja uma questão controversa.<sup>424</sup> De todo modo, a presença do referido livro deve ser vista de maneira positiva por incorporar percepções atualizadas e estar em harmonia com a pesquisa arqueológica crítica praticada em Israel.<sup>425</sup>

No caso da UFRGS existem duas disciplinas para abarcar a História Antiga, sendo que Israel aparece na primeira delas, chamada História Antiga I. No âmbito das obras específicas sobre Israel, tem-se os volumes da *História de Israel e dos povos vizinhos*, de Herbert Donner, e também o título de John Van Seters, *Em busca da História: A historiografia no mundo antigo e as origens da história bíblica*. Estas últimas configuram-se como um bom estudo para demonstrar a presença do gênero “historiografia” em meio à sociedade israelita, confrontando assim a ideia clássica que atribui a paternidade da História a Heródoto. Os volumes de Donner, por sua vez, limitam-se a uma percepção da história de Israel extremamente calcada no método histórico-crítico, o qual tem sido fragilizado contemporaneamente frente ao avanço das pesquisas arqueológicas. Donner reconhece, entretanto, a dificuldade de se trabalhar certos períodos da suposta História Israelita, como o

---

<sup>421</sup> De fato as obras listadas na bibliografia de 2013 fazem referência direta ao judaísmo, e não à história de Israel. Uma das obras presentes é a de Salo Barom, *História e historiografia do povo judeu*. Entretanto, deve-se destacar de maneira positiva a presença da obra de Shlomo Sand (*A invenção do povo judeu*), que discute de maneira crítica a historiografia judaica dos séculos XIX e XX.

<sup>422</sup> Sabidamente tais termos não podem ser tomados como sinônimos, além da distância cronológica entre ambos; o termo “hebreu” parece estar limitado a uma categoria sociológica. Veja-se uma discussão mais apropriada em DONNER, H. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, Sinodal – IEPG/Petrópolis, Vozes, vol. I, 1997. p. 80-81.

<sup>423</sup> Tal obra aparece na bibliografia usada em 2014. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/graduacao/disciplinas/semestre114/disciplinas/HH185A.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2014.

<sup>424</sup> Para uma ideia do debate sobre a reforma de Josias, Disponível em: <http://www.airtonjo.com/historia24.htm>. Acesso em: 03 jun. 2014.

<sup>425</sup> A obra de Finkelstein e Silberman aponta, por exemplo, para a plausibilidade histórica do reino de Onri, o qual é descrito de maneira pejorativa na Bíblia.

caso dos “juízes”, uma vez que, nesse caso, a Bíblia se torna fonte única não sendo possível contrastá-la com evidências materiais ou epigráficas.<sup>426</sup> Em todo caso é louvável a presença de tais títulos em uma disciplina de História Antiga, pois a partir deles o discente pode buscar por outras produções sobre o tema.

Também no Rio Grande do Sul, a PUCRS contempla duas disciplinas acerca do mundo antigo: História da Antiguidade Oriental e História da Antiguidade Clássica. O Israel antigo é explicitamente citado na primeira disciplina, no entanto, as informações disponíveis no *site* da IES em questão não permitem tomar conhecimento das referências usadas para tal estudo.<sup>427</sup>

A UFRJ, apesar de ser a universidade mais antiga do Brasil, não engloba a Antiguidade Oriental em suas duas disciplinas obrigatórias de História Antiga.<sup>428</sup> Nesse caso a exclusão é de todo Oriente, e não apenas de Israel, ou seja, o discente oriundo de tal instituição apenas entra em contato com o passado clássico, Grécia e Roma. Tal fato certamente chama atenção, sobretudo porque a referida instituição conta com um orientalista em seu corpo docente.<sup>429</sup>

A UNB, por seu turno, também possui duas disciplinas obrigatórias de História Antiga e parece seguir a via classicista. Com base nas análises das ementas dispostas no *site* da referida IES, percebe-se a ausência do Oriente Antigo como um todo.<sup>430</sup> O contato com o Oriente parece dar-se pelo estudo do helenismo.<sup>431</sup> Assim como na UFRJ o discente da UNB não entra em contato com a História Antiga oriental.

No caso da UFF a instituição abrigou por longos anos um dos únicos orientalistas/egiptólogos brasileiros, o já falecido Prof. Ciro Flamarion Cardoso. Contemporaneamente a instituição comporta uma única disciplina de História Antiga que contempla o passado oriental e clássico. O Israel antigo não aparece explicitamente na ementa, do mesmo modo como não se percebe bibliografia específica sobre esse tema nos títulos apresentados. Entretanto, a instituição faz uso do mesmo manual geral sobre Oriente que também figura na USP e na UFMG.

<sup>426</sup> DONNER, 1997, p. 170.

<sup>427</sup> Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/ffch/EmentasCursoHistoria.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2014.

<sup>428</sup> Veja-se em: [http://www.historia.ufrj.br/ementarios/obrigatorias\\_fch/HISTORIA\\_ANTIGAI.pdf](http://www.historia.ufrj.br/ementarios/obrigatorias_fch/HISTORIA_ANTIGAI.pdf) e [http://www.historia.ufrj.br/ementarios/obrigatorias\\_fch/HIST\\_ANTIGAI.pdf](http://www.historia.ufrj.br/ementarios/obrigatorias_fch/HIST_ANTIGAI.pdf). Acesso em: 03 jun. 2014.

<sup>429</sup> Trata-se do Prof. Antonio Brancaglioni Junior, que atua no Museu Nacional ligado à UFRJ.

<sup>430</sup> Veja-se a ementa de História Antiga I: <https://condoc.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=139068>. Acesso em: 03 jun. 2014.

<sup>431</sup> Como se pode observar na ementa de História Antiga II: <https://condoc.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=139076>. Acesso em: 03 jun. 2014.

O caso da PUCSP parece ser o de outras instituições já citadas, nas quais o Oriente é desconsiderado como um todo.<sup>432</sup> No caso da UFPE, Israel é citado explicitamente na ementa da única disciplina de História Antiga, contudo não é apresentado nenhum título específico sobre o tema, bem como não se percebe a utilização de nenhum manual geral sobre Oriente Antigo.

Ao considerarmos ainda a lista dos dez melhores cursos de História de acordo com o RUF 2016, percebe-se que a UNESP figura entre as melhores. Entretanto, é preciso reconhecer que a referida instituição possui dois campi onde é ofertada a mencionada graduação: Assis e Franca. Em todo caso, o RUF não estabelece a qual campus se refere à citada colocação e apenas cita a UNESP de maneira genérica.

De qualquer modo, os documentos disponíveis na página do campus de Franca permitem uma análise do conteúdo de História Antiga estudado na graduação, dado que no caso do campus de Assis as informações relativas aos conteúdos dos componentes curriculares não estão disponíveis ao público externo. Mesmo assim, é possível detectar que o curso de História no referido campus possui duas disciplinas (História Antiga I e II) para o estudo da História Antiga.<sup>433</sup> No caso do campus de Franca, a disciplina de História Antiga está dividida em dois componentes curriculares: História Antiga I e História Antiga II<sup>434</sup>. O conteúdo abordado nos dois mencionados componentes se dedicam exclusivamente ao passado clássico (Grécia e Roma) de modo que se configura mais um caso no qual o Antigo Oriente Próximo, como um todo, está plenamente ausente.

#### 4.3.3 A inserção do Israel antigo na História Antiga

Frente ao exposto até o momento, percebe-se uma limitação dos estudos de História Antiga no Brasil. Em tese, a disciplina deveria abranger o passado oriental e clássico, o que demandaria, no mínimo, uma disciplina para cada período. Entretanto, no caso das IES listadas no RUF 2013, dos dez cursos analisados, apenas cinco deles possuem duas disciplinas devotadas ao mundo antigo (UNB, UFRGS, PUCRS, UFRJ e USP), sendo que do total destas instituições o Israel antigo está ausente em três delas (UNB, USP e UFRJ).

---

<sup>432</sup> Pelo menos é o que se pode supor a partir da análise do *site* da IES: [http://www.pucsp.br/sites/default/files/download/graduacao/cursos/matriz\\_licenciatura\\_hist.pdf](http://www.pucsp.br/sites/default/files/download/graduacao/cursos/matriz_licenciatura_hist.pdf). Acesso em: 11 jun. 2014.

<sup>433</sup> Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/Home/Graduacao/SecaodeGraduacao/Historia/manual-do-aluno-do-curso-de-historia-2016-certo.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

<sup>434</sup> Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/Home/Graduacao37/1a-his-2015.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

Em termos de presença na ementa, a história antiga de Israel aparece explicitamente em quatro das dez instituições analisadas (UFPE, PUCRS, UFRGS e Unicamp). Contudo, em termos de bibliografia específica sobre o tema, percebe-se apenas a presença de três obras, usadas unicamente em duas instituições: Donner (1997) e Van Seters (2008), na UFRGS, e Finkelstein e Silberman (2003), na Unicamp.

Há, porém, os casos em que a temática em questão se encontra ausente na ementa, mas presente em um manual geral sobre História Antiga oriental, listado nas bibliografias em uso da USP, UFF e UFMG. Trata-se da já referida obra de Garelli e Nikiprowetzky (1982). No caso dessas IES, o discente de História pode, eventualmente, entrar em contato com o estudo do Israel antigo, mas o manual utilizado encontra-se bastante desatualizado e reproduz uma percepção da história de Israel que já não se sustenta frente aos avanços nessa área de pesquisa ocorridos a partir da década de 1990 do século XX.<sup>435</sup>

O referido manual, por exemplo, reproduz a percepção bíblica de que a formação da unidade “Israel” no século XII a.C. se deu por conta da confederação das doze tribos citadas no Antigo Testamento.<sup>436</sup> Nesse sentido, cabe dizer que a narrativa veterotestamentária é fonte única para tratar do polêmico período dos juízes, o qual é reconhecidamente visto como pouco plausível historicamente.<sup>437</sup> A única evidência extra-bíblica dessa época, a chamada estela de Merneptah, apenas refere-se ao termo “Israel”, entretanto, não é possível a partir dela supor o que de fato era Israel nesse período.

Não obstante, a obra de Garelli e Nikiprowetzky sustenta a existência histórica das monarquias de Davi e Salomão, o que contrasta com a pesquisa arqueológica contemporânea.<sup>438</sup> Ademais, o uso que os referidos autores fazem do texto bíblico parece sugerir que ambos consentem com a intervenção divina na História, o que, obviamente, é incompatível com uma reflexão crítica sobre o passado humano, afinal, intervenções sobrenaturais não podem servir como variante de explicação histórica.<sup>439</sup>

A falta de bibliografias específicas e o uso de algumas já desatualizadas certamente contribuem para o fato de não haver pesquisa sobre a história antiga de Israel em meio ao círculo profissional de historiadores e historiadoras. Sabidamente, essa temática foi, desde o

---

<sup>435</sup> Nesse sentido merece destaque especial a formação do *European Seminar in Historical Methodology* (1996), que revolucionou as pesquisas referentes à história antiga de Israel como visto no Capítulo 2. Disponível em: <http://www.airtonjo.com/reviews02.htm>. Acesso em: 11 jun. 2014.

<sup>436</sup> GARELLI, NIKIPROWETZKY, 1982, p. 50.

<sup>437</sup> A esse respeito veja-se DONNER, 1997, p. 170.

<sup>438</sup> Veja-se, por exemplo: FINKELSTEIN, I.; SILBERMAN, N. A. *David and Solomon, In Search of the Bible's Sacred Kings and the Roots of the Western Tradition*. New York, 2006.

<sup>439</sup> Veja-se, por exemplo, a descrição que os autores fazem sobre o reino de Davi com base no texto de 2 Samuel: GARELLI, NIKIPROWETZKY, 1982. p. 57.

seu primórdio, maciçamente dominada pela Teologia.<sup>440</sup> Da mesma forma, contribui para esse quadro o fato da História Antiga no Brasil ter sido extremamente focada no passado clássico desde o seu princípio. Como visto, os estudos da antiguidade em solo nacional começaram, de fato, a partir da década de 1950 com o trabalho do Prof. Eurípedes Simões de Paula, na USP,<sup>441</sup> e desde então houve um notável avanço da comunidade de classicistas, ou seja, profissionais devotados ao estudo de Grécia e Roma.

A História Antiga oriental como um todo teve raros representantes no Brasil. Entre os expoentes da área, destacam-se dois docentes que estiveram em condições de conduzir pesquisas de doutoramento sobre o passado oriental: Prof. Emanuel Bouzon e Prof. Ciro Flamarion Cardoso. Em todo caso, a história antiga de Israel permaneceu como um órfão acadêmico em meio à comunidade de historiadores.

As principais produções sobre a história antiga de Israel são realizadas no estrangeiro,<sup>442</sup> e poucas delas foram traduzidas para o português, o que, evidentemente, dificulta o acesso do corpo discente em início de carreira a tais produções de ponta. Entretanto, em solo nacional pode-se encontrar literatura atualizada em língua portuguesa; nesse sentido, tem-se, por exemplo, o texto do célebre orientalista italiano Mario Liverani: *Para além da Bíblia: História Antiga de Israel* (2008).<sup>443</sup> Outro recurso importante para o estudo do Israel antigo reside no documentário *A Bíblia e seu tempo: um olhar arqueológico sobre o Antigo Testamento*, o qual permite aos estudantes um contato com a pesquisa arqueológica de ponta praticada em Israel<sup>444</sup>. Por fim, é preciso considerar a contribuição brasileira nesse campo de estudo; nesse sentido, destaca-se o texto do Prof. Airton José da Silva que procede a uma análise da história de Israel com base nos principais debates internacionais sobre o tema: *A história de Israel na pesquisa atual*.<sup>445</sup>

---

<sup>440</sup> Nesse sentido, Disponível em: WHITELAM, 1996.

<sup>441</sup> CARVALHO, FUNARI, 2007, p. 14.

<sup>442</sup> Com principal destaque para as obras elaboradas a partir do European Seminar in Historical Methodology. Mais informações em: <http://www.airtonjo.com/minimalistas.htm>. Acesso em: 13 jun. 2014.

<sup>443</sup> LIVERANI, M. *Para além da Bíblia: História Antiga de Israel*. São Paulo: Loyola/Paulus, 2008.

<sup>444</sup> MORGENZTERN, I.; RAGOBERT, T. *A Bíblia e seu tempo - um olhar arqueológico sobre o Antigo Testamento*. 2 DVDs. Documentário baseado no livro *The Bible Unearthed*, de Israel Finkelstein e Neil Asher Silberman. São Paulo: História Viva – Duetto Editorial, 2007.

<sup>445</sup> DA SILVA, A. *A História de Israel na Pesquisa Atual*, In: FARIA, J. F. (Org.). *História de Israel e as pesquisas mais recentes*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

#### 4.3.4 Concursos docentes em História Antiga

Outro importante espaço no qual há carência de atenção ao Oriente Antigo são os concursos docentes para as cátedras de História Antiga. É comum no Brasil que o concurso público de docentes para dito campo acabe por requerer dos candidatos conhecimentos mínimos da Antiguidade Oriental, especialmente aqueles relacionados a Egito e Mesopotâmia, uma vez que a ênfase das provas é dada em Grécia e Roma; no entanto, o candidato que obtém aprovação deverá dar conta tanto do passado clássico quanto do oriental, respeitando, obviamente, o currículo de cada instituição. A dinâmica dos referidos concursos consiste na análise do *curriculum vitae* e de dois tipos de provas, sendo uma escrita e outra didática, ou seja, o candidato deve apresentar uma exposição oral de cerca de uma hora sobre determinado tema previsto em edital. Na grande maioria dos casos, são propostos cerca de dez tópicos de História Antiga que o candidato deve estudar; no momento das provas, estes temas são sorteados. Para que se tenha uma ideia mais apurada acerca desse processo, faz-se necessário ver alguns exemplos dos últimos concursos docentes da área; para tanto serão apresentados os tópicos requeridos em quatro concursos docentes realizados respectivamente na UFBA (2009), UFF (2009), UFPE (2012) e UFRJ (2014).

O caso da UFBA preserva o caráter de atraso da área se comparado a outros campos da História, pois no citado concurso as temáticas de História Antiga somaram-se com as de História Medieval. Tais eram os pontos exigidos: 1. Urbanização e surgimento do Estado no Antigo Oriente Próximo – principais modelos explicativos; 2. Aspectos de identidade e diversidade na constituição e trajetória das cidades-estados gregas; 3. Mito e pensamento entre os gregos; 4. A expansão de Roma e a reordenação político-econômica do Mediterrâneo; 5. Formas de trabalho compulsório no mundo antigo; 6. A crise do Império Romano – fatores econômicos, sociais, ideológicos e militares; 7. Senhorio e feudalidade no Ocidente Medieval; 8. A Idade Média Oriental: sociedades bizantina e muçulmana; 9. Vivência religiosa a partir do século XII: ordens mendicantes, heresias e cruzadas.<sup>446</sup> Frente ao exposto, percebe-se um único tópico geral de Antiguidade Oriental.

No concurso da UFF, nota-se uma presença mais forte das temáticas de Oriente, porém é preciso levar em consideração que em dita instituição atuaram dois orientalistas: Ciro Cardoso e Marcelo Rede. Assim, os pontos da prova foram: 1. Teoria e metodologia em História Antiga; 2. Características econômicas e sociais do Antigo Egito, Monarquia divina e

---

<sup>446</sup>

Disponível

em:

[http://www.concursos.ufba.br/docentes/2008/pontos\\_provas/quadro\\_pontos\\_concurso\\_reuni.pdf](http://www.concursos.ufba.br/docentes/2008/pontos_provas/quadro_pontos_concurso_reuni.pdf). Acesso em: 07 mar. 2013.

estado faraônico no Antigo Egito, Concepção de divindade no Antigo Egito; 3. Características econômicas e sociais da Antiga Mesopotâmia, Organização do poder na Antiga Mesopotâmia, Escrita e literatura na Antiga Mesopotâmia; 4. Economia e sociedade na Grécia Arcaica, Pólis e cidadania na Grécia dos séculos V e IV a.C., A filosofia grega: estoicismo e epicurismo; 5. Escravidão e sociedade na Roma Antiga, Poder e política no mundo romano: séculos I a III d.C., Religião estatal e cultos de mistérios no mundo romano.<sup>447</sup> Como visto, tal concurso teve uma forte presença de temáticas relacionadas ao passado oriental, entretanto limitou-se às grandes potências: Egito e Mesopotâmia. Ficaram excluídas as unidades sociais menores do Antigo Oriente Próximo, como fenícios, persas e israelitas.

O concurso da UFPE traz um elemento inovador que reside na presença de temáticas de China, algo até então não requerido no Brasil. Tais foram os temas: 1. Historiografia e fontes da Antiguidade: abordagens e conteúdos; 2. Filosofia na Grécia Antiga; 3. Heródoto, Tucídides e Políbio: contribuições historiográficas; 4. Civilização Mesopotâmica; 5. A China na Antiguidade e a formação do Estado; 6. Civilização Egípcia; 7. Culturas e grandes religiões nos séculos VI e V AEC; 8. Dario e Alexandre: rupturas e continuidades; 9. Roma, da República ao Império (aspectos políticos e sociais); 10. Os “bárbaros” e Roma.<sup>448</sup> É interessante notar que os tópicos que tratam da História Ocidental são mais específicos (Filosofia na Grécia, por exemplo), ao passo que os que tratam do Oriente são bastante amplos (A Civilização Egípcia). Outro aspecto importante deste concurso reside no fato de ter sido o primeiro concurso em História Antiga da citada IES a contar com candidatos pesquisadores da área, o que demonstra o espaço que a disciplina ainda deve ocupar ao redor do país;<sup>449</sup> também é importante lembrar que se trata de uma das dez melhores universidades brasileiras, de acordo com o *ranking* da *Folha de São Paulo*.

Por fim, o concurso da UFRJ versou exclusivamente sobre o passado clássico. Apesar desta ser uma das instituições mais prestigiadas do país, o curso de História não contempla a Antiguidade Oriental em suas disciplinas obrigatórias. Os pontos da prova foram: 1. Interdisciplinaridade no estudo da Antiguidade Clássica; 2. Conceitos e debates na historiografia da Antiguidade grega e/ou romana; 3. A noção de “Cidade-Estado” na

---

<sup>447</sup> Disponível em: [http://www.uff.br/copemag/editais/2009/059/ementa\\_historia-antiga.pdf](http://www.uff.br/copemag/editais/2009/059/ementa_historia-antiga.pdf). Acesso em: 07 mar. 2013.

<sup>448</sup> Disponível em: [http://www.ufpe.br/proacad/images/Editais\\_concursos/edital12/historia\\_antiga.pdf](http://www.ufpe.br/proacad/images/Editais_concursos/edital12/historia_antiga.pdf). Acesso em: 03 fev 2013.

<sup>449</sup> Obteve aprovação nesse concurso o Prof. Renato Pinto, pesquisador de Roma, convertendo-se no primeiro pesquisador de História Antiga da UFPE.

Antiguidade Clássica; 4. Comunidades, redes, interações na Grécia e/ou em Roma; 5. O conceito de sistema mundial e a Antiguidade Clássica; 6. Trabalho na Antiguidade Clássica; 7. Religiões e religiosidades no mundo greco-romano; 8. História, tradições e mitos no mundo greco-romano; 9. Poder e cultura na Grécia Antiga; 10. Poder e cultura na Roma Antiga.<sup>450</sup>

O exposto até o momento deixa claro que são muitas as dificuldades para que a Antiguidade Oriental consiga sua efetiva inserção na academia nacional; contudo, deve-se recordar que esta foi uma dificuldade generalizada da área de História Antiga desde sua origem no Brasil. Progressos evidentemente existem, mas ainda há muito para progredir. Dentro do *roll* das dificuldades encontra-se a própria estrutura de funcionamento das agências nacionais de fomento à pesquisa. Como já referido no Capítulo 1, no caso do CNPQ,<sup>451</sup> por exemplo, é constituída uma única comissão de cinco membros para avaliar projetos de pesquisa de todas as áreas da História, projetos esses que concorrem a verbas federais para sua efetiva aplicação. Dita comissão, em sua ampla maioria (e já há vários anos), vem sendo formada por pesquisadores e pesquisadoras da História Nacional;<sup>452</sup> nesse sentido, torna-se válido questionar: que critérios utilizam os mencionados profissionais para decidir se um projeto de pesquisa em História Antiga deve ou não receber incentivos federais? É sabido que as referidas comissões podem solicitar parecer de especialistas no assunto, entretanto nesses casos a prioridade seria para o passado clássico por conta da falta de massa crítica nacional para avaliar adequadamente uma proposta de pesquisa que verse sobre o passado oriental.

#### 4.4 O Israel antigo na academia brasileira

Uma vez feitas as considerações sobre o percurso da História Antiga no país, cabe agora tratar especificamente de Israel, ou melhor, de como se sucedeu seu estudo e por mãos de quem. De pronto pode-se dizer que a contribuição da História foi praticamente inexistente, de modo que dito tema permaneceu por longos anos como um objeto restrito ao campo dos estudos bíblicos, o que, como se verá adiante, reforça o perfil “étnico-religioso” dos profissionais dedicados a tal tema. No tocante a este aspecto, cabe apenas citar um exemplo similar ocorrido na Itália onde, já na década de 1930, o célebre biblista Giuseppe Ricciotti ao

---

<sup>450</sup> Disponível em: [http://concursos.pr4.ufrj.br/images/stories/\\_concursos\\_PR4/edital-460-3013/3\\_informacoes\\_gerais/conteudo\\_programatico\\_bibliografia\\_e\\_sistematica\\_de\\_realizacao\\_das\\_provas/C\\_FCH\\_-\\_Conteudo\\_Programatico\\_Bibliografia\\_e\\_Etapas\\_de\\_Provas.pdf](http://concursos.pr4.ufrj.br/images/stories/_concursos_PR4/edital-460-3013/3_informacoes_gerais/conteudo_programatico_bibliografia_e_sistematica_de_realizacao_das_provas/C_FCH_-_Conteudo_Programatico_Bibliografia_e_Etapas_de_Provas.pdf). Acesso em: 04 mar. 2014.

<sup>451</sup> Disponível em: <http://www.cnpq.br/>. Acesso em: 15 set. 2014.

<sup>452</sup> Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/membros-dos-comites#membros>. Acesso em: 20 mar. 2014.

prefaciando sua monumental obra “História de Israel”<sup>453</sup> alertava para o fato deste objeto de estudo pertencer ao domínio do campo religioso (teologia) de modo que tal assunto encontrava-se ausente nas demais ciências humanas existentes nas universidades italianas:

A história de Israel é matéria de pouco valor na Itália. Em primeiro lugar por seu caráter essencialmente religioso, e, na Itália, a Universidade e os Institutos científicos devem ocupar-se com algo bem distinto dos estudos religiosos. Além disso, trata-se de uma matéria explosiva e seu manejo requer não somente uma complexa preparação, mas também uma fina agudez. (Na verdade há muitas pessoas que se consideram preparadíssimas e agudíssimas, até mesmo de vez em quando surge alguém que se põe a ditar normas sobre a matéria, mas são sempre normas que se oferecem para os outros já que nenhum desses pesquisadores se propôs a fazer aquilo que era muito mais necessário: escrever efetivamente uma história de Israel, além disso, a autoridade de tais normas carregava o fato de que quase sempre são ditadas por pessoas que não conhecem o hebraico nem a arqueologia moderna.) De modo que este campo se converteu num deserto, basta recordar que a última publicação disponível na Itália remonta ao ano de 1908 e se trata de uma má tradução de uma versão francesa de um original alemão, ou seja: os três elementos – tradução italiana, versão francesa, original alemão – estão completamente antiquados e são inadequados até mesmo para a sua época, e, no entanto, os últimos vinte anos têm sido fecundíssimos em termos de achados arqueológicos e estudos críticos. Hoje em dia, quem quiser ler uma história de Israel que tenha em consideração os modernos descobrimentos deve se dirigir ao estrangeiro, e mesmo no estrangeiro, salvo na Alemanha, há pouco ou quase nada de onde escolher. Na Itália o punhado de estudiosos plenamente competentes é demasiadamente exíguo: seriam uma dezena, ou talvez menos, todos formados generosamente apenas com suas próprias forças frente a circunstâncias adversas, e todos oprimidos pelo trabalho que sobre eles pesa. Se fizemos menção aqui a tal estado das coisas, em termos nem exagerados nem desrespeitosos, foi para denunciar publicamente um mal muito difundido, ao qual este livro quer levar algum remédio. (tradução nossa).<sup>454</sup>

<sup>453</sup> O trabalho de Ricciotti é certamente um dos mais densos e volumosos estudos (cerca de 952 páginas divididas em dois volumes) sobre a história antiga de Israel, especialmente para o contexto da primeira metade do século XX. Publicado originalmente em 1932 sob o título *Storia d'Israele*, a referida obra obteve grande sucesso editorial. Nesta pesquisa utilizaram-se as seguintes versões em espanhol: RICCIOTTI, G. *Historia de Israel: Desde los Orígenes hasta la cautividad*. Traducción de la cuarta edición italiana por Xavier Zubiri. Barcelona: Luis Miracle, 1949. Também: RICCIOTTI, G. *Historia de Israel: Desde la cautividad hasta el año 135 d.de J.C.* Traducción de la cuarta edición italiana por Xavier Zubiri. Barcelona: Luis Miracle, 1947.

<sup>454</sup> Texto original: “La historia de Israel es materia que tiene poca fortuna en Italia. En primer lugar por ser su valor esencialmente religioso; y, en Italia, la Universidad y los Institutos científicos tienen que ocuparse en algo bien distinto de los estudios religiosos. Además porque es materia explosiva, y su manejo requiere no sólo una compleja preparación, sino también una fina agudeza. (En verdad que hay en demasía gentes que se consideran preparadíssimas y agudíssimas; hasta de vez en cuando surge alguien que se pone a dictar normas en la materia; pero son siempre normas que se ofrecen a los demás, ya que ninguno de estos maestros se ha lanzado nunca a hacer aquello que hubiera sido mucho más necesario: escribir efectivamente una historia de Israel; por lo demás, la autoridad de tales normas viene atestiguada por el hecho de que casi siempre han sido dictadas por quienes no conocen ni el hebreo ni la arqueología moderna.) De modo que este campo se ha convertido en un desierto; baste recordar que la última publicación aparecida en Italia remonta al año 1908, y es una mala traducción de una refundición francesa de un original alemán, ítem más: que los tres – traducción italiana, refundición francesa y original alemán – están completamente anticuados y son inadecuados hasta para su tiempo; y sin embargo los últimos veinticinco años han sido fecundíssimos en hallazgos arqueológicos y estudios críticos. Hoy día, quien quiera leer una historia de Israel que tenga en cuenta los modernos descubrimientos tiene que dirigirse al extranjero; y aun en el extranjero, salvo en Alemania, hay poco o nada donde escoger. En Italia el puñado de estudiosos plenamente competentes es demasiado exíguo: serán una decena, o tal vez menos, todos formados generosamente con solas sus propias fuerzas frente a circunstancias

Em dias atuais a situação não é tão distinta. O que se pode atribuir de novidade, no caso nacional, é a participação das Ciências da Religião, uma área que começou a crescer no Brasil em tempos recentes. Em realidade tenta-se atribuir a essa disciplina um caráter mais científico do que a Teologia, uma vez que os cientistas da religião possuem uma formação ampla, e não necessariamente vinculada ao cristianismo, como é o caso dos teólogos. Entretanto, é preciso relativizar tal percepção, pois boa parte dos docentes da disciplina em questão possui formação em Teologia.<sup>455</sup> O doutorado em Ciências da Religião da UMESP (Universidade Metodista de São Paulo), por exemplo, abriga importantes pesquisas sobre o antigo Israel<sup>456</sup>.

Sem dúvida, outra frente de investigações sobre o antigo Israel esteve sob a graduação de Letras (Hebraico) da USP. Entretanto, as pesquisas propriamente sobre o Israel antigo são exceções; por outro lado, observa-se um considerável número de investigações acerca do judaísmo que utilizam como fonte a literatura judaica e a Bíblia Hebraica. Há casos de disciplinas específicas sobre Israel<sup>457</sup> que são ministradas na referida graduação.

#### 4.4.1 Os profissionais que pesquisam Israel

Neste momento o foco do estudo estará direcionado para a análise do conjunto de pesquisadores brasileiros que se dedicam/dedicaram a estudar a história antiga de Israel. A hipótese que norteia o trabalho neste ponto reside no fato de que o tema Israel antigo atrai um determinado perfil de pessoas, as quais possuem características comuns em suas trajetórias, ou seja, indivíduos que optaram pelo tema em questão por conta do perfil “étnico-religioso”, o qual será mais bem compreendido com os exemplos demonstrados a seguir. A primeira pesquisa acadêmica sobre o Israel antigo realizada em um departamento de História foi obra

---

adversas, y todos oprimidos por el trabajo que sobre ellos pesa. Si recordamos aquí tal estado de cosas, en términos ni exagerados ni despectivos, es para denunciar públicamente un mal muy difundido, al que este libro quisiera llevar algún remedio”. RICCIOTTI, 1949, p. 5.

<sup>455</sup> “De um modo geral, as ciências da religião têm como objeto as religiões, enfocadas como fenômeno social, cultural ou econômico, procurando se fazer abstração dos seus aspectos propriamente teológicos. Enquanto na teologia a vivência da fé é um fator importante, para as ciências da religião ela pode ser um obstáculo à objetividade científica. Isto não quer dizer que só pessoas sem religião façam ciências da religião, muito ao contrário!” Disponível em: ZABATIÉRO, J. Teologia e Ciências da Religião. In: SILVEIRA, R. A. T.; GHIRALDELLI JR., Paulo (Org.). *Humanidades*. Rio de Janeiro/Santa Cruz do Sul: DP&A/EDUNISC, 2004. p. 229.

<sup>456</sup> Disponível em: <http://www.metodista.br/posreligiao/teses-e-dissertacoes/teses-de-mestrado-de-2010-a-2019/>. Acesso em: 26 abr. 2013.

<sup>457</sup> Neste caso note-se especialmente a atuação da docente Ruth Leftel: <https://sistemas.usp.br/tycho/CurriculoLattesMostrar?codpub=D7A0AE10AEED>. Acesso em: 26 abr. 2013.

de um investigador que viria a ser um conhecido rabino da congregação israelita paulista,<sup>458</sup> entretanto, a comunidade judaica brasileira não teve seus representantes devotados ao estudo do Israel antigo; tal tarefa recaiu sobre os teólogos, muitos dos quais desenvolviam e desenvolvem a função sacerdotal em paralelo com a vida acadêmica.

Para empreender uma pesquisa desse gênero, serão utilizadas algumas ferramentas metodológicas da *biografia coletiva*, com as quais se pretende analisar aspectos da trajetória dos acadêmicos brasileiros devotados ao estudo do Israel antigo, o que, em tese, permite supor as motivações de sua escolha por tal área de estudo. Todas as informações sobre os pesquisadores analisados são públicas e foram extraídas de publicações e de seus respectivos currículos. Cabe ainda dizer que o grupo sob análise representa os principais nomes da pesquisa sobre o Israel antigo no Brasil, e a escolha por eles deu-se justamente por conta de suas relevantes produções sobre a história antiga de Israel.

Nesse ponto, faz-se importante alertar que a academia nacional possui um considerável número de pesquisas sobre o judaísmo<sup>459</sup>; contudo, judaísmo não pode ser confundido com história de Israel, pois, ao se considerar a existência de uma unidade (tribal?) chamada “Israel” desde o século XII a.C., como bem atesta a Estela de Merneptah, deve-se ter em mente que não é possível estabelecer uma relação de continuidade entre este primeiro Israel e o Israel das comunidades judaicas, os quais estão separados por uma larga distância temporal.<sup>460</sup> De igual modo, é um grande equívoco supor que os primeiros israelitas fossem “judeus”, afinal este termo deriva de *yehudim*, os habitantes da província de Yehud;<sup>461</sup> logo, é incorreto falar da existência de “judeus” nos períodos de formação da unidade “Israel”.

Dito isso, cabe afirmar que por meio de algumas ferramentas metodológicas da *biografia coletiva* se pretende no presente texto analisar as similitudes na trajetória social dos pesquisadores brasileiros que se dedicam à investigação da história de Israel no Antigo Oriente e, com isso, buscar compreender os motivos da escolha dessa área de estudo. Evidentemente, deve-se alertar que a pesquisa biográfica demanda alguns cuidados, sobretudo

<sup>458</sup> Tratou-se da dissertação de mestrado defendida por Judah Busquila na USP em 1976. Disponível em: <http://pos.fflch.usp.br/node/40140>. Acesso em: 28 ago. 2013.

<sup>459</sup> Nesta empreitada percebe-se com maior facilidade a presença de pesquisadores de ascendência judaica. Apenas para citar três exemplos: Suzana Chwartz, Renata Rozental Sancovsky e Cláudia Andréa Prata Ferreira.

<sup>460</sup> LEMCHE, N. P. *Changing Perspectives 3: Biblical Studies and the Failure of History*. Durham: Acumen Publishing, 2013, p. 173; WILLIAMSON, H. G. M. (Ed.). *Understanding the History of Ancient Israel*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 49-56.

<sup>461</sup> Para mais informações, Disponível em: BERLESI, J; PFOH, E. A História Antiga de Israel e os novos horizontes de pesquisa. In: PORTO, V. C.; POZZER, K. M. P. (Org.). *Um outro mundo antigo*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2013. p. 69.

pelo fato de que no senso comum há uma tendência a considerar a história de vida como uma trajetória orientada. Conforme destaca Bourdieu:

É o que diz o senso comum, isto é, a linguagem cotidiana, que descreve a vida como um caminho, um percurso, uma estrada, com suas encruzilhadas (Hércules entre o vício e a virtude), ou como uma caminhada, isto é, um trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (a “mobilidade”), que comportam um começo (“um início de vida”), etapas, e um fim no sentido duplo, de termo e de objetivo (“ele fará seu caminho”, significa: ele terá sucesso, ele fará uma bela carreira), um fim da história.<sup>462</sup>

Tais considerações de Bourdieu devem ser levadas em conta sempre que se almeja produzir um estudo de biografia acadêmico-científico. Isso implica dizer que o pesquisador não deve buscar na trajetória do biografado um *arché-telos*;<sup>463</sup> em outras palavras, deve-se manter a devida atenção para evitar “modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas”,<sup>464</sup> de outro modo seria aceito o equívoco da “ilusão biográfica” presente nas histórias de vida que são elaboradas a partir de distintos interesses<sup>465</sup> que não o acadêmico.

O historiador que se envolve com esse gênero de estudo deve, então, romper com a lógica que tende a ver determinada história de vida como uma caminhada, uma espécie de destino a ser cumprido. Uma investigação orientada cientificamente requer, necessariamente, a observância de alguns fatores; deve-se, por exemplo, considerar a “relação entre a autonomia dos agentes individuais e o constrangimento das normas, estatutos, regras, das origens sociais e dos *habitus*”.<sup>466</sup> Além disso, torna-se indispensável “reconstruir o contexto, a superfície social em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos, a cada instante”.<sup>467</sup> Sendo assim, a trajetória de determinado agente não é uma estrada, um *cursus*; ela foi desenvolvida sob determinadas condições dentro de um campo de possibilidades. A esse respeito destaca Bourdieu:

A determinado volume de capital herdado corresponde um *feixe de trajetórias* praticamente equiprováveis que levam a posições praticamente equivalentes – trata-

<sup>462</sup> BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996. p. 74.

<sup>463</sup> Disponível em: GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In: CORADINI, L. O. (Org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 86.

<sup>464</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, J.; FERRERA, M. de M. (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 169.

<sup>465</sup> Estes podem incluir a notoriedade midiática, o lucro monetário, entre outros. Disponível em: GRIJÓ, 2008. p. 94.

<sup>466</sup> GRIJÓ, 2008, p. 100.

<sup>467</sup> BOURDIEU apud LEVI, 2000, p. 169.

se do *campo dos possíveis* oferecido objetivamente a determinado agente; e a passagem de uma trajetória para outra depende, muitas vezes, de acontecimentos coletivos (guerras, crises, etc.) ou individuais (encontros, ligações amorosas, privilégios, etc.) descritos, comumente, como acasos (felizes ou infelizes), apesar de dependerem, por sua vez, estatisticamente, da posição e das disposições daqueles que vivenciam tais eventos – por exemplo, o senso das “relações” por meio da qual os detentores de um elevado capital social têm a possibilidade de conservar ou aumentar esse capital -, a não ser que sejam organizados expressamente pelas intervenções institucionalizadas (clubes, reuniões de família, associações de ex-membros de empresa ou instituição, etc.) ou “espontâneas” dos indivíduos ou grupos.<sup>468</sup>

Seguramente, as recomendações mencionadas acima estão longe de serem as únicas para o desenvolvimento de um estudo biográfico. Por outro lado, não se almeja aqui apontar todas as diretrizes para uma pesquisa desse gênero, embora, é verdade, acredita-se relevante salientar que a biografia não deve ser feita unicamente por ela mesma, ou melhor:

[...] a biografia e a narrativa não podem ser o fim (*telos*) do trabalho historiográfico [...] Biografias e narrativas biográficas, narrativas em geral, tanto quanto as quantificações e seriações, são recursos disponíveis e extremamente úteis para que possam ser alcançados objetivos acadêmico-científicos no trabalho do historiador.<sup>469</sup>

É justamente com base nessa percepção que se tentará desenvolver este estudo. Cabe lembrar, no entanto, que o foco do presente trabalho está na investigação da trajetória de um grupo, de modo que o ferramental mais apropriado para esta tarefa reside na biografia coletiva/prosopografia.<sup>470</sup> Não por isso as palavras mencionadas até o momento sobre biografia devem ser descartadas; pelo contrário, as observações feitas aplicam-se tanto para um agente isolado quanto para um conjunto de agentes.

De acordo com Lawrence Stone, a prosopografia é:

[...] a investigação das características de fundo comum de um grupo de atores na história através de um estudo coletivo de suas vidas. O método utilizado é o de estabelecer um universo a ser estudado e, em seguida, perguntar um conjunto uniforme de questões - sobre o nascimento e a morte, o casamento e a família, as origens sociais e situação econômica herdada, local de residência, educação, o

<sup>468</sup> BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, Porto Alegre: Zouk, 2008. p. 104.

<sup>469</sup> GRIJÓ, 2008, p. 94.

<sup>470</sup> Alguns autores usam os referidos termos como sinônimos; outros, porém, identificam diferenças entre eles. Nesse estudo optar-se-á pela primeira situação. A esse respeito Heinz comenta: “Atualmente, observa-se entre historiadores de origem anglo-saxônica a preferência pela utilização do termo *prosopography* para estudos relacionados à antiguidade e ao medievalismo, enquanto os estudos contemporâneos privilegiariam a designação *biografia coletiva*; entre os historiadores franceses ou de influência francesa, a preferência tem sido pelo uso generalizado do termo *prosopographie*; ainda, encontram-se referências ao método como *biografia social* e *biografia quantitativa*”. HEINZ, F. M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 9.

montante e a fonte de riqueza pessoal, profissão, religião, experiência de trabalho e assim por diante.<sup>471</sup>

Comumente o referido método é utilizado para o estudo de médios e grandes grupos, o que não é o caso deste trabalho, que se limitará a investigar um reduzido grupo de pesquisadores, os quais por sua atuação acadêmica e profissional podem ser definidos como intelectuais,<sup>472</sup> de modo que com essa classificação se tornam alvo da biografia coletiva.<sup>473</sup>

De acordo com as informações públicas disponíveis sobre o grupo a ser estudado, é possível supor a existência de traços comuns entre os agentes investigados. Desse modo, espera-se que tais traços possam ajudar a compreender a opção dos pesquisados pelo tema Israel antigo. Um bom exemplo desse método pode ser encontrado na obra de Sergio Miceli, o qual, ao analisar os letrados atuantes no período da República Velha, identificou certas similaridades entre os seus investigados, sendo que tais similaridades, segundo Miceli, ajudavam a compreender a opção dos referidos letrados pela vida intelectual. A esse respeito Miceli comenta:

Afora o fato de que os letrados em questão são originários de famílias oligárquicas cuja situação material está em declínio e cujo único vínculo com as frações dirigentes é de parentesco ou de compadrio, o quadro das características pertinentes extraídas das biografias desses escritores revela duas séries de determinações, uma positiva e outra negativa: o ingresso nas carreiras intelectuais associa-se, de um lado, à posse de trunfos que resultam da posição na fratria ou na linhagem (como, por exemplo, o fato de ser filho único, de ser primogênito, de ser o único filho homem etc.) e, de outro, aos efeitos que provocam *handicaps* sociais (tais como a morte do pai, a falência material da família etc.), biológicos (em especial, nos casos de tuberculose), ou então, estigmas corporais (como, por exemplo, a surdez, a gagueira etc.).<sup>474</sup>

A análise das informações disponíveis sobre os investigados permitiu a formulação de uma hipótese. Tal hipótese parte de uma constatação feita em nível internacional e também já percebida por outros pesquisadores. Trata-se do fato de que o tema Israel antigo interessa basicamente a dois grupos: cristãos (ou ex-cristãos) e judeus, não necessariamente religiosos,

<sup>471</sup> STONE, L. *Prosopography*. The Past and Present. Oxford, 1981. p. 107.

<sup>472</sup> Sabe-se que a definição de intelectual não é tarefa fácil. A esse respeito veja-se: SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 242.

<sup>473</sup> “O tema mais popular para a prosopografia foi e ainda é as elites políticas, mas outros grupos que se prestam mais facilmente a esse método são os membros de certas categorias de status elevado, como funcionários públicos, oficiais do exército [...], intelectuais e educadores, advogados, médicos, membros de outros organismos profissionais, empresários industriais e comerciais”. STONE, 1981, p. 120.

<sup>474</sup> MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 22. Em outro trecho complementa: “[...] as trajetórias concretas que encaminham para o ofício de escritor, podem ser referidos a dois princípios: de um lado, as propriedades relativas ao grupo familiar e, na raiz, a falência econômica e/ou perda do pai, e, de outro, as propriedades relativas à *héxis* corporal e que são propícias ao favorecimento de disposições socialmente definidas como femininas”. MICELI, 2001, p. 25.

mas de ascendência judaica. A isso se soma o fato de que a história de Israel configura um órfão acadêmico entre os historiadores, uma vez que aqueles que se ocupam desse tema são principalmente teólogos e arqueólogos. Acerca desse aspecto comenta Davies:

[...] a pesquisa bíblica é vista como uma disciplina teológica, a maioria de seus profissionais é composta de teólogos, cristãos e clérigos e seu habitat comum é o seminário ou o departamento teológico de um estabelecimento de ensino superior ou universidade. Neste ambiente, o ‘antigo Israel’ é uma entidade homogênea, uma igreja embrionária, pensando de modo religioso, pecando, mas, em última instância justificada por sua fé em Deus. (tradução de Airton José da Silva).<sup>475</sup>

Raríssimas exceções fogem desse padrão, como é o caso do conhecido orientalista italiano Mario Liverani.<sup>476</sup>

Constata-se a pertinência da hipótese mencionada ao analisarem-se os pesquisadores envolvidos com essa temática desde as primeiras escavações realizadas na Palestina no século XIX.<sup>477</sup> O mesmo pode ser evidenciado ao analisarem-se os especialistas nessa área nas últimas cinco décadas.<sup>478</sup>

No Brasil, porém, a história antiga de Israel tem sido alvo de estudos apenas de cristãos/ex-cristãos.<sup>479</sup> Os pesquisadores judeus que atuam nesse país estão devotados a outras áreas e/ou períodos históricos. No curso de Letras (Hebraico) da USP, por exemplo, existem inúmeras pesquisas que se relacionam com a história do judaísmo. Há também alguns historiadores judeus que desenvolvem pesquisas acerca da história de seu grupo étnico, mas, como mencionado, em outros períodos da História que não a História Antiga.<sup>480</sup>

<sup>475</sup> DAVIES, P. *In Search of “Ancient Israel”*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1992. p. 44.

<sup>476</sup> Outros exemplos raros podem ser encontrados na academia argentina. Em tal país há uma profunda tradição de pesquisa sobre a história antiga oriental e, embora os estudos sobre o Israel antigo tenham começado pelo trabalho de um pesquisador judeu (Prof. Abraham Rosenvasser), o desenvolvimento da pesquisa acadêmica pertinente a Israel conseguiu atrair pesquisadores desprovidos do perfil “étnico-religioso”. Nesse sentido, merecem destaque os trabalhos de Bernardo Gandulla, Juan Manuel Tebes e Emanuel Pfoh.

<sup>477</sup> CLINE, 2009.

<sup>478</sup> Apenas para citar alguns exemplos bem conhecidos: Martin Noth (teólogo luterano), Willian Albright (cristão metodista, filho de missionários metodistas no Chile e considerado o “pai” da Arqueologia Bíblica), Amihai Mazar (arqueólogo judeu-israelense) e Israel Finkelstein (arqueólogo judeu-israelense). Estes dois últimos pesquisadores publicaram um livro pela Society of Biblical Literature, fruto de uma conferência proferida no International Institute for Secular Humanistic Judaism: FINKELSTEIN, I.; MAZAR, A. *The Quest for the Historical Israel: Debating Archaeology and the History of Early Israel*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007.

<sup>479</sup> Ao mencionar-se a palavra “ex-cristãos” almeja-se fazer menção a ex-religiosos praticantes notadamente protestantes para os quais, em tese, não existem as categorias “praticante” e “não praticante”. Em princípio todo aquele que se apresenta como cristão protestante é um religioso ativo. Nesse sentido, “ex-cristão” aplica-se ao autor do presente texto.

<sup>480</sup> É o caso, por exemplo, de Sergio Feldman (professor de História na UFES) e Nachman Falbel (professor de História na USP) ambos medievalistas.

Com isso cabe esclarecer que a ausência de historiadores pesquisando o antigo Israel ocorre no período dos primeiros séculos da Idade do Ferro, ou seja, anterior à constituição do judaísmo. A história do judaísmo, que, apesar de ter início na História Antiga, não pode ser confundida com história de Israel, está repleta de historiadores no Brasil ou no mundo. Para que fique definitivamente claro: a ausência de historiadores está na pesquisa sobre a formação e os primeiros séculos de vida da unidade “Israel”, período em que este grupo social tão reconhecido por sua fé em YHWH (Javé) ainda era abertamente politeísta.<sup>481</sup>

Feitas tais considerações, pode-se então passar à análise de alguns aspectos acerca dos intelectuais brasileiros devotados a esse assunto. O grupo analisado é constituído de nove homens, sendo oito teólogos e um historiador. São eles: o já falecido Prof. Milton Schwantes (teólogo); Nelson Kilpp (teólogo); Airton José da Silva (teólogo); Haroldo Reimer (teólogo); Júlio Zabatiero (teólogo); José Ademar Kaefer (teólogo); Luiz Alexandre Solano Rossi (teólogo); Márcio Redondo (teólogo); Fernando Candido da Silva (historiador). Entre os elementos que o grupo revela, torna-se perceptível a vinculação religiosa dos investigados, a qual, provavelmente, desempenhou papel fundamental na escolha da história antiga de Israel como tema de trabalho. Dos pesquisadores citados, ao menos seis deles desenvolvem/desenvolveram atividade sacerdotal: Milton Schwantes,<sup>482</sup> Nelson Kilpp,<sup>483</sup> Haroldo Reimer,<sup>484</sup> Júlio Zabatiero,<sup>485</sup> Márcio Redondo<sup>486</sup> e José Ademar Kaefer.<sup>487</sup>

Em um primeiro momento, pode parecer óbvia a vinculação religiosa dos teólogos; há de se recordar, porém, embora mais escassos, que existem teólogos ateus ou agnósticos, o que, na verdade, é mais comum na Europa, onde a Teologia está na universidade pública ao lado de outras ciências humanas. O professor Niels Lemche do departamento de estudos

<sup>481</sup> Para um estudo mais aprimorado sobre os termos “politeísta” e “monoteísta”, veja-se o artigo: WATKINS, L. M. R. *Polytheism? – Henotheism! – (Monotheism)*. RESANTIQUITATIS, volume 4, CHAM: Universidade Nova de Lisboa, 2013. p. 131-148.

<sup>482</sup> Atuou como pastor nos estados de Santa Catarina e São Paulo. Disponível em: [http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod\\_canal=46&cod\\_noticia=7288](http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_canal=46&cod_noticia=7288). Acesso em: 15 set. 2014.

<sup>483</sup> Atuou como pastor em Santa Catarina. Disponível em: <http://www.redelivraria.com.br/produto/0/5559/espiritualidade-e-compromisso>. Acesso em: 15 set. 2014.

<sup>484</sup> É pastor luterano. Disponível em: [http://oikoseditora.com.br/autores\\_haroldo.html](http://oikoseditora.com.br/autores_haroldo.html). Acesso em: 15 set. 2014.

<sup>485</sup> É pastor da Igreja Presbiteriana Independente. Disponível em: <http://www.vidanova.com.br/autores.asp?codigo=104>. Acesso em: 15 set. 2014.

<sup>486</sup> É pastor batista. Disponível em: [http://bibliotecadigital.ftsa.edu.br/v1/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6:artigo-arqueologia-e-o-impasso-nos-estudos-da-historia-de-israel-&catid=10:teologia-hoje-numero-1-2003&Itemid=17](http://bibliotecadigital.ftsa.edu.br/v1/index.php?option=com_content&view=article&id=6:artigo-arqueologia-e-o-impasso-nos-estudos-da-historia-de-israel-&catid=10:teologia-hoje-numero-1-2003&Itemid=17). Acesso em: 15 set. 2014.

<sup>487</sup> É padre da Congregação dos Missionários do Verbo Divino. Disponível em: <http://www.paulus.com.br/porta1/releases/com-linguagem-simples-livro-trata-dos-sitios-arqueologicos-de-israel-e-da-jordania#.VCCbOJRdVrc>. Acesso em: 22 set. 2014.

bíblicos da Universidade de Copenhague é, por exemplo, um dos que se proclamam sem religião e/ou vinculação denominacional.<sup>488</sup>

Com esses exemplos, é plenamente possível supor que a vinculação religiosa dos investigados desempenhou importante papel na escolha de seus respectivos temas de pesquisa.<sup>489</sup> Entretanto, é preciso analisar outros aspectos de suas trajetórias. Note-se, particularmente, o caso dos três pastores luteranos: Milton Schwantes, Nelson Kilpp e Haroldo Reimer. Todos eles realizaram os estudos de graduação na mesma instituição. O caso destes pesquisadores reflete uma situação típica de famílias de imigrantes europeus no Brasil, qual seja: a destinação de um membro do núcleo familiar para o sacerdócio, o que significava motivo de orgulho aos demais familiares, bem como tal ato acarretava certo prestígio social. Este processo, bastante comum no sul do Brasil, pode ser mais bem identificado em famílias de origem italiana e tradição católica e em famílias de origem germânica e tradição protestante.<sup>490</sup> Quanto ao exemplo católico, comenta Scarpim:

É consenso entre os especialistas em História da Igreja no Brasil que as regiões de colonização europeia, especialmente às do Sul do Brasil, tenham se constituído em verdadeiros “celeiros de vocações religiosas”. A constatação dessa informação pode ser verificada nos próprios sobrenomes de padres, bispos, religiosos e religiosas que em grande medida são de origem polonesa, italiana ou alemã. Da mesma forma, ainda hoje uma parte significativa dos egressos na vida religiosa (seja no clero regular ou secular) provém de famílias de ascendência imigrante que residem em áreas rurais ou interioranas e que cultivam práticas específicas de religiosidade familiar.<sup>491</sup>

Os referidos pesquisadores, apesar de uma origem social humilde,<sup>492</sup> obtiveram significativo progresso na carreira acadêmica, culminando com o doutorado na Alemanha.

---

<sup>488</sup> Como já mencionado, ao lado de Lemche perfilam-se outros pesquisadores que defendem o distanciamento da teologia cristã, investindo para tanto em uma área de caráter mais secular: os chamados “estudos bíblicos”. THOMPSON, 1999, p. 385.

<sup>489</sup> É evidente que a herança religiosa dos intelectuais analisados contribuiu para sua opção pelo estudo de temáticas bíblicas, porém a escolha específica por Israel antigo ou pesquisa exegética do Antigo Testamento é um elemento surgido no decorrer da carreira acadêmica.

<sup>490</sup> A respeito da relação entre luteranismo e famílias alemãs, Disponível em: SANTOS, A. V.; CECCHETTI, E. Imigração alemã, Luteranismo e a Criação de Escolas no sul do Brasil. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013, Cuiabá/MT. *Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação*. Cuiabá/MT: Editora da UFMT, v. 1, p. 1-15, 2013.

<sup>491</sup> SCARPIM, F. A. A Igreja Católica e o recrutamento de vocações religiosas nas áreas de imigração italiana no Paraná (Décadas de 1940 a 1960). In: XII Encontro Nacional de História Oral, 2014, Teresina. *Anais do XII Encontro Nacional de História Oral*, v. 1, p. 1-15, 2014.

<sup>492</sup> Sabe-se, por exemplo, que Milton Schwantes era filho de pequenos agricultores. Disponível em: [http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod\\_canal=46&cod\\_noticia=7288](http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_canal=46&cod_noticia=7288) (Acesso em: 15 set. 2014). Haroldo Reimer, por seu turno, vem de uma família de imigrantes alemães do interior de Santa Catarina (<http://www.editorareflexao.com.br/Site.aspx/Autores?keyword=&p=9>, Acesso em: 21 set. 2014),

Nesse caso, a origem social humilde, que muitas vezes limita a escolarização,<sup>493</sup> acabou sendo superada pela estrutura da denominação religiosa, a qual possibilitou aos referidos agentes o progresso acadêmico. Evidentemente, determinado capital cultural herdado de seus núcleos familiares facilitou algumas etapas desse processo; note-se, por exemplo, que todos eles, provavelmente, eram bilíngues, dominando tanto o alemão como o português.<sup>494</sup> A influência religiosa também pesou na escolha das temáticas de pesquisa do historiador do grupo, de acordo com o Prof. Fernando Candido:

[...] sou também ex-Testemunha de Jeová. Como pude esquecer desta minha faceta identitária? Rever esse passado religioso à luz de meu doutoramento na área de estudos bíblicos é fundamental para uma reavaliação da natureza documental da Bíblia. Seria ela apenas um documento histórico? Ora, o texto bíblico marcou profundamente minha própria experiência. Com isso, comecei a perceber que também estava em jogo a performatividade deste importante texto na cultura ocidental. Interessa-me, pois, as mediações hermenêuticas entre o texto bíblico e seus/suas intérpretes (igreja, academia, fiéis e também gays!) Minha identidade marcada pela exclusão e marginalidade em termos de sexualidade deve muito à Bíblia. Ou melhor, à sua interpretação. Por isso ousou interpretar de forma diferente e cantá-la com a minha voz![...].<sup>495</sup>

Exceto o caso do Prof. José Ademar Kaefer, os demais pesquisadores de tradição católica, Airton José da Silva e Luiz Alexandre Solano Rossi, os estudos de pós-graduação no exterior deram-se durante seus respectivos mestrados. Atualmente ambos trabalham em instituições católicas.<sup>496</sup> Nas palavras do Prof. Airton José da Silva, é perceptível como a influência religiosa herdada do núcleo familiar acabou sendo de extrema relevância para sua opção profissional:

---

ao passo que Nelson Kilpp, da mesma forma, procede de uma família de origem alemã do interior do RS (<http://www.redelivraria.com.br/produto/0/5559/espiritualidade-e-compromisso>, Acesso em: 21 set. 2014). O caso de Milton Schwantes insere-se num contexto maior, o qual retrata a inserção da Igreja Luterana entre os pequenos agricultores. A esse respeito veja-se a tese de doutorado de Tarcísio Vanderlinde, publicada em formato de livro em 2006: VANDERLINDE, T. *Entre dois reinos: a inserção luterana entre os pequenos agricultores no sul do Brasil*. Cascavel: Edunioeste, 2006.

<sup>493</sup> Um exemplo da relação entre origem social, renda familiar e titulação escolar pode ser visto em: CORADINI, O. L. *Origens sociais e princípios de hierarquização escolar: a formação de "Intelectuais à brasileira"*. *Cadernos de Ciência Política*, Porto Alegre, UFRGS, 1997.

<sup>494</sup> Milton Schwantes revela que o alemão estava também presente nas aulas de graduação: "Quando estudei na Faculdade de Teologia, no que hoje é a Escola Superior de Teologia, ainda tínhamos muita aula em alemão. Na década de 1960, os professores vinham da Alemanha e não se entendiam muito bem com nossa língua, nem aprendiam muito português". Disponível em: [http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod\\_canal=46&cod\\_noticia=7288](http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_canal=46&cod_noticia=7288). Acesso em: 15 set. 2014.

<sup>495</sup> CANDIDO (DA SILVA), F. "Minha casa será casa de oração para todos os povos" - Repensando fronteiras na hermenêutica bíblica *queer*. *Mandrágora*, São Bernardo do Campo, v. 16, p. 93, 2010.

<sup>496</sup> Informações extraídas dos currículos lattes dos pesquisadores.

Eu nasci em 1950 em Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil, e vivi meus primeiros nove anos na fazenda de meus pais. Minha família é de tradição católica, e acabei fazendo estudos de Filosofia em dois tradicionais seminários de Minas Gerais. Em 1970, aos 19 anos, fui para a Europa para estudar Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma, Itália, onde fiquei 6 anos, tendo obtido o Mestrado em Teologia Bíblica, curso que foi feito parcialmente na Gregoriana e parcialmente no Pontifício Instituto Bíblico (= PIB).

Ao voltar ao Brasil, após algum tempo em minha cidade trabalhando como assessor exegetico para a diocese, transferi-me em 1979 para Ribeirão Preto, SP, para lecionar na Faculdade de Teologia local e também na Faculdade de Teologia da PUC de Campinas, SP. Vivo em Brodowski, pequena cidade próxima a Ribeirão Preto. Dedico-me exclusivamente à Bíblia, e, de vários anos para cá, somente à Bíblia Hebraica.<sup>497</sup>

Os demais teólogos que integram o grupo também possuem uma atuação profissional ligada as suas respectivas denominações religiosas, além do trabalho junto a editoras cristãs.<sup>498</sup> No caso de Júlio Zabatiero, da mesma forma, é possível presumir que a influência religiosa herdada teve relevância em sua escolha profissional. De acordo com o referido pesquisador:

Em 1976 ingressei no bacharelado em teologia da Faculdade Teológica Batista de São Paulo. Como qualquer jovem batista naquele tempo, a vocação para o ministério pastoral ou missionário tinha a supremacia. Sequer pensava na possibilidade na carreira de professor ou teólogo. Como sempre gostei de ler e estudar, no bacharelado não houve mudanças e pouco a pouco fui assumindo a tarefa de ensino como meu ministério. Em meados dos anos 1980 tomei conhecimento da Fraternidade Teológica Latino-Americana e integrei o grupo de pessoas que a reativou no Brasil. Até então, era um teólogo evangélico conservador, embora não levasse muito a sério as polêmicas sobre infalibilidade da Escritura, fidelidade doutrinária e exclusividade da salvação nas igrejas evangélicas. Para mim, a teologia era uma extensão da doutrina e não imaginava que a reflexão teológica pudesse ocorrer em um espaço crítico de liberdade e discernimento. O contato e o trabalho com a FTL-Brasil me permitiram avançar para uma compreensão mais ampla da vocação do povo de Deus. Mediante o diálogo entre a teologia da missão integral e a da libertação, construí minha visão da missão como ação integral do povo de Deus e da natureza da teologia como atividade crítica, interdisciplinar e contextual [...].<sup>499</sup>

Além dessas informações, interessa também auscultar alguns elementos sobre as estruturas de sociabilidade desse reduzido grupo de intelectuais. Nesse sentido vale dar crédito às palavras de Sirinelli:

<sup>497</sup> Disponível em: <http://biblioblogtop50.wordpress.com/featured-blogger-interviews-biblioblogs-com-archive/200609-2/>. Acesso em: 16 set. 2104.

<sup>498</sup> Marcio Redondo, por exemplo, é professor de Teologia desde 1976 e atua como consultor na Edições Vida Nova. Disponível em: [http://www.vidanova.com.br/almeida\\_traducao.asp](http://www.vidanova.com.br/almeida_traducao.asp). Acesso em: 17 set. 2014.

<sup>499</sup> Disponível em: <http://www.novosdialogos.com/artigo.asp?id=1088>. Acesso em: 17 set. 2014.

O meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um “pequeno mundo estreito”, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora. [...] As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das ideias.<sup>500</sup>

Estas palavras de Sirinelli aplicam-se parcialmente aos pesquisados neste trabalho, uma vez que a maior parte deles se aglutina de diferentes maneiras<sup>501</sup> em torno de uma revista acadêmica, a saber: a RIBLA.<sup>502</sup> O “parcialmente” mencionado a pouco refere-se ao fato de que os mecanismos de exclusão são minimizados, uma vez que não são perceptíveis cisões significativas. Há, evidentemente, pequenos enfrentamentos, sobretudo por questões metodológicas, o que será demonstrado a seguir, os quais são absorvidos sem grandes impactos. É possível que a razão para isso se encontre no tamanho reduzido do grupo, sendo que, nessa situação, é preferível evitar cisões.

De uma forma geral, a maior parte desses intelectuais possui vínculos entre si, seja na participação conjunta em projetos de pesquisa, circulação pelos mesmos espaços e eventos acadêmicos e publicação de artigos em uma mesma revista. Além disso, muitos deles estiveram ligados pela relação orientador-orientando.<sup>503</sup> Contudo, apesar dessa convivência harmônica, produziram-se pequenos distanciamentos, motivados, principalmente por questões teórico-metodológicas. Quanto a isso cabe dizer que os pesquisadores com formação na

<sup>500</sup> SIRINELLI, 2003, p. 248-249.

<sup>501</sup> Alguns deles já atuaram como consultores, outros apenas publicam textos. Milton Schwantes, por exemplo, foi coordenador da revista.

<sup>502</sup> *Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana* (ISSN 1018-5763), Qualis B2 (<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/publico/pesquisaPublicaClassificacao.seam>, Acesso em: 10 set. 2014). Para além do fato de ser uma publicação acadêmica, a RIBLA sempre acolheu uma postura confessional, a qual guarda relação com o tema aqui tratado, ou seja, que o estudo acadêmico da Bíblia e também da história antiga de Israel deu-se por mãos de pesquisadores com vinculação religiosa. O viés confessional da referida revista estava dado já em seu primeiro editorial: “[...] A Hermenêutica bíblica é também o campo mais conflitivo: vivemos cheios de rupturas e lutas hermenêuticas. Mas trata-se de uma luta onde, de modo privilegiado, sentimos a presença poderosa do Espírito Santo. Ele tem sido o Mestre junto às comunidades de Base; ele desencadeou a força espiritual dos pobres; com sua luz e força ressoa hoje a Palavra viva de Deus em nossas Igrejas. Os exegetas acadêmicos e os biblistas profissionais tem-se colocado cada vez mais a serviço da interpretação bíblica no meio do povo pobre e crente em Deus. Ali descobriram a capacidade do povo escutar a Palavra e, sobretudo, descobriram o Mestre da Palavra, o Espírito de Jesus que nos conduz à Verdade plena (Jo, 16,13). O povo cristão, a força do Espírito e toda a ciência acumulada pelos biblistas se encontraram num trabalho libertador e fecundo ao serviço da Palavra”. RIBLA, 1988, p. 7.

<sup>503</sup> Milton Schwantes, por exemplo, orientou estudos de pós-graduação de José Ademar Kaefer e Fernando Candido da Silva. Na graduação orientou Haroldo Reimer. Nelson Kilpp, por seu turno, orientou Júlio Zabatiero em seu doutoramento, que, por sua vez, orientou, na graduação, Luiz Rossi. Tais informações estão disponíveis nos currículos lates dos respectivos pesquisadores.

Alemanha se mantiveram arraigados à exegese histórico-crítica,<sup>504</sup> de modo que sua produção acadêmica está mais relacionada com a exegese do Antigo Testamento do que com a pesquisa histórica e arqueológica sobre o Israel antigo.

Percebendo essa inclinação à exegese, parte do grupo restante decidiu voltar-se mais diretamente à História,<sup>505</sup> Isso não necessariamente se caracteriza como uma estratégia de reconversão; pode tratar-se, por sua vez, de uma busca por reconhecimento em outros meios como, por exemplo, a comunidade de historiadores da antiguidade.<sup>506</sup>

Esse grupo voltado à História tem empregado seus conjuntos de capitais (capital intelectual, social, entre outros) na procura por espaços entre os meios comuns aos historiadores. Note-se, por exemplo, o envolvimento de alguns deles em seminários e eventos da ANPUH, bem como a participação na coordenação dos GTs de História Antiga em diferentes estados.<sup>507</sup> Seguramente a busca por esses espaços pode ter motivações distintas que vão desde a intenção em contribuir para o conhecimento até a procura por notoriedade

---

<sup>504</sup> Para maiores informações, Disponível em: MUELLER, E. R. O método histórico-crítico: uma avaliação. In: FEE, G.; STUART, D. *Entendes o que lêes?* São Paulo: Vida Nova, 1984. p. 256-260.

<sup>505</sup> Um marco desse processo é a constituição de um grupo de pesquisa sobre a história cultural de Israel. Veja-se a descrição do grupo: “O Grupo de Pesquisa da história cultural de Israel procura, através da aplicação de um referencial teórico distinto dos mais comumente praticados no campo, oferecer (1) possibilidades de avanço dos nossos conhecimentos sobre o antigo Israel que este novo modelo oferece, tanto do ponto de vista dos conteúdos da história israelita, quanto do ponto de vista da metodologia historiográfica, mediante a incorporação de conceitos heurísticos como etnicidade, identidade, imaginário, representações, circularidade cultural, derivados do amplo campo da ‘história cultural’; e (2) refletir criticamente sobre o crescente número de pesquisas parciais sobre a história de Israel que, de uma forma ou de outra, pertencem ao campo mais amplo dos estudos culturais – e.g., a pesquisa de gênero, estudos sobre a identidade e presença africana em Israel, estudos sobre as imagens e representações da divindade, estudos sobre o corpo e o simbolismo. Estas novas perguntas e perspectivas de pesquisa já começam a exigir uma reflexão mais abrangente sobre a metodologia histórica a ser utilizada, bem como sobre a organização temática e a abrangência de manuais de história de Israel”. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=8054710L2954AW>. Acesso em: 10 mar. 2010. Tal grupo, entretanto, parece ter encerrado suas atividades.

<sup>506</sup> Na verdade essa não é uma estratégia original, pois já foi utilizada por Emanuel Bouzon. O referido pesquisador logrou grande reconhecimento entre os historiadores e, inclusive, chegou a atuar como docente no curso de História da PUCRJ. Bouzon realizou seus estudos de mestrado e doutorado no PIB (Pontifício Instituto Bíblico da Itália). Sua atuação dentro da IES em que trabalhava foi muito mais marcante no departamento de Teologia do que no de História, prova disso vem da comparação da quantidade de orientações de trabalhos nas respectivas áreas, o que pode ser visualizado no currículo lattes de Bouzon. Entre os historiadores, sua atuação foi reconhecida pelo trabalho com a Antiga Mesopotâmia, muito embora seu mestrado e doutorado versassem sobre o antigo Israel.

<sup>507</sup> Júlio Zabatiero foi vice-coordenador do GTHARS, e Márcio Redondo foi coordenador do GTHAPR. Em sua obra *Uma História Cultural de Israel*, Zabatiero agradece pelas contribuições dos colegas do GTHA nesses termos: “Estendo também minha gratidão a diversos colegas, historiadores e historiadoras profissionais que acolheram um amador nas fileiras da Associação Nacional de Professores Universitários de História – em particular amigas e amigos que fiz nas seções estaduais do Paraná e Rio Grande do Sul”. ZABATIERO, 2013, p. 8.

acadêmica e todos os elementos que isso acarreta, como é o caso de novos laços de amizade, os quais podem trazer vantagens variadas.<sup>508</sup>

Por fim, tendo em vista os aspectos analisados, torna-se perceptível nos pesquisadores envolvidos com o Israel antigo uma continuidade de perfil, ou seja, a história dos antigos israelitas, no caso brasileiro, segue sendo tema de estudo de religiosos e/ou ex-religiosos.<sup>509</sup> Essa continuidade pode ser prejudicial ao conhecimento histórico por vários fatores. Para citar um exemplo, deve-se pensar nas limitações que estes pesquisadores enfrentam em virtude de seu engajamento religioso:<sup>510</sup> além da maior parte deles atuarem como sacerdotes, soma-se o fato de que trabalham em instituições com vínculo denominacional; desse modo, até que ponto podem adotar uma postura liberal? Até que ponto podem falar abertamente sobre temas presentes na sociedade veteroisraelita (como o caso da homossexualidade<sup>511</sup>) que, sabidamente, contrastam com a versão “oficial” da história antiga de Israel?

Como bem adverte Simon Schwartz, é preciso analisar os condicionantes sociais dos intelectuais<sup>512</sup>. Nesse sentido, é preciso saber a localização institucional<sup>513</sup> desses agentes, bem como as características da instituição. Em um exemplo nacional, viu-se a reação do bispo Luiz Gonzaga Bergonzini aos docentes da PUC que defendiam abertamente ideias como descriminalização do aborto, eutanásia, legalização da maconha etc. Para Bergonzini, os docentes da PUC devem respeitar a doutrina católica.<sup>514</sup> No tocante especificamente à história

---

<sup>508</sup> Nesse caso veja-se o exemplo de Luiz Rossi, que realizou um pós-doutorado em História Antiga no departamento de História da Unicamp e que, em virtude disso, participou da publicação de um livro em parceria com um historiador dessa instituição. Além disso, o referido pesquisador já publicou artigos na revista acadêmica coordenada por seu orientador de “pós-doc”.

<sup>509</sup> Este é o caso do historiador do grupo: Fernando Candido da Silva. Como visto anteriormente, o referido pesquisador é ex-Testemunha de Jeová.

<sup>510</sup> Em entrevista cedida ao *IHU On-Line*, Milton Schwantes dá um exemplo de seu engajamento de fé: “IHU On-Line – O senhor está num estado delicado de saúde. Como está enfrentando este momento, tendo uma história de vida cheia de fé? Milton Schwantes: Para mim, está tudo bem. Dou risada. E muita. Fiquei com muitas seqüelas, com as quais agora vivo, mas não posso dizer que vida sob as condições de limites e restrições seja vida ruim. É vida boa, porque não canso de receber uma mãozinha, seja para atravessar uma rua ou entrar em um ônibus. Tenho experimentado de muita graça. E descobri muitas pessoas que vivem com limites como os que experimento. Importa que vivamos na alegria da fé em Jesus, na alegria da vida, doada por Deus”. Disponível em: <http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia.asp?> Acesso em: 03 mar. 2009.

<sup>511</sup> Quanto a essa temática, o docente Fernando Candido da Silva faz um trabalho de excelente nível; contudo, é importante lembrar que o referido pesquisador atua em uma universidade pública, logo está, em tese, menos suscetível a pressões. Veja-se, por exemplo, o seguinte artigo: CANDIDO (DA SILVA), F. Homossexualidade na Bíblia Hebraica ou uma historiografia bicha? *Revista Trilhas da História*, v. 1, 2011.

<sup>512</sup> SCHWARTZ, S. Marco analítico para o estudo de intelectuais na América Latina. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/intellat.htm>. Acesso em: 15 set. 2014.

<sup>513</sup> Um exemplo vindo de Israel é bastante esclarecedor nesse sentido. O Prof. Shlomo Sand, docente de História na Universidade de Tel Aviv, apenas sentiu-se seguro para escrever a obra “A invenção do povo judeu” após obter o título de “professor integral” na referida universidade e, com isso, obter estabilidade profissional. A obra de Sand provocou fortes reações dentro e fora de Israel. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xfbq6EIEsAM>. Acesso em: 18 jun. 2016.

<sup>514</sup> Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,professor-da-puc-deve-respeitar-doutrinas-da-igreja-afirma-bispo,847515>. Acesso em: 15 set. 2014.

antiga de Israel, vale recordar do ocorrido com o Prof. Thomas Thompson, que foi demitido da instituição em que atuava pelo fato de que suas teses atacavam o dogma da universidade.<sup>515</sup>

É evidente que a prática da fé constitui-se em uma questão de foro íntimo, a qual, supostamente, não deveria interferir na atuação profissional do pesquisador. Entretanto, essa é uma questão sobre a qual não há como exercer controle; além disso, nem todo investigador pode ter a consciência de saber separar as questões de foro íntimo da sua atuação profissional como o faz, por exemplo, Ernst Axel Knauf:

Na minha vida religiosa (ou seja, privada), uma Bíblia cristã é parte importante da minha própria história que me diz, entre outras coisas, o que estou fazendo quando tomo a Santa Ceia; profissionalmente, eu trabalho com a Bíblia hebraica e a história de Canaã/Israel/Palestina ao longo dos últimos 5000 anos, e minha Bíblia cristã não me diz como processar os meus dados ou que teorias favorecer (e se o fizesse eu não ouviria). (tradução nossa).<sup>516</sup>

Contudo, o engajamento religioso de boa parcela dos pesquisadores do tema em tela, muito bem denunciado por Philip Davies,<sup>517</sup> possibilitou a preservação de um olhar conservador sobre a História em questão.<sup>518</sup> Frente a isso deve-se buscar por maneiras que permitam a ruptura desse quadro. No caso do Brasil, especificamente, a situação é bastante delicada. Ao analisar-se o caso da área de História Antiga percebe-se, de imediato, uma predileção pela Antiguidade Clássica,<sup>519</sup> de modo que os que se envolvem desde cedo com essa temática não necessitam mudar de área ou país para realizarem estudos de pós-graduação; soma-se a isso a abundância de bibliografia em língua portuguesa e uma ampla gama de orientadores.

---

<sup>515</sup> THOMPSON, 1999, p. XV.

<sup>516</sup> Texto original: “In my religious (i.e. private) life, a Christian Bible is an important part of my own history which tells me, among other things, what I am doing when taking Holy Communion; professionally, I deal with the Hebrew Bible and the history of Canaan/Israel/Palestine over the past 5000 years, and my Christian Bible does not tell me how to process my data or which theories to favor (and if it were to do so, I would not listen)”. KNAUF, Ernst Axel. *Against Historiography – In Defence of History*. In: GRABBE, L. L. (Ed.). *Enquire of the Former Age: Ancient Historiography and Writing the History of Israel*. London: T & T Clark, 2011. p. 50.

<sup>517</sup> DAVIES, 1992, p. 44.

<sup>518</sup> É o caso da obra de John Bright, o qual, como visto, valida a intervenção divina na História. Para o referido autor, o Êxodo só foi possível pela intervenção direta de Deus em favor dos israelitas: BRIGHT, 1978, p. 154. Além disso, muitos dos envolvidos com esse tema têm sido, historicamente, defensores das ações do governo de Israel. No tocante a essa questão, veja-se a denúncia de James Crossley sobre o alinhamento de biblistas com o imperialismo, presente na obra: CROSSLEY, J. G. *Jesus in an Age of Terror: Scholarly Projects for a New American Century*. London: Equinox Publishing, 2008.

<sup>519</sup> GUARINELLO, N. L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.

A História Antiga oriental, por sua vez, revela-se repleta de limitações. A falta de brasileiros trabalhando com esse assunto leva ao uso de bibliografias desatualizadas nos cursos de graduação em História;<sup>520</sup> além disso, um possível historiador em formação que se interesse pelo tema terá dificuldades em encontrar um programa de pós-graduação que acolha seu projeto.<sup>521</sup> Nessa realidade insere-se a pesquisa sobre o Israel antigo. No Brasil um historiador envolvido com esse objeto de estudo possui poucas opções: trocar de área<sup>522</sup> ou interromper a carreira acadêmica.

Com isso, nota-se que uma mudança do quadro exposto ocorrerá apenas no longo prazo. Possivelmente, a partir da atualização das bibliografias nos cursos de História, abre-se o caminho para uma interpretação crítica<sup>523</sup> da história de Israel, e, dessa forma, novos historiadores poderão seduzir-se com a referida temática, historiadores que se envolvam com o assunto por opção intelectual e não por conta do perfil “étnico-religioso” demonstrado acima. Assim a história de Israel deixará de ser tão dependente do trabalho de teólogos e arqueólogos.<sup>524</sup> Ter-se-á, então, uma historiografia do Israel antigo, produzida, efetivamente, por historiadores.<sup>525</sup>

<sup>520</sup> Como visto anteriormente, USP, UFF e UFMG ainda utilizam o manual: GARELLI, P.; NIKIPROWETZKY, V. *O Oriente Próximo Asiático*; Impérios mesopotâmicos – Israel. São Paulo: Pioneira, 1982. Embora não tenha sido encontrado nas IES citadas, chama atenção a reedição do seguinte manual: GIORDANI, M. C. *História da Antiguidade Oriental*. Petrópolis: Vozes, 2000 (1969). Com isso supõe-se que, havendo reedição, é porque existe mercado, o que preocupa pelo tom conservador que a citada obra preserva sobre a história antiga de Israel.

<sup>521</sup> De um total de trinta e cinco programas de doutorado em História (de acordo com a Capes: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarArea&identificador=40#>, Acesso em: 10 set. 2014.), existem, atualmente, apenas duas IES que podem acolher estudos desse gênero, a saber: UFRJ/Museu Nacional e USP.

<sup>522</sup> Este é o caso de Fernando da Silva e do autor deste texto. Ambos, por questões de orientação, tiveram que migrar para Ciências da Religião e Teologia respectivamente. Fernando da Silva ainda conseguiu realizar o mestrado em História, sendo forçado a mudar de área apenas no doutorado.

<sup>523</sup> A exemplo de Davies, existem outros teólogos que conseguiram se desvencilhar da interpretação tradicional da história antiga de Israel; isso gerou, de fato, uma interpretação crítica dessa História, como foi possível perceber na análise de algumas obras “minimalistas” citadas no capítulo anterior.

<sup>524</sup> Situação como essa já acontece na Argentina, onde historiadores fora do perfil “étnico-religioso” optaram por trabalhar com o Israel antigo (como os já citados Emanuel Pfoh, Juan Manuel Tebes e Bernardo Gandulla). Cabe dizer que, nesse país, a forte tradição de pesquisas em História Antiga Oriental, presente a mais de cinco décadas, faz com que as bibliografias sobre o tema, utilizadas nos cursos de História, sejam constantemente atualizadas; soma-se a isso a existência de institutos acadêmicos devotados à Antiguidade Oriental, o que gera espaços e possibilidades para novos pesquisadores. Nesse sentido veja-se especialmente a atuação do CEHAO (<http://www.uca.edu.ar/index.php/site/index/es/uca/departamento-de-historia/investigacion/cehao/>, Acesso em: 23 set. 2014) e do IHAO. Disponível em: <http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/antoriental/index.htm>, Acesso em: 23 set. 2014.

<sup>525</sup> Com isso não se almeja dizer que só os historiadores podem, legitimamente, escrever sobre a história de Israel. Entretanto, é preciso que se reconheça que as “histórias de Israel” elaboradas, principalmente, por teólogos não conseguiram abarcar as questões teórico-metodológicas próprias da História. Para uma boa discussão sobre a importância da reflexão teórico-metodológica no processo de escrita da história de Israel, Disponível em: DAVIES, 2015; PFOH, 2013; ZABATIERO, 2013.

Frente ao exposto, é importante salientar que a possível vinculação religiosa dos pesquisadores da história de Israel não significa, por si só, um comprometimento ideológico de sua produção acadêmica. De fato, é preciso reconhecer que existem pesquisas de inegável qualidade produzidas por pesquisadores desse gênero, os quais elaboram seu esforço de investigação com uso de plena honestidade intelectual. Apenas para citar um exemplo, torna-se válido mencionar o estudo de Haroldo Reimer sobre a gênese e estruturação da fé monoteísta: *Inefável e sem forma: estudos sobre o monoteísmo hebraico*. O teor da obra de Reimer é tão instigante a ponto do seu prefaciador declarar:

Meu amigo Haroldo nos põe coisas muito relevantes sobre nossa mesa de trabalho – e sobre o colo, sentados no sofá de casa. Não são questões apenas acadêmicas – também o são! São, no entanto, coisas também muito íntimas nossas. É, de fato, convenhamos, constrangedor ver nossas tripas expostas, assim, tão impudicamente, aos olhos do mundo. E são mesmo nossas, porque em tudo isso – Haroldo há de concordar – é mais de nós do que de “Deus” que se trata. É por isso que não se pode cansar da tarefa – porque não podemos cansar de nós. Em algum lugar de “Deus” está perdida nossa identidade humana. Prometeus modernos, havemos que roubar dele esse nosso fogo, sem esquecer, contudo, que o preço é – ao menos no mito – o devorar lento e diário de seu fígado...que, contudo, sempre se refaz, para um novo dia [...].<sup>526</sup>

A presença de historiadores não religiosos envolvidos com a pesquisa sobre o Israel antigo não significa, evidentemente, a palavra final sobre dita História. Entretanto, é preciso reconhecer que tal empreendimento renderia contribuições importantíssimas para a pesquisa acadêmica especialmente pelo fato de os historiadores partirem de uma plataforma teórico-metodológica distinta da dos teólogos. Para o melhor entendimento de tais palavras, faz-se válido apresentar algumas considerações do Prof. José Ademar Kaefler, o qual afirma:

As descobertas arqueológicas podem causar no meio popular ou até em nós certo mal estar de incertezas diante da Palavra de Deus. Isso é normal, pois temos a Bíblia como referência para a nossa fé e conseqüentemente para o nosso agir. Pode ser que alguém se sinta como se tivesse sido enganado durante toda a sua vida, uma vez que durante os últimos cem anos a interpretação bíblica ensinava outra coisa. Devemos ter em mente que ninguém tem a última palavra quando se trata da pesquisa e interpretação bíblica. Seguramente outras pesquisas e respostas estão por vir e, provavelmente, ainda mais questionadoras que as atuais. A pesquisa bíblica é assim, mexe conosco porque somos pessoas de fé, idealistas que sonham com um mundo mais fraterno e justo, e que têm a Bíblia como uma das grandes referências. Imaginemos o impacto que teve há cem anos, quando os primeiros estudiosos da Bíblia começaram a utilizar a arqueologia e concluíram, por exemplo, que os relatos da criação e do dilúvio narrados no livro do Gênesis foram influenciados pelos mitos do Antigo Oriente, e que Adão e Eva, como tal, nunca existiram. Ou que Moisés não escreveu o Pentateuco, como se presumia até então. São coisas que para nós hoje são

---

<sup>526</sup> REIMER, 2009, p.14.

facilmente aceitas. Presumo que daqui a alguns anos, aquilo que hoje se escreve também o será.<sup>527</sup>

Com base nas palavras do Prof. Kaefer pode-se presumir que o uso de termos tais como “nossa fé” incluem o próprio autor, ou seja, ao mesmo tempo em que a Bíblia lhe é uma fonte de estudo constitui-se também numa “grande referência” para sua vida pessoal. Evidentemente, as convicções religiosas do pesquisador podem não interferir em sua produção. Entretanto, apresenta-se aí um importante contraste com a pesquisa praticada por historiadores. Para o historiador crítico, a Bíblia pode ser uma fonte de pesquisa, mas, em nenhum momento, ela será tomada como “palavra divina”, pelo simples fato de que a História enquanto disciplina concebe que a História é fruto exclusivo da ação humana; sendo assim, nenhuma intervenção divina na vida humana pode ser tomada como variante de explicação histórica.<sup>528</sup> Desse modo, toda explicação que dialogue com o sobrenatural não pertence à História.

Nota-se, assim, a existência de uma importante distinção no modo como os profissionais da Teologia e da História interpretam a fonte bíblica e a própria trajetória de Israel. Em certa medida, o recente debate acerca da história em questão produziu uma profunda reavaliação da informação bíblica, de modo que alguns teólogos temem as consequências desse processo no que concerne à credulidade no texto bíblico. Quanto a este aspecto comentam Moore e Kelle:

Uma questão que parece provável que continue a desempenhar um papel no estudo da Bíblia e do passado de Israel diz respeito à relação entre fé e história. Esta questão centra-se em como a mudança nos pontos de vista da interpretação histórica da Bíblia e das realidades históricas do antigo Israel e Judá colocará em xeque a autoridade da Bíblia, sua inspiração, e sua sacralidade. Se o esquema básico do passado de Israel presente na Bíblia Hebraica/Antigo Testamento acaba por não ser historicamente confiável, põe-se em dúvida o status da Bíblia como sendo inspirada, dotada de autoridade [...] para judeus e cristãos? (tradução nossa).<sup>529</sup>

Tais palavras evidenciam uma das diferenças centrais entre o teólogo e o historiador. A questão, entretanto, não é estabelecer trincheiras opostas, pois é plenamente viável a

<sup>527</sup> KAEFER, J. A. *A Bíblia, a Arqueologia e a História de Israel e Judá*. São Paulo: Paulus, 2015. p. 9.

<sup>528</sup> Mesmo em obras recentes permanece a noção da intervenção divina na trajetória histórica de Israel, como o caso do trabalho de KESSLER, 2009.

<sup>529</sup> Texto original: “One question that seems likely to continue to play a role in the study of the Bible and Israel’s past concerns the relationship between faith and history. This question centers on how, if at all, the changing views of the historical interpretation of the Bible and the historical realities of ancient Israel and Judah bear upon understandings of the Bible’s authority, inspiration, and sacredness. If the HB/OT’s basic outline of Israel’s past turns out not to be historically reliable, does that call into question the Bible’s status as an inspired, authoritative, and normative canon for Jews and Christians?” MOORE, KELLE, 2011, p. 468-469.

cooperação entre as áreas citadas. O importante a se perceber é que a escrita da História deve obedecer a certos critérios, os quais, muitas vezes, não são incorporados pelos exegetas que se lançam a estudar a história antiga de Israel. De tal maneira, a exegese bíblica produziu “histórias de Israel” em pleno desacordo com a pesquisa propriamente histórica; note-se, por exemplo, a ênfase nos grandes heróis bíblicos,<sup>530</sup> ou a dependência extrema de um único documento oficial (Bíblia), algo típico do paradigma positivista, o qual foi rejeitado há muito tempo pelos historiadores.

Não obstante, a parte majoritária da historiografia sobre o Israel antigo privilegiou a percepção êmica em detrimento da percepção ética. Tais categorias (êmico e ético) são mais recorrentes na pesquisa antropológica; contudo, em anos recentes passaram a incorporar o *roll* de ferramentas teóricas da pesquisa bíblica.<sup>531</sup> Em uma descrição superficial, pode-se dizer que o discurso êmico reflete uma percepção interna, ao passo que o ético reflete a percepção externa. Neste sentido, para Philip Davies, a teologia cristã produziu um discurso êmico sobre o antigo Israel, pois parte de convicções prévias que dificultam uma análise crítica do texto. Mesmo os exegetas mais progressistas partilham a percepção de que o texto bíblico comporta uma essência divina. Com isso, é preciso considerar que:

Davies, por exemplo, acredita que o estudo com base na convicção teológica ou 'credulidade' não tem lugar na academia. A razão para isso, de acordo com Davies, é que essa abordagem é 'êmica' e que, apesar de ter uma coerência lógica interna, é, em última análise incapaz de discorrer de forma construtiva com outras comunidades além da comunidade de fiéis.[...] Por outro lado, as abordagens éticas são “comuns” (para todos?) e não necessitam de qualquer tipo de crença, exceto na utilização de regras universalmente acordadas, como as provas e argumentos para que possamos realmente persuadir uns aos outros. (tradução nossa).<sup>532</sup>

Com base nessas palavras, a tensão entre êmico e ético também envolve uma disputa entre subjetividade e objetividade. Esse conflito, em alguns países, gerou uma ruptura entre a teologia e os chamados “estudos bíblicos” (*biblical studies*), uma vez que este último adotou

---

<sup>530</sup> Como já visto, a obra de Metzger pode ser um bom exemplo dessa situação. Disponível em: METZGER, 1981. p. 61.

<sup>531</sup> Para uma boa discussão sobre o perfil êmico e ético na pesquisa bíblica, Disponível em: PFOH, 2009, p. 61.

<sup>532</sup> Disponível em: [https://www.ibr-bbr.org/files/pdf/wu\\_dan\\_emics\\_and\\_etics.pdf](https://www.ibr-bbr.org/files/pdf/wu_dan_emics_and_etics.pdf). Acesso em: 16 set. 2104. Texto original: “Davies, for example, believes that study based on theological conviction or ‘faithism’ has no place in the academy. The reason for this, according to Davies, is that such an approach is an ‘emic’ one that, while having an internal logical coherence, is ultimately unable to discourse constructively with communities other than itself. [...] On the other hand, etic approaches are ‘common’ (to all?) and ‘do not require any kind of belief, except in the usefulness of universally agreed rules of evidence and argument so that we can genuinely seek to persuade or entertain each other’”.

uma postura secularizante.<sup>533</sup> Em tese, no Brasil, tal distinção também existe representada pelas áreas de Teologia e Ciências da Religião, considerando inclusive que esta última recebeu abrigo dentro de universidades públicas.<sup>534</sup> De qualquer forma, apesar de a proposição de Davies talvez ser exagerada, ou seja, negar ao discurso êmico seu espaço na academia, é preciso reconhecer que a percepção ética sobre Israel ainda é incipiente e precisa ser fomentada, inclusive para fortalecer o debate pertinente à história da sociedade veteroisraelita.

Em suma, é inegável que o atual avanço das pesquisas arqueológicas no Oriente Médio possibilitou uma revisão profunda da história antiga de Israel vigente até décadas recentes.<sup>535</sup> Tal situação expõe uma história despedaçada, uma vez que o paradigma tradicional, calcado no Antigo Testamento, foi rompido.<sup>536</sup> A história de Israel que está por ser reescrita necessariamente precisará de um esforço interdisciplinar de pesquisa, entretanto, especificamente quanto ao diálogo entre Teologia e História a agenda para os próximos anos tenderá a dar-se nesses termos:

A questão fundamental reside em decidir o que queremos fazer com os textos bíblicos: história ou teologia? Nós não podemos ter ambos com a mesma metodologia. [...] Como um princípio absoluto, as disciplinas de história e teologia devem ser separadas, cada uma com seus próprios métodos e resultados, cada uma com sua própria verdade ao ler a Bíblia. Caso ocorra um diálogo entre as disciplinas, deve ser somente após os resultados históricos e teológicos terem sido atingidos separadamente. Nesta separação reside o futuro de uma história secular de Israel na antiga Palestina. (tradução nossa).<sup>537</sup>

<sup>533</sup> Mais informações em THOMPSON, T. L. *The Mythic Past: Biblical Archaeology and the Myth of Israel*. New York: Basic Books, 1999. p. 385. Veja-se também JSOTSup 204: 1995.

<sup>534</sup> ZABATIERO, J. P. T. Teologia e Ciências da Religião. In: SILVEIRA, R. A. T. da; GHIRALDELLI JR., P. (Org.). *Humanidades*. Rio de Janeiro: DP & A Editora/Edunisc, 2004.

<sup>535</sup> Um exemplo dessa situação é a importância atribuída atualmente ao reino do Norte de Israel. Disponível em: FINKELSTEIN, I. *The Forgotten Kingdom: The Archaeology and History of Northern Israel*, Ancient Near East Monographs 5 (Atlanta: Society of Biblical Literature), 2013.

<sup>536</sup> A esse respeito veja-se o trabalho de Airton José da Silva: DA SILVA, A. J. *Pode uma 'História de Israel' ser escrita?* Observando o debate atual sobre a História de Israel. Disponível em: <http://www.airtonjo.com>. Acesso em: 18 jan. 2013.

<sup>537</sup> Texto original: “The fundamental question lies in deciding what we want to do with biblical texts: history or theology? We cannot have both with the same methodology. [...] As an absolute principle, the disciplines of history and theology should be separated, each with its own methods and results, each with its own truth when reading the Bible. Should any dialogue between the disciplines occur, it must be only after historical and theological results have been achieved separately. In this separation lies the future of a secular history of Israel in ancient Palestine”. PFOH, 2009, p. 67-68.

## 5 A HISTÓRIA ANTIGA DE ISRAEL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

### 5.1 O ensino fundamental e médio no Brasil

Da mesma forma como discorremos sobre a estrutura universitária brasileira para poder compreender o contexto em que se formam os profissionais que atuam em sala de aula, é necessário, por hora, apresentar algumas breves informações sobre a trajetória da educação básica no país, pois durante esses anos de escolarização o alunado toma contato com o ensino da História Antiga, incluindo-se aí, evidentemente, a história antiga de Israel.

Historicamente, a educação em solo nacional esteve sob o cuidado inicial do capital privado, o qual ainda possui grande relevância no cenário educacional brasileiro. No período colonial, as escolas estiveram sob os cuidados dos jesuítas, até sua expulsão em 1759, o que abriu caminho para que algumas municipalidades exercessem certo controle sobre as escolas mantidas pelos padres da Companhia de Jesus.<sup>538</sup> Uma precária e limitada iniciativa pública para a oferta da educação, segundo Castro, só foi visível a partir do Marquês de Pombal.

Apenas no século XIX, precisamente em 1854, é que o ensino tornou-se atividade obrigatória no Brasil. Entretanto, não foi perceptível um grande esforço do Estado para difundir a educação em solo nacional. Uma preocupação mais nítida do Estado para com a educação só foi notória a partir do século XX. Nesse sentido, “[...] foi a Constituição de 1934 a primeira a determinar a obrigatoriedade do ensino primário ou fundamental, com a duração de 4 (quatro) anos.”<sup>539</sup> Ao longo do século XX e primórdios do XXI, sucessivas alterações legislativas impactaram a estrutura educacional do país, especialmente no que concerne ao tempo de duração do ensino obrigatório. Atualmente:

O Conselho Nacional de Educação (CNE), cumprindo as suas funções normativas, tem elaborado Diretrizes e orientações que devem ser observadas pelos sistemas de ensino para a reorganização do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Os sistemas de ensino e as escolas não poderão apenas adaptar seu currículo à nova realidade, pois não se trata de incorporar, no primeiro ano de escolaridade, o currículo da Pré-Escola, nem de trabalhar com as crianças de 6 (seis) anos os conteúdos que eram desenvolvidos com as crianças de 7 (sete) anos. Trata-se, portanto, de criar um novo

---

<sup>538</sup> CASTRO, M. L. O. *Brasil e Argentina: estudo comparativo das respectivas leis gerais sobre educação*. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, textos para discussão nº 32, jun. 2007. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70482/texto%2032%20-%20Marcelo%20L.%20Ottoni%20de%20Castro.pdf?sequence=2>. Acesso em: 27 abr. 2016.

<sup>539</sup> *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 108.

currículo e de um novo projeto político-pedagógico para o Ensino Fundamental que abranja os 9 anos de escolarização, incluindo as crianças de 6 anos.<sup>540</sup>

Na década de 1990, o ensino fundamental foi especialmente afetado com a criação do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), o qual vigorou de 1997 a 2006, permitindo então a criação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Tal ação, mesmo que insuficiente frente ao quadro crítico da educação básica nacional, revela uma maior e mais dedicada atenção do Estado com a educação pública. Quanto ao Fundeb, cabe dizer que:

A estratégia é distribuir os recursos pelo país, levando em consideração o desenvolvimento social e econômico das regiões — a complementação do dinheiro aplicado pela União é direcionada às regiões nas quais o investimento por aluno seja inferior ao valor mínimo fixado para cada ano. Ou seja, o Fundeb tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação. A destinação dos investimentos é feita de acordo com o número de alunos da educação básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do programa são feitos em escalas federal, estadual e municipal por conselhos criados especificamente para esse fim.<sup>541</sup>

Diferentemente do ensino fundamental, o ensino médio tem uma história muito mais recente na trajetória educacional do país. Sua regulamentação e organização remontam as primeiras décadas do século XX, sendo que nesse contexto o então chamado “ensino secundário” tratava-se de “uma educação voltada para as elites e setores emergentes da classe média, pois foi concebida para conduzir seus estudantes para o ingresso nos cursos superiores”.<sup>542</sup> Foi somente com a LDB, em 1996, que o ensino médio foi concebido como a etapa final da educação básica. “A LDB define como finalidades do Ensino Médio a preparação para a continuidade dos estudos, a preparação básica para o trabalho e o exercício da cidadania”,<sup>543</sup> além de determinar, entre outras coisas, uma base nacional comum. Em 16 de fevereiro de 2017, porém, foi sancionada uma polêmica reforma do ensino médio que, em tese, passará a vigorar apenas a partir de 2019.<sup>544</sup> Em todo caso, o texto da referida reforma

<sup>540</sup> *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*, 2013, p. 109.

<sup>541</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/fundeb>. Acesso em: 26 abr. 2016.

<sup>542</sup> *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*, 2013, p. 153.

<sup>543</sup> *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*, 2013, p. 154.

<sup>544</sup> Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-02/temer-sanciona-lei-que-estabelece-reforma-do-ensino-medio>. Acesso em: 16 fev 2017.

contém pontos obscuros sobre a obrigatoriedade do ensino de História, que, ao que parece, será facultativo a alunos e alunas.<sup>545</sup>

Embora haja orientação expressa para a definição de um currículo comum para todo o país, o que se observa, na realidade, é uma repetição dos conteúdos abordados durante o ensino fundamental, sobretudo, no tocante a determinadas disciplinas, como é o caso da História. Ocorre que:

Esta prática de repetição é fruto de um momento específico da história da escolarização brasileira, quando o antigo ginásio era para a grande maioria da população o ponto final dos estudos, enquanto o colegial estava restrito aos poucos que teriam chance de prestar vestibular. Assim a História Antiga retornaria no 1º ano do Ensino Médio, mas muito mais compactada na ânsia de se completar a corrida “das cavernas ao terceiro milênio”.<sup>546</sup>

A lógica da repetição de conteúdos, tão presente na realidade educacional brasileira, acabou afetando consideravelmente o estudo da história antiga de Israel. Quanto a isso, cabe dizer que o estudo deste tema na educação básica guarda relação com uma concepção de currículo datada do período do império: a “História Sagrada”. Nesse sentido, Circe Bittencourt aponta que em 1827 os parlamentares brasileiros definiram uma proposta curricular que colocava a História como uma espécie de disciplina auxiliar do ensino religioso: “Os programas curriculares propostos pelos legisladores de 1827 determinavam que, além dos professores ensinarem a leitura, escrita e rudimentos de aritmética, deveriam preocupar-se em fornecer elementos de moral religiosa [...]”.<sup>547</sup>

A “História Sagrada”, evidentemente, consolidou-se no país em um período de grande influência política por parte da Igreja Católica, contudo, mesmo no período republicano sua presença foi notável. Tal situação aponta que a prática da repetição de conteúdos foi uma constante na vida educacional brasileira. Desse modo, é importante notar que determinadas obras de “História Sagrada” usadas no começo do século XIX (1820) permaneciam figurando entre os livros escolares mais vendidos no final do mesmo século.<sup>548</sup>

No que concerne especificamente à história antiga de Israel, cabe dizer que:

---

<sup>545</sup> Nesse sentido veja-se o manifesto da ANPUH pela obrigatoriedade do ensino de História no Ensino Médio. Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/4017-carta-aberta-pela-obrigatoriedade-da-historia-no-ensino-medio>. Acesso em: 16 fev 2017.

<sup>546</sup> BARNABÉ, Luís Ernesto. De olho no presente: História Antiga e livros didáticos no século XXI. *Opsis*, v. 14, p. 128, 2014.

<sup>547</sup> BITTENCOURT, Circe. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à profana. *Revista Brasileira de História*, v. 13, n. 25/26, p. 195, 1993.

<sup>548</sup> BITTENCOURT, 1993, p. 201.

A História Sagrada teve seus acontecimentos construídos segundo uma “espécie de trilogia”. Primeiramente uma longa preparação que se inicia com os patriarcas, seguindo-se os tortuosos eventos do êxodo até a instalação do povo de Deus na Terra Santa, a experiência monárquica em que se destacaram David e Salomão, a queda de Jerusalém e os profetas anunciadores do Messias. A segunda parte dessa História é a vida de Jesus Cristo, quando a História Sagrada revela “seu sentido” e a terceira parte corresponde a uma História da Igreja que “*existirá até o fim dos séculos*”.<sup>549</sup>

Feitas tais considerações, é possível partir para uma análise dos livros didáticos e dos currículos utilizados na educação básica.

## 5.2 Livros didáticos e o ensino de História Antiga

Sempre que se trabalha com a análise de conteúdos nos livros didáticos, há uma forte tendência a crítica desses materiais por conta das imprecisões, desatualizações e simplificações que cometem.<sup>550</sup> Ademais, há a advertência de que o livro didático não deve ser jamais a única referência para o estudo de determinado tema em sala de aula<sup>551</sup>. Entretanto, na precária realidade educacional brasileira, é fácil supor que os textos didáticos são maciçamente utilizados, sobretudo, em um contexto no qual nem sempre o docente de determinada disciplina possui formação para ministrá-la. Prova disso são as ações do governo federal, como o caso do Parfor,<sup>552</sup> no intuito de oferecer formação específica para o ensino de determinado componente curricular.

De modo geral, espera-se que o livro didático seja capaz de transmitir para o aluno, em linguagem compatível com sua idade, os conhecimentos produzidos na academia. Entretanto, como se verá adiante, é ingenuidade supor que exista uma sincronia entre o conhecimento acadêmico e o escolar, até mesmo porque ambos possuem características absolutamente

<sup>549</sup> BITTENCOURT, 1993, p. 162.

<sup>550</sup> GONÇALVES, A. T. M.; SILVA, G. V. Algumas Reflexões sobre os Conteúdos de História Antiga nos Livros Didáticos Brasileiros. *História & Ensino* (UEL), Londrina, v. 7, p. 123-142, 2001.

<sup>551</sup> PEREIRA, N. M.; GIACOMONI, M. P. *Possíveis Passados: representações da Idade Média no ensino de História*. Porto Alegre: Zouk, 2008.

<sup>552</sup> Trata-se do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, cujo objetivo é oferecer cursos como: “**Licenciatura** – para docentes ou tradutor intérprete de Libras em exercício na rede pública de educação básica que não tenham formação superior ou que mesmo tendo essa formação se disponham a realizar curso de licenciatura na etapa/disciplina em que atua em sala de aula; **Segunda licenciatura** – para docentes que estejam em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica e que atuem em área distinta da sua formação inicial, ou para profissionais que atuam como tradutor intérprete de Libras; **Formação pedagógica** – para docentes graduados não licenciados que se encontram no exercício da docência ou que atuem como tradutor intérprete de Libras na rede pública da educação básica”. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/7382-pre-inscricoes-para-47-mil-vagas-em-cursos-de-licenciatura-seguem-ate-sexta-feira>. Acesso em: 25 jan. 2016.

distintas.<sup>553</sup> De qualquer modo, a reflexão crítica sobre os conhecimentos abordados em sala de aula é extremamente necessária, sobretudo, pelo fato de que existe uma “cultura escolar” na qual “[...] o que está escrito nos textos e dito pelo professor é considerado, evidentemente, como tendo estatuto de verdade objetiva”; não obstante, os pais e/ou responsáveis pelos alunos reconhecem que “a escola possui o *status* de ser a instituição que transmite os conteúdos da pesquisa científica”.<sup>554</sup> Nesse sentido, as próprias *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica* declaram:

Os conhecimentos escolares podem ser compreendidos como o conjunto de conhecimentos que a escola seleciona e transforma, no sentido de torná-los passíveis de serem ensinados, ao mesmo tempo em que servem de elementos para a formação ética, estética e política do aluno. As instâncias que mantêm, organizam, orientam e oferecem recursos à escola, como o próprio Ministério da Educação, as Secretarias de Educação, os Conselhos de Educação, assim como os autores de materiais e livros didáticos, transformam o conhecimento acadêmico, segmentando-o de acordo com os anos de escolaridade, ordenando-o em unidades e tópicos e buscam ainda ilustrá-lo e formulá-lo em questões para muitas das quais já se tem respostas. Esse processo em que o conhecimento de diferentes áreas sofre mudanças, transformando-se em conhecimento escolar, tem sido chamado de *transposição didática*.<sup>555</sup>

Os livros didáticos, por mais críticas que possam receber, são objetos constantes no dia a dia do aluno no ensino fundamental e médio. Por conta de sua importância, governos de diversos países dedicam-se à análise desse material, como acontece no caso brasileiro. Em anos recentes, o Brasil tem trabalhado com o chamado PNLD (Plano Nacional do Livro Didático), embora mecanismos de análise desses materiais existam em solo nacional desde as primeiras décadas do século XX:

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira e iniciou-se, com outra denominação, em 1929. Ao longo desses 80 anos, o programa foi aperfeiçoado e teve diferentes nomes e formas de execução. Atualmente, o PNLD é voltado à educação básica brasileira, tendo como única exceção os alunos da educação infantil.<sup>556</sup>

---

<sup>553</sup> BARNABÉ, L. E. História antiga e livros didáticos no século XXI: inovações e permanências. *Alétheia*, Goiânia, v. 9/2, p. 31, 2014.

<sup>554</sup> PEREIRA, GIACOMONI, 2008, p. 78.

<sup>555</sup> *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*, 2013, p. 112.

<sup>556</sup> Disponível em: <http://www.fn.de.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>. Acesso em: 25 jan. 2016.

A existência de um controle estatal sobre os manuais usados em sala de aula revela o caráter de instrumento político que este material pode ter, uma vez que as intervenções governamentais podem decidir a quem dar voz e a quem silenciar. Para citar um exemplo internacional, cabe dizer que a professora Nurit Peled-Elhanan, docente na Universidade Hebraica de Jerusalém, demonstrou por meio de sua obra “*Palestine in Israeli Schoolbooks*”<sup>557</sup> como há uma descrição absolutamente negativa dos palestinos nos manuais didáticos usados em Israel, o que, certamente, não contribui para o processo de paz na região. Evidentemente, obras com esse teor acabam recebendo a chancela estatal, em especial, quando a ultradireita israelense está no comando do ministério da educação.<sup>558</sup>

Como bem apontam Luciana de Campos e Johnni Langer, as análises sobre os livros didáticos são as mais diversas possíveis. Há quem defenda e quem condene seu uso em sala de aula.<sup>559</sup> Em todo caso, é preciso reconhecer que:

Os alunos cobram a existência de um manual, os pais dos alunos demandam um roteiro de estudo para os filhos, e os professores, com baixos salários, e com muitos alunos e aulas a serem ministradas; submetem-se, muitas vezes por força das circunstâncias, ao conteúdo pronto e condensado nos livros didáticos. Muitos professores ainda se preocupam em procurar novas informações e novos exercícios para melhorarem suas aulas, mas para tanto costuma se valer de outros livros didáticos, o que acaba instituindo um círculo vicioso difícil de ser rompido.<sup>560</sup>

No tocante especificamente ao ensino de História Antiga, os manuais didáticos apresentam grande carência, por uma variada série de motivos. Dentre eles, destaca-se o baixo número de profissionais dedicados a esse campo no âmbito universitário, especialmente no que se refere à História Antiga oriental, o que, conseqüentemente, acaba se refletindo nos conteúdos pertinentes ao tema no ensino médio e fundamental.<sup>561</sup> Além disso, os livros didáticos precisam atender a determinadas regras de mercado, “os autores respondem a demandas que exigem determinados padrões gráficos, tamanho e densidade dos textos [...]”<sup>562</sup> o que acaba dificultando uma análise mais adequada de milênios de história.

---

<sup>557</sup> PELED-ELHANAN, N. *Palestine in Israeli Schoolbooks: Ideology and Propaganda in Education*. London: I.B. Tauris, 2012.

<sup>558</sup> Note-se, por exemplo, as polêmicas envolvendo o Ministro da Educação Naftali Bennett: <http://www.timesofisrael.com/top-education-official-quits-after-bennett-nixes-racism-study/>. Acesso em: 24 mar. 2016.

<sup>559</sup> CAMPOS, L.; LANGER, J. A História antiga e medieval nos livros didáticos: Uma avaliação geral. *História e-História*, v. 4/5/07, 2007. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=43>. Acesso em: 23 fev 2016.

<sup>560</sup> GONÇALVES, SILVA, 2001, p. 139.

<sup>561</sup> SILVA, S. C. Aspectos do Ensino de História Antiga no Brasil: algumas observações. *Alétheia*, Goiânia, v. 1, p. 148, 2010.

<sup>562</sup> PEREIRA, GIACOMONI, 2008, p. 109.

Costumeiramente, a abordagem das sociedades antigas reproduz certos juízos de valor que acabam sendo prejudiciais a interpretação do processo histórico. Nesse sentido, Langer e Campos apontam para a existência do binômio civilização *versus* barbárie presente em algumas obras:

Uma das grandes dificuldades com que os autores de LDs parecem se deparar no momento da elaboração das suas obras é o tema da figura do *outro*, da alteridade e dos conflitos culturais na história antiga e medieval. Muitas vezes, o resultado acaba sendo a perpetuação do binômio civilização *versus* barbárie, típica dos filmes épicos dos anos 1950-1960 e que perpassa muitos imaginários artísticos, nacionalistas e sociais do Ocidente desde o século XVIII. Um exemplo frequente nos manuais é a perseguição dos cristãos pelos romanos, muitas vezes elaborando um referencial destes últimos como sádicos, mas omitindo os diversos atos de violência dos cristãos contra pagãos durante os séculos IV e V d.C.; ou a fuga dos hebreus do Egito, habitado por povos opressores e megalomaniacos. Na realidade o tema dos conflitos, especialmente religiosos, não é um assunto fácil de ser abordado devido a suas implicações éticas e sociais refletidas no mundo contemporâneo, tanto pelos referenciais pessoais dos autores de LDs quanto dos alunos e professores. É muito simplista cairmos em representações como a dos cristãos e judeus quase sempre tratados como vítimas de outros povos e religiosidades, mas muito mais difícil é fazer os alunos compreenderem o processo de construção destas imagens e discursos, ou seja, o entendimento das fontes e do próprio conhecimento histórico. Carlo Ginzburg nos concede um exemplo formidável: uma das imagens estereotipadas que motivou algumas das perseguições aos judeus na Idade Média, a de que seriam membros de uma terrível seita que cometia incestos, canibalismos e infanticídios, anteriormente também haviam sido atribuídas aos primeiros cristãos por parte das comunidades judaicas. Assim, um mesmo estereótipo (ou imaginário detratador, neste caso) foi utilizado em diferentes contextos sincrônicos, geográficos e sociais.<sup>563</sup>

Outro equívoco comum é análise isolada das sociedades antigas sem que se estabeleçam relações entre os fatos ocorridos simultaneamente. Nesse sentido, como bem apontam Gonçalves e Silva, há uma preocupação maior em comparar as sociedades antigas com a sociedade contemporânea:

Ao se relatar as experiências do passado, são pouquíssimos os livros didáticos nos quais se atenta para o fato de que muitos dos fatos narrados nas diversas civilizações apresentadas, ocorreram de forma simultânea. O mais recorrente é que se abram capítulos para cada uma das civilizações. Por exemplo, surgimento, desenvolvimento e crise da civilização egípcia; surgimento, desenvolvimento e crise da civilização mesopotâmica; surgimento, desenvolvimento e crise da civilização grega; surgimento, desenvolvimento e crise da civilização romana. Como se estas sociedades não tivessem interagido entre si. São postas como blocos estanques e nem nos exercícios propostos se tenta incentivar o estudante a compará-las. Há muito mais a preocupação em compará-las com mundo contemporâneo do que compará-las entre si.<sup>564</sup>

<sup>563</sup> CAMPOS, LANGER, 2007.

<sup>564</sup> GONÇALVES, SILVA, 2001, p. 134.

Tais problemas no estudo da História Antiga podem ocasionar uma série de danos no entendimento do processo histórico. Em vez de levar à compreensão do passado, esses problemas podem conduzir o alunado a um julgamento valorativo dos agentes históricos. Tal julgamento pode desembocar na concepção de um evolucionismo histórico, no qual as sociedades antigas são vistas como subdesenvolvidas, e o presente se torna o referencial para julgar os acontecimentos pretéritos. Nesse sentido, “o presente aparece ao jovem estudante como melhor do que o passado, daí a necessidade de sempre ver o mais recente como melhor [...]”.<sup>565</sup>

Embora a análise específica da história antiga de Israel ocorra logo a seguir, o que se pode dizer de sua presença nos livros didáticos é que permanece a predominância do “Israel bíblico”. Nesse sentido, observa-se uma permanência da história tradicional da sociedade veteroisraelita presente na narrativa do Antigo Testamento o que revela a total falta de atualização destes materiais se comparados, obviamente, com os avanços obtidos por meio da pesquisa arqueológica contemporânea<sup>566</sup>. Entretanto, como veremos adiante, é possível que essa permanência de uma história bíblica guarde mais relação com exigências e características do mercado editorial do que propriamente com a falta de informações atualizadas sobre o assunto.

A abordagem da história antiga de Israel nos livros didáticos atuais comporta uma concepção de história praticada no país em tempos bastante remotos. De acordo com Luis Ernesto Barnabé:

Na cultura escolar, a escravidão no Egito Antigo integra um arcabouço maior, a história do povo hebreu somada à história do cristianismo remete a uma prática comum nos primórdios do Ensino de História: a História Sagrada. Em 1827, a proposta debatida na Assembleia dos Deputados previa o ensino de história subdividido entre História Geral Profana, História Sagrada e História do Império do Brasil [...] e com o fortalecimento das ideias republicanas e o posterior Estado Republicano, a História Sagrada enquanto componente curricular gradativamente desaparece das escolas públicas, embora permaneça nas escolas confessionais. Todavia, seu conteúdo pode ainda ser visto inserido nos programas curriculares atuais, o que demonstra que houve um processo de reacomodação. Na História Sagrada se seguia uma trilogia: a) dos patriarcas, passando pelo Êxodo e a instalação do povo na terra prometida, a experiência monárquica e a queda de Jerusalém e os profetas, b) a vida de Jesus Cristo – quando se revela o seu sentido, e c) a História da Igreja que persistirá ao longo dos séculos. (BITTENCOURT, 2008, p. 100;115)<sup>567</sup>

<sup>565</sup> PEREIRA, GIACOMONI, 2008, p. 79.

<sup>566</sup> Como muito bem demonstrado, por exemplo, nas já mencionadas obras de Finkelstein: FINKELSTEIN, SILBERMAN, 2003; FINKELSTEIN, MAZAR, 2007; FINKELSTEIN, 2015.

<sup>567</sup> ALÉTHEIA, 2014, p. 35-36.

Embora os problemas de interpretação sejam facilmente detectáveis nos textos didáticos, a correção desses equívocos não parece ser tão simples. Sabe-se que a carência de pesquisadores em História Antiga no país (em especial de História Antiga oriental) contribui para um estudo também carente deste tema na educação básica. Como visto ao longo desta tese, há uma precária formação do futuro corpo docente na realidade universitária nacional, uma vez que parte significativa da oferta da graduação em História (35%) recai sob pequenas instituições nas quais o corpo discente é formado sem nunca ter tido contato com um docente/pesquisador de História Antiga, porém, mesmo no caso de grandes e renomadas instituições como a UFRJ, os futuros professores passam pela graduação sem ter cursado nenhuma disciplina obrigatória acerca da História Antiga oriental.

Frente a esse cenário, Gonçalves e Silva sugerem que a atualização dos conteúdos pertinentes a História Antiga passa tanto pela presença de antiquistas nas equipes elaboradoras dos livros didáticos bem como pela formação de mais profissionais especialistas na área<sup>568</sup>. Entretanto, é preciso relativizar tal convicção, uma vez que cada docente/pesquisador possui uma área específica à qual se dedica, de modo que um brilhante especialista em história da Grécia antiga, por exemplo, tenha enormes dificuldades de discorrer com maestria sobre o passado dos antigos fenícios. De fato, alguns livros didáticos contemporâneos contaram com a colaboração de antiquistas; contudo, isso não foi suficiente para alterar o cenário catastrófico da abordagem sobre a história antiga de Israel.<sup>569</sup>

Dito isso, é preciso considerar que uma atualização dos materiais didáticos não consiste em um processo simples por uma série de motivos. Uma obra revolucionária, por exemplo, poderia encontrar resistência da opinião pública, dos alunos, da família dos mesmos e até dos docentes que, em certa medida, estão acostumados com um determinado modo de trabalhar o conteúdo.<sup>570</sup> Além disso, é importante perceber que:

[...] o conhecimento acerca da Antiguidade não está (e nunca estará!) pronto e acabado, suas atualizações e reformulações não alcançam imediatamente a sociedade e os livros didáticos apenas por iniciativa da academia. As práticas e representações acerca deste passado permanecem, e seus usos rumam à

<sup>568</sup> GONÇALVES, SILVA, 2001, p. 138.

<sup>569</sup> O Livro Didático “Projeto Araribá Plus”, por exemplo, contou com a colaboração do egiptólogo Julio Gralha (UFF), porém, em contato com o referido docente fomos informados que a redação ou revisão do capítulo sobre a história antiga de Israel não contou com sua participação. Da mesma forma, a obra “História, Sociedade e Cidadania”, que inclusive figura como a campeã de vendas de acordo com o PNLD 2015 (Ensino Médio), contou com a colaboração de um especialista em história antiga (Prof. Dr. Fábio Joly da UFOP), contudo, apresenta inúmeras informações desatualizadas e equivocadas acerca dos antigos israelitas.

<sup>570</sup> OPSIS, 2014, p. 116.

naturalização e ao senso comum; e torna-se importante perceber como este passado circula, foi e continua sendo utilizado, ressignificado, reapropriado.<sup>571</sup>

Outra questão importante reside no fato de que a história de Israel está associada com a crença religiosa de muitos brasileiros, de modo que uma abordagem crítica de tal história pode facilmente ser confundida com um ataque à própria fé. Ademais, o país passa por um processo de turbulência política no qual setores conservadores da sociedade têm constantemente denunciado o ensino de história como doutrinação ideológica<sup>572</sup>. No ano de 2015, foi apresentado na Câmara dos deputados o Projeto de Lei 867, que, entre outras coisas, institui o “Programa Escola sem Partido”, o qual, se aprovado, trará sérias consequências para o exercício da atividade docente. Note-se que o referido projeto afirma:

Art. 3º. São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes.<sup>573</sup>

Imagine nesse contexto uma proposta de diminuir o papel da Bíblia como fonte histórica, que tipo de reações poderiam ser esperadas da comunidade escolar? É preciso dedicar extrema atenção ao texto do referido projeto de lei: o que poderia ser considerado “conflito com as convicções religiosas”? Teríamos uma judicialização do ensino da história antiga de Israel?

No próprio ambiente universitário nacional, preparado e qualificado, a proposta de uma revisão crítica da história antiga de Israel é vista como algo bombástico. Nesse sentido afirmou o renomado orientalista brasileiro Ciro Flamarion Cardoso ao prefaciar a obra “Um outro mundo antigo” e ao referir-se aos estudos sobre o Israel antigo declarou:

Uma das renovações de perspectiva proposta poderia eventualmente, em certos ambientes, vir a ter efeito análogo ao de uma bomba de vários megatons. Refiro-me

<sup>571</sup> OPSIS, 2014, p.122.

<sup>572</sup> Quanto a esse aspecto cabe salientar que já há ações do Ministério Público Federal para investigar o viés ideológico de determinadas publicações didáticas: “Um inquérito instaurado pelo Ministério Público Federal de Mato Grosso vai fiscalizar obras educativas adotadas no âmbito no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do Ministério da Educação (MEC). A ação do MPF foi motivada após questionamentos sobre o possível viés ideológico de determinados títulos que integram, principalmente, o currículo de disciplinas da área de ciências humanas, como História e de Geografia. Em 29 de fevereiro, em reportagem intitulada ‘É ético usar a sala de aula pra ‘fazer a cabeça’ dos nossos alunos?’, publicada no *site* da revista ‘Época’, o cientista político e professor do Insper, Fernando Schuller, concluiu que há doutrinação ideológica no material adotado pelo MEC”. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2016-03-10/ministerio-publico-investiga-se-livros-do-mec-tem-vies-ideologico.html>. Acesso em: 29 mar. 2016.

<sup>573</sup> Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 01 fev 2016.

à proposta, à luz de novos estudos, de uma revisão radical da história do antigo Israel em seu conjunto. Em várias ocasiões chamei a atenção para o fato de que, para bem e sobretudo para mal, é raro que a Bíblia seja tratada como o são as outras fontes que os historiadores usam.<sup>574</sup>

Proceder a uma abordagem crítica do passado de Israel pode levar a um processo de “dessacralização” da Bíblia, o que, possivelmente, geraria fortes reações da comunidade escolar. “Se a abordagem das religiões africanas em sala de aula tem causado polêmica, é possível imaginar o que aconteceria com a desnaturalização, ou dessacralização, da tradição cristã”.<sup>575</sup>

Embora as dificuldades sejam evidentes, é preciso provocar a reflexão crítica do corpo docente e discente quando se trata da trajetória histórica de Israel, a qual, evidentemente, não pode ser confundida com o relato bíblico. Entretanto, sabemos que:

[...] inovações nos livros didáticos de História são negociadas entre permanências e consensos em decorrência do próprio funcionamento da disciplina escolar. Para as editoras uma inovação é aceita quando o mercado – ou seja, os professores – acatam. Como são poucos docentes do atual quadro da rede de ensino básico que cursaram História Antiga com especialista, de nada adiantaria reformulações radicais, pois os professores não se sentiriam à vontade em trabalhar de uma maneira como nunca fizeram antes. Por isso, é impensável uma ruptura total com os paradigmas anteriores.<sup>576</sup>

Mesmo considerando a existência dos limites para uma profunda e necessária revisão da história antiga de Israel, é preciso dar os primeiros passos. O estudante que entra em contato com o referido conteúdo deve ser instrumentalizado a entender que a narrativa veterotestamentária não foi redigida com o propósito de ser um livro de História, e, embora nossa cultura ocidental tenha visto a Bíblia como “verdade revelada”, devemos analisá-la criticamente caso se pretenda usá-la como fonte (secundária) para o estudo da história antiga de Israel. Nesse sentido comenta Pfoh:

A fé religiosa nas palavras da Bíblia não pode ser equivalente a uma fé absoluta e cega em sua historicidade. Como metodologia histórica isso seria falho, pois estamos misturando a visão de mundo de um antigo sistema de crença (que constituíam a bíblica *Heilsgeschichte*) com um procedimento contemporâneo secular para escrever a história. [...]. A Bíblia não pode ser lida como sendo a portadora dos nossos próprios valores e concepções modernas quando o objetivo é uma escrita crítica da história. É metodologicamente necessário divorciar nossos critérios

<sup>574</sup> CARDOSO, C. F. S. *Prefácio*. In: PORTO, V. C.; POZZER, K. M. P. (Org.). *Um outro mundo antigo*. São Paulo: Annablume, 2013. p. 7-8.

<sup>575</sup> ALÉTHEIA, 2014, p. 36.

<sup>576</sup> OPSIS, 2014, p. 124-125.

historiográficos das leituras hermenêuticas bíblicas que tratam os textos como se fossem o produto intelectual do século XX desprovidos de uma antiga mentalidade do Oriente Próximo. (tradução nossa).<sup>577</sup>

Não obstante, como já afirmamos a exaustão, a História comporta unicamente aquilo que é fruto exclusivo da ação humana, não reservando espaço para a intervenção divina na trajetória histórica dos indivíduos.<sup>578</sup>

Se existe uma abordagem precária da História Antiga como um todo nos livros didáticos, certamente a situação do Israel antigo é mais grave. No caso da Antiguidade Clássica, estudada na educação básica, pode-se afirmar que vigora uma desatualização de conteúdo se comparado ao conhecimento produzido no âmbito universitário, porém o mesmo não se aplica ao antigo Israel, pois, como visto ao longo dessa investigação, a atualização do conhecimento sobre esse referido grupo social ainda não chegou nem mesmo ao meio acadêmico nacional onde são forjados os docentes que atuam na educação básica de todo o país.

### 5.3 PCNs e BNCC

Até o presente, em tese, o ensino de História – e de todas outras disciplinas – na educação básica esteve orientado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); contudo, está em discussão uma nova plataforma nacional com o intuito de redefinir os currículos escolares (BNCC). Quanto aos PCNs, sabidamente, os referidos parâmetros não estabeleceram uma relação de conteúdos a serem estudados pelos discentes de todo território nacional, até mesmo porque sua ênfase se deu no desenvolvimento de competências e habilidades<sup>579</sup> por parte do alunado.

---

<sup>577</sup> Texto original: “Religious faith in the Bible’s word cannot be equated with absolute and blind faith in its historicity. As an historical methodology it is flawed, for we are mixing the worldview of an ancient system of belief (that which constituted the biblical *Heilsgeschichte*) with a secular contemporary procedure for writing history. [...] The Bible cannot be read as the bearer of our own modern values and conceptions when critical history-writing is the goal. It is methodologically necessary to divorce our historiographic criteria from biblical hermeneutical readings that treat the texts as if they were the intellectual product of the twentieth century CE and devoid of an ancient Near Eastern mindset”. PFOH, 2009, p. 58.

<sup>578</sup> BERLESI, J. Conservadorismo *versus* progressismo: apontamentos sobre a historiografia do Israel antigo. *Revista Eletrônica Antiguidade Clássica*, v. 10, p. 44-54, 2015.

<sup>579</sup> Para um estudo mais aprimorado dos termos “competências e habilidades” veja-se CARDOSO, M. C.; HORA, D. M. *Competências e habilidades: alguns desafios para a formação de professores*. In: XI Jornada do HISTEDBR: A Pedagogia Histórico-Crítica, a Educação Brasileira e os desafios de sua institucionalização, 2013, Cascavel-PR. XI Jornada do HISTEDBR: A Pedagogia Histórico-Crítica, a Educação Brasileira e os desafios de sua institucionalização. Cascavel, 2013. v. 1. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada11/artigos/7/artigo\\_simposio\\_7\\_713\\_michel\\_i\\_ccardoso@yahoo.com.br.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada11/artigos/7/artigo_simposio_7_713_michel_i_ccardoso@yahoo.com.br.pdf). Acesso em: 23 maio 2016.

As referidas diretrizes curriculares nacionais permitiam certo dinamismo no processo educacional por darem protagonismo ao docente na escolha de parte do conteúdo a ser trabalhado em aula; com isso, obviamente, os conteúdos a serem estudados não eram fixos. Entretanto, a formulação dos PCNs comportava, em dados momentos, pontos paradoxais:

É consensual a impossibilidade de se estudar a história de todos os tempos e sociedades, sendo necessário fazer seleções baseadas em determinados critérios para estabelecer os conteúdos a serem ensinados. A seleção de conteúdos programáticos tem sido variada, mas geralmente é feita segundo uma tradição de ensino, que é rearticulada e reintegrada em novas dimensões e de acordo com temas relevantes para o momento histórico da atual geração.<sup>580</sup>

Apesar de possibilitar a inovação, o documento, ao mesmo tempo, refere-se a uma “tradição de ensino” que, por sua vez, nos transmite a ideia de permanência. Na prática, porém, ao analisar a abordagem de determinados temas em sala de aula, constata-se que a tradição predominou sobre a inovação. Evidentemente, o caso em investigação nesta tese converte-se em um exemplo privilegiado de análise, uma vez que o estudo do Israel antigo vigente na educação básica do país está baseado na mesma sequência histórica (patriarcas, êxodo, conquista de Canaã etc.) que vigorava em meados de 1827: a “História Sagrada”. Sendo assim, torna-se patente a desatualização do referido conteúdo.

O processo de elaboração dos PCNs e também da BNCC guardam algumas semelhanças. Ambos sofreram a acusação de estarem baseados em uma imposição internacional e/ou estarem a serviço de instituições privadas;<sup>581</sup> nesse aspecto, quanto aos PCNs:

A elaboração dos PCNs, nos anos 1990, foi uma resposta às exigências de organismos internacionais no sentido de sintonizar as políticas curriculares brasileiras com os interesses e estratégias dos órgãos financiadores internacionais, configurando-se, com isso, uma maior sujeição das políticas educacionais brasileiras às diretrizes políticas impostas por essas entidades.<sup>582</sup>

Além disso, as propostas de ambos documentos sofreram a acusação de não contarem com a análise crítica da ANPUH;<sup>583</sup> contudo, tal situação foi parcialmente sanada na

<sup>580</sup> PCN História, 1997, p. 43.

<sup>581</sup> Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/educacao/educacao-banqueira>. Acesso em: 19 jul. 2016.

<sup>582</sup> MACEDO NETO, M. P. Parâmetros Curriculares Nacionais de História: desafios e possibilidades da história ensinada na educação básica. *Revista Eletrônica História em Reflexão* (UFGD), v. 3, p. 2, 2009.

<sup>583</sup> MACEDO NETO, 2009, p. 5.

reelaboração da BNCC<sup>584</sup>, dado que sua primeira versão foi alvo de inúmeras críticas.<sup>585</sup> Em tese, o intento original dos idealizadores da primeira versão da BNCC era criticar a matriz “eurocêntrica” da história, dando ênfase ao passado nacional, especialmente a partir do século XVI, além de dar maior visibilidade às temáticas relativas às histórias indígena e africana. Entretanto, a postura impositiva da referida versão acabou recebendo importante crítica dos pesquisadores nacionais devotados ao estudo da história da África:

[...]a subtração de conteúdos relacionados à “Antiguidade” e à “Idade Média” africana é bastante problemática. O fato positivo apresentado pela BNCC de romper com a periodização estruturada a partir da História da Europa não deveria implicar a subtração da história das sociedades africanas antes do século XVI. Com isso estamos transformando a História da África, da mesma forma que a historiografia colonial fez, num apêndice da Europa e de suas histórias nacionais, pois ignora as interações históricas do continente africano realizada a partir do Índico, do Mar Vermelho, do Mediterrâneo. Com a atual proposta deixam-se de lado processos históricos importantes e as conexões históricas do continente africano com outras partes do mundo. [...]Embora a Base se afirme crítica a uma concepção eurocêntrica da História, a fragilidade da formulação da proposta, contrária a essa historiografia mais recente sobre o continente africano, inviabiliza a percepção e a problematização de novas narrativas, muitas vezes alternativas e construídas a partir de lugares e atores diferentes.

Nesse sentido, o documento da BNCC nos encaminha para uma reflexão mais ampla sobre o próprio papel da História na construção do conhecimento. A proposta atual que visa a compreender outros processos históricos restritos apenas aos nexos com a História do Brasil é problemática. Procurar responder aos desafios do ensino de História hoje, tendo como fundamento perspectivas voltadas para a educação intercultural, significa entender a nossa própria história a partir da alteridade, ou seja, uma História não excludente, mas antes apreendida na diversidade, na (inter)relação e na complementaridade.<sup>586</sup>

Para o bem ou para o mal, a versão original da BNCC de História acabou rejeitada,<sup>587</sup> abrindo caminho para a composição de uma segunda versão.<sup>588</sup> É importante destacar que, no

<sup>584</sup> A ANPUH foi convidada oficialmente para discutir a segunda versão do documento além de ter realizado seminários específicos para debater a BNCC. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/jan/polemicas-do-novo-curriculo-de-historia-serao-temas-de-seminarios.html>. Acesso em: 19 jul. 2016.

<sup>585</sup> Entre elas figurou a crítica do então Ministro da Educação à época, Prof. Renato Janine Ribeiro: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/out/janine-diz-que-falta-de-repertorio-em-novo-curriculo-proposto-para-historia.html> (Acesso em: 19 jul. 2016). Por outro lado, dado que a formulação do documento ocorreu em paralelo ao período de turbulência política do país, quando se discutia o *impeachment* presidencial, também se fizeram presentes críticas políticas ao referido documento numa tentativa de vinculá-lo ao governo do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniaao/a-revolucao-cultural-do-pt-18407995>. Acesso em: 19 jul. 2016.

<sup>586</sup> Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3322-nota-do-gt-de-historia-da-africa-da-anpuh-nacional-e-da-associao-brasileira-de-estudos-africanos-abe-africa-sobre-a-proposta-da-base-nacional-comum-curricular-bncc-para-o-ensino-de-historia>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>587</sup> A primeira versão da BNCC que veio a público não continha o componente de História, dado que o então ministro Renato Janine impediu sua divulgação por conta das falhas do documento. O seu sucessor na pasta, Aloizio Mercadante, confirmou as mesmas críticas. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-amplia-historia-mundial-em-novo-curriculo,10000016738>. Acesso em: 18 jul. 2016.

caso dos PCNs, a História Antiga como um todo fazia-se presente nos currículos escolares, porém, no caso da primeira BNCC, a Antiguidade e a Idade Média haviam sido excluídas.<sup>589</sup> Em certa medida, tal exclusão reforça a hipótese aventada no primeiro capítulo desta tese no que se refere ao fato de que os conteúdos de História Antiga são vistos como de pouca relevância pelos pesquisadores da história nacional.

#### 5.4 A história antiga de Israel nos livros didáticos do ensino fundamental e médio

É sabido que a produção de livros didáticos é imensa no Brasil e corresponde a uma variada série de títulos e autores. Neste cenário, a escolha de determinadas obras para uma análise objetiva pode não ser tarefa fácil; entretanto, os manuais didáticos utilizados nessa investigação foram selecionados com base nos seguintes critérios: 1. Títulos que se fazem presentes nos últimos PNLDs (2013<sup>590</sup> para o caso do ensino fundamental e 2015<sup>591</sup> para o caso do ensino médio); 2. Títulos que fazem referência explícita ao Israel antigo (ou termos correlatos)<sup>592</sup> em seus sumários.

Quanto aos critérios de seleção das obras didáticas, cabe dizer que se acaba, em parte, excluindo as obras listadas como as mais vendidas<sup>593</sup> em âmbito nacional, uma vez que algumas obras de maior circulação não faziam referência explícita a Israel em seus índices. Frente a isso, optamos, primeiramente, por elencar os títulos que englobam abertamente o Israel antigo e selecionar entre eles os cinco manuais mais vendidos tanto no ensino fundamental como no médio. Assim, os manuais selecionados para o ensino fundamental foram: *Projeto Araribá – História*<sup>594</sup> (2º mais vendido em âmbito nacional); *Estudar história*<sup>595</sup> (3º mais vendido); *Projeto Radix – História*<sup>596</sup> (4º mais vendido); *Vontade de saber*

<sup>588</sup> Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2016.

<sup>589</sup> Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3127-carta-de-repudio-a-bncc-produzida-pelo-forum-dos-profissionais-de-historia-antiga-e-medieval>. Acesso em: 18 jul. 2016.

<sup>590</sup> Disponível em: <http://www.fn.de.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/3773-guia-pnld-2013-%E2%80%93-ensino-fundamental>. Acesso em: 18 maio 2016.

<sup>591</sup> Disponível em: <http://www.fn.de.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/5940-guia-pnld-2015>. Acesso em: 18 maio 2016.

<sup>592</sup> Em realidade todos os manuais disponíveis nos referidos PNLDs usam equivocadamente o termo “história dos hebreus” ou “semitas” como sinônimos de Israel.

<sup>593</sup> Disponível em: <http://www.fn.de.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>. Acesso em: 18 maio 2016.

<sup>594</sup> APOLINÁRIO, M. R. *Projeto Araribá História – 6º ano*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2010. Tendo em vista o esgotamento dessa edição no mercado especializado, utilizaremos uma versão mais moderna, denominada *Projeto Araribá Plus*, publicada em 2014.

<sup>595</sup> BRAICK, P. R. *Estudar história: das origens do homem à era digital*, 6º ano. São Paulo: Moderna, 2011.

<sup>596</sup> VICENTINO, C. *Projeto Radix – História*, 6º ano. 2ª edição. São Paulo: Scipione, 2012.

*história*<sup>597</sup> (6º mais vendido) e *Jornadas História*<sup>598</sup> (8º mais vendido). Para o ensino médio foram: *História, Sociedade e Cidadania*<sup>599</sup> (1º mais vendido em âmbito nacional); *História Global – Brasil e Geral*<sup>600</sup> (2º mais vendido); *Oficina de História*<sup>601</sup> (5º mais vendido); *Ser protagonista História*<sup>602</sup> (6º mais vendido) e *História em Movimento*<sup>603</sup> (9º mais vendido).

Tendo delimitado estes objetos de estudo, nossa análise pôde constatar o estado de absoluta precariedade da abordagem acerca da história antiga de Israel presente nas publicações didáticas referidas. Em parte, é verdade, tal situação não deveria causar estranhamento, uma vez que, como visto, a temática “Israel antigo” é inexistente ou precariamente abordada nos cursos de formação de professores; logo, torna-se compreensível que os materiais usados na educação básica estejam plenamente destoantes da pesquisa profissional/acadêmica sobre o tema praticada, especialmente, no exterior.

Dentre os aspectos que merecem destaque, chama atenção o fato de que não há uma notável diferença de profundidade entre os textos destinados ao ensino fundamental e ao médio. Espera-se, evidentemente, que as informações trabalhadas no ensino secundarista tenham um maior grau de complexidade, contudo tal característica não se faz perceptível. Aliás, é interessante notar que os manuais de nível médio destinam menos espaço (entre 04 e 07 páginas) para o estudo da história de Israel se comparados às obras destinadas ao ensino fundamental (entre 08 e 12 páginas); embora, é verdade, estes últimos sejam mais dotados de figuras (fotos, pinturas ou ilustrações) que acabam ocupando grande parte das páginas. Apesar de os manuais analisados preservarem uma “história bíblica de Israel”, algumas características são mais evidentes. Assim, procederemos à investigação destes materiais por meio de três tópicos: “A predominância do Israel bíblico”; “Hebreus, israelitas e judeus”; “A questão do monoteísmo”.

#### 5.4.1 A predominância do Israel bíblico

A história de Israel presente nos manuais em tela reproduz a sequência “cronológica” presente na narrativa bíblica em grande similaridade com os conteúdos da já mencionada “História Sagrada” definida pelos legisladores de 1827. A trajetória de Israel presente na

<sup>597</sup> PELLEGRINI, M. C.; DIAS, A. M.; GRINBERG, K. *Vontade de saber história – 6º ano*. 2. ed. São Paulo: FTD, 2012.

<sup>598</sup> VAZ, M. L.; PANAZZO, S. *Jornadas. História*, 6º ano. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

<sup>599</sup> BOULOS JÚNIOR, A. *História sociedade & cidadania*. São Paulo: FTD, 2013.

<sup>600</sup> COTRIM, G. *História Global – Brasil e Geral*, volume 1. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

<sup>601</sup> CAMPOS, F.; CLARO, R. *Oficina de História*. São Paulo: Editora Leya, 2013.

<sup>602</sup> VAZ, Valéria. *Ser Protagonista História*, volume 1. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2013.

<sup>603</sup> AZEVEDO, G. C.; SERIACOPI, R. *História em Movimento*, volume 1. 2. ed. São Paulo: Ática, 2013.

Bíblia e nos referidos manuais seria: “patriarcas, José do Egito, escravidão, êxodo, conquista da terra, confederação tribal, império davídico-salomônico, divisão entre norte e sul, exílio e volta para a terra”.<sup>604</sup> Alguns manuais, é verdade, incluem ainda a diáspora e inclusive a criação do estado de Israel (1948) como o retorno desta última,<sup>605</sup> de tal modo se estabelece uma relação de continuidade histórica altamente problemática entre os israelitas do mundo antigo e os judeus do mundo contemporâneo<sup>606</sup>. Mesmo em se tratando de fontes antigas, não é possível estabelecer uma relação de continuidade histórica entre o Israel encontrado nas evidências extrabíblicas e o encontrado nas páginas do Antigo Testamento. A esse respeito comenta Lemche:

[...] quanto ao “Israel” de Merneptah, não deve ser esquecido que não temos ideia segura [...] se existiu uma continuidade política ou étnica entre este Israel e o povo de narrativa do Velho Testamento. A única coisa que as duas entidades podem ter tido em comum é o nome. No entanto, mesmo um Estado moderno nesta região é chamado de “Israel”, embora a relação deste moderno Israel com o Israel antigo – isto é, com o Reino do Norte – é principalmente uma questão de ideologia. (tradução nossa).<sup>607</sup>

É preciso mencionar que, em todos os livros analisados, os autores têm o cuidado de alertar que a Bíblia, embora afirmem ser a principal, não é a única fonte para o estudo dos antigos “hebreus”; porém, mesmo com tal alerta, não são citadas as demais fontes, e não há, sequer, referência a uma única escavação arqueológica ou sítio<sup>608</sup>. É comum os textos começarem com “De acordo com a Bíblia...”, “Segundo a tradição...” etc., contudo há duas honrosas exceções que fazem implícita<sup>609</sup> e explicitamente<sup>610</sup> referência a pesquisas atuais, contestando, assim, a predominância do texto bíblico como fonte para o estudo do Israel antigo (ver Figuras 6 e 7). Entretanto, tais contestações são parte minoritária dos referidos capítulos; a maior parte acaba seguindo a tradicional sequência “histórica” presente na Bíblia.

<sup>604</sup> Disponível em: <http://airtonjo.com/site1/historia-de-israel.htm>. Acesso em: 03 jun. 2016.

<sup>605</sup> Especialmente nos manuais: *Estudar História: das origens do homem à era digital*, p. 127. *Vontade de saber História*, p. 119. *Jornadas História*, p. 164. *Projeto Radix*, p. 130. *Projeto Araribá*, p. 133.

<sup>606</sup> SAND, S. *A invenção do povo judeu: da Bíblia ao sionismo*. São Paulo: Benvirá, 2011.

<sup>607</sup> Texto original: “[...] the “Israel” of Merneptah, it should not be overlooked that we have no assured Idea [...] whether there ever existed a political or ethnic continuity between this Israel and the people of Old Testament narrative. The only thing the two entities may have had in common is the name. However, even a modern state in this region is called “Israel”, although the relation of this modern Israel to ancient Israel – that is, to the Northern Kingdom – is principally a matter of ideology” (LEMICHE, 2013, p. 172-173).

<sup>608</sup> A exceção aqui seria o *Projeto Araribá*, que, na página 132, cita o sítio arqueológico de Tel Dan, onde foi encontrada uma estela citando, possivelmente, o nome de Davi.

<sup>609</sup> No manual *Projeto Radix*, as informações apresentadas pelo autor referem-se aos argumentos presentes na obra de Finkelstein e Silberman, *A Bíblia não tinha razão*, traduzida para o português em 2003.

<sup>610</sup> O manual *Jornadas História* cita trechos das pesquisas do Prof. Airton José da Silva.

Frente a isso, é importante lembrar uma informação já veiculada anteriormente sobre o fato de que o mercado editorial dita as regras das publicações didáticas, razão pela qual uma revisão radical da História de determinado grupo humano poderia ser rejeitada pelas editoras<sup>611</sup>. Nesse caso, o contato dos autores com a pesquisa de ponta sobre a história veteroisraelita ainda terá um espaço tímido em suas obras; porém, configuraria um importante primeiro passo.

**Figura 6:** A história dos hebreus segundo a Bíblia.

• **A história dos hebreus segundo a Bíblia**

Grande parte das informações sobre os hebreus vem da Bíblia, livro religioso que traz vários textos escritos séculos depois dos fatos ali narrados. Na sua primeira parte, chamada Antigo Testamento, são descritos diversos acontecimentos supostamente vivenciados pelos hebreus.

Com base nas narrativas bíblicas, a história hebraica costuma ser dividida em três momentos: Era dos Patriarcas, Era dos Juízes e Era dos Reis. Vamos conhecer cada um desses períodos, sem deixar de pôr em dúvida sua veracidade e exatidão, já que não há comprovações arqueológicas da existência dos personagens e costumes citados no relato bíblico. Em muitas situações, estes relatos revelam mais sobre os hábitos e a realidade do período em que os textos religiosos foram escritos e reunidos (cerca de 700 a.C.).

Fonte: *Projeto Radix*, 2012, p. 126.

**Figura 7:** Em outras palavras.

**EM OUTRAS PALAVRAS**

**A história de Israel no debate atual**

O professor Airton José da Silva, que leciona a disciplina Antigo Testamento/Bíblia Hebraica na Faculdade de Teologia Dom Miele, do Centro de Estudos da Arquidiocese de Ribeirão Preto, mantém um site dedicado ao estudo científico da Bíblia. Em seu site, ele publicou um artigo sobre pesquisas recentes referentes à história dos hebreus. Leia os trechos desse artigo, aqui reproduzidos, e entenda que característica diferencia as pesquisas recentes sobre os hebreus dos estudos mais antigos sobre esse povo.

Até meados da década de 70 do século XX, havia um razoável consenso na história de Israel. Entre outras coisas, o consenso dizia que a Bíblia Hebraica era guia confiável para a reconstrução da história do antigo Israel. Dos Patriarcas a Esdras, tudo era histórico. Se algum dado arqueológico não combinava com o texto bíblico, arranjava-se uma interpretação diferente que o acomodasse ao testemunho dos textos (...).

O melhor livro para detalhada exposição e defesa deste consenso é o de John Bright, *História de Israel*, São Paulo, Paulus, 1978, traduzido da segunda edição inglesa de 1972. Bright pertence à escola americana de historiografia de W.F. Albright e esta sua *História de Israel* foi o manual mais utilizado por nós nos anos 70 e 80 do século passado. (...)

O uso dos textos bíblicos como fonte para a "História de Israel" é questionado por muitos. A arqueologia ampliou suas perspectivas e falar de "arqueologia bíblica" hoje é proibido (...).

A construção de uma "História de Israel" feita somente a partir da arqueologia e dos testemunhos escritos extrabíblicos é uma proposta cada vez mais tentadora. (...)

**Consenso:** concordância a respeito de algo; acordo sobre um fato ou ideia.  
**Historiografia:** estudo dos historiadores sobre um tema da História.

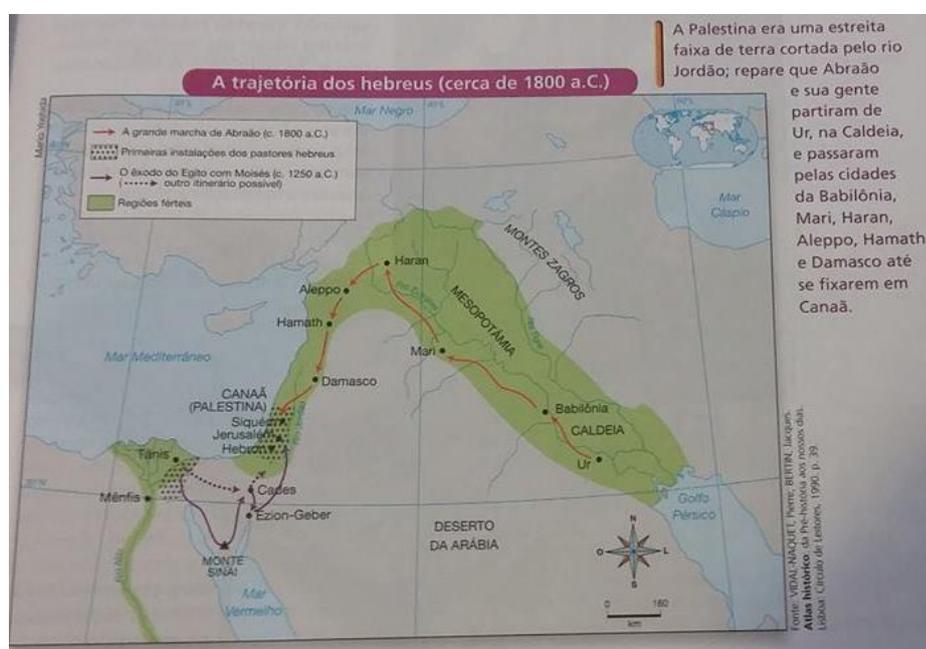
Fonte: <www.airtonjo.com/historia\_israel.htm>. Acesso em: 22 fev 2012.

<sup>611</sup> OPSIS, 2014, p. 124-125.

Fonte: *Jornadas História*, 2012, p. 167.

Nos manuais em análise, dentre os equívocos de interpretação derivados da extrema dependência do texto bíblico, destaca-se a ênfase na origem “histórica” dos “hebreus” fora do território de Canaã. Nesse sentido, cabe mencionar que sete das dez obras apresentam mapas com a rota percorrida por Abraão saindo da “Ur dos caldeus”<sup>612</sup> até a “terra prometida” (ver Figuras 8 e 9).

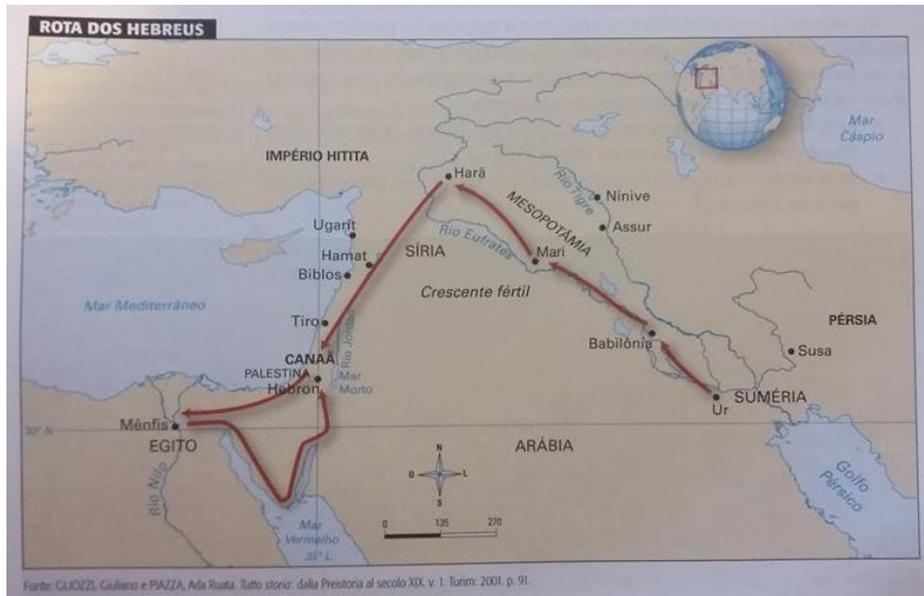
**Figura 8:** A trajetória dos hebreus.



Fonte: *História, Sociedade e Cidadania*, 2013, p. 85.

<sup>612</sup> Para Soggin, a referência aos caldeus no Antigo Testamento é um anacronismo. Disponível em: SOGGIN, J. Alberto. *Nueva historia de Israel: de los Orígenes a Bar Kochba*. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 1999. p. 148.

**Figura 9:** Rota dos hebreus.



Fonte: *Jornadas História*, 2012, p. 159.

Desse modo:

Segundo a tradição hebraica, Abraão estabeleceu uma aliança com o deus Iavé. Através dessa aliança, articularam-se os quatro elementos fundamentais da história hebraica: um **povo** escolhido por um deus, uma **terra** prometida, uma **lei** que garante a promessa e um **templo** considerado a morada de Iavé na Terra.<sup>613</sup>

A ênfase na origem forânea de Israel, obviamente, acarreta uma série de problemas, entre os quais um grave descuido com o manejo da informação bíblica. Nesse aspecto, observa-se uma profunda desatualização das mencionadas obras, dado que a pesquisa exegética demonstrou há décadas a impertinência histórica dos relatos patriarcais contidos no Gênesis.<sup>614</sup> Adolphe Lods, em sua célebre *Israël, dès origines au milieu Du VIII siècle*, já na década de 1930 afirmava:

Dado que a história dos patriarcas se desenrolou, segundo a cronologia fornecida pelo *Gênesis*, por volta do ano 2000 a.C., daí resulta que entre os nossos documentos e o período que pretendem descrever existe um intervalo de 1200 a 1500 anos, a

<sup>613</sup> *Oficina de História*, 2013, p. 61.

<sup>614</sup> Há, porém, exegetas que afirmam ser possível detectar resquícios de historicidade em meio às sagas presentes no referido relato. Disponível em: THIEL, 1993, p. 23. GOTTWALD, 1986, p. 50. SHREINER, 2004, p. 99.

mesma distância a que nos encontramos da época merovíngia. E não existem indícios que nos provem que os mais antigos destes escritores, os da escola J, tenham utilizado fontes escritas anteriores. Qual seria o historiador probo que ousaria, para reconstituir por exemplo a época de Jesus, fundamentar-se em testemunhos que tivessem sido escritos durante os reinados de S. Luís ou de Francisco I?<sup>615</sup>

Ao referir-se aos “nossos documentos” e à “escola J”, Lods faz alusão à clássica teoria JEDP,<sup>616</sup> formulada por Wellhausen que, entre outras coisas, apresentava uma autoria plural para o Pentateuco. Na época em que escreve Lods, acreditava-se que a fonte J (*narrativa javista*)<sup>617</sup> teria sido elaborada entre 850 a.C. e 760 a.C.;<sup>618</sup> desse modo, o que o referido pesquisador corretamente alerta é para a imensa distância temporal entre o suposto período dos patriarcas (século XX a. C.) e o período da fixação desse relato por escrito (século IX-VIII a.C.),<sup>619</sup> de maneira que a precisão histórica das narrativas patriarcais fica comprometida devido ao longo tempo em que circularam na oralidade. Nesse sentido Lods complementa: “[...] a experiência mostra que a tradição oral é incapaz de conservar a memória [...] dos acontecimentos históricos durante mais de duas ou três gerações”.<sup>620</sup>

Mesmo a obra já desatualizada de Lods é capaz de oferecer um questionamento pertinente quanto à validade do uso das narrativas patriarcais como fonte histórica. O mesmo tipo de alerta também é feito por outros pesquisadores que destacam as peculiaridades dos relatos envolvendo Abraão, Isaque e Jacó. A esse respeito comenta Donner:

<sup>615</sup> LODS, Adolphe. *Israel: das origens até meados do século VIII a.C.* Lisboa: Editorial Início, 1970. p. 202.

<sup>616</sup> Para mais informações, Disponível em: GOTTWALD, N. K. *The Hebrew Bible: a socio-literary introduction.* Philadelphia: Fortress Press, 1985. p. 137-141.

<sup>617</sup> É interessante notar que há uma considerável diferença de como Abraão é apresentado nas narrativas *javista* e *eloísta*. Nesta última, o referido patriarca é mostrado como exemplo de fé e obediência, ao passo que na narrativa *javista*: “[...] Abraão é chamado por Iahweh de sua pátria em *Ur-kasdim*, respectivamente Haran, e escolhido para mudar-se para uma terra que o Senhor lhe mostrará. Ele obedece ao chamado, vai para Siquém, Betel, ao Negev, ao Egito e volta para o Negev, para afinal se estabelecer em Manré, perto de Hebron (Gn 12s). Recebe a promessa de descendência numerosa e fica sabendo, pelas suas andanças e pela palavra de Deus, que a terra que atravessara pertencerá não a ele mas aos seus filhos. Escolhido como portador da promessa e da salvação futura, deve separar-se de Lot, seu parente (Gn 13. 12-18) e recebe a confirmação da promessa de Deus (15). Mas, há um ponto que permanece obscuro: Sara é estéril (11.30); como se cumprirá então a promessa da descendência e da terra? Não poderá ser por meio de Ismael, filho da escrava Agar (16). Iahweh visita o patriarca e lhe anuncia o nascimento de Isaac (18. 1-16; 21.1s), ao qual Abraão deu, como esposa, a sua parenta Rebeca (24). A história de Sodoma permite o narrador apresentar Abraão como interessor (18. 20-23) e introduzir na história de Abraão outras notícias sobre Lot e sua família (19)”. SHREINER, 2004, p. 100.

<sup>618</sup> LODS, 1970, p. 201.

<sup>619</sup> Tal cronologia para o texto bíblico não é mais aceita. Para uma boa discussão sobre o assunto, Disponível em: GRABBE, L. L. (Ed.). *Did Moses Speak Attic? Jewish Historiography and Scripture in the Hellenistic Period.* Sheffield: Sheffield Academic Press, 2001.

<sup>620</sup> LODS, 1970, p. 202

O único documento literário que conservou tradições dos patriarcas é o Gênesis (Gn 12-35). É de bom alvitre esclarecer enfaticamente que do Gênesis não se pode extrair, p. ex., o quadro de uma época dos patriarcas como parte da história de Israel ou até do Oriente Antigo. Israel ainda não existe na época dos patriarcas nem sequer conforme o testemunho do próprio AT, e o Oriente Antigo fica em grande parte excluído da perspectiva. O Gênesis narra nada mais do que a história de uma família ao longo de três gerações num horizonte muito restrito, quase sem efeitos para fora e a partir de fora. As evoluções e mudanças políticas e culturais experimentadas pelo Oriente Antigo no 2º milênio a.C. tocaram as tradições dos patriarcas de modo apenas marginal e quase imperceptivelmente – se é que o fizeram.<sup>621</sup>

#### Gunneweg complementa:

A estrutura narrativa do Pentateuco apresenta Abraão, Isaque e Jacó como os patriarcas de Israel. Essa apresentação não pode corresponder à realidade histórica. Nenhum povo é descendente de um único patriarca ou uma única família. Parece que a função de patriarcas tampouco é o papel original dessas figuras. Chama a atenção já o modo com que foi composta a genealogia. No início, ela segue em linha reta até Jacó, depois se subdivide em 12 filhos = tribos. Se o Israel posterior quisesse derivar sua descendência de um único patriarca, teria sido suficiente construir uma genealogia de Jacó = Israel – 12 filhos = tribos. Nessa genealogia seria desnecessário começar com Abraão e Isaque. Portanto, na formação dessa tradição, o interesse genealógico não é primário.<sup>622</sup>

Por sua vez, Diana Edelman destaca que a composição do Gênesis atende claramente a um objetivo didático, de modo que o relato presente no referido livro bíblico não pode ser considerado histórico:

O livro de Gênesis, então, torna-se intencionalmente um livro didático para a comunidade religiosa de Israel, a ser aprendido e internalizado, independente do fato de se era possível ler ou escrever. Ele foi escrito num momento em que as autoridades religiosas de Samaria e Judá estavam cooperando, tentando forjar uma identidade única para aqueles que adotaram o culto de Yhwh-Elohim e abraçaram formas emergentes de judaísmos. (tradução nossa).<sup>623</sup>

Frente ao exposto, torna-se evidente que os relatos patriarcais comportam uma lógica que difere da informação histórica; logo, é inadequado considerar que a gênese histórica de Israel tenha se dado por personagens provavelmente fictícios.<sup>624</sup> Assim, é lamentável que o uso indiscriminado da Bíblia permaneça norteando os materiais didáticos empregados na

<sup>621</sup> DONNER, 1997, p. 83-84.

<sup>622</sup> GUNNEWEG, 2005, p. 44-45.

<sup>623</sup> Texto original: “The book of Genesis, then, becomes an intentional educational textbook for the religious community of Israel, to be learned and internalized, whether or not one could read or write. It was written at a point in time when the religious authorities in Samaria and Yehud were cooperating, trying to forge a single identity for those who adopted the worship of Yhwh-Elohim and embraced emerging forms of Judaism.” EDELMAN, Diana V. Genesis: a composition for constructing a homeland of the imagination for elite scribal circles or for educating the illiterate? In: RÖMER, T.; DAVIES, P. R. (Eds.). *Writing the Bible: Scribes, Scribalism and Script*. Durham: Acumen Publishing, 2013. p. 62.

<sup>624</sup> DAVIES, P. R. *Male Bonding: A Tale of Two Buddies*. In: JSOTSup – Journal for the Study of the Old Testament, Supplement Series 204. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1995. p. 95-113.

educação básica. Não se trata aqui de decretar a aposentadoria do texto bíblico no tocante ao estudo do Israel antigo em sala de aula. Ocorre que é preciso considerar o fato de o Antigo Testamento não ter sido redigido com o objetivo de ser um livro de história; de tal maneira, a informação bíblica deve ser contrastada com as evidências epigráficas e arqueológicas<sup>625</sup> sempre que possível. De igual modo, é preciso reconhecer que a nossa compreensão moderna sobre a história difere da concepção dos redatores bíblicos, dado que para os mesmos:

[...] “História” não é algo que podemos saber “como ela realmente aconteceu”. A história é válida apenas como um meio para compreender, por exemplo, a vontade divina, ou para apresentar uma versão sobre as origens de determinadas pessoas. Na Bíblia, o passado evocado oferece um cenário no qual a vontade de Yahweh é realizada. Aqui a história - uma palavra desconhecida em hebraico - é *o local* em vez *do tempo* em que os eventos ocorrem, onde uma relação arquetípica entre Yahweh e seu povo escolhido acontece. Para os gregos, a historiografia é o resultado da investigação das causas de situações presentes. Os antigos romanos a entenderam como memória e, juntamente com o exemplo grego, a “memória” teve um papel importante a desempenhar nos assuntos políticos de seu próprio tempo. Nestes três casos, encontra-se um tratamento do passado, embora em nenhum deles houvesse historiadores profissionais escrevendo “história” [...]. (tradução nossa).<sup>626</sup>

É preciso reconhecer que há, de fato, um exagero no uso que determinados manuais didáticos fazem da Bíblia. Na obra *Estudar História* (destinada ao 6º ano), por exemplo, encontram-se as seguintes palavras:

[...] durante o exílio na terra de *Midian*, Moisés recebeu de Deus a missão de conduzir os hebreus de volta à Terra Prometida. Para convencer o faraó a libertar os israelitas, Deus lançou pragas contra o Egito. Depois de libertar os hebreus, o faraó ordenou aos seus soldados que os perseguissem. O livro bíblico do Êxodo conta que, quando se viu encurralado entre o Mar Vermelho à sua frente e os egípcios atrás, Moisés dividiu as águas do mar, abrindo um caminho para a travessia do seu povo. Quando os soldados começaram a atravessá-lo, as águas voltaram ao seu lugar, matando todo o exército do faraó.<sup>627</sup>

<sup>625</sup> No caso do período patriarcal, tal contraste não é nem mesmo necessário, dado que, por meio de uma leitura atenta do texto bíblico, percebe-se que o relato de Gênesis é meramente mítico e/ou folclórico. Disponível em: DAVIES, 2015, p. 39.

<sup>626</sup> Texto original: “[...] ‘history’ is not something we can know ‘as it actually happened’. History is only valid as a means to comprehend, for instance, the divine Will, or to give an account of the origins of a certain people. In the Bible, the past evoked offers a scenario wherein Yahweh’s will is performed. Here history – a word unknown in Hebrew – is *the place* rather than *the time* where events occur, where an archetypal relationship between Yahweh and his chosen people happens. For the Greeks, historiography is the result of investigating the causes of present situations. The ancient Romans understood it as memory, and together with the Greek example, such ‘memory’ had an important role to play in the political affairs of their own time. In these three cases a treatment of the past is found, though in none of these were there any professional historians writing ‘history’ [...]” PFOH, 2009, p. 47.

<sup>627</sup> ESTUDAR HISTÓRIA, 2011, p. 124.

O que causa estranhamento nas palavras mencionadas na citada obra é o fato de se fazer alusão a passagens miraculosas da Bíblia, de modo que não fica evidente qual a utilidade didática desta atitude; pelo contrário, tal referência aos “milagres” (pragas do Egito e abertura do Mar Vermelho) flertam fortemente com a ideia de intervenção divina na História, o que, como já visto, é plenamente refutável no âmbito da pesquisa histórica. Da maneira como a redação da obra é apresentada, parece não haver diferença entre uma aula de História e uma aula ministrada nos cursos de catequese ou escola bíblica dominical, as quais, obviamente, pertencem tão somente ao campo religioso.

É preciso destacar ainda que determinadas informações presentes em alguns manuais didáticos sequer constam na narrativa bíblica ou mesmo em outras fontes relativas ao passado do Antigo Oriente Próximo. Dessa maneira, o mesmo manual *Estudar História*, ao descrever a “família hebraica” no período patriarcal, afirma que:

Os meninos e as meninas recebiam tratamento e educação diferenciados. Desde cedo, as meninas aprendiam as tarefas domésticas e eram preparadas para o casamento. Elas não podiam brincar com os meninos e ficavam em casa na maior parte do tempo. Quando se casavam, tornavam-se propriedade dos maridos. A partir de 10 anos de idade, os meninos começavam a ser preparados para chefiar a casa ou a tribo. Eles tinham aula de leitura e escrita, faziam exercícios físicos e estudavam história.<sup>628</sup>

Dentre as muitas informações equivocadas que a citação acima apresenta destaca-se, evidentemente, a alusão a aulas de leitura e escrita em meio a uma sociedade tribal. Na maioria dos exemplos conhecidos no mundo, a alfabetização é um processo característico das sociedades estatais (e não tribais), além de ser restrita a determinados grupos sociais, em especial, aqueles vinculados à atividade burocrática do Estado. O arqueólogo australiano Vere Gordon Childe, ao dedicar seus esforços de pesquisa para entender o surgimento da sociedade estatal no mundo antigo, elaborou uma lista de critérios atestáveis em sociedades que constituíram “estado” de modo que sua produção ficou conhecida como a clássica “Lista de Childe”, segundo a qual, em uma sociedade estatal, se observa:

1) A aparição das primeiras cidades, diferenciadas dos povoados prévios por sua extensão e densidade. 2) a divisão do trabalho, com a aparição de especialistas em tempo integral. 3) a concentração do excedente de produção como tributo imposto aos produtores. 4) a construção de edificações públicas monumentais. 5) a divisão da sociedade em classes, com uma “classe governante” receptora da maior parte do excedente. 6) a aparição da escrita como sistema de registro. 7) a elaboração de ciências exatas e preditivas, tais como a aritmética, a geometria e a astronomia. 8) a elaboração e expansão de novos e mais homogêneos estilos artísticos. 9) a

---

<sup>628</sup> ESTUDAR HISTÓRIA, 2011, p. 122.

importação por via comercial de matérias primas não acessíveis localmente e 10) uma organização estatal que se baseia mais na residência do que no parentesco. (tradução nossa).<sup>629</sup>

De acordo com os critérios apresentados a atividade escrita não surge por um mero capricho das antigas sociedades estatais; outrossim, surge por força da necessidade do estado de exercer um controle efetivo no processo de recolha e distribuição do excedente, além de, evidentemente, proceder ao registro das atividades de interesse da classe governante. Logo, é inadequado supor que numa eventual “família patriarcal hebraica” os meninos fossem ensinados a ler e escrever aos 10 anos de idade, muito menos que tivessem “aulas de história”, como se fosse possível deduzir que houvesse uma “consciência histórica” em tal período<sup>630</sup>. Tal descrição, certamente, afasta-se de qualquer possível cenário relativo à história do Antigo Oriente Próximo.

Ainda no que compete à escrita, o manual *Vontade de Saber História* menciona o seguinte:

A Bíblia é uma das principais fontes para o estudo da história do povo hebreu. Ela é formada por um conjunto de cerca de 70 livros, escritos entre os anos de 1400 a.C. e 100 por sacerdotes, juízes, reis e profetas, que reuniram antigos conhecimentos sobre a história e a religião hebraicas.<sup>631</sup>

Primeiramente é preciso ter em mente que em 1.400 a.C. Israel nem mesmo existia, muito menos sociedades alfabetizadas nas línguas em que foram compostas as narrativas bíblicas.<sup>632</sup> Embora não haja consenso sobre a cronologia do texto bíblico, o que se pode constatar, por meio das evidências arqueológicas descobertas até então é que os indícios da

---

<sup>629</sup> Texto original: “1) la aparición de las primeras ciudades, diferenciables de los poblados previos por extensión y densidad; 2) la división del trabajo, con la aparición de especialistas a tiempo completo; 3) la concentración del excedente de producción como tributo impuesto a los productores; 4) la construcción de edificaciones públicas monumentales; 5) la división de la sociedad en clases, con una “clase gobernante” receptora de la mayor parte del excedente; 6) la aparición de la escritura como sistema de registro; 7) la elaboración de ciencias exactas y predictivas, tales como la aritmética, la geometría o la astronomía; 8) la elaboración y expansión de nuevos y más homogéneos estilos artísticos; 9) la importación por vía comercial de materias primas no accesibles localmente y 10) una organización estatal que se basa más en la residencia que en el parentesco”. CAMPAGNO, Marcelo. *El origen de los primeros Estados: la revolución urbana en América precolombina*. Buenos Aires: Eudeba, 2007. p. 9.

<sup>630</sup> A esse respeito, Disponível em: VAN SETERS, J. *Em Busca da História: Historiografia no Mundo Antigo e as Origens da História Bíblica*. São Paulo: EDUSP, 2008.

<sup>631</sup> VONTADE DE SABER HISTÓRIA, 2012, p. 110.

<sup>632</sup> PFOH, 2009, p. 39.

alfabetização em Israel apontam para a transição entre os séculos VIII a.C. e VII a.C., período no qual se pode situar os primórdios da escrita do Antigo Testamento.<sup>633</sup>

Na esteira de informações equivocadas e fora de contexto tem-se, da mesma forma, uma referência no mínimo anacrônica na obra *História Global* quando o autor, Gilberto Cotrim, propõe-se a tratar do período dos juízes:

Dadas as circunstâncias que marcaram sua história – migrações coletivas, dispersões em massa -, os hebreus tiveram de se adaptar a diferentes regiões geográficas. Assim, parte dos hebreus encontrou no comércio o meio de garantir a sobrevivência e evitar choques com os proprietários de terra de cada região. Essa atividade econômica teve rápido desenvolvimento entre eles. Isso, de certa maneira, estimulou a conquista da propriedade privada pelo povo hebreu, processo que desestruturou a organização comunitária anterior e provocou o aparecimento das desigualdades sociais.<sup>634</sup>

A referida citação traz uma série de incoerências que não se adaptam nem ao relato bíblico nem ao contexto histórico do Antigo Oriente. Acima de tudo, é preciso considerar que o suposto “governo dos juízes” desenvolveu-se em um Israel tribal onde, sabidamente, as desigualdades sociais são praticamente imperceptíveis, dado que se trata de uma sociedade de parentesco.<sup>635</sup> A propriedade privada, a desigualdade social e a consequente hierarquização da sociedade são atributos das sociedades estatais, realidade que veio a surgir em Israel apenas em fase posterior.<sup>636</sup> Nesse sentido, as organizações sociais não estatais, entre outros elementos, caracterizam-se “[...] por um tipo de diferenciação social que, até pode admitir a presença de certas elites, não produz divisões em grupos sociais com prerrogativas profundamente desiguais” (tradução nossa).<sup>637</sup>

É interessante notar que há certa unanimidade nos manuais analisados: a época de maior prosperidade em Israel deu-se durante o reinado de Salomão. Sendo assim: “Com Salomão (966-926 a.C.), filho de Davi, o reino de Israel conheceu sua fase de esplendor. É dessa época a construção do Templo de Jerusalém, mais conhecido como Templo de Salomão”.<sup>638</sup> Ainda:

<sup>633</sup> FINKELSTEIN, MAZAR, 2007.

<sup>634</sup> HISTÓRIA GLOBAL, 2013, p. 81.

<sup>635</sup> Para uma discussão mais elaborada, veja-se: CAMPAGNO, M. (Org.). *Parentesco, patronazgo y Estado en las sociedades antiguas*. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2009.

<sup>636</sup> PFOH, Emanuel. *Dealing with Tribes and States in Ancient Palestine: A Critique on the use of State Formation Theories in the Archaeology of Israel*. In: SJOT – Scandinavian Journal of the Old Testament, 22:1. London: Taylor & Francis, 2008.

<sup>637</sup> Texto original: “[...] por un tipo de diferenciación social que, si bien puede admitir la presencia de ciertas élites, no produce divisiones en grupos sociales con prerrogativas profundamente desiguales”. CAMPAGNO, 2007, p. 11.

<sup>638</sup> AZEVEDO, SERIACOPI, 2013, p. 73.

O período mais próspero para os hebreus ocorreu durante o governo do filho de Davi, o rei Salomão, que expandiu as rotas de comércio até o Egito e estabeleceu relações privilegiadas com os fenícios, que lhe enviavam madeira para suas construções. O marco do esplendor de seu governo foi a edificação do Primeiro Templo de Jerusalém, entre 966 e 926 a.C., símbolo da religiosidade e da fé dos hebreus.<sup>639</sup>

Tais afirmações sobre o grande monarca de Israel possuem como base única a narrativa bíblica, uma vez que, na Arqueologia praticada no Levante, não há uma única pedra que possa ser relacionada a Salomão.<sup>640</sup> Como visto no Capítulo 2, o pai da Arqueologia israelense, Prof. Yadin, influenciado pela leitura de 1 Reis 9:15, tentou atribuir os “portões de seis câmaras” de Hazor, Meguido e Gezer a atividade construtora de Salomão, sendo seu argumento refutado pela moderna evidência científica das datações com radiocarbono.<sup>641</sup> No afã de dar vida ao referido monarca, elaborou-se por mãos de Oded Golan uma fraude arqueológica que seria a primeira evidência extrabíblica a citar Salomão.<sup>642</sup> Descoberta a fraude, pode-se dizer que o monarca em questão permanece grandioso na narrativa bíblica e invisível para a Arqueologia.<sup>643</sup>

Apesar desses exemplos de informações desencontradas, o que se pode observar, na totalidade dos manuais analisados, é a permanência da sequência “histórica” apresentada na Bíblia. O Antigo Testamento continua sendo o guia para o estudo do Israel antigo na educação básica; a Arqueologia chega a ser mencionada, mas, sem nenhuma referência explícita ao modo como ela afetou e/ou tem afetado a interpretação da história antiga de Israel. De certo modo, o estudo deste tema na educação básica, em pleno século XXI, continua a dar-se em extrema similaridade aos conteúdos da “História Sagrada”, que, como visto, foram definidos em 1827.

---

<sup>639</sup> SER PROTAGONISTA, HISTÓRIA, 2013, p. 78.

<sup>640</sup> SOGGIN, J. A. *Nueva historia de Israel: de los Orígenes a Bar Kochba*. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 1999. p. 109-112.

<sup>641</sup> AntOr, 2008, p. 120.

<sup>642</sup> Há rumores de que Golan tentou vender sua fraude por 4 milhões de dólares. CLINE, 2009. p. 127.

<sup>643</sup> BERLESI, J. Bíblia, mídia e fundamentalismo: obstáculos para o estudo acadêmico da história antiga de Israel. *Protestantismo em Revista*, v. 34, 2014.

#### 5.4.2 Hebreus, israelitas e judeus

Resulta interessante observar que a quase totalidade<sup>644</sup> dos manuais sob análise utiliza o termo “história dos hebreus” para referir-se aos antigos israelitas. Embora possa parecer uma questão de menor importância, o uso de termos adequados é fundamental, sobretudo, considerando o conjunto de fontes disponíveis sobre a história em questão e, além disso, os distintos significados de tais termos.

Como visto, Philip Davies<sup>645</sup> sabiamente advertiu que é preciso considerar a existência de “Israéis”, dado que não há um sentido único para o termo “Israel” ao longo da história, uma vez que pode designar um território, uma unidade política ou um grupo etnorreligioso.<sup>646</sup> Do mesmo modo, o termo “hebreu” possui seus distintos significados inclusive dentro do próprio texto bíblico. Sobre isso destaca Lemche:

De acordo com a esmagadora maioria de exemplos do Velho Testamento, “hebreu” não é usado pelos israelitas como uma designação para si, nem mesmo em um sentido nacional. Um único grupo de textos destaca-se contra a aplicação geral - ou seja, exemplos do conto das pragas do Egito, que define Yahweh como o Deus dos hebreus. (tradução nossa).<sup>647</sup>

Nesse sentido, usar “história dos hebreus” como sinônimo de “história de Israel” certamente resulta num equívoco. Para além dos distintos significados do termo “hebreu”, é

---

<sup>644</sup> A exceção é o manual *Oficina de História*, que usa o termo “semitas”.

<sup>645</sup> DAVIES, 1992, p. 16-18.

<sup>646</sup> Sobre esse assunto veja-se também: HJELM, Ingrid. Lost and found? A non-Jewish Israel from Merneptah stele to the Byzantine period. In: HJELM, I.; THOMPSON, T. L. (Eds.). *History, Archaeology and The Bible Forty Years After “Historicity”*: Changing Perspectives 6. Abingdon: Routledge, 2016, p. 112-129.

<sup>647</sup> Texto original: “According to an overwhelming number of Old Testament examples, “Hebrew” is not used by Israelites as a designation for themselves, not even in a national sense. A single group of texts stands out against the general application – namely, examples from the tale of the plagues of Egypt, which defines Yahweh as the God of the Hebrews”. LEMCHE, 2013, p. 92.

preciso considerar que as raras fontes extrabíblicas<sup>648</sup> (Estela de Merneptah e Estela de Mesha) referem-se a Israel, e não a “hebreus”.<sup>649</sup>

No intuito de atestar a pertinência histórica do texto bíblico, houve um esforço de pesquisa no sentido de identificar o termo “hebreu” como correspondente ao termo “apiru” o qual é verificável nas Cartas de Amarna.<sup>650</sup> Entretanto, tal vinculação mostrou-se improcedente, sendo descartada há muito tempo pela pesquisa acadêmica.<sup>651</sup> Não obstante:

Herbet Donner afirma que “hebreu” não é uma designação que Israel tivesse utilizado preferencialmente e em todos os tempos para referir-se a si próprio. No Antigo Testamento encontram-se apenas trinta e três ocorrências do termo “hebreu”, em contraposição a mais de duas mil e quinhentas para “Israel”. Além disso, “hebreu” possui significados distintos ao longo da narrativa veterotestamentária. Note-se, por exemplo, as passagens bíblicas de Êxodo 21.2 (“Quando comprares um escravo hebreu, seis anos ele servirá; mas no sétimo sairá livre, sem nada pagar”) e Deuteronômio 15.12 (“Quando um dos teus irmãos, hebreu ou hebreia, for vendido a ti, ele te servirá por seis anos. No sétimo ano tu o deixarás ir em liberdade”) onde “hebreu” designa um escravo temporário, em contraponto, veja-se Jonas 1.9 (“Ele lhes disse: Sou hebreu e venero a Iahweh, o Deus do céu, que fez o mar e a terra”) [...] que se refere ao uso étnico da palavra.<sup>652</sup>

Contudo, para além do uso equivocado dos referidos termos, o que resulta mais preocupante nos manuais sob análise é o fato de, num pretenso capítulo sobre História Antiga, fazerem referência à criação do estado de Israel em 1948 como o retorno dos judeus ao seu “lar natal” do qual teriam sido expulsos pelos romanos. Na tentativa de introduzir o assunto, o

<sup>648</sup> Há, entretanto, nos anais assírios uma descrição do triunfo de Senaquerib, onde aparece o termo “judeu”. Porém, é preciso considerar que tal termo tem sua origem histórica apenas a partir da formação da província de Yehud; logo, é incorreto referir-se aos “israelitas” como “judeus” antes desse período, Moisés, por exemplo, é um personagem bíblico que não pode ser identificado como “judeu”. O referido registro assírio assim afirma: “Quanto a Ezequias, o judeu, ele não se submeteu ao meu jugo. Eu cerquei 46 de suas cidades-fortes, fortalezas fortificadas e incontáveis pequenos vilarejos em sua vizinhança. E eu as conquistei com rampas bem colocadas e aríetes trazidos para perto [das muralhas], [combinado com] ataques de soldados a pé usando minas, calçamento, como trabalho de solapadores. E conduzi para fora 200.150 pessoas, jovens e velhos, homens e mulheres, cavalos, mulas, jumentos, camelos, gado grande e gado pequeno, impossível de contar, e considerei [isso] saque. A ele [Ezequias] eu fiz prisioneiro em Jerusalém, sua residência real, feito pássaro na gaiola. Eu o cerquei com barricadas para impedir a fuga daqueles que saíam pelo portão da cidade. As suas cidades, que eu tinha saqueado, eu as tomei do seu país e as dei a Mitinti, rei de Asdod, a Padi, rei de Ekron, e a Sillibel, rei de Gaza. Assim eu reduzi seu país, mas eu ainda aumentei o tributo e os presentes devidos a mim”. KAEFER apud PRITCHARD, 2015. p. 96-97.

<sup>649</sup> CLINE, 2009, p. 17-23.

<sup>650</sup> As chamadas cartas de Tell Amarna são um conjunto de correspondências entre o Egito e os seus “vassallos” estabelecidos na região de Canaã. Nas referidas cartas, o termo *‘Apiru* também assume significados variados, ora designando, por exemplo, grupos de mercenários que vendiam sua força de trabalho, ora referindo-se aos mesmos como bandidos. Para maiores informações, Disponível em: GOTTWALD, N. K. *As tribos de Iahweh: Uma sociologia da religião de Israel liberto 1250-1050 a.C.* São Paulo: Paulus, 1986. p. 405-417.

<sup>651</sup> ROCCO, D. *Los Habiru*. Nuevos enfoques para un viejo problema. *RHIAO – Revista del Instituto de Historia Antigua Oriental*, Buenos Aires, FILO – UBA, v. 6, p. 113-124, 1982.

<sup>652</sup> BERLESI, J.; PFOH, E. A História Antiga de Israel e os novos horizontes de pesquisa. In: PORTO, V. C.; POZZER, K. M. P. (Org.). *Um outro mundo antigo*. São Paulo: Annablume, 2013. p. 69-70.

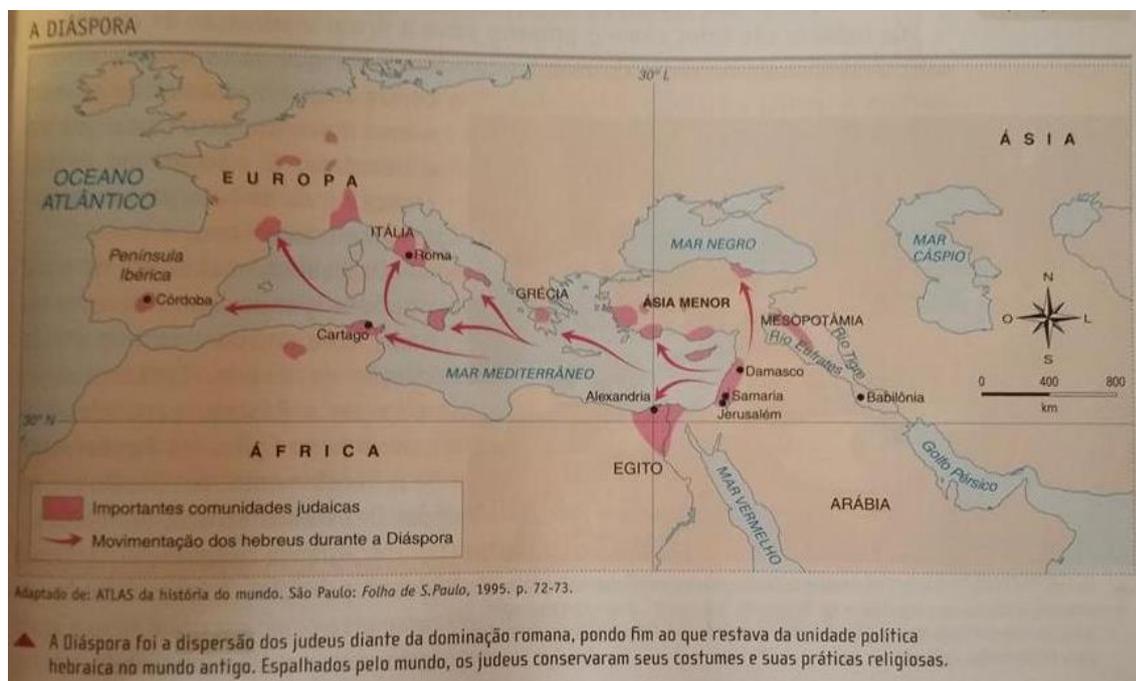
manual *Projeto Araribá* questiona: “Talvez você possa perguntar: se os judeus foram expulsos da Palestina, como hoje existe um Estado judaico na região?”<sup>653</sup>

Como visto, ao menos cinco das obras sob investigação procedem dessa maneira (*Estudar História, Vontade de Saber História, Jornadas História, Projeto Radix, Projeto Araribá*). A ideia de que os “judeus expulsos” sempre mantiveram o desejo de retornar para a Palestina é, segundo Sand, uma invenção do sionismo, que tenta estabelecer um vínculo sagrado entre a comunidade judaica e o território de Israel.<sup>654</sup> Tal percepção se faz presente em algumas obras aqui analisadas:

No ano 70 d.C., após uma violenta revolta, os judeus foram expulsos da Palestina e proibidos de retornar à sua terra. Eles se espalharam pelo Império Romano em um processo conhecido como **diáspora**, a dispersão em direção a regiões distantes. Mesmo separados em várias comunidades, os judeus mantiveram sua unidade cultural e religiosa ao longo de séculos graças à profunda crença em Deus e à esperança no retorno a Canaã.<sup>655</sup>

Há inclusive um mapa da Diáspora (ver Figura 10).

**Figura 10:** Mapa da diáspora.



Fonte: *Projeto Radix*, 2012, p. 129.

<sup>653</sup> *Projeto Araribá*, 2014, p. 133.

<sup>654</sup> SAND, 2011, p. 35-49.

<sup>655</sup> *Ser Protagonista*, 2013, p. 79.

Frente a esse aspecto, é importante considerar que, historicamente, não há como estabelecer uma relação de continuidade entre o “Israel” citado na Estela de Merneptah<sup>656</sup> (aproximadamente 1208 a.C.) e os judeus que viveram sob a dominação romana<sup>657</sup>; mesmo antes disso, ainda não está claro por quais motivos os habitantes da antiga Judá passaram a se denominar “Israel”.<sup>658</sup> Assim, resulta num equívoco ainda maior vincular os judeus do mundo contemporâneo aos distintos “Israéis” que integraram o cenário histórico do Levante no mundo antigo. Quanto à dificuldade de identificar um “Israel” histórico, declara Pfoh:

O termo “Israel” contém, como já indicamos, uma pluralidade semântica que deve ser considerada e historicizada em cada um dos contextos históricos em que aparece, o que implica estudar cada contexto em que é mencionado, distinguindo o contexto epigráfico-arqueológico do contexto bíblico. Sua muito provável menção na Estela de Merneptah pode referir-se a uma *unidade sócio-política tribal*, de dimensões desconhecidas e que provavelmente nunca conheceremos. Com o posterior reino de Israel, a identificação é mais *territorial e política* do que étnica e menos ainda religiosa: a população do reino era politeísta e não se observa a presença de um monoteísmo “nacionalista”, diferentemente do que lemos no Antigo Testamento; dito monoteísmo é posterior ao século VI a.C. Com relação ao reino de Judá, a identificação que podemos considerar corresponde também a uma descrição territorial e política como elementos aglutinadores predominantes. É a partir da dominação persa do antigo Oriente Próximo e, especialmente, durante a expansão do helenismo na Ásia ocidental que podemos encontrar uma identificação do termo “Israel” com um crescente significado *religioso*, levado a sua máxima expressão com o reinado teocrático dos macabeus. Não obstante, dita expressão tem como manifestação nas fontes escritas o termo “judeu”, um apelativo primeiramente geográfico, que denota aqueles que são oriundos da província de Yehud/Judeia e que posteriormente refere-se aqueles que praticam um determinado culto religioso.<sup>659</sup>

<sup>656</sup> Não é de fácil definição o “Israel” presente na referida estela; em todo caso, Henri Cazelles sustenta que se trata de: “[...] um Israel ainda não sedentarizado, visto que o nome é precedido de determinativo de tribos (o boomerang) e não de povos ou de cidades”. CAZELLES, 1986, p. 57.

<sup>657</sup> Na década de 1970, porém, o pastor Antonius Gunneweg lançou-se a árdua tarefa de escrever uma “História de Israel, dos primórdios até os nossos dias”, obviamente, estabelecendo uma errônea continuidade histórica entre o “antigo” e o “moderno” Israel. A referida obra conta com uma edição traduzida no Brasil: GUNNEWEG, 2005.

<sup>658</sup> WILLIAMSON, 2007, p. 55.

<sup>659</sup> Texto original: “El término «Israel» contiene, como ya indicamos, una pluralidad semántica que debe ser considerada e historizada en cada uno de los contextos históricos en los que aparece, lo cual implica estudiar cada contexto en el que es mencionado, distinguiendo el contexto epigráfico-arqueológico del contexto bíblico. Su muy probable mención en la Estela de Merneptah puede referir a una *unidad sociopolítica tribal*, de dimensiones desconocidas y de la cual no podemos establecer una identidad étnica. Este dato nos es desconocido y probablemente nunca lo sepamos. Con el posterior reino de Israel, la identificación es mayormente *territorial y política* antes que étnica y en absoluto religiosa: la población del reino era politeísta y no se observa la presencia de un monoteísmo ‘nacionalista’, a diferencia de lo que leemos en el Antigo Testamento; dicho monoteísmo es posterior al siglo VI a.C. Con respecto al reino de Judá, la identificación que podemos considerar corresponde a una adscripción también territorial y política, como elementos aglutinantes predominantes. Es a partir de la dominación persa del Próximo Oriente antiguo y, especialmente, durante la expansión del helenismo en Asia occidental que podemos encontrar una identificación del término «Israel» con una creciente adscripción *religiosa*, llevada a su máxima expresión con el reinado teocrático de los macabeos. No obstante, dicha expresión tiene como manifestación en las fuentes escritas al término «judío», un apelativo primeramente geográfico, que denota a quienes provienen de la provincia de

Além disso, os manuais em questão apresentam a diáspora como um fato histórico, entretanto, não há como fazer tal afirmação do ponto de vista da pesquisa histórica. Como bem destacou o Prof. Donald Sasson, ao introduzir uma palestra de Shlomo Sand,<sup>660</sup> não há paralelo na história romana que sustente a deportação em massa de toda uma civilização. Desse modo, a pretensa expulsão dos judeus em 135 d.C. carece de evidências sólidas para sua comprovação.<sup>661</sup> Não obstante, é importante destacar que, mesmo antes do anos 70 d.C., já existiam comunidades judaicas estabelecidas fora do território da Palestina.<sup>662</sup>

Outro problema reside no fato de apresentar o moderno estado de Israel como território dos judeus, como se fosse possível supor que este grupo humano manteve-se hermético por milênios até o momento de seu retorno para a “terra prometida”. Frente a isso, é preciso ter clareza de que não existe uma “raça judia”, ou melhor, não há como determiná-la biologicamente.<sup>663</sup> A comunidade judaica contou com uma miscigenação intensa, além de, evidentemente, ter incorporado elementos étnicos do norte da África, do Mediterrâneo europeu e da Ásia ocidental que se converteram ao judaísmo ao longo da história.<sup>664</sup>

Logo, é preciso ter em mente que o judaísmo também teve seu caráter proselitista. Ademais, há que se reconhecer que parte da comunidade judaica remanescente na antiga Palestina acabou aderindo ao cristianismo e posteriormente ao Islã em diferentes momentos: “[...] a ocupação da Palestina no século IV pelo império bizantino conduziu muitos a conversão ao cristianismo e, depois, com a ocupação islâmica do Levante, por volta do século VII, à conversão ao Islã por razões principalmente pragmáticas [...]”.<sup>665</sup>

Apresentar a criação do Estado (1948) como sendo o retorno da diáspora se insere no mesmo imaginário que a arqueologia nacionalista israelense elaborou para criar uma identidade nacional a indivíduos oriundos das diversas partes do mundo (como visto no Capítulo 2). Assim, por exemplo, vemos no manual *Vontade de Saber História*: “Em 1948, as populações judaicas de todo o mundo comemoraram a criação do Estado de Israel.

Yehud/Judea, y que posteriormente refiere a quienes practican un determinado culto religioso” (PFOH, 2015, p. 8).

<sup>660</sup> Trata-se de uma palestra ocorrida em Londres em virtude do lançamento da obra “A invenção da terra de Israel”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xfbq6EIEsAM>. Acesso em: 29 jun. 2016.

<sup>661</sup> O Prof. Shlomo Sand é enfático ao afirmar que a expulsão dos judeus pelos romanos é um mito. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vQb5chFPad8>. Acesso em: 29 jun. 2016.

<sup>662</sup> PFOH, E. *Memoria, Historiografía y Política*: Shlomo Sand y la invención del pueblo judío. Estudios de Asia y Africa 48/3, Ciudad de Mexico: Colmex, 2013. p. 819.

<sup>663</sup> PFOH, 2013, p. 821.

<sup>664</sup> PFOH, 2013, p. 819.

<sup>665</sup> Texto original: “[...] la ocupación de Palestina en el siglo IV por el imperio bizantino condujo a muchos a la conversión al cristianismo y, luego, con la ocupación islámica del Levante, a mediados del siglo VII, a la conversión al islam, por razones mayormente pragmáticas [...]”. PFOH, 2013, p. 819.

Oficialmente um Estado judeu, Israel ocupa parte do território que pertenceu aos antigos reinos de Judá e Israel”.<sup>666</sup> Vincular a criação do Estado com o retorno dos judeus a sua “terra prometida” é um equívoco pelo simples fato de querer transparecer que as comunidades judaicas dispersas pelo mundo são, na verdade, todas originárias dos patriarcas bíblicos, ou, ao menos, possuem uma origem comum. Tal suposição não é pacífica nem mesmo dentro de tais comunidades, caso dos judeus negros da Etiópia (pejorativamente chamados de *falashas*), que não foram pacificamente aceitos no moderno estado de Israel – note-se, por exemplo, a polêmica ocorrida na década de 1990 quanto à não aceitação da doação de sangue de judeus etíopes.<sup>667</sup>

#### 5.4.3 A questão do monoteísmo

A abordagem dos livros didáticos sobre o tema da religião de Israel revela-se absolutamente generalizante e simplista. A afirmação de que o “monoteísmo é a principal característica dos hebreus” demonstra uma imensa falta de conhecimento do processo de construção do ideário monoteísta. Sobre esse aspecto é interessante notar como os manuais em tela silenciam quanto às influências e heranças politeístas na religião de Israel mesmo quando elas são gritantes: em realidade apenas uma das obras sob análise contém informações desse gênero. Sendo assim:

Diversos estudos apontam no monoteísmo judeu a presença de elementos politeístas das civilizações antigas. Um dos exemplos disso é a história do dilúvio, segundo a qual Noé conseguiu sobreviver a uma inundação construindo uma arca. Esse episódio – relatado na Bíblia – seria uma adaptação do Épico de Gilgamesh, poema sobre um rei da Mesopotâmia, escrito por volta de 2000 a.C. Segundo o filósofo francês Voltaire (1694-1778), o judaísmo é resultado da influência das religiões de diferentes povos. Ele afirma que os hebreus tomaram emprestado dos fenícios o nome de Deus; dos persas, a crença na existência de anjos e na luta entre o Bem e o Mal; e dos egípcios, a prática da circuncisão.<sup>668</sup>

O que deveria ser uma informação amplamente conhecida e divulgada revela-se, na verdade, uma absoluta ausência nos manuais didáticos, mesmo nos de ensino médio, os quais, em tese, teriam condições de trabalhar informações mais densas com o corpo discente. Ao que parece, ainda vigora uma abordagem da religião de Israel que não se contrapõe à tradição

<sup>666</sup> VONTADE DE SABER HISTÓRIA, 2012, p. 119.

<sup>667</sup> CARVALHO, Francisco de Assis Moreno. *Judeus Etíopes: Origens e Destinos*. Disponível em: [www.revistas.usp.br/cilh/article/download/83490/86438](http://www.revistas.usp.br/cilh/article/download/83490/86438). Acesso em: 23 jun. 2016.

<sup>668</sup> AZEVEDO, SERIACOPI apud Nascimento, p. 72.

cristã justamente para evitar, como visto, um processo de “dessacralização” da mesma.<sup>669</sup> De outra parte, há várias referências ao fato de que o monoteísmo da religião judaica serviu de base para o cristianismo e o islã<sup>670</sup> como se o referido monoteísmo tivesse “nascido pronto” ou tivesse sido arquitetado divinamente por meio da *revelação* ao “povo escolhido”, de tal modo, afasta-se de uma abordagem crítica da fé monoteísta, desconsiderando-se por completo o seu longo processo de construção.<sup>671</sup>

Além disso, há graves equívocos no que concerne à cronologia. Erroneamente, do ponto de vista histórico, mas pautando-se na informação bíblica, há obras que apresentam o monoteísmo como uma característica indelével de Israel desde sua origem, com o patriarca Abraão. De tal modo:

Segundo a Bíblia, Deus (Iahweh, Javé ou Jeová em hebraico) ordenou a Abraão que conduzisse seus familiares para a Palestina, naquela época chamada de Canaã. A nova terra seria um presente de Deus aos descendentes de Abraão. A condição para isso era deixar de cultuar outras divindades e acreditar num único Deus.<sup>672</sup>

E ainda:

Por volta de 1800 a.C., a Palestina foi ocupada pelos hebreus, um povo de origem semita. [...] Os hebreus eram monoteístas, isto é, acreditavam na existência de um deus único, que chamavam de Javé. De acordo com sua crença, Javé havia feito uma aliança com os hebreus: se eles fossem obedientes, Javé os protegeria e daria a eles a Terra de Canaã. Por causa dessa aliança, Canaã ficou conhecida como a Terra Prometida dos hebreus.<sup>673</sup>

Além dos problemas cronológicos<sup>674</sup> existe, de igual modo, uma tendência a separar Israel do contexto do antigo Levante, mostrando a excepcionalidade dos “hebreus” em relação

<sup>669</sup> ALÉTHEIA, 2014, p. 36.

<sup>670</sup> Alguns exemplos: “Com base na crença no Deus Único e Supremo (criador do Universo, onipotente e onisciente), os hebreus constituíram o judaísmo, cujos princípios fundamentais fazem parte do cristianismo e do islamismo”. (*História Global*, p. 82); “Os hebreus são tidos como o primeiro povo a firmar a adoração de apenas um deus [...] O monoteísmo de sua crença serviu de base para o cristianismo e o islamismo” (*Projeto Radix*, p. 130); “O judaísmo influenciou outras religiões monoteístas, como o cristianismo e o islamismo, fundadas, respectivamente, no século I e VII d.C.”. *Jornadas História*, p. 165.

<sup>671</sup> REIMER, 2009; CROATTO, 2001.

<sup>672</sup> ESTUDAR HISTÓRIA, p. 120.

<sup>673</sup> VONTADE DE SABER HISTÓRIA, 2012, p. 110.

<sup>674</sup> Outros manuais apresentam cronologias variadas. Por exemplo: “Segundo a Bíblia, foi durante uma caminhada de cerca de 40 anos que Moisés recebeu de Deus, no Monte Sinai, duas tábuas com os Dez Mandamentos (Decálogo). Conta-se que, desde então, os hebreus passaram a adorar um só Deus, Jeová, ou **Iahweh**.” (*História, Sociedade & Cidadania*, p. 86). E ainda: “Cerca de 1200 a.C., em meio ao enfraquecimento do poderio egípcio em Canaã, as tribos hebraicas iniciaram o seu processo de expansão, conquistando algumas cidades (Jericó, por exemplo) e disputando o controle da região com os mais diversos povos. É também o período da difusão do **monoteísmo**, ou seja, a crença na existência de um único deus, em contraste com as inúmeras religiões politeístas de Canaã.” (*Oficina de História*, p. 62).

aos seus vizinhos.<sup>675</sup> Dessa maneira: “Diferentemente dos demais povos do Oriente na Antiguidade, os hebreus eram monoteístas, ou seja, acreditavam na existência de um deus único, Yahweh (Javé ou Jeová)”.<sup>676</sup> Tal informação, entretanto, demonstra uma absoluta falta de conhecimento do contexto circunvizinho de Israel, dado que a suposta “excepcionalidade” dos “hebreus” não resiste ao confronto com a evidência arqueológica e epigráfica,<sup>677</sup> a qual aponta para o fato de que as matizes religiosas perceptíveis na sociedade veteroisraelita absorveram as divindades de outras sociedades que habitaram o Levante. Prova disso reside nos nomes divinos presentes na Bíblia, os quais já eram conhecidos antes da formação de Israel.<sup>678</sup> Até mesmo o deus YHWH (Javé) teria sido uma criação estrangeira (não surgida em Israel);<sup>679</sup> assim, não há muita originalidade na tradição religiosa dos “hebreus”, o que se evidencia, até mesmo, na forma de a divindade apresentar-se:

Por mais significativo que seja o frequente “Eu sou Javé” no AT, esta forma de falar como tal provém do *politeísmo*. A divindade se apresenta pelo *nome*, para que o interlocutor saiba quem ele tem diante de si (compare Gn 17.1; Ex 6.2 P com Gn 45.3). No Antigo Oriente, a divindade geralmente usa um nome que a define e distingue de outras. Só o nome da divindade permite que se possa falar dela e com ela; pois somente pelo fato de ela ter um nome e agir como pessoa denominada, os mitos podem falar sobre os deuses e seus feitos.<sup>680</sup>

Não obstante, a consolidação da fé monoteísta foi um processo que se arrastou por séculos:

[...] a construção de um ideário monoteísta estendeu-se do século IX a.C. ao século V a.C. Sendo que os profetas e os redatores bíblicos desempenharam papel fundamental para tanto. Elias (I Reis 19) e Oseias (Os 1 a 3) e também Jeremias e Ezequiel são os casos mais explícitos da atuação dos profetas. Para Reimer, é perceptível dentro do AT a evolução do caráter de deus sendo que nos salmos Javé é apresentado como rei, assim tem-se a ideia de um deus-rei. Na sequência, as

<sup>675</sup> Para uma análise da influência de outras sociedades antigas na religião de Israel, Disponível em: BOTTÉRO, J. *No começo eram os deuses*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

<sup>676</sup> *Projeto Araribá*, 2014, p. 135.

<sup>677</sup> Note-se, por exemplo, as inscrições encontradas em Kuntillet Ajrud que apresentam oferendas para Javé e sua Asherá, colocando a deusa Asherá no papel de esposa de Javé. Disponível em: CROATTO, J. S. *La Diosa Asherá en el antiguo Israel: el aporte epigráfico de la arqueología* (2001). Disponível em: [www.severinocroatto.com.ar](http://www.severinocroatto.com.ar). Acesso em: 12 ago. 2009.

<sup>678</sup> Veja-se, por exemplo, a adoção do deus El na Bíblia o qual figurava como a divindade principal do panteão de Ugarit. VEIGA, D. S.. *Entre o céu e a terra: a figura do mensageiro divino nas religiões cananea e israelita e sua função como mediador da justiça nas suas respectivas sociedades*. *Revista Jesus Histórico*, v. 15, p. 150-168, 2015.

<sup>679</sup> Veja-se o debate em: KAUFMANN, Y. *A religião de Israel: do início ao exílio babilônico*. São Paulo: Perspectiva, 1989, p. 240-243; SCHMIDT, W. H. *A fé do Antigo Testamento*. São Leopoldo: EST/Sinodal, 2004, p. 106-113.

<sup>680</sup> SCHMIDT, 2004, p. 98.

reformas religiosas de Ezequias e Josias buscaram afirmar um “deus nacional”, ou seja, um deus unicamente do povo de Israel. Será apenas no livro de Isaías (Is 44,6) que aparecerá uma espécie de monoteísmo universal, onde Javé torna-se o senhor de toda humanidade existente. Nesse processo a canonização dos textos bíblicos no século V a.C. terá um papel vital no que concerne a estruturação das ideias e doutrinas oficiais do culto monoteísta.<sup>681</sup>

Ao que tudo indica, o monoteísmo foi precedido pela monolatria, ou seja, a adoração a um conjunto de divindades dentre as quais uma se destaca como a mais importante. Nesse aspecto, a própria informação bíblica assim aponta em Salmos 82:1:<sup>682</sup> “Deus preside, na assembleia divina, em meio aos deuses ele julga” (*Bíblia de Jerusalém*). O referido versículo demonstra explicitamente a existência de um panteão de divindades no qual uma delas assume uma posição de destaque. Não obstante, o mencionado texto bíblico reveste-se de uma importância ainda maior quando analisado o termo em hebraico que designa “Deus” e “deuses”: em realidade o mesmo vocábulo *elohim* é utilizado para referir-se a divindade no singular e no plural.<sup>683</sup>

Se os livros didáticos insistem em propor que a Bíblia é a “fonte principal”, sem dúvida, o tema da religião de Israel configura-se em um palco privilegiado para o uso da informação bíblica, não para confirmar as generalizações quanto à fé monoteísta, mas, pelo contrário, para contrapô-las. É evidente que não se trata de propor aqui uma análise do texto bíblico em hebraico até porque tal exercício seria incompatível com o ambiente de sala aula. Entretanto, mesmo uma boa tradução da Bíblia em língua nacional poderia servir como uma fonte extremamente útil para evidenciar a presença de outras divindades no Antigo Testamento, as quais, sabidamente, foram adotadas do contexto circunvizinho de Israel. Exemplo dessa situação é o deus “El”, divindade principal do panteão cananeu, que, embora tenha se tornado um termo genérico para “deus”, é, na verdade, uma divindade com nome próprio a qual, inclusive, está relacionada ao nome “Isra-el”.<sup>684</sup>

<sup>681</sup> BERLESI, J. “Eu sou Yhwh teu deus”: considerações sobre o processo de monoteização masculina no antigo Israel. In: OLIVEIRA, J. P. G.; RODRIGUES, D. S.; SILVA, J. B. do C.; MENDES, O. da C. (Org.). *Educação, Ciência e Desenvolvimento na Amazônia Tocantina*. Cametá: UFPA, 2011.

<sup>682</sup> Para uma discussão mais elaborada a respeito, veja-se a dissertação de mestrado de Rogério Lima de Moura: “O Concílio dos Deuses no Salmo 82 e na Literatura Ugarítica”. Disponível em: [http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde\\_arquivos/6/TDE-2013-02-01T152943Z1184/Publico/Rogério%20moura.pdf](http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_arquivos/6/TDE-2013-02-01T152943Z1184/Publico/Rogério%20moura.pdf). Acesso em: 11 jul. 2016.

<sup>683</sup> De fato o termo *elohim* significa literalmente “deuses”, porém o mesmo termo é amplamente utilizado no Antigo Testamento para referir-se a “deus” no singular. Na clássica teoria JEDP formulada por Wellhausen, a narrativa bíblica alterna-se especialmente entre “Javé” e “Elohim”, de modo que há uma *narrativa javista* (que usa o termo Javé para referir-se a deus) e uma *narrativa eloísta* (que, por sua vez, usa o termo Elohim). Para mais informações sobre a diferença entre as mencionadas narrativas. Veja-se em: SHREINER, 2004, p. 131-167.

<sup>684</sup> SCHMIDT, 2004, p. 223.

Na narrativa bíblica, são perceptíveis divindades que ocuparam lugar de destaque nas celebrações religiosas da sociedade veteroisraelita. Um caso desse gênero, por exemplo, é o da deusa Asherá, a qual contava com uma representação sua dentro do templo de Jerusalém (II Reis 21:7; II Reis 23:4; II Reis 23:7), além de ter um considerável número de profetas dedicados ao seu culto (I Reis 18:19). A deusa Asherá chegou a ser cultuada por membros da família real (I Reis 15:13), o que demonstra que sua veneração não era algo marginal, ou melhor, não se tratava de uma devoção “clandestina” típica da religiosidade popular,<sup>685</sup> outrossim, era ampla, pública e notória, permeada inclusive entre as camadas mais elevadas da sociedade veteroisraelita.<sup>686</sup>

Em realidade, o uso adequado da informação bíblica, especialmente no que se refere à religião de Israel, demonstra de uma maneira bastante nítida que o ideário monoteísta foi construído por meio de um trabalho árduo que envolveu, entre outros agentes, os próprios redatores do texto bíblico. Nesse particular é de especial relevância mencionar os versículos de Ex 6: 2-3, os quais demonstram claramente a ação dos redatores na tentativa de retrojetar o deus Javé para os primórdios da história de Israel: “Deus falou a Moisés e lhe disse: ‘Eu sou Iahweh. Apareci a Abraão, a Isaac e a Jacó como El Shaddai; mas meu nome Iahweh, não lhes fiz conhecer’” (*Bíblia de Jerusalém*).

Assim, resta evidente que o uso do texto bíblico para a tarefa historiográfica pode, eventualmente, ter valor de acordo com o tema a ser pesquisado.<sup>687</sup> No entanto, embora seu uso possa ser útil para uma história da religião de Israel, certamente não o é para uma história política de Israel. Contudo, mesmo no campo de uma história da religião, é preciso considerar que há uma considerável diferença entre as práticas religiosas da antiga Palestina e aquelas apresentadas pelos redatores bíblicos:

O Antigo Testamento não descreve uma religião que poderia ser encontrada na Palestina, nos tempos antigos; em vez disso, a religião israelita deve ser estudada à luz do sentimento judaico posterior. Pode-se também colocar a questão da seguinte maneira: no campo coberto pelos estudiosos do Antigo Testamento, duas religiões são susceptíveis de existir lado a lado. Por um lado, há a religião bíblica, uma forma

<sup>685</sup> Na América Latina contemporânea, há vários exemplos de religiosidade popular que contrastam com as determinações das autoridades religiosas. No caso do catolicismo argentino, por exemplo, mesmo sem o reconhecimento oficial da Igreja Católica, há um importante culto em devoção ao “Gauchito Gil”, considerado um santo por seus devotos. Para mais informações, Disponível em: MAYO, M. F. El Gauchito Gil: la expansión de un culto popular con el desarrollo de la crisis argentina. *Cádiz: Revista de Historia*, v. 21, p. 104-111, 2007.

<sup>686</sup> BERLESI, 2011, p. 105.

<sup>687</sup> Em todo caso, a Bíblia não pode ser tomada como fonte primária, como bem explicita o Prof. Milton Schwantes: “[...] os textos bíblicos só de maneira indireta podem ser avaliados como documentos históricos. Em si são testemunhos de fé”. SCHWANTES, 2008, p. 14..

literária da religião que é geralmente considerada como uma verdadeira expressão da antiga religião israelita. Por outro lado, temos uma variedade de religião da Ásia Ocidental, que os escritores do Antigo Testamento quase nunca permitem que fale por si mesma, mas que, em vez disso, é principalmente descrita em termos desconexos e fortemente criticada como desvio religioso. (tradução nossa).<sup>688</sup>

Como tentamos demonstrar ao longo desta investigação, a larga distância temporal entre os eventos narrados e sua fixação por escrito comprometem a pertinência histórica da informação,<sup>689</sup> sem contar, evidentemente, as inúmeras interpolações ocorridas no texto bíblico, dado que o mesmo passou por incontáveis revisões até o momento de sua canonização.<sup>690</sup> Não obstante, o Antigo Testamento não foi redigido com o objetivo de ser um livro de História; logo, é um equívoco considerá-lo como tal.

Para além dessas informações, é fundamental considerar que não há como comprovar uma continuidade histórica entre o Israel citado na Estela de Merneptah e o Israel dos judaísmos vigentes na Palestina helenizada. Da mesma forma, é preciso ter ciência dos diferentes significados do termo “Israel” ao longo do tempo. Nesse sentido, na tentativa de responder “quando começa a história de Israel na antiga Palestina?”, Emanuel Pfoh afirma:

[...] diante da evidencia do que parece ser uma pluralidade de referentes históricos relativos ao termo “Israel” (uma unidade tribal, uma formação sócio-política identificada com um território, uma comunidade etnorreligiosa), pensamos que a pergunta inicial [...] que dá título a essas notas deve ser reconsiderada: dado que não existe uma continuidade homogênea de um antigo povo israelita desde Merneptah até Bar Kochba, em lugar de uma “história do Israel antigo” – que devido a polissemia do termo “Israel” remete antes a uma história de dito termo do que a uma história de um povo ou de uma etnia – devíamos desenvolver o labor de produção historiográfica na tentativa de elaborar *histórias da antiga Palestina*, no marco geral das quais a pluralidade de manifestações culturais, religiosas e étnicas, além dos processos políticos, econômicos e demográficos (entre eles, aqueles vinculados com o conceito de “Israel”), sejam compreendidos de acordo com sua diversidade temporal e espacial em uma só região através dos tempos. É a partir desse entendimento da história do território e das sociedades da antiga Palestina que o termo “Israel” pode decompor-se em diversos significados, que não são exclusivos do passado de um só povo mas sim que, na antiguidade pré-cristã, remeteram a diversas realidades tribais, territoriais, políticas e religiosas na região. (tradução nossa).<sup>691</sup>

<sup>688</sup> Texto original: “The Old Testament does not describe a religion that could be found in Palestine in ancient times; rather, Israelite religion must be studied in the light of later Jewish sentiment. One could also put it in the following manner: in the field covered by Old Testament scholars, two religions are likely to exist side by side. On the one hand, there is the biblical religion, a literary form of religion which is usually considered to be a true expression of ancient Israelite religion. On the other hand, we have a variety of west Asian religion, which Old Testament writers hardly ever allow to speak for itself, but which, instead, is mostly described in desultory terms and heavily criticized as religious abuse”. LEMCHE, 2013, p. 169.

<sup>689</sup> Como visto, já na década de 1930 Adolphe Lods alertava para este fato em sua obra *Israël, dès origines au milieu Du VIII siècle*.

<sup>690</sup> RÖMER, T.; DAVIES, P. R. (Eds.). *Writing the Bible: Scribes, Scribalism and Script*. Durham: Acumen Publishing, 2013.

<sup>691</sup> Texto original: “[...]ante la evidencia de lo que parece ser una pluralidad de referentes históricos relativos al término «Israel» (una unidad tribal, una formación sociopolítica identificada con un territorio, una comunidad etno-religiosa), pensamos que la pregunta inicial [...] que da título a estas notas debe ser

Frente ao exposto, restam evidentes os desafios a serem superados para uma atualização do estudo do referido tema. A influência do texto bíblico na interpretação de dita história ainda é dominante no cenário educacional brasileiro. Contudo, é necessário avançar no sentido de um rompimento com o paradigma vigente, o que demanda, entre outros elementos, uma atualização bibliográfica nos cursos de formação de professores, o que poderá gerar a massa crítica necessária para a revisão do referido conteúdo nas publicações disponíveis para o ensino fundamental e médio.

---

reconsiderada: puesto que no existe una continuidad homogénea de un pueblo israelita antiguo desde Merneptah hasta Bar Kojba, en lugar de una ‘historia del antiguo Israel’ – que debido a la polisemia del término «Israel» remite antes a una historia de dicho término que a una historia de un pueblo o de una etnia –, deberíamos enmarcar la labor de producción historiográfica atendiendo a elaborar *historias de la antigua Palestina*, en el marco general de las cuales la pluralidad de manifestaciones culturales, religiosas y étnicas, a la par de los procesos políticos, económicos y demográficos (entre ellos, aquellos vinculados con el concepto «Israel»), sean comprendidos de acuerdo con su diversidad temporal y espacial en una sola región a través de los tiempos. Es a partir de este entendimiento de la historia del territorio y de las sociedades de la antigua Palestina que el término «Israel» puede descomponerse en diversos significados, que no son exclusivos del pasado de un solo pueblo sino que, en la antigüedad precristiana, remitieron pues a diversas realidades tribales, territoriales, políticas y religiosas en la región”. PFOH, 2015, p. 10.



## 6 CONCLUSÃO

Tendo em vista as considerações feitas ao longo da presente investigação, podemos então passar a apresentar as conclusões com base nos dados levantados. Uma das primeiras situações que se constata é a de que professores/licenciados em História são majoritariamente formados sem a necessária instrução dos conhecimentos de História Antiga, dado que, como visto, os profissionais antiquistas estão, em média, em apenas 17% das licenciaturas em História. O quadro torna-se ainda mais crítico no caso das instituições privadas, entre as quais ocupam um importante espaço as de pequeno e médio porte: faculdades ou centros universitários. Em tais instituições, comumente, vigora uma política de redução de custos que, em consequência, acarreta um corpo docente diminuto, no qual dificilmente atuará um docente especializado em História Antiga.

Para além desses dados, resulta importante ressaltar que a trajetória da disciplina de História Antiga em solo nacional desenvolveu-se atrelada ao passado clássico (Grécia e Roma) e a dispersão geográfica de profissionais antiquistas pelo país passou a dar-se apenas no século XXI. Por sua vez, os estudos pertinentes ao passado vétero-oriental desenvolveram-se tardiamente no Brasil e estiveram centrados nas grandes potências do Oriente Antigo: Egito e Mesopotâmia, de modo que a história antiga de Israel resultou como um órfão acadêmico em meio à comunidade brasileira de historiadores.

A abordagem precária da referida temática em nível de graduação reflete-se, evidentemente, nas pós-graduações em História, nas quais o espaço destinado às temáticas da História Antiga oriental é igualmente diminuto. Ademais, a própria estrutura de funcionamento das agências nacionais de fomento a pesquisa possui uma representatividade quase exclusiva de pesquisadores do passado nacional, de modo que há uma primazia deste no que se refere à destinação de verbas públicas, dificultando, em grande medida, o financiamento de pesquisas pertinentes ao passado oriental, sobretudo aquelas que demandam levantamento de dados no estrangeiro (Oriente Médio). Logo, é raro que um pesquisador brasileiro tenha condições de acessar fontes primárias do seu objeto de estudo.

Tal cenário, certamente, ajuda a entender o estado de precariedade da história em questão no ensino fundamental e médio. As temáticas pertinentes ao Israel antigo são precariamente abordadas nos cursos de formação de professores com base em bibliografias

desatualizadas ou, ainda, como visto, sequer são abordadas dentro da(s) disciplina(s) de História Antiga que integra(m) a matriz curricular da graduação, o que ocorre, inclusive, em instituições de prestígio, tais como UFRJ e UNB. Assim, os futuros docentes de História terão que trabalhar com temáticas com as quais não tiveram contato durante sua formação ou apenas um contato superficial, o que, em grande medida, os remete para o auxílio do livro didático. Este, de igual modo, também é portador de uma interpretação equivocada da história antiga de Israel, calcada em uma lógica da repetição de conteúdos que em muito se assemelham ao currículo nacional definido pelos legisladores de 1827 (a primeira parte da trilogia da História Sagrada).

Além disso, vigora nos manuais didáticos em uso na educação básica uma percepção da história antiga de Israel em plena harmonia com o relato contido na Bíblia. Apesar das advertências de que o Antigo Testamento não é a única fonte para o estudo do antigo Israel, raros são os questionamentos quanto à pertinência histórica das informações nele apresentadas. De igual modo, há um uso exacerbado da narrativa bíblica, referindo-se inclusive a passagens miraculosas (travessia do Mar Vermelho), o que flerta fortemente com a noção de intervenção divina na História, algo refutável do ponto de vista do historiador profissional.

É claro, porém, que a interferência direta de deus em favor dos israelitas era algo plenamente possível do ponto de vista dos redatores bíblicos; contudo, tal percepção é imensamente distinta da moderna concepção sobre a história humana. Nesse sentido, é preciso ter plena clareza da noção de história que permeia o texto bíblico e da sua distinção em relação à moderna concepção. Como bem apontou Philip Davies, o relato bíblico não fornece explicações de cunho social, político ou econômico; os eventos são meramente decorrentes da vontade divina. Logo, para os redatores bíblicos, a história é, em primeira instância, o palco da atuação de deus.

Entretanto, como observado, a ausência de historiadores no estudo acadêmico da história antiga de Israel é um fenômeno internacional, dado que o referido tema desenvolveu-se, especialmente, nos institutos e seminários de Teologia. Em fase posterior, em especial a partir da transição do século XIX para o XX, a Arqueologia passou a figurar como outra importante frente de estudos acerca do passado veteroisraelita, embora, é verdade, tenha permanecido por longos anos como uma disciplina auxiliar da exegese bíblica no intuito de atestar a veracidade da narrativa contida no Antigo Testamento.

No decorrer do processo de escrita da história em questão, houve um absoluto descuido com questões teórico-metodológicas próprias da História, dado que grande parcela

dos manuais de “História de Israel” acabou comportando um caráter nitidamente positivista e em plena harmonia com a narrativa veterotestamentária. De igual modo, a própria exegese histórico-crítica, apesar de algumas contribuições importantes, foi capaz de gerar um passado idealizado do antigo Israel, forjado essencialmente com base na própria informação bíblica, mas carente de sustentação nas evidências materiais.

Para além disso, a história antiga de Israel permaneceu por longo tempo refém da percepção *êmica*, uma vez que seus pesquisadores possuíam uma relação emocional com o tema. No Brasil não foi diferente, como se pode notar por meio de um estudo prosopográfico, o tema “Israel antigo” atrai/atraiu pesquisadores envolvidos no perfil “étnico-religioso”. Em nível internacional, tal perfil, por vezes, foi prejudicial para a pesquisa pelo fato de que se partia *a priori* de uma convicção na veracidade do texto bíblico sem a necessidade de contrastá-lo com a evidência extrabíblica, como ficou demonstrado, por exemplo, no uso do versículo de I Reis 9:15, com o qual Ygael Yadin tentou comprovar a atividade construtora de Salomão.

Considerando todo o exposto no decorrer da tese, percebe-se que a Bíblia não pode ser considerada fonte primária para a elaboração de uma história de Israel, seja por sua larga distância temporal entre os eventos e sua fixação por escrito, seja pela própria ideologia de seus redatores, que privilegiaram Judá (Sul) em detrimento de Israel (Norte). Nesse sentido, a narrativa bíblica, como qualquer outra fonte, não é neutra; contudo, a historiografia sobre o Israel antigo nem sempre soube ponderar adequadamente tal compreensão.

Assim, permanece absolutamente válido o questionamento levantado por Soggin: por onde começar uma história de Israel? Como visto, Pixley optou por desconsiderar os patriarcas e começar pelo Êxodo; o próprio Soggin, em sua época, sugeriu que os primórdios de dita história remontam a monarquia unida de Davi e Salomão, e, em anos mais recentes, Finkelstein sugeriu que um Israel histórico é detectável com Josias ao sul e com a dinastia de Onri ao norte.

Em verdade, o papel atribuído às evidências arqueológicas e epigráficas atualmente foi capaz de proporcionar uma profunda mudança de sentido na interpretação da história antiga de Israel, de modo que não há mais consenso sobre a possibilidade de, efetivamente, se escrever uma “História de Israel”. A opção mais recente tem sido proceder a uma “História da Antiga Palestina” na qual os “Israeís” são considerados em pé de igualdade com os demais grupos humanos que habitaram o Levante.

O que parece claro, entretanto, é que a sequência histórica presente na Bíblia não encontra correspondência nas evidências materiais conhecidas até então, o que conduz ao questionamento: em que medida a Bíblia pode ser **realmente** útil para a reconstrução do passado de Israel no Antigo Levante? Sem dúvida, essa é uma pergunta para a qual a academia ainda não possui uma resposta conclusiva. Entretanto, do ponto de vista da pesquisa atual, como bem destacaram Römer e Davies, há uma tendência crescente no sentido de considerar que os textos bíblicos provavelmente foram escritos para inventar uma tradição, e não para gravar a memória de acontecimentos.

Ao que tudo indica, a tradicional trajetória histórica de Israel presente na Bíblia (patriarcas, escravidão no Egito, Êxodo, conquista militar de Canaã, Juízes, Monarquia unida, Exílio etc.) pertence unicamente ao campo da literatura (no sentido ficcional), ou seja, não há como considerar histórico esse conjunto de acontecimentos relativos ao passado de Israel. Logo, é possível e necessário proceder ao estudo do referido tema dando primazia às fontes materiais contemporâneas aos eventos. Tal opção metodológica é capaz de revelar uma história de Israel absolutamente distinta daquela apresentada no texto bíblico e que reverberou por longo tempo na historiografia pertinente ao referido tema. É preciso, porém, que essa percepção chegue aos cursos de formação de professores e conseqüentemente à educação básica, objetivo pelo qual desenvolvemos esse estudo.

## REFERÊNCIAS

ABU EL-HAJ, Nadia. *Archaeology and National Identity in Israel*. Disponível em: <http://fathom.lib.uchicago.edu/1/777777190209/>, acesso em 14/09/2010. 2002.

ALBRIGHT, W. F. *The Archaeology of Palestine and the Bible*. New York: Fleming H. Revell. 1932.

\_\_\_\_\_. *From the Stone Age to Christianity*. Baltimore: The Johns Hopkins Press. 1948.

\_\_\_\_\_. *Archaeology, Historical Analogy, and Early Biblical Tradition*. Baton Rouge: Louisiana State University, 1966.

ALT, A. *Terra Prometida*. Ensaio sobre a História do Povo de Israel. São Leopoldo: Sinodal, 1987.

ALTER, Robert e KERMODE, Frank. (Org.) *Guia literário da Bíblia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

ANDIÑACH, Pablo. *El libro del Éxodo. Traducción y comentario*. Salamanca, Sigueme, 2006.

APOLINÁRIO, Maria Raquel. *Projeto Araribá História*, 6º ano. 3ª edição. São Paulo: Moderna, 2010.

AQUINO JÚNIOR, F. *A problemática da Antropologia Teológica*. Atualidade Teológica (PUCRJ), v. XVII, p. 267-291, 2013.

ARENS, Eduardo. *A Bíblia sem mitos: uma introdução crítica*. São Paulo: Paulus, 2007.

ASSMANN, Hugo. *Curiosidade e prazer de aprender: o papel da curiosidade na aprendizagem significativa*. Petrópolis: Vozes, 2004.

ATHAS, George. *Minimalism' – The Copenhagen School of Thought in Biblical Studies*. Disponível em <http://web.archive.org/web/20010609222329/members.nbc.com/gathas/copensch.htm>. Acesso em 02 nov. 2006.

AZEVEDO, Gislane Campos & SERIACOPI, Reinaldo. *História em Movimento*, volume 1. 2ª Edição. São Paulo: Ática, 2013.

BALBACHEVSKY, Elizabeth & HOLZHACKER, Denilde Oliveira. *A profissão acadêmica no Brasil: evolução nos últimos 10 anos*. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0502.pdf>, acesso em 20/06/2016.

BANKS, Dianne. *Writing the history of Israel*. New York: T & T Clark International, 2006.

BARNABÉ, Luís Ernesto. *De olho no presente: História Antiga e livros didáticos no século XXI*. Opsi, v. 14, p. 114-132, 2014.

\_\_\_\_\_. *História antiga e livros didáticos no século XXI: inovações e permanências*. Alétheia, Goiânia, v. 9/2, p. 31, 2014.

BARSTAD, Hans M., *History and the Hebrew Bible: Studies in Ancient Israelite and Ancient Near Eastern Historiography*; Tübingen: Mohr Siebeck, 2008.

\_\_\_\_\_. *The Myth of the Empty Land: A Study in the History and Archaeology of Judah During the 'Exilic' Period*. Oslo: Scandinavian University Press, 1996.

BEN-CHORIN, Schalom. *A eleição de Israel: um tratado teológico-político*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BEN-TOR, Amnon. The Fall of Canaanite Hazor – the “Who” and “When” Questions, In: Sy Gitin, Amihai Mazar and Ephraim Stern, eds., *Mediterranean Peoples in Transition, Thirteenth to Early Tenth Centuries BCE* (Jerusalem: Israel Exploration Society: 456-467). 1998.

BERLESI, Josué. A abordagem simplista do Oriente frente ao monopólio ocidental: uma análise da História Antiga nos cursos de História. In: Edir Augusto Dias Pereira; Francivaldo Alves Nunes. (Org.). *Encontros de História e Educação: Pesquisa Social, Histórica e Política em Educação*. Brasília: Editora Kiron, 2012.

\_\_\_\_\_. *Arqueología en Israel: los desafíos de la ciencia frente a cuestiones políticas y religiosas*. Revista Mundo Antigo, v. II, p. 31, 2012.

\_\_\_\_\_. *Conservadorismo versus progressismo: apontamentos sobre a historiografia do Israel antigo*. Revista Eletrônica Antiguidade Clássica, v. 10, p. 44-54, 2015.

\_\_\_\_\_. “Eu sou Yhwh teu deus”: considerações sobre o processo de monoteização masculina no antigo Israel. In: José Pedro Garcia Oliveira, Doriedson S. Rodrigues, João Batista do Carmo Silva, Odete da Cruz Mendes. (Org.). *Educação, Ciência e Desenvolvimento na Amazônia Tocantina*. 370ed. Cametá: UFPA, 2011.

\_\_\_\_\_. *História, Arqueologia e a Cronologia do Êxodo: Historiografia e Problematizações*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2008.

BERLESI, Josué; FELDMAN, Ariel (org.). *Historiografia: nove debates, novas perspectivas*. UFPA: Cametá, 2015.

BERLESI, Josué; PFOH, Emanuel. A História Antiga de Israel e os novos horizontes de pesquisa. In: PORTO, V. C.; POZZER, K. M. P.. (Org.). *Um outro mundo antigo*. 1ed. São Paulo: Annablume, 2013.

BERNAL, Martin. A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia européia. Trad. Fábio Adriano Hering. In: *Textos Didáticos. Repensando o Mundo Antigo*. IFCH/UNICAMP. nº49, abril de 2005.

BERQUIST, J. L. (ed.) *Approaching Yehud: New Approaches to the Study of the Persian Period*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007.

BITTENCOURT, Circe. *Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à profana*. Revista Brasileira de História. Vol 13, nº 25/26. 1993.

BOER, R. *Marxist Criticism of the Hebrew Bible*. London: Bloomsbury T & T Clark, 2014.

BOTTÉRO, Jean. *No começo eram os deuses*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania*. 1ª edição. São Paulo: FTD, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, Porto Alegre: Zouk, 2008.

\_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e. AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. (Orgs.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BOUZON, E. Escravidão e dívidas na legislação cuneiforme e seus reflexos na legislação do antigo israel. *CADMO – Revista do Instituto Oriental da Universidade de Lisboa*, LISBOA, v. 8/9, p. 29-48, 1999.

\_\_\_\_\_. *Gen 2,4b-24 e os relatos mitológicos do Antigo Oriente*. In: MÜLLER, Ivo. (Org.). *Perspectivas para uma nova Teologia da Criação*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

BOUZON, E.. *O Profetismo no Antigo Oriente e no Antigo Testamento*. In: Maria Clara Bingemer e Eliana Yunes. (Org.). *Profetas e profecias numa visão interdisciplinar e contemporânea*. 1ed. São Paulo: Edições Loyola - Editora Puc-Rio, 2002.

BRAICK, Patrícia Ramos. *Estudar história: das origens do homem à era digital*, 6º ano. 1ª edição. São Paulo: Moderna, 2011.

BRIEND, J. (org.) *A Criação e o Dilúvio Segundo os Textos do Oriente Médio Antigo*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1990.

\_\_\_\_\_. (org.) *Israel e Judá: textos do Antigo Oriente Médio*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1997.

BRUNO, M. C. O. (Org.) ; CERQUEIRA, F. V. (Org.) ; FUNARI, P. (Org.). *Arqueologia do Mediterrâneo Antigo. Estudos em Homenagem a Haiganuch Sarian*. 1. ed. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, SBEC e FAPESP, 2011.

BRIGHT, J. *História de Israel*. 7. ed. São Paulo: Paulus, 2003.

BURGUIERE, André (org). *Dicionário das ciências históricas*. Traduzido por Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BURNS, D.; ROGERSON, J. W. (eds) *Far From Minimal: Celebrating the Work and Influence of Philip R. Davies*. London: T & T Clark, 2012.

CAMPAGNO, Marcelo. *El origen de los primeros Estados: la revolución urbana en América precolombina*. Buenos Aires: Eudeba, 2007.

\_\_\_\_\_. (org.). *Parentesco, patronazgo y Estado en las sociedades antiguas*. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2009.

CAMPOS, Flávio de. & CLARO, Regina. *Oficina de História*. 1ª edição. São Paulo: Editora Leya, 2013.

CAMPOS, L. & LANGER, J.. A História antiga e medieval nos livros didáticos: Uma avaliação geral. *História e-História*, v. 4/5/07, 2007. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=43>, acesso em 23/02/2016.

CANDIDO (DA SILVA), F. *Bíblia, história, sexualidade ou Uma Bíblia para além da "normalidade"?* In: Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi. (Org.). *Migrações e Imigrações entre Saberes, Culturas e Religiões no mundo Antigo e Medieval*. Assis: Unesp, 2009.

CANDIDO (DA SILVA), F. *A abordagem historiográfica das narrativas patriarcais bíblicas*. *Clássica* (São Paulo), v. 19, p. 284-297, 2006.

\_\_\_\_\_. *A literatura profética bíblica como documentação histórica*. *Phoenix* (UFRJ), v. 12, p. 120-136, 2006.

\_\_\_\_\_. *Êxtase e sociedade no Antigo Oriente Próximo*. *Último Andar* (PUCSP), v. 14, p. 55-77, 2006.

\_\_\_\_\_. *As profecias de Miquéias e o poder religioso em Judá*. In: Ruy de Oliveira Andrade Filho. (Org.). *Relações de Poder, Cultura e Educação na Antiguidade e Idade Média*. Estudos em Homenagem ao Prof. Daniel Valle Ribeiro. São Paulo: Solis, 2005.

\_\_\_\_\_. *Homossexualidade na Bíblia Hebraica ou uma historiografia bicha?*. Revista Trilhas da História, v. 1, 2011.

CANDIDO, M. R. ; LESSA, F. S. *Pesquisas de Antiguidade Clássica no Brasil*. In: Adriana Zierer; Carlos Alberto Ximenes. (Org.). *História Antiga e Medieval: cultura e ensino*. 1ed. São Luis do Maranhão: Editora UEMA, 2009.

CAPELATO, M.H.R.; GLEZER, R.; FERLINI, V.L.A. Escola uspiana de História. *Estudos Avançados - 60 anos de USP: ciências básicas e humanidades; origens e linhas de pesquisa, perfis de mestres*, São Paulo: IEA/USP, v. 8, no. 22, set./dez. 1994.

CARAMELO, Francisco. A função social e política da literatura sapiencial no Próximo Oriente antigo. In *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, ed. F. Ribeiro da Silva, M. Antonieta Cruz, J. Martins Ribeiro, H. Osswald, 355 - 360. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

\_\_\_\_\_. *A mensagem política de Jeremias na crise de 609-587 a.C.*. ed. 1, Cascais: Patrimonia, 1996.

\_\_\_\_\_. “Algumas reflexões teóricas sobre o profetismo”, *Lusitânia Sacra*, XIII-XIV: 625-631, 2002.

\_\_\_\_\_. Arqueología de la muerte: el origen de las ideas bíblicas de infierno y de resurrección. In *Arqueología, Historia y Biblia De la torre de Babel al templo de Jerusalén*, ed. Juan Luis Montero Fenollós, 87 - 100. Ferrol: Sociedad de Cultura Valle-Inclán, 2008.

CARDOSO, C. F. S. *Sociedades do Antigo Oriente Próximo*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CARR, Edward H. *O historiador e seus fatos (I). Que é história?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CARTER, C. E.; MEYERS, C. L. (eds.) *Community, Identity and Ideology: Social Sciences Approaches to the Hebrew Bible*. Winona Lake, Indiana: Eisenbrauns, 1996.

CANTÚ, Césare. *História universal*. São Paulo: EDAMERIS, vol. II, 1967.

CARVALHO, Margarida Maria de & FUNARI, Pedro Paulo A.. “*Os avanços da História Antiga no Brasil: algumas ponderações*”. História [online]. 2007, vol.26. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/2210/221014794002.pdf>, acesso em 19/10/2013.

CASTRO, Marcelo L. Ottoni. “Brasil e Argentina: estudo comparativo das respectivas leis gerais sobre educação”. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, textos para discussão n° 32, junho 2007.

CAZELLES, Henri. *En busca de Moisés*. Editora Verbo Divino, 1981.

\_\_\_\_\_. *História política de Israel: desde as origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Paulus, 1986.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CLEMENTS, R. E. (org.) *O Mundo do Antigo Israel*. Perspectivas Sociológicas, Antropológicas e Políticas. São Paulo: Paulus, 1995.

CLIFFORD, R. J. *Creation Accounts in the Ancient Near East and in the Bible*. Washington: The Catholic Biblical Association of America, 1994.

CLINE, E. H. *Biblical Archaeology: a very short introduction*. Oxford: OUP, 2009.

COOTE, R. B.; WHITELAM, K. W. *The Emergence of Early Israel in Historical Perspective*. Sheffield: Sheffield Phoenix Press, 2010.

CORADINI, Odacir L. Origens sociais e princípios de hierarquização escolar: a formação de “Intelectuais à brasileira”. *Cadernos de Ciência Política*, Porto Alegre: UFRGS, 1997.

\_\_\_\_\_. *Titulação Escolar e Mercados Profissionais*. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, v. 23-24, p. 239-266, 2010.

COTRIM, Gilberto. *História Global – Brasil e Geral*, volume 1. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

CRISTOFOLI, M. S. ; DIAS, M. F. S. ; VERISSIMO, M. S.. *Trajetória e perspectivas do ensino de História da América: reflexões a partir do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Ensino de História e do Acordo de Cooperação Brasil-Argentina*”. In: Revista Eletrônica da ANPHLAC, n. Número 4, 2005.

CROATTO, J. S. *As Linguagens da Experiência Religiosa - uma introdução à fenomenologia da religião*. Trad. de C. M. V. Gutiérrez. São Paulo: Paulinas, 2001.

\_\_\_\_\_. *A Deusa Aserá no Antigo Israel - a contribuição epigráfica da arqueologia*. RIBLA, Petrópolis, 38, pp. 33-44, 2001.

\_\_\_\_\_. *Êxodo: uma hermenêutica da liberdade*. São Paulo: Paulinas, 1981.

CURTIS, A. *Oxford Bible Atlas*. 4. ed. New York: Oxford University Press, 2007.

DA SILVA, A. J. A história de Israel na pesquisa atual. In: *História de Israel e as pesquisas mais recentes*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

DA SILVA, A. J. A história de Israel na pesquisa atual. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, n. 71, p. 62-74, 2001.

\_\_\_\_\_. *A história de Israel no debate atual*. <http://www.airtonjo.com>. Acesso em: 18 janeiro 2013.

\_\_\_\_\_. A origem dos antigos Estados israelitas. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, n. 78, p. 18-31, 2003.

\_\_\_\_\_. *Pode uma ‘história de Israel’ ser escrita? Observando o debate atual sobre a história de Israel*. <http://www.airtonjo.com>. Acesso em: 18 janeiro 2013.

DAVIES, P. R. *The Origins of Biblical Israel*. London: T. & T. Clark, 2007.

\_\_\_\_\_. *Minimalism, “Ancient Israel,” and Anti-Semitism*. “Minimalism” is an invention. None of the “minimalist” scholars is aware of being part of a school, or a group, Bible and Interpretation, 2002.

\_\_\_\_\_. *In Search of 'Ancient Israel*, Sheffield, Sheffield Academic Press, 1992.

\_\_\_\_\_. *The History of Ancient Israel: A Guide for the Perplexed*. London: Bloomsbury T & T Clark, 2015.

DE BERNARDI, Cristina y SILVA CASTILLO, Jorge (Comps). *El Cercano Oriente Antiguo. Nuevas miradas sobre viejos problemas*. Universidad Nacional de Rosario – Facultad de Humanidades y Artes/Centro de Estudios de Asia y Africa – El Colegio de Mexico. Rosario 2005/Mexico 2006.

DE CERTEAU, M. *A escrita da História* (2ª ed.). (M. d. Menezes, Trad.) Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006.

DEGAN, Alex. *Josefo Exegeta: História e Memória*. Revista de História (USP), v. 162, 2010.

DE VAUX, R. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Paulus, 2003.

\_\_\_\_\_. *On the right and wrong uses of Archaeology*. In: J. Sanders, *Near Eastern Archaeology in the Twentieth Century* (pp. 64-80). New York: Doubleday. 1970.

DEL OLMO LETE, G. *Mitos y Leyendas de Canaan según la Tradición de Ugarit*. Madrid: Institución San Jerónimo & Ediciones Cristiandad, 1981.

DEVER, William G. *Who were the early Israelites and where did they come from?*. Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 2003.

\_\_\_\_\_. *What Did the Biblical Writers Know and When Did They Know It? What Archaeology Can Tell Us about the Reality of Ancient Israel*. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2002.

\_\_\_\_\_. *Biblical and Syro-Palestinian Archaeology*. In: PERDUE, Leo, G. *The Blackwell Companion to the Hebrew Bible*. Blackwell Publishers, 2004.

\_\_\_\_\_. The death of a discipline. *Biblical Archaeology Review* 21, 5:50-5, 70, 1995.

DIAS, José Amadeu Coelho. *Hebreus e Filisteu na terra de Canaã: Nos pródromos da questão palestina*. Porto: Flup, 1993.

DIRETRIZES CURRICULARES Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

DITTADI & SOUZA, 2009. “Práticas de gestão adotadas em instituições de ensino superior estabelecidas no estado de Santa Catarina Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a09v30n03/09300342.html>, acesso em 17/02/2014.

DONNER, H. *História de Israel e dos povos vizinhos*. 2v. 4. ed. São Leopoldo: Sinodal/Vozes, 1997.

DREHER, M. N. *Para entender o fundamentalismo*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

ECHEGARAY, J. G. *O crescente fértil e a Bíblia*. Petrópolis: Vozes, 1995.

FARIA, J. F. (org.) *História de Israel e as pesquisas mais recentes*. 2. ed. Vozes: Petrópolis, 2003.

FAVERSANI, F.. *A História Antiga nos Cursos de Graduação em História no Brasil*. In: XIX Simpósio Nacional de História (GT de História Antiga), 2001, Niterói. Héliade (Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: Héliade, 2001.

FERREIRA, M. L. R. *Um iconoclasta panenteísta*. Disponível em: [http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4533&secao=397](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4533&secao=397), acesso em 28/04/2014.

FINKELSTEIN, I. *The Forgotten Kingdom: The Archaeology and History of Northern Israel, Ancient Near East Monographs 5* (Atlanta: Society of Biblical Literature) 2013.

\_\_\_\_\_. *Una actualización de la Cronología Baja: Arqueología, Historia y Biblia*. Buenos Aires: Antiguo Oriente, volumen 6, p. 115-136. 2008.

\_\_\_\_\_. *The great transformation: The “conquest” of the highlands frontiers and the rise of territorial states*. En: Levy, T. (ed.) *The Archaeology of Society in the Holy Land*, Nueva York, Facts on File. 1995.

FINKELSTEIN, I.; MAZAR, A. *The Quest for the Historical Israel: Debating Archaeology and the History of Early Israel*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007.

FINKELSTEIN, I.; SILBERMAN, N. A. *David and Solomon: In Search of the Bible's Sacred Kings and the Roots of the Western Tradition*. New York: The Free Press, 2006.

FINKELSTEIN, I.; SILBERMAN, N. A. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa, 2003.

FOHRER, G. *História da religião de Israel*. São Paulo: Paulinas, 1982.

FOX, Robin Lane. *Bíblia verdade e ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

FRANCO JUNIOR, H. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

FRÉDÉRIC, Louis. *A arqueologia e os enigmas da Bíblia*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978.

FOLHA ONLINE. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/mundo/ult9u104609.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/mundo/ult9u104609.shtml). Acesso em: 10 mar. 2016.

GANDULLA, Bernardo. *Los Hebreos en el Gran Canaán: del Bronce Antiguo al Bronce Tardío*. Buenos Aires: Canaán Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. *Génesis XXIX-XXXI y el derecho de familia: um nuevo enfoque em torno al problema de los “terafim”*. En: DE BERNARDI, Cristina y SILVA CASTILLO, Jorge (Comps). *El Cercano Oriente Antiguo. Nuevas miradas sobre viejos problemas*. Universidad Nacional de Rosario – Facultad de Humanidades y Artes/Centro de Estudios de Asia y Africa – El Colegio de Mexico. Rosario 2005/Mexico 2006.

\_\_\_\_\_. *El Politeísmo Monolátrico de las Comunidades Gentílicas Hebreas*. Estudios de Asia y África XXIV:1, 1989.

GANDULLA, B. y PATRON, A. F. *Agricultores, pastores y “política”: La “escritura” de las tradiciones en el cercano oriente antiguo*. Berlín, 1994.

GARBINI, G. *Mito e storia nella Bibbia*. Brescia: Paideia, 2003.

\_\_\_\_\_. *Scrivere la storia d'Israele*. Brescia: Paideia, 2008.

GARCÍA MARTÍNEZ, F. *Textos de Qumran: Edição Fiel e Completa dos Documentos do Mar Morto*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GARELLI, P. & NIKIPROWETZKY, V. *O Oriente Próximo Asiático: impérios Mesopotâmicos – Israel*. São Paulo: Pioneira, Edusp. 1982.

GERSTENBERGER, E. S. *Israel in the Persian Period: The Fifth and Fourth Centuries B.C.E.* Atlanta: Society of Biblical Literature, 2011.

GILBERT, Pierre. *Pequena História da Exegese Bíblica*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GIOLO, Jaime. *Os docentes da educação superior brasileira*. In: RISTOFF, Dilvo & SEVEGNANI, Palmira (org.). *Docência na Educação Superior*. Brasília: INEP, 2006.

GIORDANI, Mario Curtis. *História da Antiguidade Oriental*. Rio de Janeiro: Vozes, 1969.

GNUSE, R. K. *No Other Gods: Emergent Monotheism in Israel*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1997.

GONÇALVES, A. T. M. “Desafios da Pesquisa em História Antiga no Brasil”. III Encontro da Anpuh-ES, 2001, Vitória. *Anais Eletrônicos do III Encontro da Anpuh-ES*. Disponível em: <http://www.angelfire.com/planet/anpuhes/ensaio3.htm>, acesso em 19/10/2011.

GONÇALVES, A. T. M.; SILVA, G. V.. *Algumas Reflexões sobre os Conteúdos de História Antiga nos Livros Didáticos Brasileiros*. *História & Ensino (UEL)*, Londrina, v. 7, p. 123-142, 2001.

GOTTWALD, N. K. *As Tribos de Iahweh: Uma Sociologia da Religião de Israel* Liberto, 1250-1050 a.C. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2004.

\_\_\_\_\_. *Introdução Socioliterária à Bíblia Hebraica*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1997.

GRABBE, L. L. *A History of the Jews and Judaism in the Second Temple Period: Vol 1, A History of the Persian Province of Judah*. London: T & T Clark, 2006.

\_\_\_\_\_. *A History of the Jews and Judaism in the Second Temple Period: Vol. 2, The Coming of the Greeks, the Early Hellenistic Period 335-175 BCE*. London: T & T Clark, 2008.

\_\_\_\_\_. *Ancient Israel: What Do We Know and How Do We Know It?* London: T & T Clark, 2007.

\_\_\_\_\_. *An Introduction to Second Temple Judaism: History and Religion of the Jews in the Time of Nehemiah, the Maccabees, Hillel, and Jesus*. London: T & T Clark, 2010.

\_\_\_\_\_. (ed.). *Can a 'history of Israel' be written*, Sheffield, Sheffield Academic Press, 1997.

\_\_\_\_\_. (ed.) *Did Moses Speak Attic? Jewish Historiography and Scripture in the Hellenistic Period*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 2001.

\_\_\_\_\_. (ed.) *Enquire of the Former Age: Ancient Historiography and Writing the History of Israel*. London: T & T Clark, 2011.

\_\_\_\_\_. (ed.) *Good Kings and Bad Kings*. London: T. & T. Clark, 2005.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Biografia, para quê?*. In: CORADINI, Luiz Odaci. (Org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul*. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GUARINELLO, N. L.. *História Antiga*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; PETERSEN, Sívila Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima (org). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GUDME, A. & Hjelm, I. *Myths of exile: history and metaphor in the Hebrew Bible*. Copenhagen International Seminar: Routledge, 2015.

GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até nossos dias*. São Paulo: Teológica/Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. *Teologia bíblica do Antigo Testamento: uma história da religião de Israel na perspectiva bíblico teológica*. São Paulo: Teológica/Loyola, 2005.

HALLO, W. W.; YOUNGER, K. L. (eds.) *The Context of Scripture: Canonical Compositions, Monumental Inscriptions and Archival Documents from the Biblical World (COS)*. Leiden: Brill, 2003.

HANSEN Guillermo (ed.) : *Los caminos inexhaustibles de la palabra. Homenaje a J. Severino Croatto*, Buenos Aires, ISEDET-Lumen, 2000.

HEBERT, Arthur Gabriel. *When Israel came out of Egypt*. Richmond: John Knox Press, 1961.

HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

HERRMANN, S. *Historia de Israel en la época del Antiguo Testamento*. Salamanca: Sígueme, 1979.

HJELM, I. ; THOMPSON, T. L. (eds.) *History, Archaeology and The Bible Forty Years After "Historicity": Changing Perspectives 6*. Abingdon: Routledge, 2016.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOPKINS, D. C. *The Highlands of Canaan: Agricultural Life in the Early Iron Age*. Sheffield: Sheffield Phoenix Press, [1985] 2010.

JAMES, Peter. *Siglos de oscuridad: Desafío a la cronología tradicional del mundo antiguo*. Barcelona: Editora Crítica, 1993.

JOSEFO, F. *História dos Hebreus: Obra Completa*. 9. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 2005.

KAEFER, J. A. *Arqueologia das terras da Bíblia*. São Paulo: Paulus, 2012.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia das terras da Bíblia II*. São Paulo: Paulus, 2016.

KAEFER, J. A. *A Bíblia, a Arqueologia e a História de Israel e Judá*. São Paulo: Paulus, 2015.

KAUFMANN, Yehezkel. *A religião de Israel: do início ao exílio babilônico*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

KELLER, Werner. *E a Bíblia tinha razão*. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

KENYON, Kathleen M. *Arqueología en Tierra Santa*. Barcelona: Editorial Garriga, 1963.  
KESSLER, R. *História social do antigo Israel*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

KILPP, N.. *A Torá e os Judeus*. Estudos Teológicos, São Leopoldo, v. 33, n.1, p. 9-20, 1993.

\_\_\_\_\_. *A sociedade e a religião do Israel libertado*. Estudos Teológicos, São Leopoldo, v. 22, n.3, p. 243-246, 1982.

KIPPENBERG, H. G. *Religião e formação de classes na antiga Judéia: estudo sociorreligioso sobre a relação entre tradição e evolução social*. São Paulo: Paulus, 1997.

KLETTER, Raz. *Just Past? The making of Israeli archaeology*. London: Equinox, 2006.

KNAUF, A.; GUILLAUME, P. *A History of Biblical Israel: The fate of the tribes and kingdoms from Merneptah to Bar Kochba*. London: Equinox Publishing, 2015.

KNOPPERS, G. N.; GRABBE, L. L. (eds.) *Exile and Restoration Revisited: Essays on the Babylonian and Persian Periods in Memory of Peter R. Ackroyd*. London: T & T Clark, 2011.

LEMAIRE, André. *História do Povo Hebreu*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2011.

LEMCHE, N. P. *The Israelites in History and Tradition*. Louisville: Kentucky, Westminster John Knox, 1998.

LEMCHE, N. P. *Ancient Israel: A New History of Israelite Society*. Sheffield: Sheffield Academic Press, [1988], 1995.

\_\_\_\_\_. *Changing Perspectives 3: Biblical Studies and the Failure of History*. Durham: Acumen Publishing, 2013.

\_\_\_\_\_. *Early Israel: Anthropological and Historical Studies on the Israelite Society Before the Monarchy*. Leiden: Brill, 1985.

\_\_\_\_\_. *Historical Dictionary of Ancient Israel*. Lanham, MD: The Scarecrow Press, 2004.

\_\_\_\_\_. *Prelude to Israel's Past: Background and Beginnings of Israelite History and Identity*. Peabody, MA: Hendrickson Publishers, 1998.

\_\_\_\_\_. *The Canaanites and Their Land: The Tradition of the Canaanites*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1991.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERRERA, Marieta de Moraes, (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

LEVY, T. (ed.) *The Archaeology of Society in the Holy Land*, Nueva York, Facts on File. 1995.

LINHARES, M. Y. Entrevista. In: MORAES, José Geraldo Vinci; REGO, José Márcio. *Conversa com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

LIVERANI, M. *Antico Oriente. Storia, società, economia*. 13. ed. Roma-Bari: Laterza, 2011.

\_\_\_\_\_. *Para além da Bíblia: História antiga de Israel*. São Paulo: Loyola/Paulus, 2008.

LIVERANI, M. (org.) *Recenti tendenze nella ricostruzione della storia antica d'Israele*. Roma: Accademia Nazionale dei Lincei, 2005.

LODS, Adolphe. Israel, "Desde los orígenes hasta mediados del siglo VIII" (a.C). *Unión Tipográfica, Editorial Hispano Americana. México 1956*.

LONG, V. P. (ed.) *Israel's Past in Present Research: Essays on Ancient Israelite Historiography*. Winona Lake, IN: Eisenbrauns, 1999.

LONG, Philips V; BAKER, David W; WENHAM, Gordon J. (org.). *Windows into Old Testament History: Evidence, Argument and the Crisis of "Biblical Israel"*. Grand Rapids, MI: Erdmans, 2002.

LOWERY, R. H. *Os reis reformadores: culto e sociedade no Judá do Primeiro Templo*. São Paulo: Paulinas, 2012.

MACEDO NETO, M. P.. *Parâmetros Curriculares Nacionais de História: desafios e possibilidades da história ensinada na educação básica*. Revista eletrônica história em reflexão (UFGD), v. 03, 2009.

MACEDO, E.; OLIVEIRA, C. *Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MACEDO, José Rivair. Os Estudos medievais no Brasil: tentativa de síntese. Disponível em: <http://www.portal25.com/ufrgs/docs/estmedbrasil.doc>. Visto em 15/04/2013.

MACHADO, L. M. "Educação Superior: o setor público e o privado no Brasil e Argentina", In: Revista Eletrônica de Ciências da Educação, 2006.

MALERBA, J. (Org.). *A história escrita; teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MAYO, Manuela Fernández. *El Gauchito Gil: la expansión de un culto popular con el desarrollo de la crisis argentina*. Cádiz: Revista de História, vol. 21, 2007.

MAZAR, A. *Arqueologia na terra da Bíblia: 10.000 - 586 a.C.* São Paulo: Paulinas, 2003.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Para que serve um museu. Entrevista. In: Revista de História da Biblioteca Nacional, Ano 2, Nº 19, abril 2007.

MERRILL, Eugene H. *História de Israel no Antigo Testamento: O reino de sacerdotes que Deus colocou entre as nações*. Rio de Janeiro: CPAD, 2001.

METZGER, M. *História de Israel*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1981.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOORE, M. *Philosophy and Practice in Writing a History of Ancient Israel*. London: T & T Clark, 2006.

MOORE, M. B.; KELLE, B. E. *Biblical History and Israel's Past: The Changing Study of the Bible and History*. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2011.

MOREIRA, J. P. O.. *O conceito de história e a prática docente: Apontamentos teórico-metodológicos sobre o ofício do historiador*. In: Marcelo Maia Vinagre Mocarzel. (Org.). *A Teoria da Prática: Perspectivas sobre o cotidiano escolar*. 1ed. Niterói: INTERTEXTO, 2014.

MORGENZTERN, I.; RAGOBERT, T. *A Bíblia e seu tempo - um olhar arqueológico sobre o Antigo Testamento*. DVD 1 e 2. São Paulo: História Viva - Duetto Editorial, 2007.

MUELLER, Enio R., O método histórico-crítico: uma avaliação, in: FEE, Gordon / STUART, Douglas, *Entendes o que Lês?*. São Paulo, Vida Nova, 1984.

NICHOLSON, Ernest. *The Pentateuch in the Twentieth Century: The Legacy of Julius Wellhausen*. New York: Oxford University Press, 1998.

NIESIOLOWSKI-SPANÒ, L.; PERI, C.; WEST, J (eds.). *Finding Myth and History in the Bible: Scholarship, Scholars and Errors*. London: Equinox Publishing, 2015.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. (Orgs.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

NOTH, M. *Historia de Israel*. Barcelona: Garriga, 1966.

OESTIGAARD, Terje. *Political Archaeology and Holy Nationalism: Archaeological Battles over the Bible and Land in Israel and Palestine from 1967 – 2000*. Gotarc Serie C, No. 67. Göteborg University. Gothenburg. 2007.

OTZEN, B. *Israel under the Assyrians en Larsen, M. T., Power and Propaganda*, Copenhaguen, 1979.

PELED-ELHANAN, N. *Palestine in Israeli Schoolbooks: Ideology and Propaganda in Education*. London: I.B. Tauris, 2012.

PELLEGRINI, Marco César; DIAS, Adriana Machado & GRINBERG, Keila. *Vontade de saber história*, 6º ano. 2ª edição. São Paulo: FTD, 2012.

PEREGO, G. *Atlas bíblico interdisciplinar*. São Paulo: Paulus/Santuário, 2001.

PEREIRA, Nilton M.; GIACOMONI, Marcello Paniz. *Possíveis Passados: representações da Idade Média no ensino de História*. 01. ed. Porto Alegre: Zouk, 2008.

PIXLEY, J. *A História de Israel a Partir dos Pobres*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PFOH, Emanuel. *¿Cúando comienza la historia de Israel en la antigua Palestina? Apuntes para una discusión*. Barcelona: Historiae vol. 12, 2015.

\_\_\_\_\_. *“Una deconstrucción del pasado de Israel en el antiguo oriente: hacia una nueva historia de la antigua palestina”*. In: Estudios de Asia y África, Ed. El Colegio de México: México DF, 2010.

\_\_\_\_\_. *Historia y teología en el Antiguo Testamento. O sobre la confusión entre discurso historiográfico y discurso mítico*. En: *Cuadernos de Teología* (Instituto Universitario ISEDET, Buenos Aires), vol. 21, 2002, pp. 27-40.

\_\_\_\_\_. *Dealing with Tribes and States in Ancient Palestine: A Critique on the use of State Formation Theories in the Archaeology of Israel*. In: SJOT – Scandinavian Journal of the Old Testament, 22:1. London: Taylor & Francis, 2008.

\_\_\_\_\_. *El pasado de Israel en el Antiguo Testamento*. En: *Antiguo Oriente. Cuadernos del Centro de Estudios de Historia del Antiguo Oriente* (Pontificia Universidad Católica Argentina, Buenos Aires), vol. 1, 2003, pp. 55-72.

\_\_\_\_\_. *Memoria, Historiografía y Política: Shlomo Sand y la invención del pueblo judío*. Estudios de Asia y Africa 48/3, Ciudad de Mexico: Colmex, 2013.

\_\_\_\_\_. *Método historiográfico y consecuencias ideológicas: Una perspectiva crítica de Israel en la antigua Palestina*. En: *Cuadernos del Sur—Historia* (Universidad Nacional del Sur, Bahía Blanca), vol. 32, 2003, pp. 283-306.

\_\_\_\_\_. *Fuentes históricas antiguas y modelos teóricos modernos. Reflexiones metodológicas sobre el Antiguo Testamento y la historia de Israel.* En internet: *Transoxiana. Journal Libre de Estudios Orientales* (Universidad del Salvador, Buenos Aires), vol. 10, 2005; <http://www.transoxiana.com.ar/0110/pfoh-historia-israel.html>. visto en 13/08/2009..

\_\_\_\_\_. *La historia antigua de Palestina a la luz de las recientes revisiones de la historia antigua de Israel.* Aspectos ideológicos y políticos en torno al conflicto palestino-israelí. En: *Relaciones Internacionales* (Instituto de Relaciones Internacionales – Universidad Nacional de La Plata, La Plata), vol. 28, 2005.

\_\_\_\_\_. *Una aproximación antropológica a la figura del herrero en el Antiguo Testamento.* En: *Cuadernos de Teología* (Instituto Universitario ISEDET, Buenos Aires), vol. 25, 2006, pp. 35-45.

\_\_\_\_\_. *¿Por qué enseñar historia antigua? Hacia una pedagogía de la tolerancia.* En: *Cambios y Continuidades* (Universidad Autónoma de Entre Ríos, Concepción del Uruguay), vol. 6, 2006 [2007].

\_\_\_\_\_. *Más allá del círculo hermenéutico: El pasado de Israel entre la teología del Antiguo Testamento y la historia de Palestina.* En: *Revista Bíblica* (Sociedad Argentina de Teología - Buenos Aires), vol. 69 num. 1-2, 2007, pp. 65-82.

\_\_\_\_\_. *The Emergence of Israel in Ancient Palestine: Historical and Anthropological Perspectives.* London: Equinox, 2009.

PINSKY, Jaime. *100 textos de História Antiga.* São Paulo: Contexto, 2003.

PRICE, Randal. *Pedras que clamam.* Rio de Janeiro: CPAD, 1996.

PRITCHARD, J. B. (ed.) ; FLEMING, D. E. (foreword) *The Ancient Near East: An Anthology of Texts and Pictures.* Princeton, NJ: Princeton University Press, 2010.

PURY, Albert de (org). *O Pentateuco em questão: as origens e a composição dos cinco primeiros livros da Bíblia à luz das pesquisas recentes.* Petrópolis: Vozes, 1996.

RAD, Gerhard von. *Teologia do Antigo Testamento: teologia das tradições históricas de Israel.* São Paulo: Aste, 1973-1974, vol 1.

REDONDO, M. L.. *Fontes para o estudo da antigüidade oriental*. In: Terezinha Oliveira; Angelita Marques Visalli. (Org.). *Cultura e educação: Ética e ação política na Antigüidade e Idade Média*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007.

\_\_\_\_\_. *As origens de Israel: contribuições da arqueologia*. In: VII Ciclo de Estudos da Religião: Fé e Conhecimento, 2004, Mariana-MG. VII Ciclo de Estudos da Religião: Fé e Conhecimento. Mariana-MG: NER - ICHS - UFOP, 2004.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia e o impasse nos estudos da história de Israel*. *Teologia Hoje* (Londrina), Londrina, PR, v. 1, n.1, 2003.

REIMER, H. ; RIBEIRO, O. L.. *De Siquém a Jerusalém - Josué 24,1-28 como narrativa mítico-literária*. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, v. 61, p. 52-67, 2008.

REIMER, H.. *Mitos de origem nos textos sagrados*. *Diálogo* (São Paulo), v. XI, p. 12-16, 2006.

\_\_\_\_\_. *Sobre economia no antigo Israel e na Bíblia*. *Fragments de Cultura* (Goiânia), Goiânia, v. 14, n.8, p. 1371-1392, 2004.

\_\_\_\_\_. *Leis de mercado e direito dos pobres na Bíblia Hebraica*. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis; São Leopoldo, v. 69, p. 9-18, 2001.

\_\_\_\_\_. *Inefável e sem forma. Estudos sobre o monoteísmo hebraico*. Goiania; São Leopoldo: Editora da Ucg; Oikos, 2009.

RENFREW, C. e BAHN, P. *Arqueología: Teorias, métodos y tecnicas*. Madrid: Ed. Akal, 1993.

RICCIOTTI, G. *Historia de Israel: Desde los Orígenes hasta la cautividad*. Traducción de la cuarta edición italiana por Xavier Zubiri. Barcelona: Luis Miracle, 1949.

\_\_\_\_\_. *Historia de Israel: Desde la cautividad hasta el año 135 d.de J.C*. Traducción de la cuarta edición italiana por Xavier Zubiri. Barcelona: Luis Miracle, 1947.

ROAF, M. *Mesopotâmia e o Antigo Médio Oriente*. 2v. Madrid: Edições del Prado, 1996.

ROCCO, Diana. *“La situación social de la mujer en el Antiguo Israel”*, Buenos Aires, RIHAO 7/8, 1991.

\_\_\_\_\_. *Los Habiru*. Nuevos enfoques para un viejo problema. In: RHIAO – Revista del Instituto de Historia Antigua Oriental. Buenos Aires: FILO – UBA, vol. 6, 1982.

RODRIGUES, Gabriella B. *Arqueologia Bíblica: um estudo de narrativa e discursos acerca da história de sua constituição como disciplina*. UNICAMP, 2011.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia Bíblica e construção de identidades: notas acerca da pesquisa arqueológica nas chamadas terras da Bíblia*. Anais da XXIII Semana de Estudos Clássicos “Cultura Clássica inter-relações e permanência”, v. 1, p. 1-345, 2008.

RODRIGUES, Gabriella B.; FUNARI, Pedro Paulo A.. *Considerações sobre a Trajetória Inicial da Arqueologia Bíblica*. Mosaico (Goiânia), v. 2, p. 95-101, 2009.

RODRIGUES, Gabriella B. ; FUNARI, Pedro Paulo A.. *Preservação patrimonial e Arqueologia Bíblica: a reforma do acesso ao portão Mughrabi, um exemplo do uso da cultura material como elemento político-religioso*. Revista Brasileira de História das Religiões, v. 1, p. 1, 2008.

ROHL, David M. *A test of time. The Bible: from myth to history*. London: Century, 1995.

ROMANINI, Vinicius. *Bíblia passada a limpo. Superinteressante*. São Paulo: Abril, n. 178, jul. 2002.

ROMER, John. *Testamento: os textos sagrados através da história*. São Paulo: Melhoramentos, 1991.

RÖMER, T. *A origem de Javé: o Deus de Israel e seu nome*. São Paulo: Paulus, 2016.

\_\_\_\_\_. *Dark God: Cruelty, Sex, and Violence in the Old Testament*. Paulist Press International, 2013.

RÖMER, T.; DAVIES, P. R. (eds.) *Writing the Bible: Scribes, Scribalism and Script*. Durham: Acumen Publishing, 2013.

ROSENVASSER, A. *Buber y la interpretación histórica de la fe judía*. Davar 106, 1965.

ROSSI, L. A. S.. “Conhecer a Javé” a partir da prática do direito e da justiça. Caminhos (UCG. Impresso), v. 9, p. 219-232, 2011.

\_\_\_\_\_. *Opressão, pobreza e violência no mundo bíblico*. Vida Pastoral, v. 258, p. 22-27, 2007.

\_\_\_\_\_. *Literatura bíblica como fonte historiográfica*. História e-História, UNICAMP, 2005.

\_\_\_\_\_. *O tribalismo em Israel*. A Semente, Editora Pendão Real - SP, v. 3, p. 5-9, 1992.

\_\_\_\_\_. *Espiritualidade dos hebreus versus espiritualidade do faraó*. Estudos Bíblicos, Petrópolis, v. 30, p. 26-31, 1991.

SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

SAND, Shlomo. *A invenção do povo judeu: da Bíblia ao sionismo*. São Paulo: Benvirá, 2011.

\_\_\_\_\_. *The invention of the Jewish People*. London/New York: Verso. 2009.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. *De tablet para tablet - novas ferramentas para a pesquisa e o ensino da história das culturas cuneiformes na era digital*. Tempo e Argumento, v. 06, 2014.

SANTOS, A. V. ; CECCHETTI, E. Imigração alemã, Luteranismo e a Criação de Escolas no sul do Brasil. In: *VII Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2013, Cuiabá/MT. Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação. Cuiabá/MT: Editora da UFMT, 2013.

SCARPIM, F. A. A Igreja Católica e o recrutamento de vocações religiosas nas áreas de imigração italiana no Paraná (Décadas de 1940 a 1960). In: *XII Encontro Nacional de História Oral*, 2014, Teresina. *Anais do XII Encontro Nacional de História Oral*, 2014.

SCHÜNEMANN, Haller Elinar. *A História como Profecia: uma forma de relação entre Ciência e Religião no Fundamentalismo Protestante*. Disponível em: [http://www.abhr.org.br/wpcontent/uploads/2013/01/art\\_SCHUNEMANN\\_ci%C3%AAncia\\_r eligi%C3%A3o\\_fund\\_protestantes.pdf](http://www.abhr.org.br/wpcontent/uploads/2013/01/art_SCHUNEMANN_ci%C3%AAncia_r eligi%C3%A3o_fund_protestantes.pdf). Acesso em 27/07/2016.

\_\_\_\_\_. A educação confessional fundamentalista no Brasil atual: Uma análise do sistema escolar da IASD. *Revista de Estudos da Religião*, PUCSP, Pós-Graduação em Ciências da Religião, s/d. Disponível em: [http://www.pucsp.br/rever/rv3\\_2009/t\\_schunemann.htm](http://www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_schunemann.htm). Acesso em: 24 mar. 2016.

SICRE, J. L. *Los Orígenes de Israel: Cinco Respuestas a un Enigma Histórico*. *Estudios Bíblicos*, Madrid, n. 46, p. 421-456, 1988.

SILBERMAN, Neil A.. *Between Past and Present; Archaeology, Ideology and Nationalism in the Modern Middle East*. New York: Henry Holt. 1989.

\_\_\_\_\_. *Power, Politics and the Past: The Social Construction of Antiquity in the Holy Land*. In: LEVY, Thomas, E. (ed.). *The Archaeology of Society in the Holy Land*. London: Leicester University Press. 1995.

\_\_\_\_\_. *Whose game is it anyway? The political and social transformations of the American Biblical Archaeology*. In: MESKELL, LYNN (ed.). *Archaeology under fire – Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. New York: Routledge. 1998.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História. Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SMITH, M. S. *The Origins of Biblical Monotheism: Israel's Polytheistic Background and the Ugaritic Texts*. Oxford: Oxford University, 2001.

SCHAFF, Adam. *Os fatos históricos e a sua seleção: história e verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

SCHMIDT, Werner H. *A fé do Antigo Testamento*. São Leopoldo: EST/Sinodal, 2004.

\_\_\_\_\_. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Leopoldo: Sinodal/IEPG, 1994.

SCHREINER, Josef. *Palavra e mensagem do Antigo Testamento*. 2. ed. São Paulo: Editora Teológica, 2004.

SCHULTZ, Samuel J. *A história de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1977.

SCHWANTES, M. *Breve História de Israel*. São Leopoldo: Oikos, 2008, 92 p.

\_\_\_\_\_. *História de Israel: local e origens*. 3. ed. São Leopoldo: Oikos, 2008.

\_\_\_\_\_. *As monarquias no Antigo Israel - Um roteiro de pesquisa histórica e arqueológica*. 1. ed. São Leopoldo/São Paulo: Centro de Estudos Bíblicos/ Edições Paulinas, 2006.

\_\_\_\_\_. *Elementos de um projeto econômico e político do messianismo de Judá - Gênesis 49,8-12 - Uma antiga voz judaíta interpretada no contexto da história da ascensão de Davi ao poder (1 Samuel 16 até 2 Samuel 5)*. Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana, Petrópolis/São Leopoldo, n.48, p. 25-33, 2002.

SILVA, Glaydson José da. *Os avanços da História Antiga no Brasil*. In: Renata Lopes Biazotto Venturini. (Org.). *História Antiga I: Fontes e Métodos*. 1 ed. Maringá: Eduem, 2010.

SILVA, S. C.. *Aspectos do Ensino de História Antiga no Brasil: algumas observações*. Alétheia, Goiânia, v. 1, 2010.

SMITH, M. S. *História, memória e a experiência do divino no Antigo Israel*. São Paulo: Paulus, 2006.

\_\_\_\_\_. *The Origins of Biblical Monotheism: Israel's Polytheistic Background and the Ugaritic Texts*. Oxford: Oxford University, 2001.

SOARES, OLAVO PEREIRA. *Os currículos para o ensino de história: entre a formação, o prescrito e o praticado*. Antíteses (Londrina), v. 5, p. 613-634, 2013.

SOGGIN, J. A. *An Introduction to the History of Israel and Judah*. 3. ed. London: SCM Press, 2010.

\_\_\_\_\_. *Nueva historia de Israel: de los Orígenes a Bar Kochba*. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 1999.

STONE, Lawrence. *Prosopography. The Past and Present*. Oxford, 1981.

SVERDLICK, I; FERRARI, P; JAIMOVICH, A. “*Desigualdade e inclusão no Ensino Superior: um estudo comparado em cinco países da América Latina*”. In: Serie ensaios y investigaciones, nº 10. Buenos Aires, 2005. Disponível em: [http://www.lppbuenosaires.net/LPP\\_BA/Publicaciones/documentos/EI10\\_Universidad\\_Portugues.pdf](http://www.lppbuenosaires.net/LPP_BA/Publicaciones/documentos/EI10_Universidad_Portugues.pdf). Acesso em 20 mar. 2016.

TEBES, J.M. *Centro y periferia en el mundo antiguo. El Negev y sus interacciones con Egipto, Asiria, y el Levante en la Edad del Hierro (1200-586 a.C.)* Monografías sobre el Antiguo Cercano Oriente, Volumen 1. 2da ed. Buenos Aires, Society of Biblical Literature - Centro de Estudios de Historia del Antiguo Oriente, Universidad Católica Argentina, 2008.

TERRIBILI FILHO, A.; MACHADO, L. M. Educação superior: o setor público e o privado no Brasil e na Argentina. *RECE – Revista Eletrônica de Ciências da Educação*, Campo Largo (PR), v. 5, p. 1-20, 2006.

THIEL, W. *A sociedade de Israel na época pré-estatal*. São Leopoldo/São Paulo: Sinodal/Paulinas, 1993.

THOMPSON, T. L. *Early History of the Israelite People from the Written and Archaeological Sources*. 2. ed. Leiden: Brill, [1992], 2000.

\_\_\_\_\_. *Jerusalem In Ancient History And Tradition*. London: T. & T. Clark, 2004.

\_\_\_\_\_. *The Historicity of the Patriarchal Narratives: The Quest for the Historical Abraham*. Harrisburg: Trinity Press International, 2002.

\_\_\_\_\_. *The Messiah Myth: The Near Eastern Roots of Jesus and David*. New York: Basic Books, 2005.

\_\_\_\_\_. *The Mythic Past: Biblical Archaeology and the Myth of Israel*. New York: Basic Books, 1999.

TRIGGER, B. G. *História do Pensamento Arqueológico*. (O. T. Serra, Trad.) São Paulo: Odysseus, 2004.

VAN SETERS, J. *Em Busca da História: Historiografia no Mundo Antigo e as Origens da História Bíblica*. São Paulo: EDUSP, 2008.

VARGAS, A. Z. (Org.). *Dossiê - História Antiga no Brasil*. 16. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

\_\_\_\_\_. *A pesquisa brasileira de História Antiga no início do III milênio d.c.*. In: ZIERER, Adriana; XIMENDES, Carlos Alberto. (Org.). *História Antiga e Medieval: Cultura e Ensino*. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), 2009.

VARO, Francisco. *El Antiguo Testamento y la Historia*. Diálogos de Teología, Almudi, 2000. Disponível em:  
<http://www.almudi.org/Inicio/tabid/36/ctl/Detail/mid/386/aid/79/paid/0/Default.aspx>, acesso em 26/04/2012.

VAZ, Maria Luíza & PANAZZO, Silvia. *Jornadas. Hist: História*, 6º ano. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

VAZ, Valéria. *Ser Protagonista História*, volume 1. 2ª edição. São Paulo: Edições SM, 2013.

VEIGA, D. S.. *Entre o céu e a terra: a figura do mensageiro divino nas religiões cananea e israelita e sua função como mediador da justiça nas suas respectivas sociedades*. *Revista Jesus Histórico*, v. 15, p. 150-168, 2015.

VEYNE, Paul. *Como se escreve história*. Brasília: Editora da UNB, 1982.

VICENTINO, Cláudio. *Projeto Radix – História*, 6º ano. 2ª edição. São Paulo: Scipione, 2012.

WAJDENBAUM, Philippe. *Argonautas do deserto: análise estrutural da Bíblia Hebraica*. São Paulo: Paulus, 2015.

WATKINS, L.M.R. *Polytheism? – Henotheism! – (Monotheism)*. RESANTIQUITATIS, volume 4, CHAM: Universidade Nova de Lisboa, 2013.

WILLIAMSON, H. G. M. (ed.), *Understanding the History of Ancient Israel*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

WHITELAM, K. *The Invention of Ancient Israel: The Silencing of Palestinian History*. London: Routledge, 1996.

WRIGHT, George, E. y FREEDMAN, David, N.. *The Biblical archaeologist reader*. Doubleday: Garden City. 1961.

ZABATIERO, J. P. T.. *Etnicidade e identidade do Antigo Israel*. Aulas, v. 2, p. 1-20, 2006.

\_\_\_\_\_. *Representações da identidade e etnicidade do antigo Israel*. Caminhos (UCG), v. 4, p. 253-276, 2006.

\_\_\_\_\_. *História social da reforma de Josias: breve análise de interpretações contemporâneas*. Teologia Hoje (Londrina), Londrina, v. 2, n.1, 2004.

\_\_\_\_\_. *Uma história cultural de Israel*. São Paulo: Paulus, 2013.

\_\_\_\_\_. Teologia e Ciências da Religião. In: SILVEIRA, R. A. T. (Org.); GHIRALDELLI JR, Paulo (Org.). *Humanidades*. Rio de Janeiro/Santa Cruz do Sul: DP&A/EDUNISC, 2004.

ZUCK, R. B. *A Interpretação Bíblica: meios de descobrir a verdade da Bíblia*. São Paulo: Vida Nova. 1994.